

Lisiane Schuster Gobatto

**DO SABER DO POVO AO ERRO DA GLOBO: UMA
ANÁLISE DISCURSIVA DO ACONTECIMENTO
*DIRETAS JÁ***

Passo Fundo

2015

Lisiane Schuster Gobatto

DO SABER DO POVO AO ERRO DA GLOBO: UMA
ANÁLISE DISCURSIVA DO ACONTECIMENTO *DIRETAS*

JÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, sob orientação da Profa. Dr. Carme Regina Schons.

Passo Fundo

2015

CIP – Catalogação na Publicação

G574d Gobatto, Lisiane Schuster

Do saber do povo ao erro da Globo : uma análise discursiva do acontecimento Diretas Já / Lisiane Schuster Gobatto. – 2015.

258 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, 2015.

Orientação: Profa. Dra. Carme Regina Shons.

1. Análise do discurso. 2. Ética jornalística. 3. Jornalismo – Aspectos políticos. I. Shons, Carme Regina, orientadora. II. Título.

CDU: 801.73

Catálogo: Bibliotecária Angela Saadi Machado - CRB 10/1857

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão à orientadora, professora Dra. Carme Regina Schons, que encarou o desafio de tornar uma jornalista mestre em letras. Agradeço pela acolhida, pela paciência, pela confiança e por me dar liberdade e autonomia na medida certa para a condução deste trabalho. Obrigada por me apresentar à AD e por compartilhar tanto conhecimento sempre com humildade, ternura e entusiasmo. Mas obrigada, acima de tudo, pelo verdadeiro exemplo de vida. Não consigo expressar com palavras o tamanho da minha admiração.

Às professoras Telisa Furlanetto Graeff e Evandra Grigoletto, pela disponibilidade em participar da banca de qualificação e pela leitura atenta deste trabalho. Suas sugestões e apontamentos me abriram os olhos para muitas questões e foram fundamentais para qualificar, de fato, a pesquisa.

Aos colegas que se tornaram grandes amigos e parceiros de estudos. Às amigas Neuzer e Rubia pelas discussões teóricas profundas e bem humoradas, por termos dividido alegrias e angústias e compartilhado muito além de conhecimento. Obrigada pela luz que clareou muitas partes nebulosas da teoria e do trabalho em si. À Bianca, à Fernanda e ao Lauro agradeço pela parceria, pelos debates interdisciplinares e pela amizade que ultrapassa o mundo acadêmico. Com todos vocês eu aprendi lições de e para a vida!

Agradeço a atenção e o trabalho dedicado da funcionária do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF Karine Castoldi e aos professores por todos os ensinamentos e por me mostrarem um horizonte de caminhos e possibilidades revestidos em correntes teóricas.

À Capes, pela bolsa que me foi concedida e que oportunizou a realização deste mestrado.

Um agradecimento especial àqueles que estiveram nos bastidores desta pesquisa, longe da cena acadêmica: os amigos e a família. Àqueles amigos verdadeiros que compreenderam os motivos da minha ausência, meu sincero agradecimento. À Deise, ao Fábio, à Maríndia, à Marta, à Valéria e aos demais amigos do IFRS – Campus Sertão, um agradecimento especial pelo alento e por aturarem tantas conversas teóricas. Obrigada por me auxiliarem a encarar este desafio com mais leveza e alegria.

Aos meus familiares, pelo suporte emocional e por estar ao meu lado sempre. À Tuca e ao Ito, pelo incentivo e por terem me acolhido com tanto carinho em sua família. À minha irmã Júlia, que, mesmo tão jovem, soube entender que eu não poderia estar sempre presente. Ao Valério pelo incentivo e à minha mãe Cleusa, por tudo o que faz e, principalmente, por tudo o que deixou de fazer por mim. Por ser pai, mãe e amiga. Obrigada por todo o cuidado, pelo incentivo e por todo o amor a mim dedicado. Ao Douglas, com quem escolhi dividir as virtudes e os defeitos mais íntimos, obrigada pela paciência, pelo encorajamento constante, pelo carinho e pela história de parceria e cumplicidade que juntos estamos construindo.

Registro, ainda, duas importantes contribuições: da minha companhia felina inseparável que não me deixou só em nenhum momento durante o processo de escrita e

do U2, que compôs a trilha sonora da minha vida e foi fonte de inspiração para este trabalho.

*Quem controla o passado, controla o futuro; quem
controla o presente, controla o passado.*

(Um dos lemas do partido que comandava o regime totalitário descrito na obra *1984* de George Orwell)

RESUMO

Este trabalho analisa o discurso jornalístico sobre o político na cobertura das *Diretas Já* realizada pela Rede Globo de Televisão a partir da retomada desse acontecimento no portal de memórias da emissora na internet. Interessa nesta pesquisa, à luz da Análise de Discurso de linha francesa, identificar como esse acontecimento foi tratado e quais os efeitos de sentido ecoaram, mesmo que encobertos por pretensa imparcialidade jornalística. Na seção *Erros* do seu portal de memórias, a Globo admite dois deslizos, sendo um deles a cobertura jornalística da campanha *Diretas Já*, em 1983 e 1984. A emissora foi acusada de não dar destaque ao movimento em seus telejornais. Foi nesse período, durante manifestações do povo nas ruas, que se popularizou o bordão “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”. Para unir todas as pontas dos fios que compõem esse emaranhado discurso, são movidos os conceitos fundamentais da AD francesa: de sujeito, de ideologia, de materialismo histórico, de condições de produção, de formação ideológica, de formação discursiva e de memória discursiva. O olhar sobre o discurso jornalístico se dá sob as lentes dos conceitos de acontecimento histórico, político, jornalístico, discursivo e enunciativo. O equívoco e a contradição tratados como erros pela emissora são movidos pelas noções de real e impossível da língua e da história e pelos conceitos de designação e determinação. Feita a seleção do texto do site e a transcrição dos 13 vídeos de reportagem e dos dez vídeos de depoimentos de profissionais envolvidos na cobertura, chega-se a 105 sequências discursivas, divididas em sete recortes. Nosso *corpus* é permeado por três formações discursivas (FD): a governista-militar, a das *Diretas* e a jornalística. Na FD jornalística foram identificadas três posições-sujeito (PS): a de jornalista político, a de apagamento do político e a de jornalista. A FD governista-militar instaura duas PS: a de defesa do regime militar e a de reconhecimento das manifestações populares. Já na FD das *Diretas* foram identificadas as PS de luta pela democracia, de luta pela demarcação das terras indígenas e de aderência ao movimento. Quanto aos lugares discursivos, os sujeitos se inscrevem nos lugares de jornalista, de jornalista político, de político, de historiador e de fonte jornalística. Dois acontecimentos enunciativos foram identificados na análise,

marcando a heterogeneidade das FDs. Tais acontecimentos irrompem nas PS de reconhecimento das manifestações populares e de apagamento do político. O equívoco das formulações foi percebido no jogo metafórico entre as palavras “festa-comício-manifestação” e nos deslizamentos de sentido que provocou. A política só irrompe o discurso de entretenimento na fala/entrevista dos próprios políticos, quando também se percebe que o regime militar usou as *Diretas* como fator de negociação para uma “abertura lenta, gradual e segura”. Na costura de todas as análises, percebemos que o movimento *Diretas Já* marca a irrupção de novos saberes até então interditados naquela formação social e, dessa forma, constitui-se como um acontecimento discursivo. Além de se dar na e pela língua, o movimento também é um importante acontecimento histórico, jornalístico e político. No entanto, as *Diretas* aparecem na Globo apenas como fato noticioso, pois, em grande parte das SDs, o sujeito jornalista deste *corpus* assume uma posição permeada por saberes da FD governista-militar. Assim, ao retomar o acontecimento em seu portal de memórias, a emissora não reconhece o erro. A retomada é uma tentativa de reescrever a história, produzindo novas memórias sobre a cobertura.

Palavras-chave: Discurso jornalístico. Acontecimento discursivo. *Diretas Já*. Rede Globo.

RESUMÉ

Ce travail analyse le discours politique pris par le discours journalistique pendant la couverture de *Diretas Já* de la chaîne brésilienne de télévision Rede Globo, à partir de la reprise de cet événement dans le portail de mémoires de la chaîne à Internet. Avec l'appui de l'Analyse du Discours d'origine française, dans cette recherche, il est intéressant d'identifier comment l'événement a été abordé par la média télévisée et quels effets de sens ont fait écho même que recouvert par la prétendue impartialité journalistique. Dans la section appelée Erreurs, Globo n'admet que deux erreurs, dont une desquelles est la couverture journalistique de *Diretas Já* en 1983 et 1984. La chaîne a été accusée de ne pas mettre en évidence le mouvement. C'est à ce moment-là, pendant les manifestations du peuple dans les rues, que le slogan « le peuple n'est pas fou, à bas la chaîne Globo » est devenu populaire. Pour unir toutes les parties qui forment ce discours, quelques concepts fondamentaux de l'AD française sont utilisés: le sujet, l'idéologie, le matérialisme historique, les conditions de production, les formations idéologiques, la formation discursive et la mémoire discursive. Le regard sur le discours journalistique se passe sous les lentilles des concepts comme l'événement historique, politique, discursif et énonciatif. Le malentendu et la contradiction, traités par la chaîne comme des erreurs, sont utilisés avec les notions de réel et impossible de la langue et de l'histoire et avec les concepts de désignation et détermination. La sélection du texte, la transcription de 13 vidéos de reportage et de dix vidéos de témoignages de professionnels pendant la couverture ont été faites. Donc, on a découpé 105 séquences discursives, divisées en sept extraits. Notre corpus est formé pour trois formations discursives (FD): la du gouvernement-militaire; la des *Diretas* et la journalistique. Dans la FD journalistique il y a trois positions sujets (PS): journaliste politique, effacement du sujet politique et journaliste. La FD gouvernement-militaire pose deux PS: la défense du militarisme et la reconnaissance de manifestations populaires. La FD *Diretas* a les PS de lutte pour la démocratie, lutte pour la délimitation de terrain aux indigènes et l'adhérence au mouvement. En ce qui concerne les lieux discursifs, les sujets sont dans les lieux de journaliste, de journaliste politique, de politique, d'historien et de source

journalistique. Deux évènements énonciatifs ont été identifiés dans l'analyse, marquant la diversité des FDs. Tels événements surgissent dans les PS de reconnaissance de manifestations populaires et de l'effacement du sujet politique. L'erreur des formulations a été vue dans le jeu métaphorique entre les mots « fête-rassemblement-manifestation » et dans les glissements de sens que le jeu a provoqué. La politique seulement apparaît dans le discours quand les politiques eux même parlent, quand ils notent que le régime militaire a utilisé le *Diretas* pour négocier une « ouverture lente, progressive et sûre ». Avec la couture de toutes les analyses, on peut percevoir que le mouvement *Diretas Já* marque la formation de nouveaux savoirs qui étaient interdites dans cette formation sociale et, donc, se forment comme un événement discursif. En plus de se passer dans et par la langue, le mouvement est aussi important pour être un événement historique, journalistique et politique. Toutefois, *Diretas Já* apparaît dans Globo seulement comme nouvelle parce qu'une grande partie des SDs, le sujet journaliste de ce corpus assume une position imprégnée de savoirs de la FD gouvernement-militaire. Ainsi, en reprenant l'évènement dans son portail de mémoires, la chaîne ne reconnaît pas l'erreur. La reprise est une tentative d'écrire l'histoire à nouveau, en produisant des nouvelles mémoires sur la couverture.

Mots clés: Discours journalistique. Événement discursif. *Diretas Já*. Rede Globo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Definição de sujeito	25
Figura 2: Constituição do arquivo	67
Figura 3: Constituição da noção de sujeito.....	73
Figura 4: A noção de sujeito e suas correlações.....	73
Figura 6: Diferenças entre os acontecimentos da linguagem: discursivo e enunciativo	86
Figura 7: A imbricação dos acontecimentos.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Funcionamento das formações imaginárias propostas por Pêcheux	43
Quadro-síntese 2: Recortes e respectivas sequências discursivas analisadas neste trabalho	108
Quadro-síntese 3: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 1	123
Quadro-síntese 5: A designação pelo determinante festa e o posicionamento dos sujeitos no recorte 2 subseção B.....	141
Quadro-síntese 6: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 3 subseção A.....	151
Quadro-síntese 7: Determinação/designação e apagamento de sentidos do político no recorte 3 subseção B.....	157
Quadro-síntese 8: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 3 subseção C.....	161
Quadro-síntese 9: Posicionamento dos sujeitos do discurso no recorte 4 subseção A.	167
Quadro-síntese 10: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 4 subseção B.....	175
Quadro-síntese 11: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 4 subseção C.....	179
Quadro-síntese 12: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 4 subseção D.....	181
Quadro-síntese 13: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 4 subseção E.....	184
Quadro-síntese 14: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 4 subseção F.....	188
Quadro-síntese 15: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 4 subseção G.....	189
Quadro-síntese 16: Determinação/designação de negociação e negociata e a inserção do discurso-outro no recorte 5 subseção A.....	196

Quadro-síntese 17: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 5 subseção B	201
Quadro-síntese 18: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção A.....	205
Quadro-síntese 19: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção B	210
Quadro-síntese 20: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção C	214
Quadro-síntese 21: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção D.....	216
Quadro-síntese 22: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção E	217
Quadro-síntese 23: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção F	219
Quadro-síntese 24: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção G.....	220
Quadro-síntese 25: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção H.....	221
Quadro-síntese 26: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção I	223
Quadro-síntese 27: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção J.....	228
Quadro-síntese 28: As formações imaginárias sobre os acontecimentos político e jornalístico e os posicionamentos dos sujeitos no recorte 7 subseção A.....	232
Quadro-síntese 29: Formações imaginárias da Globo e os posicionamentos dos sujeitos no recorte 7 subseção B	236
Quadro-síntese 30: Formações imaginárias da Globo sobre a campanha e sua divulgação no recorte 7 subseção C	239
Quadro-síntese 31: Determinação/designação e posicionamento do sujeito no recorte 7 subseção D.....	240
Quadro síntese 32: resumo das FDs e das PSs identificadas no corpus:	242
Quadro-síntese 33: Lugares discursivos	243
Quadro-síntese 34: Acontecimentos discursivos e enunciativos.....	244

LISTA DE ABREVIATURAS

AD – Análise do Discurso

AIE – aparelhos ideológicos de Estado

ARE – aparelhos repressores de Estado

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações

FD – formação discursiva

FI – formação ideológica

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Popular

PS – Posição-sujeito

PT – Partido dos Trabalhadores

SD – sequência discursiva

VT – *videotape*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 POR QUE A ANÁLISE DO DISCURSO.....	19
1.1 Linguagem, ideologia e sujeito.....	23
1.2 Materialismo histórico.....	31
1.3 Sobre a produção e reprodução dos sentidos no jornalismo.....	35
1.4 Condições de produção.....	38
1.4.1 Formações imaginárias e a constituição do discurso jornalístico.....	41
1.4.2 O discurso jornalístico – a posição apagada no discurso político?	45
1.4.3 As condições de produção da campanha <i>Diretas Já</i>	47
2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E ARQUIVO: A IRRUPÇÃO DO ACONTECIMENTO	64
2.1 Formação ideológica e formação discursiva	68
2.2 Heterogeneidade da formação discursiva e da forma-sujeito.....	70
2.3 As modalidades de desdobramento do sujeito.....	73
2.4 Os acontecimentos: histórico, jornalístico, discursivo e enunciativo.....	76
2.5 Do acontecimento político ao discursivo na televisão.....	89
2.5.1 O discurso “sobre”	93
2.5.2 Os lugares discursivos do jornalista e do político	97
3 ENTRE A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO ERRO E DO EQUÍVOCO	100
3.1 O percurso de análise.....	105
3.2 Designação e determinação	111
3.3 Festa popular x movimento político	126
3.4 Da política à polícia.....	143
3.4.1 Comício-manifestação	145
3.4.2 O jornalismo político e os comícios	162
3.5 Diretas e negociatas	191
3.6 Representações políticas do sujeito imprensa	201

3.6.1 Coação ou opção?.....	202
3.6.2 Rede Globo e a subversão	229
3.7 Costurando os recortes	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	247
REFERÊNCIAS	252

INTRODUÇÃO

No desenvolvimento deste trabalho, que retoma a cobertura jornalística do movimento *Diretas Já* (1983-1984), realizada pela Rede Globo, deparamo-nos com diversos saberes. Na obra *Arqueologia do saber*, Foucault assegura que “Toda prática discursiva é um espaço de constituição de saberes” (2005, p. 206). Dentro da prática discursiva, regularidades vão apontar para diferentes domínios (o científico, o jurídico, o jornalístico, etc.). É pela e na prática discursiva que os sujeitos podem se posicionar diante desses saberes.

Neste trabalho, primeiramente, identificamos o saber dos militares, que constituiu novas práticas a partir da ditadura no país desde 1964. Em consequência disso, houve a emergência de novos saberes e práticas discursivas, como a censura, a repressão, a violência, a negação do direito à livre manifestação do pensamento, o discurso da disciplina, da ordem e do progresso, do perigo, do “bando vermelho dos comunistas” e do impasse entre classes.

Os meios de comunicação viviam sob a censura e os jornalistas, assombrados pelo medo da prisão e da tortura. As emissoras de rádio e televisão viviam sob a ameaça de cassação das concessões públicas, tal como ocorreu com a Rádio Marajoara Sociedade Anônima do Pará, cassada pelo decreto nº 84.931, de 17 de julho de 1980, com a TV Tupi, cuja cassação foi determinada pelo decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, artigo 12.

Ainda, identificamos o saber jornalístico que se configurou pela busca da isenção e, sobretudo, pelo instinto de sobrevivência em tempos de ditadura. O saber jornalístico é aquele que, na emergência dos acontecimentos, nos bombardeia por uma quantidade excessiva de notícias, não deixando tempo para pensar sobre elas. Na sociedade do espetáculo, a efemeridade da informação e os efeitos de naturalização de sentidos são determinantes para as transformações e reconfigurações da memória social, sobretudo porque se caracteriza por uma memória transitória, que nada registra. Efeito da sociedade do espetáculo, a alienação cresce à medida que a efemeridade avança, e a naturalização dos sentidos acontece em massa. Produz efeitos de sentido nas massas.

Não fosse pela naturalização de sentidos na memória social, como se explicaria o fato de que, pouco mais de 20 anos após o fim da ditadura, presenciamos pequenos grupos infiltrados em manifestações populares pedindo a volta dos militares? A ilusão

de crescimento econômico durante a ditadura militar e o imaginário construído sobre a honestidade dos militares ainda são efeitos de sentido que ressoam na sociedade, despertados pela excessiva exposição negativa do país na mídia, principalmente em ano de eleições presidenciais. “O Brasil está em crise”, “todos os políticos são corruptos”, “é preciso manter a disciplina, a ordem, o progresso” são enunciados repetidos à exaustão nas redes sociais, nos telejornais e nos programas de televisão.

Entretanto, observamos neste estudo um saber mais forte, capaz de transformar as bases da sociedade: o saber do povo.¹ Foi o saber do povo, manifestado corajosamente nas ruas, que enfraqueceu o regime militar e deu condições para que os meios de comunicação pautassem o movimento *Diretas Já*. Quando a população se une em torno de um mesmo desejo, de um mesmo objetivo, sua força se amplifica, e esse saber passa a produzir novos sentidos. É o caso do bordão “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”, que tem o surgimento atribuído a dois episódios: a greve geral dos metalúrgicos do ABC em 1979 e a eleição de Brizola para o governo do Rio de Janeiro em 1982, mas que se popularizou nos comícios por eleições diretas para presidente da República nos anos de 1983 e 1984.

O enunciado “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” nasceu de um grito sufocado do povo contra a ditadura, contra quem não apoiasse a volta da democracia. Cabe registrar que em 2014, no discurso da presidente Dilma Rousseff (PT), após a reeleição, o enunciado é repetido não mais pelo povo nas ruas, mas espetacularizado por militantes da base aliada do governo, exatamente no momento em que a Globo passa a transmitir ao vivo o discurso da presidente reeleita. O enunciado remete ao imaginário de manipulação, e a cada eleição esse efeito de sentido volta a ressoar, sendo designificado, ou seja, recoberto por outros efeitos de sentido que o ressignificam pelas diferentes condições de produção. No caso de 2014, produziu efeitos de sentido de ressentimento e indignação pela exposição de matérias negativas sobre o governo em comparação com o teor das matérias divulgadas sobre os adversários da presidente.

¹ Na obra *Microfísica do poder*, capítulo “Sobre a justiça popular”, Michel Foucault fala sobre o poder das massas sobre a justiça burguesa, sobre a forma como esta é exercida nos tribunais, dizendo que não pode ser verdadeiramente justiça para o povo. A justiça serve de instrumento aos interesses de quem detém o poder. Segundo Foucault, “[...] a Justiça, tal como funciona enquanto aparelho de Estado, só pode ter por função dividir internamente as massas” (2012, p. 126). A única forma de garantir a justiça para o povo é dando o controle a ele. “[...] um ato de justiça popular não pode atingir a plenitude da sua significação se não for politicamente elucidado, controlado pelas próprias massas” (2012, p. 122). Assim, a justiça popular é um importante meio de resistência das classes oprimidas.

Assim, buscando identificar, à luz da Análise do Discurso de linha francesa, como o acontecimento histórico é tratado pela mídia televisiva e quais os efeitos de sentido ecoam, mesmo recobertos pela pretensa imparcialidade jornalística, este trabalho analisa o discurso jornalístico sobre o discurso político na cobertura da campanha *Diretas Já* realizada pela Rede Globo e retomada pela emissora em uma seção denominada *Erros* no seu portal de memórias na internet. Nessa seção, a rede Globo admite erro de conduta na cobertura jornalística realizada. A votação da emenda parlamentar que propôs eleições diretas completou trinta anos em 2014, mas a cobertura jornalística da Rede Globo não caiu no esquecimento.

Dessa forma, a questão que norteia este trabalho é investigar o funcionamento do discurso que constitui o acontecimento *Diretas Já* na cobertura jornalística realizada pela Rede Globo e quais os efeitos de sentido funcionam por trás da ilusão de imparcialidade jornalística. No jornalismo já se admite que a imparcialidade seja inatingível. Entretanto, os estudiosos da comunicação dificilmente recorrem às teorias linguísticas para embasar tal admissão. Por isso julgamos que analisar a materialidade linguística de uma cobertura jornalística considerada um “erro” pela própria emissora que a realizou, pelo viés da Análise de Discurso de linha francesa, poderia promover algumas reflexões interessantes para o debate sobre a atividade jornalística.

Especificamente interessa-nos investigar como se constitui o acontecimento discursivo *Diretas Já* enquanto acontecimento histórico, político e jornalístico, assim como identificar e analisar possíveis acontecimentos enunciativos no *corpus*. Para analisar, então, o discurso jornalístico sobre o discurso político, será necessário analisar também a movimentação das posições-sujeito nas formações discursivas presentes na materialidade discursiva.

Integram o portal *Memória Globo*, um texto explicativo, 13 vídeos de reportagens e outros dez depoimentos de profissionais envolvidos na cobertura, para justificar tal erro, que de acordo com a emissora foi induzido pela censura do período do regime militar.

Reconhecido por ser um tipo de discurso “sobre”, o discurso jornalístico constitui-se um lugar de entremeio que interpreta os fatos antes de torná-los conhecidos ao público. Assim, na cobertura da campanha *Diretas Já*, a Rede Globo faz a sua leitura, a sua interpretação desse acontecimento. Ao (re)escrever a história, entendemos

que a emissora acredita homogeneizar os sentidos, eliminando discrepâncias ou possíveis lacunas para garantir o efeito de unicidade.

Sabemos, entretanto, que também o discurso jornalístico pode apresentar diferentes direções de sentido para o fato noticiado, ou dar visibilidade a uns conteúdos em detrimento de outros, conforme as formações discursivas e ideológicas que o profissional e/ou o veículo de comunicação está inscrito. O discurso jornalístico atua, dessa forma, na institucionalização social de sentidos, contribuindo na constituição do imaginário social.

Apesar de discursivizar um acontecimento e já interpretá-lo, o discurso “sobre” produz o efeito de que os fatos falam por si, ou seja, traz a pretensa ilusão de imparcialidade. Contudo, essa ilusão parece ser o efeito que mais ressoou na cobertura das *Diretas Já*. Com a publicação dos arquivos com as matérias e a justificativa, um ponto de falha, de equívoco, rompeu a linearidade da discursivização desse acontecimento. E é neste equívoco que o presente trabalho se concentrará.

Na primeira parte deste trabalho serão abordadas noções basilares da AD francesa, como de sujeito, de ideologia, de materialismo histórico, de formações imaginárias e de condições de produção, para situar o discurso jornalístico dentro de sua formação social e determinar as condições de produção da cobertura jornalística das *Diretas Já*.

O olhar sobre o funcionamento do discurso jornalístico sob as lentes dos conceitos de memória, arquivo e acontecimento – político, histórico, discursivo e enunciativo – será o recorte da segunda parte desta pesquisa. A memória retoma fatos registrados na história e o interdiscurso por sua vez funciona como uma rede de significantes que constituem um mesmo campo de saber. Dessa forma, quando o novo atravessa essa rede de regularidades, dizemos que há um acontecimento discursivo. Assim, para se chegar à noção de acontecimento (discursivo e enunciativo), serão trabalhados os conceitos de formação ideológica e de formação discursiva, de heterogeneidade da forma-sujeito e da FD. São desses conceitos que derivam as noções de desidentificação e contraidentificação, responsáveis pela instauração de um acontecimento enunciativo ou discursivo. No mesmo capítulo, o discurso jornalístico recebe a abordagem de “discurso sobre”.

O equívoco e a contradição tratados como erro pela emissora são movidos pelas noções de real e de impossível da língua e da história no terceiro e último capítulo deste

trabalho. Os deslizamentos de sentido entre termos, como “festa”, “comício” e “manifestação”, por exemplo, serão explicitados pelos conceitos de designação e determinação. Tais conceitos elucidarão os efeitos de referenciação dentro de um texto e buscam explorar o funcionamento dos processos discursivos de constituição do sentido pelo aparente ato de substituíbilidade. Este capítulo abarca, também, o percurso de análise das sequências discursivas.

Cabe destacar que na AD o analista pode recorrer a dois dispositivos de interpretação: o teórico e o analítico. Este último construído pelo próprio analista. Ainda nessa perspectiva teórica, o método de compreensão dos fenômenos linguísticos está focado nos processos de produção de efeito de sentido e não numa análise do produto. Dessa forma, este trabalho apresenta possíveis gestos de interpretação sobre como a Rede Globo tratou o acontecimento *Diretas Já* em sua tela.

1 POR QUE A ANÁLISE DO DISCURSO

No terreno da linguagem, a luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história. Essa luta continua hoje como uma luta revolucionária incessante contra o estágio final do capitalismo.

Michel Pêcheux

A primeira razão para o empenho na realização deste estudo em Análise do Discurso está na citação de Pêcheux, onde observa que “no terreno da linguagem, a luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões, enunciados...”; a segunda é a observação de que a Análise do Discurso “se apóia sobre o político. Ela nasce na crença de uma intervenção política, porque aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica”, que vem de Gadet (1997, p.8); um terceiro fator que justifica a escolha pela Análise do Discurso está em Pêcheux (1995, p. 301), que diz: “Uma palavra pela outra é a definição da metáfora², mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso”, ou seja, como afirma o autor:

- não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”.
- ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo” (PECHEUX, 1995, p. 304).

Dessa forma, certos sentidos, que são constituídos a partir de uma determinada interpelação/identificação, a partir de certo momento, podem ser questionados e um sentido pode tornar-se outro.

A fim de começar a abordar o objeto de estudo do presente trabalho e relacioná-lo à teoria elegida vale lembrar que, em relação ao acontecimento jornalístico *Diretas Já*, o período da ditadura militar interditou muitos sentidos. A censura, a repressão e a violência interferiram na constituição e na produção da memória deste pedaço da

² Para Pêcheux (1995, p. 300), “o sentido é produzido no ‘non-sens’” sob “o primado da metáfora”. Dessa forma, certos sentidos, que são constituídos a partir de uma determinada interpelação/identificação, a partir de certo momento, podem ser questionados e um sentido pode tornar-se outro.

história do país. Foram vinte anos de um regime em que seus governantes censuraram, torturaram e até mataram para se manterem no poder. Após os duros mandatos dos generais Emílio Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979), com a posse de João Baptista Figueiredo em 15 de março de 1979, o Brasil parecia viver seus primeiros momentos de distensão política. O novo presidente prometeu ao povo brasileiro promover o processo de democratização do país. A população passou a ter novamente a esperança do retorno do sistema democrático e da livre manifestação do pensamento³.

Entretanto, o que era para ser o início do fim da repressão, configurou-se como um período de tensão política e de violentos atentados. Os militares e simpatizantes do regime mais radicais renegavam a distensão e não aceitavam a possibilidade de deixar o poder, resistindo com muita violência e até com bombas em várias partes do país⁴.

O fim do milagre econômico, a chegada da crise e da recessão ao país, as promessas de distensão política, a resistência dos militares mais radicais, somados à esperança de mudança que tomava conta da sociedade brasileira, deram condições a um período de efervescência política sem precedentes. Sendo assim, o movimento das *Diretas Já* instaurou novos sentidos e deu novos rumos à interpretação da história política brasileira. São, pois, esses sentidos que ainda fazem parte de nossa memória discursiva referente ao imaginário de governo e de regime militar e que, neste estudo, passam a ser ressignificados. Isso porque a memória e os sentidos são afetados pela incompletude. Na constituição dos sentidos, ideologia e historicidade fazem parte do funcionamento da linguagem. É esta concepção de linguagem que justifica a inscrição deste trabalho na Análise do Discurso.

³ Vale lembrar que, pouco tempo depois da posse, Figueiredo promulgou a lei nº 6.683, que ficaria conhecida como Lei da Anistia, no dia 28 de agosto de 1979, além de conceder o retorno ao Brasil aos exilados pelo regime. Mas o perdão político demorou a concretizar e não foi concedido apenas aos militantes políticos, artistas e intelectuais. Muitos torturadores que trabalharam para o regime também foram anistiados. Em seu mandato, Figueiredo também extinguiu o bipartidarismo, instituindo o pluripartidarismo e ficou marcado como um ditador “maleável”. A eleição de Figueiredo instaurou novos sentidos e deu novos rumos à interpretação da história política brasileira.

⁴ O atentado maior foi o do Riocentro ocorrido na véspera do dia do trabalho em 1981 durante um show de cantores da MPB, com a participação de mais de vinte mil pessoas. Uma bomba explodiu dentro de um carro no estacionamento, matando dois policiais ligados ao regime. A bomba teria explodido enquanto estava sendo confeccionada para ser colocada na caixa de energia da casa de show. O objetivo dos militares era acusar a extrema esquerda. O atentado do Riocentro repercutiu no mundo todo e deu abertura para o processo de anistia no país.

Há uma multiplicidade de campos recobertos pela designação Análise do Discurso. As fronteiras e dissensos resultam de concepções diferenciadas, ou de sujeito, ou de ideologia, ou mesmo do modo de conceber a relação do linguístico com o social.

Ao se tratar da Análise do Discurso de filiação em Pêcheux, embora seu contexto de emergência coincida com o auge do estruturalismo na década de 1960 e vários teóricos realizavam trabalhos de análise de discursos, a partir de diferentes pressupostos teóricos,⁵ cabe lembrar que a Análise do Discurso a que nos referimos se ocupa em trazer para o interior da linguística o que Saussure havia excluído/recusado.

Os principais pontos do postulado saussuriano segundo a interpretação clássica, que historicamente se sedimentou a partir do *Curso de linguística geral*, e que constituem o chamado “corte saussuriano” pelo domínio de marginalidade e/ou exclusão a que ficaram relegados, são a fala (individual, variável, não sistemática); o sujeito, a história – não a diacronia, o sentido (tangenciado na noção de valor); o social (caráter da língua que em Saussure assume características próprias – é o fato de a língua ser partilhada pela comunidade de falantes).

Aqui trataremos da Análise do Discurso que leva em conta as condições materiais de produção do discurso, sua inscrição em diferentes formações discursivas (necessariamente no bojo de formações ideológicas) e as relações de deslocamentos e repetição dos sentidos na historicidade.

Conforme Fuchs e Pêcheux (1993b, p. 163-164), a Análise do Discurso articula três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, sendo as três atravessadas pela teoria psicanalítica do sujeito.

Orlandi (2010, p. 13) lembra que o aparecimento da Análise de Discurso se deu na década de 1960 quando autores, como Althusser, Foucault, Lacan e Pêcheux, passaram a se interrogar sobre questões de leitura. Sua grande ruptura com as demais teorias existentes é a não dissociabilidade do que é histórico-social da língua. De acordo com Orlandi (1999, p. 61), “a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui”.

⁵Apesar de considerarmos de grande relevância as bases epistemológicas que sustentam as diferentes abordagens de análise do discurso, não nos ocuparemos destas, dando prioridade à teoria elegida para o desenvolvimento deste trabalho.

Nessa perspectiva teórica, inconsciente e ideologia estão imbricados na constituição dos sujeitos. Conforme Pêcheux, “só há prática através de e sob *uma* ideologia; só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (1995, p. 149, grifo do autor).

O sujeito é constituído a partir da relação com o outro. São então, no mínimo, dois: um, o falante empírico; outro, o enunciador linguístico. Na realidade, o sujeito da AD é um lugar de sujeito. Mazière (2007, p. 22) afirma que “de fato, ele (o sujeito) não pode ser apreendido, a não ser no interior de cada uma das buscas do analista em função de seu desígnio interpretativo e de sua posição quanto à língua”.

Desse ponto de vista, falar do sujeito é falar de efeito de linguagem; sujeito enquanto um ser de linguagem que foi falado antes de falar, que traz marcas do discurso do Outro, o que implica considerar que o sujeito não é origem do dizer nem controla tudo o que diz (MAGALHÃES; MARIANI, 2010, p. 402).

Assim, a Análise de Discurso questiona o que a linguística deixa de fora para se constituir: o sujeito, a situação, a ideologia e a transparência da linguagem. Pêcheux (1995, p. 134) destaca:

O terreno que atingimos (terreno de uma teoria não-subjetiva da subjetividade) deve permitir-nos, de agora em diante, fundar, em seu princípio, a teoria (materialista) dos processos discursivos e, por essa via, indicar as posições relativas dos caminhos percorridos, ou, para retomar a outra imagem, unir os fios entre si.

Cabe destacar também que na AD não há estabilidade de discursos, tampouco de sentidos. “Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva⁶ possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, 2008, p. 53).

É baseando-se nesses conceitos que o estudo se concentrará, analisando a língua como ponto de falha, de equívoco, de não transparência; conceitos que vão de encontro ao *corpus* deste trabalho: o discurso jornalístico “sobre”. Reconhecido pelo *status* de “discurso da verdade”, o jornalismo, ao eliminar as marcas de sujeito e assumir as características de impessoalidade do discurso científico, produz os efeitos de imparcialidade e de objetividade.

⁶Falamos em pontos de deriva em AD porque não há um único sentido, mas diferentes efeitos de sentido. Uma palavra ou expressão não pode ser tomada em seu sentido literal, pois a língua não é transparente.

Ao comentar eventos políticos em reportagens, notas e/ou entrevistas, o jornalista produz um gesto de interpretação, induzindo o seu leitor, ouvinte ou telespectador, a determinadas conclusões⁷.

Assim, neste capítulo a pauta é a própria constituição do discurso jornalístico sob o olhar da Análise de Discurso.

1.1 Linguagem, ideologia e sujeito

Para a Análise de Discurso, é impossível falar de língua sem falar de linguagem. Somente em contato com a sociedade é que a língua significa. Por envolver sujeitos em situações determinadas, fica também impossível falar de linguagem sem falar de ideologia. A ideologia funciona através da linguagem que a exterioriza pela fala dos sujeitos.

Aliás, o que está dentro e o que está fora da língua ainda hoje é tema de muitas discussões teóricas. Da mesma forma, definir o objeto da linguística e o da AD rende bons debates. Orlandi (1994, p. 295) ressalta que a AD se ocupa do discurso, de sua autonomia relativa em relação ao linguístico e de sua ligação com a exterioridade. “O discurso para o analista de discurso é um objeto histórico cuja materialidade específica é linguística” (ORLANDI, 1994, p. 295).

Na perspectiva discursiva, a língua necessita da história para significar. E a relação de sentido que o sujeito estabelece com a história só é possibilitada pela ideologia. O discurso é o ponto de contato entre o linguístico e o ideológico.

Conforme Orlandi (1996, p. 28), “a interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique”. Tem-se, assim, o efeito de evidência do sentido e do sujeito como origem do que diz. Ambos constituem a ilusão de transparência da linguagem.

⁷ Como é o caso do súbito crescimento da candidata à Presidência da República Marina Silva nas pesquisas após a morte do candidato Eduardo Campos nas eleições 2014. A morte trágica de Campos em uma queda de avião transformou-se num espetáculo midiático. O povo acompanhou a substituição do candidato à Presidência pela coligação encabeçada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) como se fosse o último capítulo de uma novela. Com a espetacularização de mais essa tragédia, a mídia alavancou a candidata Marina Silva induzindo as intenções de voto.

Na AD o sujeito está situado no entremeio de três campos de conhecimento: a linguística (com o estudo da linguagem), a história (com o estudo da ideologia) e a psicanálise (com o estudo do inconsciente), os quais formam o chamado “nó borromeano”⁸ de Lacan. Conforme Ferreira,

o sujeito estaria, assim, sendo afetado, simultaneamente, por essas três ordens e deixando em cada uma delas *um furo*, como é próprio da estrutura de um *ser-em-falta*: o *furo* da **linguagem**, representado pelo *equivoco*; o *furo* da **ideologia**, expresso pela *contradição*, e o *furo* da **Psicanálise**, manifestado pelo *inconsciente* (2005, p. 71).

A incompletude do sujeito é sua condição de existência, como também é condição esse lugar intervalar (entre a linguagem, a ideologia e o inconsciente) que o sujeito ocupa. Daí ser a falta necessária para entender a noção de incompletude do sujeito, da língua e dos sentidos.

A noção discursiva de ideologia passa pelo efeito de evidência do movimento de interpretação. Conforme Orlandi (1994, p. 296), a ideologia “[...] se define pelo fato de que o sentido tem uma direção historicamente determinada em um imaginário social que é político”.

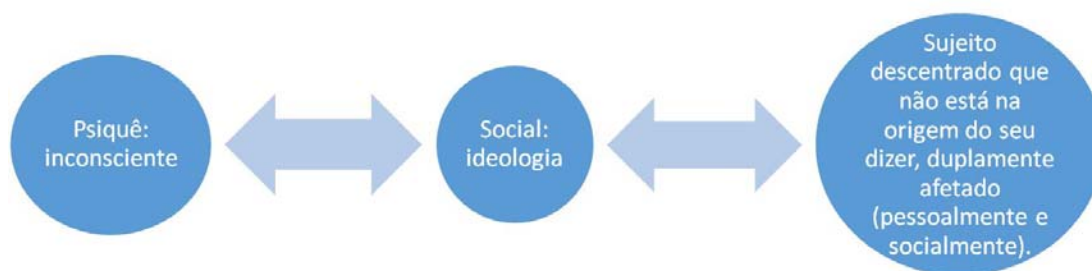
Em AD, nem a noção de ideologia advinda da sociologia, nem a de língua advinda da linguística são as mesmas. “O repetível da Linguística é formal (número finito de regras produzindo todas as frases da língua) e o repetível na AD é histórico (o efeito do já-dito que sustenta toda possibilidade de dizer)” (ORLANDI, 1994, p. 297).

Essas relações só podem ser pensadas se o sujeito for considerado descentrado, dividido, sob o efeito de dois esquecimentos: da origem do dizer (esquecimento 1) e do controle dos sentidos (esquecimento 2). A concepção de sujeito descentrado é formulada por Lacan na psicanálise. Conforme Ferreira, a inclusão de conceitos da psicanálise na AD significa “[...] deixar entrar com força uma outra concepção de sujeito, um sujeito clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam” (2005, p. 71). Como forma de retomada do processo de constituição do sujeito e a noção de descentramento,

⁸ A figura do nó borromeano foi introduzida por Lacan na psicanálise e é formada por três anéis que se entrelaçam e se interligam, constituindo espaços de imbricamentos e interrelações entre esses.

formulamos⁹ a Figura 1 onde apresentamos a relação do sujeito com a ideologia e o inconsciente.

Figura 1: Definição de sujeito



Fonte: A autora.

Conforme o apresentado na Figura1, inconsciente e ideologia se entrelaçam na constituição do sujeito, que não é mais a origem do dizer, é descentrado e ideologicamente assujeitado, embora não de forma consciente. As setas em duas direções são porque entendemos que, embora um incida sobre o outro, não há como estabelecer fronteiras nítidas entre um e outro e também porque se trata de um processo de constituição, o que significa que esses elementos funcionam simultaneamente.

O núcleo da noção de inconsciente é o real. O conceito de real é trabalhado como uma falha na estrutura do sujeito, como aquilo que lhe falta. Em torno dessa falta, o inconsciente se estrutura. A partir do real se estrutura também a noção de simbólico. Segundo Ferreira, “é no simbólico que o sujeito do inconsciente se estrutura como linguagem” (2005, p. 74). Da mesma forma, o imaginário se constitui pelo simbólico e trata-se da “[...] captação especular no plano consciente” (FERREIRA, 2005, p. 74).

De acordo com Ferreira (2005, p. 74), real, simbólico e imaginário não se dissociam. É justamente na união dos três conceitos que a estrutura se estabelece. Por esse motivo pode-se dizer que “[...] *sujeito, linguagem e discurso* poderiam ser

⁹ A figura foi elaborada a partir dos estudos de INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

concebidos como *estruturas* às quais se têm acesso pelas *falhas*” (FERREIRA, 2005, p. 74, grifos da autora). O sujeito, assim, não é empírico, do mesmo modo, a linguagem não é transparente.

A língua está sempre sujeita ao equívoco, assim como está sujeita à interpretação. Por isso, interioridade e exterioridade não estão separadas. “A exterioridade está no interior (divisão do sujeito e não transparência da linguagem)” (ORLANDI, 1996, p. 29). Interioridade e exterioridade desencadeiam o jogo entre interdiscurso e intradiscurso, ou seja, ao que está dentro e fora da língua. Na AD não se concebe uma separação, uma divisão classificatória. É especialmente para aquilo que está fora da língua ou, em outras palavras, para aquilo que é contraditório que a AD irá se voltar.

Os sentidos não são da ordem do léxico, mas da semântica. As palavras mudam de sentido conforme as posições dos sujeitos que a empregam, o que remete às formações ideológicas e ao espaço desse dizer, do que pode e deve ser dito (FUCHS; PÊCHEUX, 1993b, p. 166). As regularidades dos enunciados determinam o seu sentido e assim, apontam para um mesmo lugar. Ao deprendermos o percurso de construção do sentido, chamado de processo discursivo, chegaremos às formações discursivas.

Segundo Pêcheux (1995, p. 162), pode-se dizer que a formação discursiva¹⁰ é o lugar da matriz do sentido. As formações discursivas formam um “todo complexo com dominante”, o qual é denominado como “interdiscurso”. E o interdiscurso abarca o pré-construído, as retomadas, o já-dito naturalizado e presente na memória histórico-social.

Considerando a FD o lugar da matriz do sentido, esta é o espaço das reformulações e paráfrases. A retomada de uma representação verbal sempre vai ocasionar uma nova representação ligada à anterior de forma inconsciente. De acordo com Pêcheux:

É esse vínculo entre as duas representações verbais em causa que é restabelecido na discursividade, na medida em que ambas podem ser unidas à mesma formação discursiva (podendo, então, uma remeter à outra por reformulação parafrástica ou por metonímia). Esse vínculo entre as duas representações procede da *identificação simbólica* e, como tal, é representado através das “leis da língua” Lógica e gramática), de modo que, também aí, fica claro que todo discurso é ocultação do inconsciente (1995, p. 175, grifo do autor).

¹⁰O conceito de formação discursiva será melhor explorado na seção 2.1 deste trabalho.

Assim, essa identificação simbólica leva a que toda expressão, palavra ou enunciado adquira um sentido próprio e evidente. Se o efeito de sentido se dá na relação de substituições de elementos lexicais dentro de uma formação discursiva, cabe ressaltar que essa substituição pode acontecer tanto através da equivalência como da implicação.

No caso da equivalência, esta se dá pela forma de substituição simétrica, cujos termos são considerados desencadeadores do mesmo sentido (em uma FD dada). Já a implicação, chamada de “substituição orientada”, produz uma relação diferente de substituição em $A \longrightarrow B$ e em $B \longrightarrow A$.

A implicação, assim, dá origem ao *discurso-transverso*. “Observemos que o funcionamento do ‘discurso-transverso’ remete àquilo que, classicamente é designado por *metonímia*, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc.” (PÊCHEUX, 1995, p. 166, grifo do autor). Dessa forma, o interdiscurso é o espaço onde funcionam diferentes discursos, sem fronteiras nitidamente definidas, ao passo que o discurso transverso é a voz do outro atravessando o discurso. Nessa perspectiva, pré-construído é o efeito de evidência que um discurso produz, ou seja, a estabilização de determinados sentidos na memória social.

Convém explicar ainda que o espaço de reformulação-paráfrase de uma FD constitui um imaginário linguístico, ou um corpo verbal. Esse imaginário produz evidências lexicais entre termos substituíveis na estrutura da língua. Evidências essas originadas pelo esquecimento de que as substituições se unem pelo interdiscurso.

[...] no espaço de reformulação-paráfrase de uma formação discursiva – espaço no qual, como dissemos, se constitui o sentido – efetua-se o acobertamento do impensado (exterior) que o determina; insistiremos igualmente no fato de que esse acobertamento se efetua, na realidade, na esfera reflexiva da consciência e da intersubjetividade, isto é na esfera sem margens nem limites da forma-sujeito que, como a ideologia (e porque ela é seu ponto central), “não possui um exterior”, segundo a expressão de L. Althusser (PÊCHEUX, 1995, p. 177).

Orlandi destaca que não é a ordem da língua, mas a ordem social que determina o significante. A ordem social é a das formações sociais que estabelecem a relação entre as situações e as posições dos sujeitos através de projeções imaginárias. “Como a ordem da língua e a ordem do mundo não são coincidentes elas só funcionam pelo imaginário” (1996, p. 30). Como o sujeito se constitui pela linguagem, a sua marca é um efeito de

linguagem. Em contato com a ideologia, esse sujeito é, então, assujeitado. Pelo trabalho do inconsciente, esse sujeito também se apresenta como desejante.

Efeito de linguagem, assujeitado e desejante, eis, então, nossa atormentada categoria em toda sua complexidade e heterogeneidade, unida de modo indissolúvel, na topologia do nó borromeano, à *linguagem*, à *ideologia* e à *Psicanálise*. A “morada do sujeito” fica tomada, como se vê, pela inscrição ideológica que se marca no desejo, o qual opera por deslizamento em um plano de contiguidade e remete sempre a uma falta. Já a linguagem, por sua vez, funciona não só como base material onde essas relações se dão, mas como a própria forma de que elas se revestem (FERREIRA, 2005, p. 73, grifos da autora).

Decorre disso o fato de a língua não poder ser considerada apenas um código,¹¹ um sistema, pois só funciona através da ideologia. “Este funcionamento é parte da natureza da ligação da língua com o mundo (no caso, com a ordem social)” (ORLANDI, 1996, p. 30). É por esses apontamentos que Orlandi assegura que “a historicidade, para nós, é justamente o acontecimento do texto enquanto discurso, o trabalho dos sentidos nele” (1996, p. 31). Assim, a exterioridade é o interdiscurso, a memória, o já-dito. Para trabalhar na AD, é preciso manter o olhar sobre a sistematicidade da língua, sobre a historicidade e sobre a interdiscursividade.

Pêcheux (1995, p. 131) critica a abordagem estrita de situação de comunicação na enunciação e o idealismo dessa abordagem que não representava de fato o funcionamento discursivo ao não considerar a historicidade e o efeito da ideologia no discurso,¹² assegurando que uma saída, então, era uma teoria não subjetiva da subjetividade.

¹¹Quando Ferdinand Saussure determina que a linguística trata da concepção interna da língua, nos primórdios dos estudos linguísticos, não está fazendo nada além de tomar uma posição. Saussure (2000, p. 92) desenvolve seus estudos apontando para a existência de uma linguística da língua e outra da fala (esta a única que admite sujeitos). Ao demarcar essa separação, Saussure trata da abordagem da língua por um enfoque, apontando que outros pontos de vista podem levar a abordagens diferentes. Vale lembrar que Pêcheux foi um atento leitor de Saussure, tanto que a noção de sistema foi fundamental para a concepção discursiva de língua, pois contribuiu para “[...] desvincular a reflexão sobre a linguagem das evidências empíricas e afastá-la da influência dominadora do sujeito psicológico” (FERREIRA, 1999, p. 128).

¹²Respeitamos os avanços teóricos empreendidos por Émile Benveniste no que se refere ao ato de comunicação através da língua, ou seja, a enunciação. O autor diferencia-se de Saussure ao centrar seus estudos na língua colocada em funcionamento por um locutor (BENVENISTE, 1995, p. 286), porém ainda ignora a exterioridade, noção essencial para a concepção de discurso trabalhada nesta pesquisa. Observamos que Pêcheux critica mais especificamente o quadro da teoria da comunicação. Entretanto, na AAD 69, ele retoma o quadro proposto por Roman Jakobson para desenvolver o quadro das formações imaginárias. Dedicar-nos-emos a esse assunto na seção 1.4.1 - Formações imaginárias e a constituição do discurso jornalístico.

A Análise de Discurso discute de forma integrada questões do sujeito, do sentido e do discurso, não dissociando o fato de que o simbólico está relacionado ao processo do significante da constituição do sujeito. Em termos discursivos, a ideologia aponta para a necessidade de atribuição de sentidos, e na psicanálise, o inconsciente aponta para a questão do simbólico, onde ocorre o deslizamento dos sentidos.

Conforme Gadet e Pêcheux (2011), o início da reflexão sobre ideologia é marcado pelo estruturalismo filosófico no começo da década de 1960, organizado em grande parte acerca da interpretação dos discursos políticos. Os autores destacam as contribuições de estudiosos como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, explicando que a Análise de Discurso passa a não se preocupar com a estrutura da ideologia, mas com as heterogeneidades discursivas.

Ao desenvolver em seus estudos uma teoria da ideologia em geral, retomando conceitos de Karl Marx, Louis Althusser constata que (1985, p. 85) “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Segundo o autor, há um paralelo entre a existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos em sujeito, o que torna as duas uma única e mesma coisa.

Dessa forma, Althusser (1985) desenvolve a noção de que “só há prática através de e sob uma ideologia e de que só há ideologia pelo e para o sujeito”, avançando para o conceito de interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia.

É através do funcionamento da categoria de sujeito que acontece essa interpelação. “A interpelação dos indivíduos como sujeitos supõe a existência de um Outro Sujeito, Único, e central [...]” (ALTHUSSER, 1985, p. 101). Segundo este autor, a ideologia tem uma existência material, concreta, pois existe e funciona sempre em um aparelho (ideológico de Estado) e em suas práticas.

O filósofo contemporâneo Slavoj Žižek também reflete sobre a ideologia partindo dessas bases. Segundo o autor (1999, p. 326), “uma ideologia só ‘nos pega’ para valer quando não sentimos nenhuma oposição entre ela e a realidade – isto é, quando a ideologia consegue determinar o modo de nossa experiência cotidiana da própria realidade”. Žižek acredita que é o desconhecimento do funcionamento da ideologia e essa inocência do sujeito que garantem a interpelação ideológica.

Nesse sentido, Althusser destaca:

Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra “designe uma coisa” ou “possua uma significação” (portanto, incluindo as evidências da “transparência da linguagem”), essa “evidência” de que você e eu somos sujeitos – e que isso não levante qualquer problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (1999, p. 211, grifos do autor).

A ideologia só funciona pela categoria de sujeito por meio da interpelação. Esse funcionamento se dá como a ação de um reflexo no espelho: os sujeitos se reconhecem mutuamente partes de um mesmo todo, ou seja, de uma mesma ideologia.

Cada sujeito está submetido a diversas ideologias. De acordo com Mariani (1998, p. 89),

o sujeito está, desde sempre, determinado na rede de significantes que o antecede, o que, na psicanálise lacaniana, significa estar assujeitado ao campo do Outro. E é na relação com um outro imaginário, enquanto objeto da identificação, que pode se dar a falha.

Pêcheux (1995, p. 133) assegura que o “inconsciente é o discurso do Outro”. Essa afirmação nos dá a ideia de que algo fala antes em algum lugar, o que Pêcheux trata como “pré-construído”.

Ao pensar em exterioridade, chega-se a outro conceito bastante relevante para a AD: o imaginário. Existem duas definições para a noção de imaginário em AD. De acordo com Noal (2013, p. 51), “uma é a de que o imaginário advém do social, da história ideológica nas formações sociais, e a outra a de que é um dos registros da ordem psíquica”. A concepção ideológica do imaginário advém do trabalho de Althusser, já a psíquica tem origem em Lacan e o desenvolvimento de um “discurso Outro”, sendo este “Outro”, com “O” maiúsculo, a inconsciência.

Sobre esse processo de interpelação/assujeitamento do sujeito, Pêcheux e Fuchs (1993b) destacam que a identificação imaginária com o “Outro” traz à tona o inconsciente e sua relação com o discurso.

Assim, o sujeito só se torna sujeito “na” e “pela” língua quando interpelado pela ideologia, “ou seja, o sujeito não escolhe um modo pelo qual será interpelado. Ele é interpelado porque é afetado pelas determinações históricas e inconscientes” (MARIANI, 1998, p. 90).

O real da língua é o impossível, a falta, a ruptura, ou seja, a impossibilidade de completude. Mariani (1998, p. 92) assegura que “não se pode dizer tudo porque existe um impossível e este se encontra inscrito na ordem da língua”. O equívoco aponta para

o que foge ao controle do sujeito. Inconsciente e ideologia, dessa forma, se entrelaçam. Pode-se dizer que é nesse lugar de ruptura, de deslinearidade, que os sujeitos constroem sentidos, ressignificam.

Todo o discurso é aberto em suas relações de sentido e é por isso que não existe uma única interpretação, mas gestos de interpretação provocados pelos efeitos de sentido produzidos por um determinado discurso.

De tudo o que precede, é possível constatar que as palavras, as expressões ou os enunciados são carregados de ideologia, e a substituição por meio de paráfrases ou reformulações é o motor dos processos discursivos. Não é possível desvincular o sentido da concepção marxista da luta de classes e dos aparelhos ideológicos de Estado de Althusser. Toda essa efervescência ideológica revela-se pela linguagem. E as pistas para encontrar os rastros da ideologia na língua são as paráfrases e reformulações. Afinal, existe um quê pela escolha de um termo em detrimento de outro, mesmo que inconscientemente.

1.2 Materialismo histórico

Se uma formação social é o modo como cada sociedade se organiza sob o funcionamento permanente da ideologia para compreender suas relações, é necessário revisitar a nascente desses conceitos, ou seja, o materialismo histórico. Analisar o modo de produção e reprodução da sociedade brasileira no período da campanha *Diretas Já* e como se dava o embate entre a infraestrutura (base econômica) e a superestrutura (aparelhos de Estado), é fundamental para se chegar às condições de produção da cobertura jornalística desse acontecimento na Rede Globo.

Na busca da interpretação de fenômenos econômicos e sociais, desenvolveu-se uma teoria denominada “materialismo histórico” ou “a *ciência experimental da história*” (PÊCHEUX, 1995, p. 205, grifo do autor). Além do nível de discussão teórica, é uma ciência que propõe a mobilização dos conceitos abordados na prática política (através de organizações, tais como os partidos políticos).

O precursor dos estudos sobre como os modos de produção interferem nas relações entre os sujeitos na configuração do espaço social e na própria história foi o

filósofo alemão Karl Marx, junto ao filósofo Friedrich Engels, cuja concepção foi revista por Althusser e, posteriormente, por Pêcheux.

O materialismo histórico trabalha com o conceito de modo de produção, cujas bases são as forças produtivas e as relações de produção. As forças produtivas são as condições materiais da produção (matéria-prima, técnicas de trabalho). Já as relações de produção consistem na organização dos trabalhadores para a produção. A tensão existente entre as forças produtivas e as relações de produção leva à mais-valia, ou seja, ao excedente produtivo produzido pela mão de obra dos trabalhadores. Eis a principal reflexão de Marx: a emancipação dos trabalhadores não como nova classe dominante, mas através do fim da exploração da mais-valia e da igualdade de direitos e deveres. Uma reflexão proposta por Marx (1996, p. 246):

Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele.

Mais tarde, Althusser retoma os estudos marxistas para desenvolver a teoria dos aparelhos ideológicos de Estado (AIEs): “Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (1985, p. 68).

Os AIEs concorrem para um mesmo fim: a reprodução das relações de produção, ou seja, a relação dos indivíduos com os meios de produção e, por conseguinte, das relações de exploração capitalistas. E cada um dos AIE o faz de maneira própria e com contradições. Para melhor compreensão, Althusser salienta que

[...] se é verdade que os AIE representam a *forma* pela qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente se realizar, e a forma com a qual a ideologia da classe dominada deve necessariamente medir-se e confrontar-se, as ideologias não “nascem” dos AIE mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta, etc. (1985, p. 107, grifos do autor).

Enquanto classe dominante deve reproduzir suas condições materiais, políticas e ideológicas para continuar existindo. Conforme Pêcheux,

[...] a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (1995, p. 144, grifo do autor).

Trazendo o materialismo histórico para a Análise de Discurso de filiação francesa, Pêcheux e Fuchs (1993b, p. 165) ressaltam que “[...] a região do materialismo histórico que nos diz respeito é a da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada”.

Os elementos materialistas do discurso são o processo sócio-histórico de constituição da metáfora, a distinção entre sujeito ideológico e sujeito universal e o esboço de uma teoria não subjetivista da subjetividade “como uma teoria das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção: a relação entre o *inconsciente* (no sentido freudiano) e *ideologia* (no sentido marxista) [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 133, grifos do autor).

Nesse sentido, a ideologia é determinada pela instância econômica: da reprodução da base econômica e das relações de produção. De acordo com Pêcheux e Fuchs,

a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas) (1997, p. 165, grifos do autor).

É por esse motivo que a formação ideológica é concebida por Pêcheux e Fuchs (1993b) como uma força em confronto com outras, dentro do espaço da luta de classes, o que ocasiona a reprodução/transformação das relações de produção. Assim, “[...] os interesses *teóricos* do materialismo histórico e os interesses *práticos* (políticos) do movimento operário são, a rigor, indissociáveis” (PÊCHEUX, 1995, p. 203, grifos do autor).

Todavia, é pela linguagem que se revelam as formações ideológicas. Se os processos discursivos desencadeiam os efeitos de sentido, é na língua que esses efeitos se realizam. Desses efeitos, a contradição é um conceito fundamental em Análise do

Discurso. Ao contrário do estruturalismo, a AD leva em conta as relações sociais entre sujeitos sob a interpelação ideológica.

[...] *esta mudança de terreno consiste em se desvencilhar da problemática subjetivista centrada no indivíduo* – fonte de gestos e de palavras, ponto de vista sobre os objetos e sobre o mundo – e compreender que o tipo de concreto com que lidamos e em relação ao qual é preciso pensar, é precisamente o que o materialismo histórico designa pela expressão *relações sociais*, que resulta de relações de classe características de uma formação social dada (através do modo de produção que as domina, a hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, os aparelhos através dos quais se realizam estas práticas, as posições que lhes correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que delas dependem (GADET; PÊCHEUX, 2011, p. 127, grifos dos autores).¹³

O fato é que língua e história formam uma trama só, onde os sentidos heterogêneos se formam e as ressignificações acontecem. De acordo com Gadet e Pêcheux (2004, p. 63), “[...] a língua é um sistema que não pode ser fechado, que existe fora de todo sujeito, o que não implica absolutamente que ela escape ao representável”.

Os discursos nunca são homogêneos. O que ocorre são os efeitos de homogeneidade ou de heterogeneidade, dependendo de como a língua é colocada em funcionamento, e do efeito de homogeneidade, o jornalismo compreende. A tentativa da imprensa (escrita, falada ou televisionada) é apresentar as informações de modo linear, pelo efeito de unicidade, de transparência da linguagem e, por conseguinte, de imparcialidade. Todavia, conforme Bucci, “acontece que a busca da verdade, virtude ancestral do jornalismo, é simplesmente incompatível com a lógica dos conglomerados comerciais da mídia dos nossos dias” (2004, p. 129).

Sendo um AIE, a mídia concorre para a estabilização dos sentidos para a reprodução das relações de produção existentes. Na época da campanha *Diretas Já*, a Rede Globo estava afinada com a ideologia dominante: a ideologia capitalista do governo militar. Entretanto, sabendo que os AIEs são espaços de contradição, em alguns a ideologia dominante passou a não funcionar da mesma forma (como a Igreja, que inicialmente havia apoiado o golpe militar e após lutou fortemente contra a ditadura), em outros exercia total controle.

¹³ Pêcheux faz uma crítica à abordagem de Benveniste sobre a enunciação, a qual denomina como “teoria não subjetiva da subjetividade”.

A heterogeneidade discursiva, cujo efeito foi mascarado pela Rede Globo, no *corpus* desta pesquisa decorre das formações sociais, onde acontece a produção e a reprodução dos sentidos, os quais serão abordados na próxima seção deste estudo.

1.3 Sobre a produção e reprodução dos sentidos no jornalismo

O jornalismo, seja impresso, *on-line*, radiofônico, seja televisivo, não é apenas um meio reproduzidor de sentidos, mas um espaço de produção, de interpretação e de ressignificações. Colocando-se entre o povo e os fatos, o discurso jornalístico assume um lugar de interpretação. Ao selecionar as notícias da pauta e definir seu modo de abordagem, o jornalista faz um gesto interpretativo, complementado pela edição do veículo comunicacional a que pertence. Esses dois gestos tanto podem reproduzir sentidos em voga na formação social correspondente quanto trazer à tona novos sentidos sobre um mesmo assunto. Esta seção vai justamente teorizar sobre como ocorre esse processo.

Ao revisitar conceitos de Marx, tomados por Althusser (1999), entende-se que uma formação social depende da reprodução de suas condições de existência para continuar existindo, tal como a produção capitalista depende da reprodução de suas condições de produção.

Conforme Althusser, “[...] se considerarmos que toda formação social depende de um *modo de produção* dominante, podemos dizer que o processo de produção utiliza as *forças produtivas* existentes sob *relações de produção* definidas”(1999, p. 72, grifos do autor). Portanto, ao reproduzir suas condições de produção, uma formação social está reproduzindo suas forças produtivas e as relações de produção.

O meio de reprodução das condições e das relações de produção de maior abrangência e influência na atualidade é a mídia. Os meios de comunicação, principalmente a televisão, são importantes instrumentos de naturalização dos sentidos e de constituição da memória social. Assim, sua atuação tanto pode provocar as massas a novas reflexões quanto estabelecer as condições de produção e reprodução dos meios e das relações de produção.

Se antes a reprodução dos meios de produção era garantida principalmente através do sistema escolar, que além de qualificar a mão de obra também reproduzia a ideologia dominante, hoje esse papel está sendo cada vez mais assumido pela mídia.

Entretanto, a reprodução das relações de produção “[...] é garantida pelo exercício do poder de Estado através dos Aparelhos de Estado: por um lado, o aparelho repressor de Estado e, por outro, os Aparelhos ideológicos” (ALTHUSSER, 1999, p. 163, grifos do autor). Enquanto o papel do aparelho repressor de Estado consiste em garantir as condições de reprodução das relações de produção através da força e da violência (com agentes da polícia, do Exército e das Forças Armadas), aos aparelhos ideológicos de Estado cabe a formação e o “enquadramento ideológico”. E é por esse motivo que Althusser (1999) creditava ao aparelho escolar a dominância nas formações sociais capitalistas. Na atualidade podemos creditar essa dominância não só ao aparelho escolar, mas também ao aparelho de informação, ou seja, a mídia.

Cada um dos aparelhos ideológicos de Estado age da sua maneira para garantir a reprodução das relações de produção, ou seja, das relações de exploração capitalista. Por exemplo, no caso do aparelho da informação, principal objeto de nossa análise, “[...] age empanturrando, por meio da Imprensa escrita, Rádio e Televisão, todos os ‘cidadãos’ com doses cotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc.” (ALTHUSSER, 1999, p. 167-168, grifo do autor).

O AIE da informação age, hoje, pelo transbordamento do volume das informações e pela efemeridade. Leitores, ouvintes e telespectadores são bombardeados por uma quantidade absurda de notícias, quantidade essa que impede uma reflexão mais apurada. E a velocidade da informação contribui para que cada vez mais as pessoas sejam ávidas pelo novo, tanto que o que aconteceu há cinco minutos já se torne velho.

Essa efemeridade não fica apenas no plano do entretenimento, mas nivela todos os outros planos. É o que tem acontecido com o discurso político: “[...] a televisão é o lugar e o meio de uma modificação profunda da eloquência política” (COURTINE, 2003, p. 22).

O que precede explica porque o discurso político, ao ser incorporado pelo discurso jornalístico, adquire *status* de espetáculo, o que justifica a escolha do *corpus* de análise desta pesquisa, afinal a Rede Globo minimizou o debate político sobre a campanha *Diretas Já* e noticiou fatos relacionados à campanha da mesma maneira como

faz com o entretenimento. Como alerta Courtine, “a dissolução da massa política é contemporânea das tecnologias de comunicação de massa” (2003, p. 26).

Tudo isso faz parte de uma engrenagem cujo funcionamento se dá por um encadeamento de fatores desde a base, que, neste caso, é a chamada “infraestrutura” ou os próprios modos e condições de produção.

Para compreender melhor esse funcionamento, Althusser explica:

Se é assim, o problema da “*duração*” de uma formação social dominada por determinado modo de produção (no caso examinado: o modo de produção capitalista) depende da “*duração*” da Superestrutura que garante as condições dessa reprodução e da própria reprodução, isto é, da duração do Estado de classe, considerado na unidade de seu aparelho repressor e de seus aparelhos ideológicos (1999, p. 172, grifos do autor).

Somente uma revolução social (no sentido forte, como define Althusser) é capaz de mudar o modo de produção e a reprodução das relações de produção ao destruir os antigos aparelhos de Estado e desenvolver, árdua e demoradamente, novos aparelhos. Foram os casos das revoluções burguesas de 1789 na França e da revolução socialista russa de 1917.

Algumas revoluções não têm a mesma força, mas podem causar alterações no aparelho ideológico de Estado político. São as que Althusser (1999) chama de “*revoluções no sentido fraco*”, pois não interferem nas relações de produção e no conjunto dos aparelhos de Estado.

Mesmo que não tenha tido efeito direto das manifestações populares em favor das eleições diretas para presidente da República no Brasil em 1983 e 1984, a volta do exercício pleno da democracia pode ser considerada uma revolução no sentido fraco, pois provocou mudanças no aparelho ideológico de Estado político do país.

A diferença entre revoluções de sentido forte e fraco está, primeiramente, nos aparelhos de Estado afetados. Se o aparelho repressor é o núcleo mais resistente do Estado, os aparelhos ideológicos são os mais vulneráveis. Por isso, é muito mais fácil provocar mudanças nos aparelhos ideológicos que combater o aparelho repressor e interromper suas condições de produção e reprodução.

Conforme Althusser,

é porque a ideologia da classe dominante, atinge, assim, os próprios indivíduos na sua “consciência” mais íntima e na sua “conduta” mais privada ou pública que os aparelhos ideológicos de Estado podem garantir, até no mais “secreto” da consciência individual (consciência profissional, moral, paterna, materna, religiosa, política, filosófica, etc., etc.), a *reprodução das relações de produção* (1999, p. 179, grifos do autor),

É por esse motivo que se diz que dentro dos aparelhos ideológicos de Estado existe uma luta de classes entre a dominante e a dominada. Afinal, se existe uma ideologia dominante, é porque existem as dominadas. Em suma, a luta de classes que se passa dentro dos aparelhos ideológicos de Estado é da ordem da superestrutura, mas é a infraestrutura, em última instância e através do que ocorre com as forças produtivas e as relações de produção, que determina o que se passa na superestrutura.

As relações de produção são constituintes e dominam a instância da infraestrutura, e funcionam pela vigilância e controle dos agentes de repressão e pelo jogo ideológico que leva os trabalhadores a aceitarem suas condições, realizando um bom trabalho e acreditando ser justo o seu salário e a posição diante dos empregadores, provocando a sensação de que são necessárias essas condições para que tudo funcione.

Já a superestrutura está diretamente ligada ao Estado e compreende os aparelhos repressor e ideológico. Assim,

o papel fundamental da Superestrutura, portanto, de todos os aparelhos de Estado, é garantir a perpetuação da exploração dos proletários e outros trabalhadores assalariados, isto é, garantir a perpetuação, portanto, a reprodução, das relações de produção que, ao mesmo tempo, são relações de exploração (ALTHUSSER, 1999, p. 225).

Os efeitos da relação entre infraestrutura e superestrutura dentro de uma formação social podem ser percebidos pelo conceito de condições de produção em AD, que será o tema da próxima seção.

1.4 Condições de produção

Em AD as condições de produção são determinantes do discurso e os seus possíveis efeitos. O sentido de um discurso está diretamente ligado às suas condições de

produção. Esse conceito começou a ser trabalhado por Pêcheux na chamada “AAD 69”, considerada a primeira fase da AD francesa.

Ao considerar a “descrição extrínseca do comportamento linguístico” (PÊCHEUX, 1993a, p. 79), ou seja, a exterioridade, o autor analisa que dois esquemas estão em competição: estímulo-resposta, advindo da psicologia e psicofisiologia; informacional, teorias comunicacionais que trazem como elementos-base o emissor, a mensagem e o receptor.

Sobre o esquema de estímulo-resposta, Pêcheux destaca que “implica excessivos ‘esquecimentos’ teóricos no domínio de que nos ocupamos para ser conservado sob esta forma” (1993a, p. 81). Pêcheux (1993a, p. 80) critica esse esquema porque a função comunicacional fica relegada ao segundo plano. Já o esquema informacional, além de considerar os sujeitos (emissor/receptor), também se ocupa do “referente”, ou seja, da mensagem, do objeto de comunicação. Entretanto, Pêcheux (1993a, p. 82) adverte que o esquema informacional de Jakobson considera que entre destinador e destinatário exista apenas a transmissão de uma mensagem de forma linear.

Todavia, é a partir do esquema informacional que Pêcheux vai desenvolver a noção de condições de produção. Ele retoma o “referente” ou a mensagem pela concepção do discurso, “[...] o que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1993a, p. 82).

Assim, A e B não são inertes com funções pré-determinadas. A transmissão e a recepção de mensagens provocam diferentes efeitos nos sujeitos, os quais estão diretamente ligados à exterioridade, às condições de produção e à recepção dos discursos. Segundo Pêcheux, “[...] A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos” (1993a, p. 82).

Esses lugares sociais podem ou não dar legitimidade ao discurso proferido. Por exemplo, do lugar de pai, um sujeito pode exigir obediência e respeito do filho; ou do lugar de jornalista, um sujeito está habilitado a informar, e do mesmo modo tem credibilidade junto à sociedade. “[...] esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo” (PÊCHEUX, 1993a, p. 82, grifo do autor).

As representações de A e B nos processos discursivos funcionam como “[...] uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada

um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1993a, p. 82). Dessa forma, as relações entre as situações e as posições de um discurso são estabelecidas por mecanismos de projeção dentro das formações sociais.

Segundo Pêcheux (1993a, p. 83), “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias”, as quais serão explicitadas na próxima seção deste trabalho. Entretanto, essas formações, segundo Pêcheux, já são resultado de outros processos discursivos “[...] que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (1993a, p. 85).

O discurso tem uma condição de pré-existência, de um “já dito”. E por causa dos efeitos de sentido provocados pelas relações das formações imaginárias, o discurso não é estático. A movência de sentidos permite que ora uma determinada formação seja dominante, ora dominada.

Já para Courtine (2009, p. 45), a noção de condições de produção tem origem em três diferentes vertentes: na análise de conteúdo (especialmente a empregada na psicologia social); na sociolinguística; no texto de Harris (1952) que correlaciona o termo situação ao discurso. Dessa forma,

[...] a AD se inaugura sob o signo da *articulação de duas faltas*, da qual a noção de CP (condições de produção) constitui o mais certo sintoma: a psicologia social à qual falta a possibilidade, ao caracterizar o enunciado, de se sustentar sobre a base material da língua, o que não falta à Linguística; a Linguística, por sua vez, para a qual faz falta uma “teoria do sujeito da situação”, ou seja, das CP do discurso invoca as disciplinas psicológicas e sociais (COURTINE, 2009, p. 48, grifo do autor).

Em resumo, as condições de produção podem ser apreendidas pela relação entre as “[...] *relações de força* (exteriores às situações do discurso) e as *relações de sentido* que se manifestam nessa situação, colocando sistematicamente em evidência as *variações de dominância* [...]” (PÊCHEUX, 1993a, p. 87). São as condições de produção de um discurso que delimitam as derivações de sentido possíveis.

1.4.1 Formações imaginárias e a constituição do discurso jornalístico

O jornalista não pode fugir do estigma que acompanha o seu lugar: a mídia é uma engrenagem da sociedade do espetáculo.

Quanto a isso, Guy Debord afirma que “[...] a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente” (1997, p. 15). Assim, a sociedade do espetáculo é fruto da ditadura da base econômica. Se no início da expansão capitalista os proletários só eram vistos e reconhecidos por sua força de trabalho, na sociedade do espetáculo os trabalhadores transformaram-se em consumidores potenciais. “[...] a prática do proletariado como classe revolucionária não pode ser nada menos que a consciência histórica agindo sobre a totalidade de seu mundo” (DEBORD, 1997, p. 51). Observa-se que a sociedade do espetáculo apaga a história, traz à tona somente o que é efêmero e interfere diretamente na constituição dos imaginários sociais.

Para Debord (1997, p. 182), “aquilo de que o espetáculo deixa de falar durante três dias é como se não existisse”. Surge, assim, o conceito de desinformação. A desinformação não é não informar, mas informar equivocadamente, dar uma direção diferente aos fatos conforme as conveniências.

Em relação ao objeto desta pesquisa – a cobertura que a Globo realizou sobre as *Diretas Já* –, observamos o deslizamento de sentido do caráter político para o entretenimento, transformando comícios em festas populares no seu discurso e justificando tal deslizamento pelas pressões sofridas do regime militar.

As pressões são facilmente compreendidas se observarmos que é fundamental que os governos detenham o controle dos meios de comunicação em um regime ditatorial. Afinal, “aqui, como alhures, a ignorância é produzida para ser explorada” (DEBORD, 1997, p. 206).

Dessa forma, é difícil ultrapassar as barreiras do senso comum. Conforme Deleuze, “no senso (sentido) comum, ‘sentido’ não se diz mais de uma direção, mas de um órgão. Nós o dizemos comum, porque é um órgão, uma função, uma faculdade de identificação, que relaciona uma diversidade qualquer à forma do Mesmo” (1974, p. 80).

Uma forma individualizada de enxergar o mundo transforma-se num ponto de vista comum entre a maioria. É isso que a televisão faz e os meios de comunicação de

massa, como um todo, fazem: tornar os efeitos da globalização massificados. “[...] é o mesmo objeto que eu vejo, saboreio, toco, o mesmo que percebo, imagino e do qual me lembro... e é no mesmo mundo que respiro, ando, fico em vigília ou durmo, indo de um objeto para outro segundo as leis de um sistema determinado” (DELEUZE, 1974, p. 80).

Nesse contexto, a mídia – especialmente a televisiva – é o espaço de lazer e distração das massas, por isso, sua abrangência e influência se tornaram tão amplas. É por essa razão também que o controle do seu conteúdo é fundamental para a reprodução dos meios de produção e conservação de uma ideologia dominante. Conforme Maria Rita Kehl, “o binômio diversão/distração é a realização de um modo de ocupação do tempo livre que, sendo a continuidade lógica do tempo do trabalho alienado, não solicita o trabalho do pensamento” (2004, p. 57).

No caso da Rede Globo, durante a campanha *Diretas Já*, era necessário desconstituir do imaginário social a dimensão política do evento. Dar ao povo entretenimento, informar sem fazer pensar para não ameaçar a administração do regime militar e colocar em risco a concessão pública do canal e a própria atividade da emissora.

Para manter os brasileiros longe de influências da “ameaça comunista”, era preciso o Estado deter um veículo de comunicação abrangente, como a televisão. Conforme Bucci,

a rede de televisão preferencial dos governantes daquele período acabou sendo a Globo. A opção se deu por motivos políticos, sem dúvida: a adesão da nova rede aos desígnios do autoritarismo era notória. Mas a opção também deve ser creditada ao talento artístico e à competência empresarial que caracterizaram a nova rede, talento e competência que, naturalmente, afirmam-se como valores também ideológicos. A Globo impôs o modelo brasileiro de televisão: aquela que informa, entretém e, acima de tudo, pacifica onde há tensões e une onde há desigualdades (2004, p. 223).

O “padrão Globo de qualidade” foi fundamental para que a emissora se tornasse campeã de audiência no país. Suas novelas e seus telejornais ainda hoje são os mais vistos. É justamente o poder de audiência que torna a emissora tão importante no contexto social e político do Brasil.

Nesse sentido Bucci também alerta:

As grandes redes de televisão aberta têm como negócio a atração dos olhares da massa para depois vendê-los aos anunciantes. E esse negócio impõe uma ética estranha à velha ética jornalística. Eventualmente, o telejornalismo pode até se alimentar da busca da verdade, mas não tem aí sua deontologia. Verdade e mentira deixam de ser uma questão central (2004, p. 130).

Os interesses empresariais se caracterizam como os principais objetivos dos veículos comunicacionais. Mesmo assim cabe ressaltar que o discurso jornalístico é percebido como um discurso da verdade e constrói imaginários sociais. “A TV une e iguala, no plano do imaginário, um país cuja realidade é constituída de contrastes, conflitos e contradições violentas” (BUCCI, 2004, p. 222).

Adentrando nas questões sobre imaginário, é preciso enfatizar que a constituição da noção de formações imaginárias para Pêcheux dá lugar ao que o autor chama de “efeito de sentidos”, como já referido na seção 1.3.

Os lugares de A e B indicam lugares determinados numa formação social; por exemplo, o lugar de jornalista e o lugar de telespectador, referindo-se ao *corpus* desta pesquisa.

As formações imaginárias são representadas por Pêcheux pelo seguinte quadro:

Quadro 1: Funcionamento das formações imaginárias propostas por Pêcheux

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A $\left\{ \begin{array}{l} IA(A) \\ IA(B) \end{array} \right.$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B $\left\{ \begin{array}{l} IB(B) \\ IB(A) \end{array} \right.$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: PÊCHEUX, 1993a, p. 83.

Dessa forma é que agem os protagonistas do discurso em consonância com as formações imaginárias determinantes para as condições de produção. No discurso jornalístico, o jogo das formações imaginárias envolve a imagem que o jornalista/empresa faz de si mesmo e faz dos seus leitores/ouvintes/telespectadores, e a imagem que os leitores/ouvintes/telespectadores fazem de si e do jornalista/empresa. Nesse jogo também está envolvida a imagem que tanto o jornalista/empresa quanto leitores/ouvintes/telespectadores fazem do referente, ou seja, do objeto discursivo. No caso deste trabalho, falamos da formação imaginária que a Globo e seus telespectadores fazem da campanha *Diretas Já*. Tais formações imaginárias em nosso *corpus* serão exploradas no terceiro capítulo, nas análises das sequências discursivas extraídas dos recortes.

Cabe destacar que as condições de produção dos discursos interferem diretamente na constituição das formações imaginárias. Conforme Courtine,

a relação assim estabelecida entre lugares objetivamente definidos, em uma formação dada, e a representação subjetiva desses lugares, em uma situação concreta de comunicação, propiciaram interpretações nas quais o *elemento imaginário domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo* (2009, p. 49, grifos do autor).

Na AD 75, Pêcheux e Fuchs reformulam os conceitos trabalhados na AAD 69, atualizando e retificando a teoria. Um dos pontos reavaliados foi a respeito das formações sociais. Na AD 75, Pêcheux e Fuchs (1993b, p. 165) desenvolvem a noção de superestrutura ideológica não mais como um conceito acima de todas as outras esferas, mas como uma instância que deve ser articulada com as demais, principalmente com a econômica.

Assim, os sujeitos são levados a ocupar um lugar entre as classes em conflito dentro do modo de produção, sem se darem conta daquilo que os levou a esse lugar, a essa ideologia.

Ainda na AD 75, Pêcheux e Fuchs retomam as condições de produção, atentando para o fato de que na AAD 69 o termo referia-se, ao mesmo tempo, ao lugar do sujeito e à sua situação, conceitos que se opõem tal qual o real e o imaginário. “[...] o que faltava no texto de 1969 era precisamente uma teoria deste imaginário localizada em relação ao real” (FUCHS; PÊCHEUX, 1993b, p. 171). O que falta para os autores é uma teoria não subjetiva da constituição do sujeito na situação de enunciador. Eles

reconhecem que toda enunciação necessita de uma referência imediata, a situação de comunicação para fazer sentido. No entanto, para AD essa situação não é suficiente.

Dessa forma, a AD 75 reedita a noção de imaginário em relação aos dois tipos de esquecimentos trabalhados pela AD – o n° 1, caracterizado pela ilusão da origem do dizer, e o n° 2, da ilusão do controle do dizer. Se antes o imaginário funcionava entre “eu” e o “outro” (outro sujeito), os autores passam a conceber o imaginário como uma relação com o “Outro”, conceito desenvolvido por Lacan, e que designa o processo de interpelação ideológica, ou seja, é a ideologia que “captura” os sujeitos mesmo que não seja de modo consciente.

Na obra *Semântica e discurso*, Pêcheux (1995, p. 147) avança na análise do funcionamento das formações sociais apontando que as relações de desigualdade-subordinação entre os AIE são o cenário da luta de classes. Conforme Pêcheux, “o aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, *novas relações de desigualdade-subordinação [...]*” (1995, p. 147, grifo do autor).

As condições de produção, nesse contexto, estão estreitamente ligadas à constituição das formações sociais, à história da luta de classes e aos modos de desigualdade-subordinação existentes nos AIE e, por consequência, nas FI.

1.4.2 O discurso jornalístico – a posição apagada no discurso político?

O discurso político, quando tomado pelo jornalismo, não tem o mesmo funcionamento e os mesmos efeitos. Por seu caráter intermediário (entre o público e o acontecimento) e por sua posição de “discurso da verdade”, o jornalismo age desambiguizando os fatos em nome da imparcialidade. Porém, “[...] certa maneira de tratar o texto está inextricavelmente imbricada em uma certa maneira de fazer política”¹⁴ (PÊCHEUX, 2011, p. 178).

Ao discursivizar os fatos, a mídia põe em cena gestos de interpretação sobre esses, pois os fatos não trazem o sentido em si, mas esperam pelos sentidos que lhes

¹⁴O discurso jornalístico sobre o político e o seu funcionamento será tratado na seção 2.4.

podem ser atribuídos. O acontecimento construído pela mídia não é a realidade, mas a imagem da relação que a sociedade constrói entre si própria e a realidade concreta.

Se a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, os sujeitos jornalistas não escapam dessa interpelação. Escrever/falar é posicionar-se, mesmo que inconscientemente. Há um distanciamento muito grande entre a prática da academia do cientificismo e do próprio jornalismo com a prática política. Segundo Pêcheux, “[...] é o momento de perceber que o termo ‘universidade’ tem tudo a ver com o termo ‘universalidade’, no sentido de generalidade abstrata inutilizável” (2011, p. 177).

A homogeneidade do mundo e das coisas é uma ilusão alimentada pelo jornalismo. O discurso político vem confrontar esse mundo logicamente estabilizado que o jornalismo ajudou a propagar. Pêcheux teoriza que “[...] uma mudança de terreno se impõem, se se quiser evitar que o universitário não se sobreponha (domine ao político)” (2011, p. 181).

Para adentrar no terreno político, é preciso deixar para trás concepções lógicas e estruturalistas para considerar os efeitos da luta de classes por uma via de abordagem materialista. O terreno político é o da contradição, do embate entre formações ideológicas diferentes, mas que coexistem dentro de uma mesma formação social. “[...] a heterogeneidade conflitual que marca a divisão política é historicamente contingente, de acordo com aquilo que chama de a essência social do homem” (PÊCHEUX, 2011, p. 180).

Por mais que se esteja tratando do discurso jornalístico, este é recoberto pelo discurso político e, como todo discurso, é a construção de uma realidade. Qual realidade seria essa do discurso político? É uma realidade que põe em cena amigos e inimigos, um território de disputa nato. Conforme Pêcheux,

não podemos pretender falar de discurso político sem tomar simultaneamente posição na luta de classes, já que essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais concretas sob as quais as “ideias” entram em luta na história (2011, p. 178).

Entretanto, a disputa política foi inibida¹⁵ pela ditadura militar. Enquanto a sucessão presidencial se dava entre o restrito círculo militar, não deveria haver disputas

¹⁵ A ditadura militar suprimiu as eleições presidenciais diretas para garantir que o poder permanecesse nas mãos dos militares e para não correr o risco de desestabilizar o regime.

externas a esse círculo. Não deveria, mas havia. Sempre houve. Disputas, conflitos e lutas foram sendo esquecidas ao longo do regime, seja pela intervenção dos AREs, seja pelo próprio funcionamento dos AIEs.

Por esse motivo, a campanha *Diretas Já* provocou um rompimento, trouxe a política novamente à cena. Tal movimento estava na ordem do que não devia e não podia ser dito pela mídia. Pelo menos, não dentro do território político que motivou a saída da Rede Globo pela tangente, tratando a campanha como entretenimento e os comícios como festas.

Em nome de uma pretensa imparcialidade no jornalismo, ao mesmo tempo em que se buscava designar os sujeitos sobre os quais se falava – no caso, falava-se do político e o modo como se falava desse sujeito – era construída uma modalidade negativa sobre o outro. Embora se fale sobre esse outro, silenciava-se o seu discurso. A Rede Globo falou das diretas, no entanto falou muito pouco do evento político, transformou-o em festa. Nesse caso, o jornalismo estava a serviço do Estado e não representava a coletividade. Assim, discursos sobre o político transformavam-se, atualizavam práticas de censura e redistribuição de poder.

1.4.3 As condições de produção da campanha *Diretas Já*

As condições de produção funcionam tanto como relação de sentidos, cuja definição é de que um dizer sempre aponta para outros dizeres, como relação de forças, noção essa que estabelece que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Conforme Orlandi, as condições de produção “[...] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória ‘aciona’, faz valer, as condições de produção é fundamental [...]” (2013, p. 30, grifo da autora).

Assim, “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário” (ORLANDI, 2013, p. 40). Esse mecanismo imaginário é que estabelece, dentro de um contexto sócio-histórico, as imagens do sujeito e do objeto do discurso.

De caráter exterior ao linguístico, as condições de produção são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior de um discurso. De acordo com Orlandi (2013), existem dois tipos de condições de produção: sentido estrito, que corresponde ao contexto imediato; sentido amplo, que se refere ao contexto sócio-histórico e ideológico.

No caso da cobertura da campanha *Diretas Já* pela Rede Globo, o contexto imediato é o período da campanha (1983/1984), os atores sociais (políticos, militantes, sindicalistas, estudantes, artista, etc.) que propagaram o movimento e os jornalistas que realizaram a cobertura. O sentido amplo será obtido se analisada a conjuntura política da época, o contexto de abertura política dentro do regime ditatorial, a situação da Rede Globo de Televisão e dos meios de comunicação em geral no período e o histórico de liberdade de imprensa no país.

Buscando atentar para o sentido amplo de condições de produção, é imprescindível retomar as condições sócio-históricas, políticas e ideológicas da campanha *Diretas Já*.

Para se chegar às condições de produção da Rede Globo na época da campanha, é necessário relembrar o regime ditatorial estabelecido entre 1964 e 1985 no Brasil. Sendo assim, deve-se levar em conta a tomada do poder no país em 1º de abril de 1964 pelas Forças Armadas e a deposição do então presidente João Goulart. Foram 21 anos de ditadura militar e um histórico de censura, perseguições, torturas e repressões violentas.

Cabe ainda mencionar que, instaurado sob a justificativa de uma iminente ameaça comunista ao país, o regime militar se sustentou à base da força e de atos institucionais que retiravam direitos dos cidadãos e ampliavam ainda mais o poder dos militares.

No entanto, no período em que permaneceram no poder, os militares criaram um sistema de informações e de segurança muito eficiente, capaz de vigiar e reprimir, quando necessário, quem arriscava se manifestar contra o regime.

Fico (2001) destaca que a violência teve diferentes impactos nas diversas fases que o regime passou:

Por causa dessas variações, alguns analistas classificaram o período de combate à luta armada como o “auge da repressão” (1968/1974), enquanto outros sublinhando a coexistência do regime político de exceção com períodos de diminuição relativa da coerção, mencionaram o neologismo burlesco “ditabranda” (FICO, 2001, p. 18, grifos do autor).

Essa variação de intensidade em muito tem a ver com o fato de que o golpe não foi apenas militar, pois obteve o apoio de uma considerável parcela da população, especialmente da classe média, de empresários, da própria Igreja Católica e de veículos de comunicação.

Quanto aos meios de comunicação, os militares mantinham uma relação de ambiguidade, pois necessitavam deles para propagar seus feitos. De acordo com Fico (2001, p. 181), os militares “[...] entre 1969 e 1977, fizeram propaganda política através de comerciais televisivos que associavam o milagre econômico a presumidos traços positivos dos brasileiros e à própria atuação dos governos ditatoriais”.

O golpe se estruturou com base em uma “doutrina ou ideologia de segurança nacional e desenvolvimento”, a qual, segundo Fico (2001, p. 41), incluía o Brasil no contexto da Guerra Fria por sua grande população e extensão territorial, por sua importância política e estratégica nas relações internacionais e por sua vulnerabilidade ao comunismo em razão de fragilidades de gestão (políticos corruptos) e da ignorância do povo.

A renúncia de Jânio Quadros em 1961, a consequente posse de João Goulart e a instituição do sistema parlamentar de governo foram fatos que deixaram os ministros militares insatisfeitos. Conforme cronologia apresentada por Fico (2001), em 1962 foi criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), órgão que conspiraria contra o governo Goulart. Após um plebiscito, que não referendou o parlamentarismo, em 1963 ocorreu o retorno do sistema presidencialista. Os militares revoltaram-se com as reformas de Goulart e começaram a articular o golpe.

O primeiro presidente militar foi o general Castelo Branco, tomando posse em 15 de abril de 1964. No dia 13 de junho do mesmo ano, foi criado o setor de maior importância estratégica para o regime: o Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável por espionar e levantar informações sobre “cidadãos suspeitos de subversão”.

Em 3 de outubro de 1966, o general Costa e Silva foi eleito presidente pelo Congresso Nacional e tomou posse em 15 de março de 1967. Com o crescente número

de manifestações a favor da volta à democracia e a morte de um estudante pelos militares numa dessas manifestações, governar se tornava cada vez mais difícil para o regime, até que foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), o qual tornou perene o poder do presidente da República.

O presidente Costa e Silva, após um derrame, foi afastado do governo, e em 31 de agosto de 1969 uma junta militar assumiu a presidência para impedir que o vice, contrário ao AI-5, assumisse. Em 30 de outubro foi empossado Emílio Garrastazu Médici como presidente.

Dia 15 de março de 1974 assumiu a Presidência Ernesto Geisel, candidato pela ARENA, com a promessa de abertura política. No mesmo ano, o MDB conquistou resultados expressivos nas eleições para o Congresso Nacional. Em 13 de outubro de 1978, a Emenda Constitucional nº 11 declarou extintos os poderes discricionários estabelecidos pelo AI-5 e demais legislação repressiva.

João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu a Presidência da República em 15 de março de 1979, e decretou a anistia. Já em 13 de novembro de 1980, o Congresso Nacional restabeleceu as eleições diretas para governador. A oposição conquistou a maioria na Câmara Federal dos Deputados em 1982 e em fevereiro de 1983 teve início a campanha pelas eleições diretas para presidente da República.

A emenda do deputado Dante de Oliveira (MDB) pelas eleições diretas foi derrubada pelo Congresso Nacional em 25 de abril de 1984, mas Tancredo Neves e José Sarney venceram a disputa no colégio eleitoral com Paulo Maluf para a Presidência da República. Em razão da doença e posterior morte de Tancredo Neves, José Sarney assumiu a Presidência em 15 de março de 1985 e governou o país até a volta das eleições diretas em 1989. Conforme o jornalista Daniel Herz (1983), a Rede Globo teria influenciado diretamente na sucessão presidencial após o governo de Figueiredo:

A evolução do quadro político com o crescimento da campanha das Diretas-Já e a afirmação do radicalismo continuísta de setores das Forças Armadas, do PDS e do empresariado, exigiu uma revisão de estratégia. A conclusão de que não era mais possível enfrentar a máquina do continuísmo radical fez com que os setores conservadores que pregavam **a conciliação passassem a apoiar as Diretas-Já. Foi neste momento que a Rede Globo evoluiu, subitamente, do silêncio completo a uma grande cobertura do movimento das Diretas.** Essa mudança no comportamento da Globo, portanto, não pode ser creditada apenas ao crescimento avassalador do movimento das Diretas ou mesmo ao apedrejamento de viaturas da emissora e vaias de populares a repórteres em serviço, como passou a ocorrer (HERZ, 1983, p. 29, grifo nosso).

Na citação de Herz, entendemos que a mudança de abordagem da Globo se deu pelo reconhecimento de que seria inevitável estancar a emergência dos saberes do povo que vinham se constituindo nas ruas. Quando os militares começaram a perder força e a população impulsionava o crescimento da campanha, a emissora logo demonstrou apoio à força em ascensão, ou seja, à força do saber do povo.

Ainda de acordo com Herz (1983), o período da ditadura teria sido rentável para a Rede Globo, pois mesmo com a proibição de entrada de capital estrangeiro nos meios de comunicação do Brasil, a emissora havia firmado um contrato com o grupo Time-Life que envolvia a compra de equipamentos e a prestação de serviços. Na verdade, isso mascarava a sociedade de Roberto Marinho com um empresário norte-americano.

As denúncias de infiltração de capital estrangeiro na imprensa provocaram a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigação em 1966. A CPI condenou a Globo pela participação de empresa estrangeira em seu capital. Contudo, a emissora entrou com recurso aceito pelo governo e obteve parecer favorável à sua inocência. O documento foi emitido e assinado pelo presidente Costa e Silva em 23 de setembro de 1968.

Sob o regime militar no período de 1964 a 1985, a imprensa sofreu diversas formas de censura. Os temas mais frequentemente censurados eram a violência policial, notícias sobre presos políticos e desaparecidos, artistas considerados de esquerda e, claro, as notícias que criticavam o governo militar. Fico (2001, p. 182) relata que o serviço de informações “[...] buscava identificar nas matérias jornalísticas ecos de “esquerdismo” ou comunismo, por vezes fazendo avaliações simplistas ou delirantes”.

O que chamou atenção foi o consentimento dos próprios veículos de comunicação que a maioria aceitou essa condição de censura sem revoltas e com resignação. A inércia da imprensa pode ser explicada, conforme Anne-Marie Smith (2000), em duas hipóteses: apoio ao regime e certo medo paralisante de repressões e represálias.

No entanto, mesmo os veículos que apoiavam de fato o regime não toleravam a censura, o cerceamento da liberdade de expressão, pois isso interferia diretamente no fazer jornalístico e nas suas práticas de trabalho. A censura não assumiu um caráter repressivo, violento, como muitos temiam, mas ocorria de forma velada, burocrática,

estabelecendo métodos e rotinas próprios, que em muito se assemelhavam às leis jurídicas.

De acordo com Smith (2000, p. 12), “a censura era percebida como um sistema tão corriqueiro e abrangente que parecia funcionar automática e impessoalmente, a tudo abarcando”. E isso só acontecia porque o regime militar não desejava apenas o poder, impondo-se pela força, queria legitimar-se politicamente também.

A mídia (impressa, televisiva e radiofônica), como outros espaços – jurídico, administrativo, econômico –, impõe condicionamentos lógicos, como, por exemplo, se não virou notícia, não aconteceu.

Na perspectiva da AD, esses espaços “[...] repousam, em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso de proposições lógicas [...]” (PÊCHEUX, 2012c, p. 31). Espaços denominados por Pêcheux de “logicamente estabilizados”, marcados pelo efeito da homogeneidade, mas que em seu interior são atravessados pela contradição. Mesmo em um regime ditatorial, as coerções lógicas não são imposições externas, dos militares, como se acreditava que assim pudessem ser. Todos os sujeitos necessitam desse efeito de homogeneidade, de sistematização do mundo e das coisas.

Neste estudo, a necessidade de criar e viver em universos logicamente estabilizados levou os jornalistas a aceitarem a censura como algo corriqueiro, como parte necessária de uma engrenagem que compunha a “máquina social”, ou a formação social correspondente ao período.

Dentro desse universo logicamente estável, o regime militar tentava legitimar-se politicamente. Por isso, ao invés de abruptamente fechar o Congresso, preferiu expulsar alguns políticos. O regime poderia acabar de uma vez com a democracia, deixando de realizar eleições, mas as manteve em nível municipal e até estadual.

Com a imprensa não foi diferente. Os militares valiam-se da Constituição para alegar a vigência da liberdade de expressão e negava qualquer forma de censura. Contudo, para Smith (2000, p. 13), “apesar de a burocratização e simulação de legalidade não terem produzido o desejado objetivo da legitimidade, elas de fato ajudaram a suscitar uma reação por parte da imprensa que também era prática para o regime: modalidades diárias de inércia”.

A autora destaca ainda que no Brasil a liberdade de imprensa nunca foi respeitada, pois não havia total autonomia da imprensa em relação ao Estado. Os

veículos de comunicação necessita(va)m de verbas publicitárias para se manter e, apesar de sua função social, os interesses financeiros são muito importantes na atividade da imprensa. Além disso, para obter-se a concessão de uma emissora de rádio ou televisão era preciso recorrer ao Estado, e muitas vezes às influências políticas. Assim, a imprensa figurou como uma das grandes personagens do golpe militar em 1964. Junto a entidades, como a Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil, a imprensa temia as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart que carregava a sombra do comunismo, o qual era muito temido e mal interpretado pela sociedade na época.

No nosso entendimento, se o regime militar precisava garantir seus meios de reprodução para continuar no poder e alcançar a desejada legitimidade política, para conquistar adeptos, os militares precisaram, primeiramente, intervir nos AIEs, ou seja, mexer com a ideologia dominante. Depois que tomaram o poder, a atitude primeira foi fortalecer os AREs e usar constantemente a violência.

Entretanto, “[...] os aparelhos ideológicos de Estado não são, apesar disso, puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 145). Os AIEs são espaços da luta de classes e, por isso, da contradição, levando-os a local da transformação das relações de produção. Se assim não fosse, mais à frente do golpe, esses mesmos setores (mídia, Igreja e OAB) não teriam se voltado contra os militares, clamando pelo retorno da democracia.

Quanto à ameaça comunista, que foi o principal motivo do golpe, assombrava a sociedade brasileira como um fantasma na época. Semelhante ao que Pêcheux (1990, p. 8) tratou por espectro, ou seja, a ideologia. Numa das definições de espectro, Pêcheux (1990, p. 8) o expõe como “[...] o velho truque de fantasmagoria, destinado a produzir, para o público espectador, a ilusão de uma presença irreal, que se relaciona, em cena, com atores de carne e osso [...]”. Assim, o comunismo era como um fantasma na época para diversos segmentos, invisível, mas perigoso.

Segundo Pêcheux (1990, p. 8), “[...] a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência”. Chega-se, aqui, ao ponto de confronto entre o real e o imaginário, cujo embate se dá linguisticamente.

A designação “comunismo” é tratada como uma abstração e enquanto tal mascara seus deslocamentos através de disfarces de interpretação de forma que não significa a mesma coisa para um comunista e para um militar, por exemplo.

Sob a sombra do comunismo, a mídia, a Igreja Católica, a OAB, entre outros órgãos, tornaram-se porta-vozes do golpe. Conforme Pêcheux (1990, p. 17), “[...] o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar”.

O porta-voz¹⁶ é visto como aquele que representa um determinado grupo, segmento da sociedade ou, até mesmo, o povo como um todo. No entanto, sua função não é exatamente essa.

Chamando a si a questão do Estado, e já preso nela, o porta-voz é desta forma necessariamente confrontado aos efeitos recorrentes do trabalho revolucionário da memória, onde os discursos sedimentados de todos aqueles que o precederam neste destino o esperam para agarrá-lo, penetrá-lo, servi-lo e reviver através dele (PÊCHEUX, 1990, p. 18).

Os discursos revolucionários do governo e dos porta-vozes se unem por uma via simétrica e trazem consigo uma rede de significantes do interdiscurso, os quais tendem à homogeneidade e à eliminação das contradições e deslocamentos. Todavia, “[...] a contradição constitui um *princípio teórico* que intervém na representação do real histórico, mas também um *objeto de análise*, no sentido em que é a contradição desigual entre formações discursivas antagonistas que é o objeto desse estudo” (COURTINE, 2009, p. 35-36).

Assim, no espaço discursivo as ideologias ganham a forma de uma existência material. Os AIEs colocam em jogo os conflitos associados à relação de lugares, os quais são determinados pelas relações de classes. Por conseguinte, uma FD é determinada pelo interdiscurso. “A contradição é exclusiva, constitutiva das FD: os objetos ou elementos do saber aí se formam” (COURTINE, 2009, p. 99). É o interdiscurso que regula as fronteiras da FD.

Os efeitos de linearidade e transparência dão-se no eixo de formulação entre interdiscurso e intradiscurso.

¹⁶O conceito de porta-voz será tratado com mais especificidade no item 2.4 Do acontecimento político ao discursivo na televisão.

[...] toda caracterização em termos de *funcionamentos* ou de *efeitos discursivos* envolve assim uma relação do enunciado com a formulação, da dimensão vertical e estratificada onde se elabora o saber de uma FD com a dimensão horizontal em que os elementos desse saber se linearizam tornando-os objetos de enunciação (COURTINE, 2009, p. 102).

Toda formulação passa por elementos pré-construídos ao discurso. Segundo Courtine, pré-construído é o “efeito discursivo ligado ao encaixe sintático: um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso sob fora de pré-construído, isto é, como se esse elemento já se encontrasse ali” (2009, p. 74). Trata-se de evidências que o sujeito atribui aos objetos do seu discurso.

O que circulava como pré-construído na eminência do golpe militar no Brasil era justamente o comunismo como um sistema voraz, destruidor de estados, sociedades e famílias. Tal concepção só começa a se transformar por interferência da Igreja Católica. Mais especificamente, em 1965, no Concílio Vaticano II: “[...] que marca uma mutação importante nas tomadas de posição da Igreja nos planos econômico, social e político [...]” (COURTINE, 2009, p. 133).

O Concílio Vaticano II atualizou o conjunto de regras teológicas e políticas elaboradas pelo Concílio Vaticano I em 1870. Esse primeiro concílio é lembrado principalmente pelos “[...] anátemas pronunciados contra o socialismo e o comunismo” (COURTINE, 2009, p. 134). O comunismo chegou a ser considerado pelo concílio uma “seita bárbara”, uma “doutrina execrável”. Isso porque,

é no próprio princípio dessas “doutrinas funestas”, na luta de classes, que se situa a aberração. Em uma concepção organicista da sociedade como “corpo social” em que as classes sociais (as “ricas” e as “pobres”) participam da harmonia do todo, tal como se completam os membros do corpo humano, a luta de classes é concebida como o mal fundamental [...] (COURTINE, 2009, p. 134).

A perda de fiéis das classes operárias, o contexto do desenvolvimento do capitalismo do monopólio e as revoluções sociais do início do século XX conduziram à realização do Concílio Vaticano II.

[...] a doutrina social da Igreja reajusta-se “às exigências do nosso tempo”, esforçando-se para eliminar a defasagem ideológica que marca o atraso da estrutura doutrinal do vaticano I em relação às respostas que as ideologias do capitalismo liberal trazem, nos anos 60-70, aos movimentos das massas (COURTINE, 2009, p. 136-137).

Assim, o Concílio Vaticano II foi fundamental na mudança do posicionamento da Igreja e, por conseguinte, de outros setores da sociedade a respeito do comunismo.

[...] a concepção satânica do comunismo e a política fóbica em relação à luta de classes, contemporâneas do Vaticano I, dão lugar a uma dupla resposta realista: de um lado, recusa do comunismo ao mesmo tempo como sistema teórico e como regime político, de outro, adoção de um diálogo cauteloso e controlado como forma prática de luta; a reabsorção da defasagem ideológica, que as posições do Vaticano I manifestavam, ordena que, doravante, a luta ideológica engajada pela Igreja contra o “ateísmo marxista” seja levada *sob a forma de diálogo* (COURTINE, 2009, p. 138, grifo do autor).

Se hoje o AIE dominante é o escolar, seu antecessor foi o AIE da Igreja. Por isso, o posicionamento da Igreja sempre é muito importante dentro de uma formação social. Não é à toa que a mudança de posicionamento da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), frente ao golpe militar no Brasil, acompanhou a transição entre o Vaticano I e o Vaticano II. Se na instauração do regime militar o contexto da Igreja era o do Vaticano I, com a realização do Vaticano II e a atualização de posicionamentos o comunismo deixou de ser o fantasma aterrorizante de outrora e o foco se voltara para a violação dos direitos humanos durante o regime.

O regime militar, quando instituído, passou a não respeitar leis e abusar do poder, tornando-se uma ameaça constante à liberdade de imprensa. Essa ameaça ficou mais evidente com o Ato Institucional nº 5, ou o AI-5, promulgado pelo regime em 1968. De acordo com Smith (2000, p. 35),

o momento decisivo do regime aconteceu em dezembro de 1968 com o chamado golpe dentro do golpe. Até então o povo imaginara que as Forças Armadas tinham tomado o poder temporariamente a fim de “restabelecer a ordem” e que logo devolveriam o controle da nação aos civis. Depois de 1968, porém, ao invés de diminuir seu controle, os militares endureceram sua posição e tomaram um rumo ainda mais coercitivo, repressivo e autoritarista.

O poder passou a ser exercido por meio de atos institucionais e decretos, pela violência e pela repressão veladas. O coração do aparelho repressor era o Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável tanto por investigar supostos cidadãos “subversivos” quanto por avaliar previamente as pautas dos veículos de comunicação. Outro setor importante para o regime era o Destacamento de Operações Internas (DOI), presente em cada região militar com agentes das Forças Armadas e da Polícia Militar.

Enquanto alguns civis viam a face mais dura dessa estrutura repressora do regime, outros setores conviviam com a ambiguidade, como o caso da imprensa, já que “o regime acreditava que uma imprensa fidedigna seria um instrumento importante para garantir o êxito de seu empenho em legitimar-se. Alguém precisava proclamar as conquistas do regime” (SMITH, 2000, p. 46). A interferência do Estado nas finanças dos meios de comunicação era ampla, podendo acontecer através da suspensão de publicidades, da negação de empréstimos por bancos e até do confisco de tiragens.

A situação de ambiguidade vivida pela imprensa tem origem no próprio funcionamento do Estado, dos seus AIEs e dos seus AREs. De acordo com Althusser,

a unidade do Aparelho de Estado com os Aparelhos ideológicos de Estado é garantida pela política de classe dos detentores do poder de estado que atua na luta de classes, diretamente, pelo Aparelho repressor de Estado e, indiretamente, pela realização da Ideologia de Estado nos Aparelhos ideológicos de Estado (1999, p. 162, grifo do autor).

O aparelho de Estado precisa equilibrar as ações dos AIEs e dos AREs para manter as relações e reprodução do modo de produção vigente. No caso da ditadura militar no Brasil, os militares endureceram o cerco aos setores mais rebeldes que poderiam desestabilizar a força do regime enquanto que tentaram assegurar a ideologia dominante pelos AIEs, especialmente pelo AIE midiático.

Os AREs não podem intervir nos modos de produção e nas relações de produção. Esses têm uma função que se restringe a assegurar as condições materiais dessas relações. Somente os AIEs podem intervir diretamente no funcionamento e na própria transformação dos meios e das relações de produção. Os AREs são coercitivos, repressivos, mas só a ideologia é capaz de provocar impacto nas bases das formações sociais. “Quando tudo continua igual é porque os aparelhos ideológicos de Estado funcionaram com toda a perfeição” (ALTHUSSER, 1999, p. 228).

Assim, se o regime militar precisou reforçar a estrutura repressora, foi porque os AIEs não estavam funcionando de acordo com os aparelhos de Estado para a manutenção e a propagação da ideologia dominante.

Na perspectiva da AD, Pêcheux destaca que “[...] os aparelhos ideológicos de estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista)” (1995, p. 145).

Todavia, os AIEs funcionam diferentemente um do outro. Mesmo dentro do AIE midiático, cada veículo tem uma linha editorial, e profissionais identificados com diversas formas-sujeito.

Conforme Pêcheux,

adominação da ideologia (da) classe dominante, que é caracterizada, no nível ideológico, pelo fato de que a reprodução das relações de produção “subjuga” sua transformação (opõe-se a ela, a freia ou a impede, conforme os casos), corresponde, pois, menos à manutenção do idêntico de cada “região” ideológica considerada em si mesma do que a reprodução das relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões [...] (1995, p. 146, grifo do autor).

Isso explica o fato de haver coberturas jornalísticas díspares sobre um mesmo assunto. Por outro lado, para manter a aparência de uma democracia, o regime necessitava da imprensa ao seu lado.

Dois tipos de censura eram praticados contra a imprensa durante o regime: a censura prévia e a autocensura. A censura prévia era praticada pela polícia ao examinar os conteúdos de alguns veículos antes de sua divulgação. Já a proibição de levantar certas pautas e noticiar determinados assuntos era chamada de autocensura, ou seja, a autocensura impedia o surgimento das notícias, a realização de coberturas não aceitas pelo regime.

Ambas as formas de censura não eram legitimadas e se realizavam longe dos olhos do público. De acordo com Smith (2000, p. 95),

uma importante diferença entre elas, porém, era o fato de que a autocensura decorria de ordens anônimas não assinadas, enquanto a censura prévia contava com um agente identificável imediato, na figura do censor da Polícia Federal.

Dessa forma, não havia provas contra a censura. Se a autocensura era caracterizada pela inércia, a censura prévia simplesmente eliminava assuntos considerados impróprios como se nunca houvesse existido. Para driblar a censura prévia, os jornalistas precisaram desenvolver muita criatividade, fazendo passar as informações “proibidas” de maneira que os censores não percebessem do que a notícia realmente tratava. Nessa tentativa de burlar a censura, Fico (2001, p. 183) destaca que, por exemplo, “[...] a televisão chamaria a atenção para os antagonismos sociais, o custo

de vida, os problemas políticos, através de programas humorísticos ou de novelas”. O problema é que, na maioria das vezes, se os censores não atentavam para o verdadeiro teor da informação, a população também não.

No que tange à autocensura, Smith (2000) relata que a Polícia Federal proibiu a circulação de determinadas notícias que se referiam a assuntos que incomodavam o regime no período de 1968 a 1978, espionando os meios de comunicação para garantir que tais proibições se cumprissem.

Conforme Smith (2000, p. 136),

a autocensura é uma subcategoria da censura. Existe algo a dizer, você sabe disso mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou da falta de discernimento, e sim **o da abstenção consciente**. Os resultados, para o público, são semelhantes aos da censura em termos de manipulação do conhecimento e do entendimento, mas com frequência acrescenta-se o elemento de que o público sequer sabe que lhe está sendo negada informação. (grifo nosso).

As proibições emitidas pela Polícia Federal levaram o nome de “bilhetinho”. O diminutivo mascara a carga semântica da palavra. Tal expressão passou a ser utilizada porque não havia uma forma exata para o seu significado, já que não se tratava de uma ordem por não ter qualquer base legal.

Contudo, a imprensa não demonstrou relutância diante das imposições do regime, seja por conveniência, seja por medo. Os veículos de comunicação conformaram-se com a situação. Smith (2000, p. 136) destaca que “[...] o enigma da autocensura é discernir se – ou melhor, até que ponto – a imprensa é vítima ou cúmplice”.

O esquema do “bilhetinho” funcionou de forma organizada e burocratizada de 1968 a 1978. Segundo Smith (2000), os bilhetinhos saíam do quartel da Polícia Federal de Brasília para as regionais da polícia em todo o país e, então, eram encaminhados aos meios de comunicação. “A Polícia Federal tanto tratava da distribuição quanto supervisionava e impunha a observância dos bilhetinhos pela imprensa” (SMITH, 2000, p. 139).

A informalidade dos bilhetinhos vinha do fato de não haver identificação, timbre ou carimbo no papel. As restrições também aconteciam por telefone, mas, quando aconteciam por escrito, os policiais não deixavam o documento com os meios de comunicação, obrigavam os funcionários copiarem a caneta seu conteúdo e assinarem

no original o seu recebimento. Assim, não havia provas. Além do que, a lista de assinaturas era mais um fator de coação, porque, ao ver a assinatura dos outros colegas dos meios de comunicação, o sentimento era de obrigação ou de resignação em aceitar a proibição por ora imposta. Muitas vezes os veículos de comunicação só ficavam sabendo do assunto pelos bilhetes, ou nem haviam mandado profissionais realizar a cobertura por desconfiar de que o assunto não agradava ao regime. Smith (2000, p. 153) ressalta:

O problema do regime era como redigir uma descaradamente ilegal proibição para a imprensa destinada a uma imprensa oficialmente livre e ao mesmo tempo continuar proclamando a manutenção da liberdade constitucional da imprensa. Resposta: parodiando fórmulas jurídicas.

Cabe registrar ainda que os bilhetes traziam estilos linguísticos de outros gêneros que se assemelhavam às leis, sempre abusando de verbos prescritivos, como “fica proibido”.¹⁷

Surpreendeu o número de bilhetes com proibições de divulgação da Igreja Católica e/ou da declaração de seus membros. Se no início do regime a Igreja havia apoiado os militares sob a ameaça de um “golpe comunista” ao perceber que o regime se transformava numa ditadura, padres, bispos e cardeais não demoraram a protestar e pedir sua destituição.

Para ilustrar essa contrariedade, trazemos a SD1, extraída da reportagem de 25 de janeiro de 1984, realizada pela Rede Globo, sobre o aniversário da cidade de São Paulo e o comício realizado na Praça da Sé pela volta das eleições diretas para presidente da República.

SD 1: VT (REPÓRTER ERNESTO PAGLIA): São Paulo, 430 anos. Nove milhões de brasileiros vindos de todo o país. Cidade de trabalho, São Paulo fez feriado hoje para comemorar o aniversário. Foi também o aniversário do seu templo mais importante: a catedral da Sé. De manhã, na missa, o Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns lembrou o importante papel da Catedral da Sé nesses trinta anos em que ela vive no coração da cidade.

DEPOIMENTO ARCEBISPO DOM PAULO EVARISTO ARNS: Nessa igreja se promoveu **praticamente a libertação de um povo que quer manifestar-se como povo**. Eu acho que isso é fundamental para uma igreja mãe que é tratada com tanto carinho.

¹⁷ Por suas características, a autocensura, especialmente o caso dos “bilhetinhos”, poderia ser uma justificativa da Rede Globo para a cobertura tímida que realizou da campanha *Diretas Já*. No entanto, os bilhetes começaram a diminuir em 1974, até serem extintos a partir de 1978. A campanha das *Diretas* só teve início cinco anos mais tarde, em 1983. Assim, a autocensura não pode servir de álibi para a emissora.

Se a introdução do repórter dá o tom festivo à fala de Dom Evaristo, o depoimento do arcebispo deixa em evidência o papel político da Igreja Católica e seu posicionamento em favor da campanha das diretas, já que o comício havia sido realizado em frente à Catedral da Sé.

O “povo” está numa rede de significações de uma memória que não é a mesma da Igreja. O interdiscurso dá historicidade ao depoimento do arcebispo, que ao tomar uma expressão da área política dá outra dimensão à sua fala. O assujeitamento à FI democrática irrompe o discurso da Igreja, dando lugar ao equívoco, à ressignificação.

Se o discurso do arcebispo estivesse inscrito na mesma FD e na mesma FI em que se inscrevia o discurso da Rede Globo, citaria o aniversário da Catedral da Sé e atentaria para os seus “fiéis”, não para o “povo”. Mas, quem era o “povo” da fala do arcebispo? Nas condições de produção desse discurso, “povo” eram todos aqueles identificados com a FI democrática e com a FD das *Diretas*.

Voltando ao Vaticano II, após as atenuações das concepções da Igreja à teoria marxista, especialmente no que se refere ao comunismo, “[...] resta à Igreja chamar de volta, a seus deveres morais respectivos, patrões e empregados – de um lado, caridade, de outro, obediência – para preservar a harmonia do corpo social [...]” (COURTINE, 2009, p. 135).

Assim, a Igreja se reorganizou e passou a preocupar-se mais com as questões sociais. Segundo Courtine,

é então que os efeitos das lutas de classes se fazem sentir no próprio coração da Igreja: o conteúdo da fé tende a se transformar para massas cada vez maiores de trabalhadores (por exemplo, pela revalorização do Cristo fraternal dos pobres), polêmicas aparecem a respeito da interpretação das Escrituras (2009, p. 136).

Essa reconfiguração da Igreja permitiu olhar para os problemas sociais, no caso brasileiro, para a opressão do regime militar e tratar do “povo” enquanto questão política. Isso é reflexo do pós-Vaticano II, quando a Igreja se colocou como “terceira via que opõe capitalismo tecnocrático e socialismo burocrático, e situa-se em algum lugar entre a ‘selva capitalista’ e o ‘gulag coletivista’” (COURTINE, 2009, p. 140).

Como um AIE regulador da sociedade, a Igreja Católica tem papel fundamental nas configurações das formações sociais. A heterogeneidade da FD católica e da própria

FI religiosa permitiu o deslocamento da Igreja do lugar social que tradicionalmente ocupa e explica o deslizamento de sua posição frente ao golpe militar no Brasil.

Quando o presidente Ernesto Geisel decidiu iniciar o processo de abertura política, dando origem à chamada “ditabranda”, enfrentou muita resistência entre os militares. Tanto que, “através dos órgãos de informações, a comunidade de segurança disseminava definições e avaliações truncadas, associando a abertura à ameaça comunista” (FICO, 2001, p. 212).

Os setores mais violentos do regime perdiam espaço e temiam sua extinção. Assim, mesmo sem o apoio do alto comando militar, promoveram ações repressivas, como a explosão de bombas nos prédios da Associação Brasileira de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil (1976) em um show de música popular (1981) e o assassinato após a prisão e tortura do jornalista Vladimir Herzog (1975).

Administrar a relutância da linha mais dura entre os militares após esses episódios que causaram ainda mais revolta na população foi de certa forma menos complicado para o presidente João Figueiredo. Conforme Fico (2001, p. 218), “desde meados do governo Geisel, portanto, a conjuntura econômica, social e política tornou descredito o discurso das comunidades de segurança e de informações”. O historiador também ressalta que as ações mais truculentas dos militares tiveram origem na Escola Superior de Guerra e até no discurso inflamado do jornalista Carlos Lacerda contra a ameaça comunista no Brasil.

Nos momentos em que combateram contendores mais visíveis, como as guerrilhas urbana e rural, puderam usar, sobretudo, imagens recorrentes no campo estritamente político (o subversivo perigoso, o plano insidioso de comunização, o jovem inocente útil, o padre comunista, o militar como vítima). Quando se viram em fase decadente, lançaram mão de tópica tradicional de fundo ético-moral (a família fragilizada, os valores morais degenerados) (FICO, 2001, p. 218).

Por muitos anos, o discurso anticomunista funcionou e justificou para a população a truculência do regime. Contudo, não se sustentou e forçou o regime a abrandar seus métodos e procedimentos. E foi durante a abertura política, período em que a censura diminuía e a repressão cessava na mesma proporção, que a campanha *Diretas Já* ocorreu.

No livro *Jornal nacional: a notícia faz história*, lançado pelo projeto Memória Globo em 2004, a emissora alega:

A população desejava, desde o início, que a Globo fizesse não uma cobertura, mas uma campanha pró-diretas de grandes dimensões. Desejava que a Globo se engajasse politicamente na luta por eleições diretas, que fosse não apenas a narradora comedida daqueles eventos, mas seu grande agente, seu fermento. O desencontro se deu quando a Globo, condicionada pelas circunstâncias históricas da época e por um jogo de pressões políticas muito fortes, decidiu manter a cobertura, ao menos inicialmente, num tom não emocional, equidistante e comedido (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 166).

A Rede Globo justificou-se afirmando que acompanhou toda a movimentação da campanha e que foi mal compreendida pelo público. “O povo brasileiro, no entanto, desde o início, soube da campanha das diretas pela Globo. Embora a Globo não tenha feito campanha” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 167).

Entretanto, a divulgação tímida da Rede Globo não pode se justificar somente pela ditadura e pela censura. Outros interesses estavam por trás do caso, dependendo da formação discursiva e ideológica de que a emissora inscreveu seus discursos na época da campanha.

A exploração dessa formação discursiva e ideológica será realizada no próximo capítulo deste trabalho, onde se aborda o movimento *Diretas Já* como um acontecimento histórico, político e discursivo.

2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E ARQUIVO: A IRRUPÇÃO DO ACONTECIMENTO

A mídia não somente transforma o presente em acontecimento jornalístico, como também lhe confere um estatuto histórico. Desse modo, a sociedade assiste à história do tempo presente sendo construída, no interior dos aparelhos de comunicação de massa, sob a tirania do acontecimento. O lugar, por excelência, de produção do acontecimento não é mais o do discurso da história, mas sim o da mídia [...].

Pedro Luis Navarro Barbosa

O que dizemos tem relação com outros dizeres, fenômeno reconhecido na Análise do Discurso (AD) por “memória discursiva”. Entende-se por memória discursiva os dizeres que se atualizam na enunciação. Dizeres que são partes de um processo histórico, de uma rede de significantes. Courtine afirma que “a noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]” (2009, p. 105-106, grifo do autor).

A memória discursiva é o chamado “saber discursivo” e se caracteriza por um recorte da noção de interdiscurso, ou seja, o já dito. Segundo Pêcheux (2012c, p. 54), “[...] as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significante”. Só é possível haver significação através da inscrição da língua na história. Pêcheux (2012b, p. 158) explica:

Nessa perspectiva, o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente.

A memória integra aquilo que pode ser comparado a um processo na AD. Para se tornar sujeito, é preciso assujeitar-se, pois só se constitui como sujeito pela língua, e para que as palavras tenham sentido, é preciso que já tenham um sentido estabilizado. “Assim é que dizemos que ele é historicamente determinado, pelo interdiscurso, pela

memória do dizer: algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 2008, p. 64).

É o já-dito que traz à tona o interdiscurso. De acordo com Orlandi (1999, p. 64), “a memória – interdiscurso, como definimos na Análise de Discurso – é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer”.

Entretanto, a retomada desse já-dito acontece de forma inconsciente, o que dá lugar aos dois esquecimentos percebidos e desenvolvidos por Pêcheux (1995): esquecimento nº 1 indica que o sujeito não pode se encontrar fora da formação discursiva que o domina (ilusão de ser a origem do dizer); esquecimento nº 2 é a seleção de formas e sequência numa formação discursiva, as quais se determinam em relação à paráfrase (ilusão do controle dos sentidos do dizer).

No que se refere ao discurso político, Courtine (2006, p. 82) destaca que a repetição também pode criar uma descontinuidade: “Se o interdiscurso, portanto, organiza a recorrência e o reagrupamento de formulações, igualmente intervém como uma cavidade, ruptura ou deslocamento: ele é o produtor do esquecimento dos enunciados.” É por isso que memória e esquecimento devem ser analisados de forma associada no modo de enunciação do discurso político.

Da mesma forma que a língua está sujeita a falhas, a memória é constituída de esquecimentos, embora não sejam conscientes. Mariani (1998b, p. 42) lembra que a memória, mesmo não sendo linear, apresenta sentidos estabilizados: “O histórico e o lingüístico significam de modo não transparente, formam uma rede de significância, tecida de ambiguidades, de repetições, de equívocos, conflitos, etc.”

A memória discursiva é um local de conflitos constantes de sentidos por sua regularização e hegemonia. De acordo com Mariani (1998b, p. 38), “[...] pensar discursivamente a memória é analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem”.

Por esse viés, a noção de interdiscurso pode ser compreendida como o conjunto de vestígios discursivos expressos pela repetibilidade de sequências. O interdiscurso é, dessa forma, uma rede de significantes que caracteriza os saberes de uma mesma FD. Essa rede só é possível em virtude da historicidade. Quando um acontecimento é inscrito na história, torna possíveis os sentidos que desse derivam.

Conforme Mariani,

[...] história para a AD é relação de forças, é produção de memória resultante do confronto e gerenciamento dos sentidos produzidos em uma dada época, em uma dada formação social. Assim é que a exterioridade constitui o discurso enquanto memória do dizer, ou seja, enquanto interdiscurso (1998b, p. 114).

A memória retoma fatos registrados na história, ao passo que o arquivo é a união de diferentes registros históricos armazenados na memória. Para Foucault, as práticas discursivas comportam sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos ou que os instauram como coisas (tendo em vista sua utilização). “São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo*” (FOUCAULT, 2005, p. 146, grifo do autor).

O arquivo é formado por regularidades específicas, o que não significa que seja linear, pelo contrário, é marcado por rupturas.

Entre a *língua* que define o sistema de construção das frases possíveis e o *corpus* que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o *arquivo* define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas o tratamento e à manipulação (FOUCAULT, 2005, p. 147, grifos do autor).

O arquivo é constituído de fragmentos cuja descrição nunca poderá alcançar a sua totalidade. Foucault destaca que arquivo “*é o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados*” (2005, p. 148, grifo do autor).

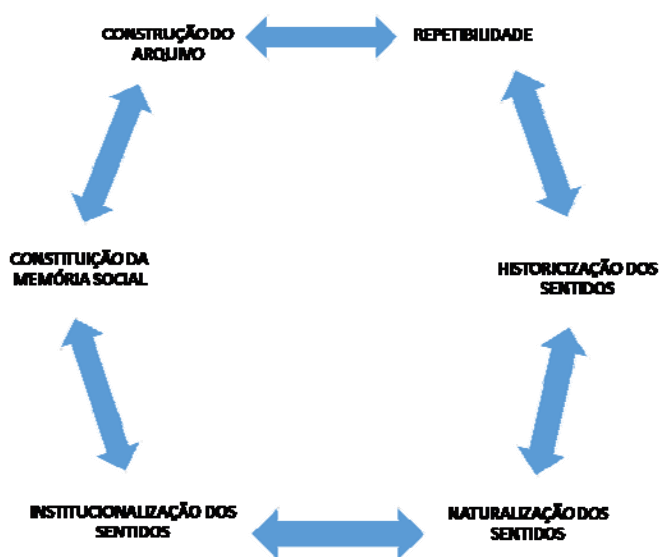
Já Pêcheux (1997, p. 57) postula que o arquivo pode ser compreendido como um “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Para o autor, existem duas formas de ler um arquivo: que só extrai o sentido literal; que leva em consideração os efeitos que os aparelhos de poder têm na memória coletiva da sociedade, ou seja, a leitura do arquivo perpassa a questão da dominação política desde os tempos da Idade Média.

Conforme Pêcheux (1997), enquanto é conferido a alguns o direito às leituras originais (para apoiar ou se opor ao poder local), é dado a outros o gesto de leitura literal (para sustentar as interpretações das tais leituras originais). Dessa forma, estabelece-se um jogo de poder e manipulação entre intelectuais, cientistas e a massa. Pêcheux aponta que “é esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na

história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (1997, p. 63, grifo do autor).

A fim de ilustrar o nosso entendimento acerca da constituição do arquivo, propomos uma sistematização na figura seguinte:

Figura 2: Constituição do arquivo



Fonte: A autora.

Observamos que na Figura 2 todos os conceitos estão vinculados uns aos outros. Um arquivo se constrói pela repetibilidade e a repetibilidade historiciza sentidos. Uma vez historicizados, os sentidos se naturalizam e a naturalização não está desvinculada da sua institucionalização. Por se institucionalizarem, tornam-se efeitos de evidência e, sob o efeito da ideologia, inscrevem-se em determinadas formações discursivas. “Naturalizados” e “institucionalizados”, os sentidos constituem a memória social, noção essencial para o entendimento da constituição do arquivo.

De acordo com Le Goff (1990, p. 476), a memória social pode ser compreendida como um processo histórico que abarca o conjunto de memórias individuais compartilhadas (oralmente, impressa ou audiovisual). O autor afirma ainda que a memória social também pode ser um instrumento e um objeto de poder.

Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (arquivos orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente a do rádio e a da televisão. Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica (1990, p. 477).

A “oficialização” da memória social torna possível que prevaleçam versões individuais dos acontecimentos. Com a censura aos meios de comunicação no período da ditadura militar, o governo facilmente controlava a “história” contada sobre o regime e sobre o próprio país. Entretanto, a memória discursiva produz significações diversas e funciona diferentemente em cada sujeito.

Todo esse processo de formação e transformação dos enunciados é o elemento básico de composição de um acontecimento. Um mesmo acontecimento pode retornar pelo viés da memória e será ressignificado a cada retomada. É o que ocorre corriqueiramente nos meios de comunicação, tal como ocorreu com a cobertura das *Diretas Já*, pautada pela Rede Globo anos depois no portal de memórias da emissora na internet para justificar e rebater as acusações de manipulação dos telespectadores em favor da ditadura.

Realizada essa breve retomada das noções de memória discursiva e arquivo, salientamos que essas são questões que vão reaparecer neste trabalho, retomadas junto a outras noções abordadas na sequência. Nosso próximo objeto de estudo são as noções de formação discursiva e ideológica.

2.1 Formação ideológica e formação discursiva

Para a Análise do Discurso, a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, ou seja, não existe sujeito sem ideologia. De acordo com Pêcheux e Fuchs (1993b, p. 165), o funcionamento da ideologia se dá através da interpelação,

ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas).

Nos AIEs há um conflito permanente entre formações ideológicas que podem comportar várias formações discursivas. Pêcheux destaca:

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é sobre o *outro*, objeto de identificação (PÊCHEUX, 2008, p. 56, grifos do autor).

A formação ideológica pode ser entendida como uma força em conflito com outras numa mesma conjuntura social e ideológica. Esse princípio parte do pressuposto de que a ideologia não é individual, nem universal, mas algo exterior ao discurso e constitutiva dele ao mesmo tempo.

Da formação ideológica podem se constituir diferentes formações discursivas. São as posições ideológicas em seu contexto sócio-histórico que determinam o sentido de uma palavra, expressão ou texto. Conforme Pêcheux e Fuchs (1993b, p. 167), “[...] as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes”.

O conceito de FD, apresentado por Pêcheux, foi tomado de Foucault (2005), com o diferencial de agregar a questão da ideologia. Nos estudos de Foucault (2005), as formações discursivas são o conjunto de enunciados que se referem a um mesmo objeto. Na AD, as palavras e as expressões do sujeito mudam de sentido conforme as posições ocupadas por ele.

Assim, as formações discursivas são as projeções das formações ideológicas na linguagem. São as formações discursivas que determinam o que pode e o que deve ser dito num discurso. “É no interior de uma FD que se realiza o ‘assujeitamento’ do sujeito (ideológico) do discurso” (COURTINE, 2009, p. 73).

As FDs são componentes das FIs e, segundo Courtine, “[...] dependem de FI antagônicas, aliadas [...], mantêm entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FD, isto é, em sua *materialidade linguística*” (2009, p. 73, grifo do autor).

Quando dizemos que um texto pode ser atravessado por várias formações discursivas, recorreremos à noção de heterogeneidade do discurso. Conforme Orlandi

(2010, p. 23), “discursivamente, portanto, um texto não é homogêneo. Essas diferentes formações discursivas que o atravessam correspondem a diferentes posições sujeitos no discurso que aí se representam”, ou seja, não existe uma formação discursiva homogênea, pois as formações discursivas acolhem diferentes posições-sujeito.

De acordo com Courtine,

se uma dada FD não é isolável das relações de desigualdade, de contradição ou de subordinação que marcam sua dependência em relação ao “todo complexo com dominante” das FD, intrincando no complexo da instância ideológica, e se nomeamos “*interdiscurso*” esse todo complexo com dominante das FD, então é preciso admitir que o estudo de um processo discursivo no interior de uma dada FD *não é dissociável* do estudo de determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso (2009, p. 73, grifos do autor).

O interdiscurso é determinante para o estudo das modalidades de assujeitamento. Funciona sob a forma de um discurso transversal que conecta já-ditos e pré-construídos ao fio do discurso. O domínio do saber de uma FD é determinado pela contradição, pela articulação das FDs e das FIs, sem a delimitação de fronteiras fixas e visíveis, já que uma mesma FD pode conter diferentes posições-sujeito.

A fragmentação da forma-sujeito da FD em diferentes posições-sujeito estabelece sua porosidade e impede que o conceito seja analisado pelo viés da unicidade (como anteriormente fazia Foucault). Esse assunto será tratado na próxima seção.

2.2 Heterogeneidade da formação discursiva e da forma-sujeito

Os equívocos e todos os deslocamentos e deslizamentos de sentido estão relacionados às movimentações de uma forma-sujeito e de suas posições-sujeito dentro de uma formação discursiva. É o conflito entre as formas e as posições de sujeito que caracterizam o real da língua, tocado pelo real da história. Indursky (2008, p. 11) destaca que “é através da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso”.

Por conseguinte, não se pode crer numa formação discursiva homogênea isenta de forças antagônicas. Nas palavras de Indursky (2008, p. 17), “[...] as fronteiras de uma

formação discursiva são suficientemente porosas para permitirem que saberes oriundos de outras formações discursivas aí se façam presentes”.

Decorre disso o atravessamento de diferentes saberes numa mesma FD provenientes de diversas posições-sujeito. “Como é possível constatar, a fragmentação da forma-sujeito determina a heterogeneidade da formação discursiva que é por ela organizada” (INDURSKY, 2008, p. 17).

Uma formação discursiva pode abrigar diferentes posições-sujeito em conflito, às vezes totalmente identificadas com sua FD de origem, outras vezes deslocadas, contraidentificadas, outras ainda completamente desidentificadas, mas que, por sua origem, permanecem ligadas à FD anterior. Conforme Indursky (2008, p. 16),

[...] em decorrência do desdobramento da forma-sujeito, pode-se entender que o sujeito da AD é um sujeito dividido e, em decorrência disso, a FD que o abriga passa a ser um domínio onde há espaço para a diferença e a divergência, tornando-se igualmente heterogênea, não idêntica a si mesma.

Isso acontece porque “o sujeito da AD não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, que carrega consigo marcas do social, do ideológico e do histórico, mas tem a ilusão de ser a fonte do sentido” (GRIGOLETTO, 2008, p. 49). Sendo o sujeito ideológico, é impossível não revelar marcas, pistas de uma ideologia dominante no discurso.

É através da forma-sujeito que o indivíduo se inscreve numa formação discursiva com a qual se identifica. A forma-sujeito é, então, um efeito de unidade do sujeito associado a uma determinada FD. De acordo com Grigoletto (2008, p. 49), “[...] a forma-sujeito realiza a *incorporação-dissimulação* dos elementos do interdiscurso, o que aponta para o efeito de unidade/evidência do sujeito. E é efeito porque essa unidade é apenas imaginária”.

A heterogeneidade é a marca do funcionamento da forma-sujeito. Indursky (2008, p. 18) salienta que “uma forma-sujeito fragmentada indica a presença de diferentes posições-sujeito em uma mesma FD e cada uma destas características assinala diferentes posições-sujeito no interior da FD”.

A forma-sujeito esconde as diferenças de posicionamento dentro de uma mesma FD. Mesmo sob o efeito da ilusão de unicidade, as posições antagônicas continuam a exercer forças em um conflito permanente dentro das FDs. Assim, Grigoletto explica

que “[...] diferentes indivíduos, relacionando-se com o sujeito de saber de uma mesma FD, constituem-se em sujeitos ideológicos e podem ocupar uma mesma ou diferentes *posições*” (2008, p. 59, grifo da autora).

Dessa forma entende-se que o sujeito da AD não é totalmente livre ou totalmente assujeitado, pois se move em diferentes posições. Indurky (2008, p. 15) avalia que existe certa “brecha” para a movimentação e que o homem “[...] não está condenado a manter-se para sempre identificado com o mesmo domínio de saber”.

De acordo com Grigoletto,

a AD parte do pressuposto de que o sujeito não é fonte do sentido, e sim se forma por um trabalho de rede de memória, acionado pelas diferentes formações discursivas, que vão representar, no interior do discurso, diferentes posições-sujeito, resultado das contradições, dispersões, descontinuidades, lacunas, pré-construídos, presentes nesse discurso (2008, p. 50).

A interpelação ideológica é condição para a constituição do sujeito, mesmo que ele não saiba disso ou não tenha consciência. O sujeito segue exercendo suas práticas discursivas com a ilusão de ser a origem e controlar o seu dizer. É essa falsa evidência que esconde o seu assujeitamento.

Dessa forma, a fragmentação da forma-sujeito determina a heterogeneidade da formação discursiva por esta organizada. O sujeito está, então, dividido nas diferentes posições-sujeito que a interpelação ideológica lhe faculta.

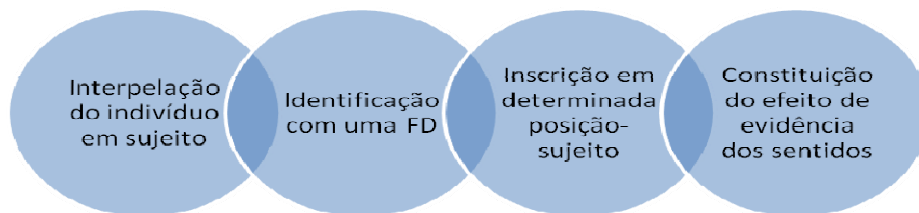
De acordo com Indursky,

o sujeito [...] mostra-se mais que desdobrado. Ele é um sujeito dividido em relação a si mesmo, por conseguinte, heterogêneo e disperso em relação aos saberes da FD em que se inscreve e em relação aos sentidos que mobiliza, de que se apropria e que produz, constituindo esta forma de subjetividade que estou chamando de fragmentação do sujeito em AD (2008, p. 30-31).

As tomadas de posição são como pontos de vista do sujeito no discurso a favor ou contra os saberes preexistentes. Tanto a identificação quanto a contraidentificação ou a desidentificação ocorrem em função da interpelação ideológica.

Na AD, a noção de sujeito convoca outras noções, como mostra a Figura 3.

Figura 3: Constituição da noção de sujeito



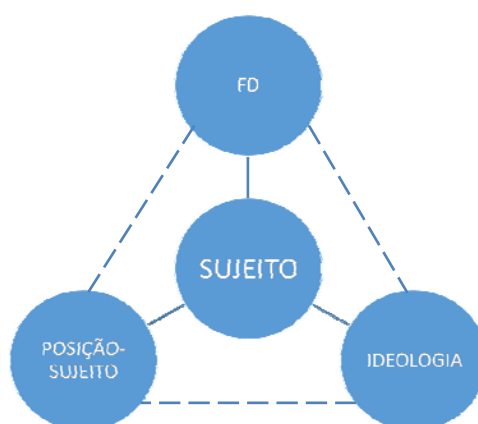
Fonte: A autora.

A noção de sujeito só pode ser pensada por esse processo, que vai da interpelação ideológica à identificação com uma nova FD, seguida pela inscrição em uma determinada posição-sujeito, cujos movimentos vão provocar a constituição do efeito de evidência dos sentidos, já que o sujeito não se dá conta de todo esse processo que se (con)funde com uma espiral ou com elos de uma corrente em que as noções estão interligadas, uma adentrando as fronteiras da outra e que, por isso, formam um processo.

2.3 As modalidades de desdobramento do sujeito

A noção de sujeito é fundamental na AD, tanto que para perseguir sua evolução é preciso voltar-se à evolução da própria teoria. E acompanhar o desenvolvimento da teoria implica a realização de um movimento pendular, que vai da teoria para a análise e da análise novamente para a teoria, pois as duas se retroalimentam. Assim, a noção de sujeito está sempre correlacionada às demais, como mostra a Figura 4.

Figura 4: A noção de sujeito e suas correlações



Fonte: A autora.

Observamos que o sujeito está no centro dos conceitos, pois é interpelado ideologicamente a se inscrever numa formação discursiva, identificando-se à sua forma-sujeito histórica e, conseqüentemente, assumindo uma posição-sujeito em seu discurso.

Em Análise de Discurso interessa verificar os sentidos que carregam os enunciados. Tomar uma palavra como referente, por si só, não é suficiente. É preciso perseguir sua determinação discursiva, ou seja, seus diferentes significados para integrá-la a uma (ou mais) formação discursiva.

Conforme Pêcheux, “[...] toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas dadas*” (1995, p. 213, grifo do autor). Os sujeitos só se tornam sujeitos do discurso quando interpelados por formações discursivas, as quais representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

A interpelação do indivíduo em sujeito acontece pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina. Essa identificação ocorre pelo viés da forma-sujeito. Sendo a forma-sujeito, inicialmente, considerada dotada de unicidade e a FD fechada e homogênea, Pêcheux desenvolve as modalidades de tomada de posição.

O desdobramento do sujeito entre o sujeito da enunciação e o “sujeito universal” ou da ciência produz efeitos paradoxais e pode assumir diferentes modalidades. A primeira é a da superposição que leva a que ocorra um recobrimento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal.

[...] Essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade”) (PÊCHEUX, 1995, p. 215, grifos do autor).

Essa primeira modalidade é a identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que o domina, por esse motivo foi chamada de discurso do “bom sujeito”.

O discurso do “mau sujeito” é a segunda modalidade de desdobramento e decorre do distanciamento, da separação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. É o “[...] discurso no qual o *sujeito da enunciação* se volta contra o *sujeito universal* por meio de uma ‘tomada de posição’ [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 215, grifos

do autor). Essa modalidade ocorre quando o sujeito do discurso, através de uma tomada de posição, se contrapõe à forma-sujeito da FD que o identifica. Assim, o sujeito passa a questionar os saberes da FD e não apenas os reduplica.

Considerar o desdobramento da forma-sujeito implica pensar em uma nova concepção de FD, cujas fronteiras são porosas ao ponto de permitir a entrada de saberes diferentes, inclusive de outras FD. Disso decorre uma FD heterogênea.

A “desidentificação” com a formação discursiva de origem é a terceira modalidade de desdobramento entre os sujeitos. Nessa o sujeito do discurso se desidentifica de uma FD e de sua respectiva forma-sujeito para se identificar e com outra FD e sua forma-sujeito. Segundo Pêcheux, “[...] esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas ‘de tipo novo’*” (1995, p. 217, grifos do autor).

A desidentificação ocorre quando o sujeito do discurso já está identificado com outra FD e sua forma-sujeito de forma inconsciente. Aliás, a identificação e a desidentificação ocorrem somente através do funcionamento do inconsciente e da ideologia.

Conforme Indursky (2008, p. 15), a modalidade de desidentificação sinaliza que o sujeito não está condenado a se manter identificado com a mesma FD para sempre. Existe certo espaço de liberdade e movimentação.

Essa modalidade instaura não só o desdobramento, mas a fragmentação da forma-sujeito. A fragmentação é a capacidade de a forma-sujeito se dividir em diferentes posições-sujeito. E cada uma dessas posições-sujeito indica diferentes modos de se relacionar com a forma-sujeito e, por sua vez, com a ideologia, ou seja, o sujeito não se identifica mais com uma FD por sua forma-sujeito, pois essa não é única, e sim fragmentada em um número maior de posições-sujeito. A identificação com uma FD, segundo Indursky (2008, p. 19), se dá por meio de uma posição-sujeito dominante que integra sua forma-sujeito.

Assim, o “bom sujeito” não é o que se identifica plenamente com uma FD, reduplicando seus saberes, mas o que se identifica com a posição-sujeito dominante em relação às demais posições em que a forma-sujeito se fragmenta. O “bom sujeito” se caracteriza, segundo Indursky (2008, p. 19), em “efeito-sujeito”.

Consequentemente, o “mau-sujeito” pode ser representado por várias posições-sujeito e não apenas por uma. Como referido anteriormente, a AD funciona como um movimento pendular entre teoria e análise, que se retroalimentam. As outras posições-sujeito que convivem com a dominante se distanciam dos saberes desta e se constituem no “mau sujeito”. Essas duas noções – bom e mau sujeito – alteraram-se com o avanço do conceito de fragmentação da forma-sujeito. De acordo com Indursky,

se a forma-sujeito fragmentou-se, não é mais possível a um sujeito de discurso identificar-se diretamente com a forma-sujeito. Para com ela identificar-se, impõe-se que o sujeito do discurso se identifique inicialmente com o saber emanado de uma determinada posição-sujeito para, a partir deste lugar discursivo, identificar-se com a forma-sujeito e, através dela, com a formação discursiva que o afeta. A identificação continua ocorrendo, mas apenas com uma parcela dos saberes desta FD (2008, p. 19-20).

Desse modo, a desidentificação com uma FD ocorre de duas maneiras: pela identificação com outra forma-sujeito já existente; pela identificação com uma forma-sujeito de uma nova FD, que caracteriza o acontecimento discursivo.

As mudanças dentro do campo de saberes de uma FD e de sua forma-sujeito acompanharam o avanço dos estudos na AD, resultando em duas formas diferentes de desidentificação. Essa tanto pode ocorrer porque o sujeito do discurso se identifica com outra FD e sua forma-sujeito já existente numa determinada formação social quanto pode ocorrer quando o sujeito se identifica com uma nova FD recém-instaurada e sua respectiva forma-sujeito.

Cabe salientar que o surgimento de uma nova FD se dá quando saberes antes interditados irrompem numa formação social. Essa forma de desidentificação, chamada “acontecimento discursivo”, será o assunto da próxima seção; será também esmiuçado outro tipo de acontecimento que não se dá pela desidentificação: o acontecimento enunciativo. Ambos os acontecimentos serão confrontados com as noções de acontecimento histórico e jornalístico.

2.4 Os acontecimentos: histórico, jornalístico, discursivo e enunciativo

Um acontecimento histórico, cuja relevância o faz ser contado e lembrado, Le Goff (1990, p. 10-11) o define como “ciência histórica” constituída de regularidades

reconhecidas em diversas sociedades. Essas regularidades são identificadas e selecionadas pelo historiador. Como não é possível isolar o sujeito da subjetividade, a noção de verdade sofre deslocamentos. Segundo ele, “[...] o caráter ‘único’ dos eventos históricos, a necessidade do historiador de misturar relato e explicação fizeram da história um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência” (1990, p. 12).

O acontecimento histórico é, dessa maneira, resultado da prática historiográfica, noção emergente nos estudos de Paul Veyne:

Como em toda a história, o aparecimento da historiografia é um acidente desnecessário; não decorre essencialmente da própria consciência dos grupos humanos, não acompanha, como sua sombra, o surgimento do Estado ou a tomada de consciência política (1995, p. 45).

Veyne (1995, p. 45-46) explica que o conhecimento do passado sempre foi motivo de curiosidade: “A única novidade foi o emprego, escrito e depois oral desses dados onipresentes; houve o nascimento do gênero histórico, mas não de uma consciência histórica”.

Entretanto, como salienta Deleuze (1974, p. 152): “O brilho, o esplendor do acontecimento, é o sentido”. O filósofo evidencia que o sentido de um acontecimento é o próprio acontecimento. Sua abordagem se dá por dupla estrutura: todo acontecimento tem um presente em que traz o estado das coisas daquele que o encarna, e ao mesmo tempo se esquia de todo o presente, além do instante em que o representa. Tem-se, assim, “de um lado, a parte do acontecimento que se realiza e se cumpre; do outro lado, ‘a parte do acontecimento que seu cumprimento não pode realizar’” (1974, p. 154).

Foucault assegura que a descontinuidade é o motor da história, pois não se desenvolve de forma linear. Em estudos sobre o autor, Navarro-Barbosa comenta que “[...] a emergência dos saberes não obedece a uma lógica contínua e evolutiva, mas a uma descontinuidade” (2004, p. 107).

Desde a antiguidade a ciência histórica não é como as demais fundadas sobre a construção e a observação, mas é uma ciência de indagação e de testemunho (LE GOFF, 1990, p. 9). Tais aspectos nunca deixaram de fazer parte da ciência histórica, embora Le Goff ressalte:

Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica desse tipo de história, devido à vontade de colocar a explicação no lugar da narração; mas, também, ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história-testemunho por intermédio do “retorno do evento” (Nora), ligado à nova mídia, ao surgimento de jornalistas entre os historiadores e a desenvolvimento da “história imediata” (1990, p. 9).

Se os historiadores dão conta da história antiga, clássica, tradicional, os jornalistas são, hoje, os historiadores imediatos. O fato histórico não terminou de se desenrolar e os dedos nervosos dos profissionais da comunicação já colocam em prática a sua discursivização pelas teclas dos computadores, *notebooks*, *tablets* ou até mesmo dos celulares de última geração, produzindo conteúdos que serão veiculados pelos jornais impressos, pela internet, pelo rádio ou pela televisão.

A história imediata é processada com uma velocidade cada vez maior. Lacouture detecta duas características marcantes do que se pode chamar de “história imediata”: “[...] proximidade temporal da redação da obra em relação ao tema tratado e proximidade material do autor em relação à crise estudada” (1998, p. 216).

O jornalista representa bem as duas características: é testemunho ocular da história, vive a emergência dos fatos de forma física e temporal. Segundo Lacouture, “não é por acaso que o veículo e o lugar privilegiado da história ‘imediata’ assumiu a denominação global de meios de comunicação de massa” (1998, p. 216). A fórmula da história imediata se constrói sobre arquivos vivos, ou seja, sobre os homens.

Nas telas da TV, a história passa a ser mais um produto de consumo de massa. Segundo Bucci,

agora, a História se reproduz pela mesma máquina de comunicação eletrônica que está socialmente encarregada de registrar os acontecimentos imediatos e de promover o entretenimento; ela se reproduz não segundo os parâmetros da historiografia, mas segundo as leis que ordenam o espetáculo – fundindo fato e ficção –; ela se reproduz segundo o modo de produção das imagens voltadas para o consumo e para o gozo (2004, p. 206-207).

Associada ao poder da imagem, a globalização eliminou fronteiras espaciais e barreiras de comunicação e acelerou o processo de discursivização dos acontecimentos. Nunca o presente vivido teve tanta carga histórica. De acordo com Nora, “[...] essa circulação generalizada da percepção histórica, culmina num fenômeno novo: o acontecimento” (1974, p. 244). Tal noção emerge no momento em que positivistas tentavam tornar a história “científica”, estabelecendo a história como estudo de um

passado – distante do presente – constituído de uma série de acontecimentos. Nora destaca: “Com a condição de que o presente, dominado pela tirania do acontecimento, fosse proibido de permanecer na história, estava compreendido que a história seria construída sobre o acontecimento” (1974, p. 245).

O acontecimento, na contemporaneidade, alcança a todos pelos meios de comunicação de massa. Afinal, “para que haja acontecimento, é preciso que ele seja conhecido” (NORA, 1974, p. 246).

História e jornalismo são duas disciplinas que tendem a convergir. Entretanto, essa convergência não se estende do jornalismo ao rigor histórico. Lacouture assim expõe: “[...] o que faz a imperfeição do jornalista é menos a precipitação da sua pesquisa do que a modicidade de suas fontes e a raridade dos cruzamentos a que pode proceder” (1998, p. 218). O tempo não é o principal inimigo do jornalista. O que o faz pecar na discursivização da história imediata é a credulidade em fontes únicas ou a intencionalidade de manipulação de fatos por diversas razões (principalmente as editoriais). Assim, Lacouture evidencia:

O que garante, então, a autoridade crítica é a racionalização do fabuloso, é a operação que consiste em extrair do acontecimento que muda abruptamente os dados de um jogo os elementos da nova distribuição das cartas para o prosseguimento do jogo até o momento em que seu desenrolar, se não suas regras, for abalado por apoplexia de um jogador ou pela invenção de novas cartas (1998, p. 224).

Essa postura de racionalização é elementar para a história imediata e diferencia historiadores clássicos dos imediatistas. Lacouture (1998, p. 225) metaforiza o acontecimento, equiparando-o a um muro. O imediatista estaria numa escada ao longo desse muro. “Ele precisa subir depressa nela, sondar de um só lance, descobrir rápido, exprimir-se numa espécie de arroubo, pressa e ardor.”

No entanto, a rapidez com que o imediatista necessita trabalhar é compensada pelos avanços tecnológicos que proporcionam uma fonte infinita de informação. Dessa forma,

a irrupção da eletrônica na historiografia não permite apenas um formidável desenvolvimento do quantitativo [...]. Ela multiplica as possibilidades, os riscos e a ambiguidade da imediação cronológica, mais ainda do que o fizeram, de um século para cá, os meios de comunicação de massa [...] (LACOUTURE, 1998, p. 226).

Riscos e ambiguidades que se referem diretamente às fontes de informação. Os personagens das histórias ou informantes certamente não relatam tudo, seja para apagar sentidos, seja porque estão afetados pelo esquecimento. Se as testemunhas da história imediata são os homens vivos, é impossível afastar a subjetividade da sua discursivização. O próprio imediatista, ou jornalista-historiador, não escapa do assujeitamento ideológico.

Visando distinguir o jornalista do historiador, Lacouture enfatiza que o que os difere são os “níveis de escuta”. Enquanto o historiador preocupa-se com os ecos, o jornalista está preso à superfície do som. E “o que distingue o jornalista do ‘imediatista’, porém, talvez seja a aptidão a relatar e circunscrever o acontecimento em sua realidade” (LACOUTURE, 1998, p. 232).

O imediatista trabalha nos picos, ou seja, com o que surge de mais absurdo, estranho, violento, inacreditável. Segundo Lacouture (1998, p. 235), “[...] a atividade do pesquisador do imediato, com frequência um jornalista, é comandada por uma concepção da atualidade baseada no sensacional”. O autor define ainda um acontecimento pela ruptura e pelo conhecimento que instaura: “No acontecimento verdadeiro [...] aliam-se as forças de mudança e as potências da informação”(1998, p. 233).

No jornalismo os acontecimentos são as notícias, ou melhor, viram notícia. São fatos considerados relevantes, novos e de interesse público, selecionados para a pauta dos jornais e telejornais. Têm uma existência material no mundo. Conforme Dela-Silva,

estes acontecimentos, no entanto, são selecionados pelo jornalista dentre as inúmeras ocorrências de um dado período, a partir de critérios como o interesse do público e a atualidade. Assim, tem-se a concepção de acontecimento jornalístico como um fato de interesse público, que está presente em teóricos da área de Comunicação e Jornalismo, e é reafirmada pelos Manuais de Redação, elaborados e publicados pela imprensa de referência brasileira, e responsáveis pela instrumentalização do fazer jornalístico (2008, p. 15).

O acontecimento jornalístico, pelos critérios jornalísticos, é o fato selecionado pelos jornalistas. Os acontecimentos chegam pela mídia à população na forma de notícias.

Se eliminar a subjetividade do sujeito jornalista na exposição dos acontecimentos e na construção das notícias não é possível, os teóricos têm se concentrado em critérios técnicos para garantir o máximo de objetividade possível. Medina (1988, p. 20) relata que alguns autores se ocupam das qualidades da notícia, ou seja, dos chamados “valores notícia”, enquanto outros estabelecem certos critérios similares, como de atualidade, interesse, veracidade e clareza, embora não sejam aprofundados criticamente. Segundo a autora, “a verdade de uma notícia, baluarte de um neoliberalismo (mercado livre de idéias) contemporâneo, se remete à fundamentação teórica da objetividade do acontecimento” (1988, p. 20). Os manuais de redação dos grandes jornais se dedicam a estabelecer critérios para garantir a objetividade. Todavia, o jornalista Ricardo Noblat confessa que “fora dos manuais, notícia de verdade é tudo o que os jornalistas escolhem para oferecer ao público” (2003, p. 31).

Até aqui vimos que os acontecimentos histórico e jornalístico estão intimamente ligados, pois o acontecimento histórico se transforma em notícia, embora a notícia não trate apenas desse. No jornalismo, o acontecimento é tratado como fato. São ocorrências corriqueiras que por algum motivo despertem interesse público, informações úteis sem, necessariamente, dimensão e importância histórica, mas factuais.

Em termos linguísticos, tomando sua irrupção histórica, todos os enunciados são acontecimentos. Foucault assim se posiciona:

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente (2005, p. 31).

Segundo Foucault, o enunciado é um acontecimento de duas vias, pois as palavras o ligam a uma memória e, mesmo sendo único, o acontecimento está aberto à transformação, à repetição. O enunciado “[...] está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem” (2005, p. 32).

O interdiscurso é fundamental para se chegar ao conceito de acontecimento, pois a instauração do novo no interior da repetição é o acontecimento linguístico no discurso.

Analisar o arquivo constituído de uma série de repetições é, dessa maneira, percorrer o caminho do acontecimento na linguagem.

Quando se dá pela linguagem, o acontecimento é conceituado por dois elementos: a língua e o sujeito que se constitui na enunciação. Um acontecimento linguístico é constituído no lugar enunciativo em que é produzido. Conforme Zoppi Fontana,

[...] a noção de *acontecimento linguístico* é definida pela sua reflexividade enunciativa, isto é, pela sua interpretação como acontecimento pelos sujeitos envolvidos na enunciação, e pela sua reflexividade metalinguística, através da qual a língua se constitui em objeto de uma enunciação política. (2009a, p. 2).

Entretanto, os acontecimentos histórico, jornalístico ou linguístico não necessariamente desencadeiam um acontecimento discursivo. Guilhamou e Maldidier destacam:

O acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado (1994, p. 166).

Cazarin e Rasia lembram que o acontecimento discursivo é produto da discursivização do acontecimento histórico: “O acontecimento discursivo é que permite a inscrição do acontecimento histórico no interdiscurso” (2014, p. 195). Quando o acontecimento é tomado como fato histórico, esse já é resultado de uma interpretação e afeta a história enquanto prática social. As autoras destacam que “[...] um acontecimento em si pode ocorrer independentemente do sujeito, mas só se torna fato histórico quando por ele simbolizado” (2014, p. 194).

Temos um acontecimento discursivo quando novos sentidos se instauram em condições de produção específicas. Em resumo, “a estrutura faz ressoar os dizeres inscritos na memória social; o acontecimento instaura a possibilidade de romper com a repetibilidade dos sentidos já-lá da memória e abrir espaço para a produção de novos dizeres” (INDURSKY, 2003, p. 119). Entretanto, o interdiscurso pode instaurar diferenças na própria repetição, pois os sentidos produzidos nas FDs filiam-se a outros e sofrem alterações.

De acordo com Mariani, “novos sentidos, ou outros sentidos, são raros, e estão ligados aos acontecimentos que os produzem. Um novo sentido pode vir a ser absorvido pelo campo do Mesmo. Ou não” (1998b, p. 85, grifos da autora).

Em AD, o acontecimento discursivo é uma ruptura que estabelece uma nova estabilidade discursiva, ou seja, é ao mesmo tempo interrupção e emergência. Nesse sentido Indursky (2003, p. 107) salienta: “Um acontecimento discursivo rompe com a inscrição na ordem da repetibilidade, mas não tem como apagar a memória, a ressonância do sentido-outro”. A ruptura da repetibilidade instaura uma nova ordem do repetível, reorganizando a memória e a estrutura vertical. Salienta ainda:

O que nos sinaliza que a estrutura, ao mobilizar a memória discursiva, trabalha com o repetível, inscrito em um tempo de longa duração, enquanto que o acontecimento discursivo, trabalha com a ruptura do mesmo, com a instauração do novo, inscrevendo-se em uma outra espécie de tempo, de curta duração. Instituída a ruptura com o dizer memorial, abre-se um novo domínio de memória, em torno do qual outros dizeres irão inscrever-se, participando também de uma estrutura (2003, p. 108).

O novo reorganiza os espaços de memória. Assim, a mesma forma linguística pode estar associada a sentidos diversos, afinal, para que haja acontecimento é necessária uma estrutura.

Pêcheux apresenta maneiras de trabalhar as materialidades discursivas distanciando-se de qualquer ciência régia. A primeira consiste em dar o primado aos gestos de descrição, reconhecendo um real específico sobre o qual se instala, ou seja, o real da língua. Assim destaca: “A pesquisa linguística começaria assim a se deslocar da obsessão da ambiguidade (entendida como lógica do ‘ou... ou’) para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc.” (2012c, p. 50). A segunda maneira de trabalhar as materialidades discursivas é justamente levando em consideração que toda descrição está exposta ao equívoco da língua. Assim expõe:

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÊCHEUX, 2012c, p. 53).

A terceira maneira de trabalhar as materialidades discursivas é encarar a discursividade como estrutura ou acontecimento. Segundo Ferreira, “[...] Pêcheux assume de vez o *caráter estrutural do discurso*, e rende-se também ao sistema, ao conceber o discurso como um sistema *ao qual se acessa e ao qual se desvela por suas falhas*” (2010, p. 63).

Na obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux traz como exemplo o enunciado “on a gagné!” (ganhamos!), repetido por ocasião da eleição de François Mitterand, primeiro presidente de esquerda eleito na França. O enunciado certamente fora repetido em inúmeras outras ocasiões. Contudo, naquele momento, funcionava de forma diferente. Ao se repetir um enunciado no campo político que remetia sua significação ao esportivo, houve uma ressignificação. Novos sentidos passaram a funcionar no enunciado “on a gagné!”. Eis o acontecimento discursivo: o enunciado passou a incorporar sentidos até então inexistentes naquela formação social francesa, ou seja, passaram a representar a primeira vitória de um governo de esquerda na França.

Exatamente como o enunciado “Diretas Já” aqui no Brasil. É um acontecimento histórico, tendo em vista que emerge quando a ditadura militar completava vinte anos no país. A redemocratização do sistema político brasileiro começa a se tornar realidade nas ruas através dos saberes do povo, gerando novas discursividades e saberes interditados até então, que também o caracteriza como um acontecimento discursivo.

Conforme Indursky, “[...] o *acontecimento discursivo* não se dá a partir do nada. Ele ocorre a partir de um domínio de saber já existente em relação ao qual ocorre ruptura” (2008, p. 21, grifo da autora), ou seja, o acontecimento discursivo representa a ruptura com uma formação discursiva e a desidentificação dos sujeitos antes identificados com essa. O acontecimento discursivo se dá pelo surgimento de uma nova FD e de uma nova forma-sujeito.

Indursky (2008) chama a atenção para a existência de dois tipos de acontecimento na linguagem: o discursivo e o enunciativo. O acontecimento discursivo provoca a desidentificação com a forma-sujeito de uma FD e a identificação, com uma FD nova, que instaura um novo campo de saber. Não se trata de uma simples migração, mas do surgimento de uma nova FD e de uma nova forma-sujeito.

Entretanto, podem ocorrer movimentações de sentido dentro da mesma FD sem culminar no surgimento de outra nova. Denomina-se o acontecimento provocado pelo

surgimento de uma nova posição-sujeito, que introduz saberes antes não permitidos nessa, de “enunciativo”. Conforme Indursky,

assim, quando certos dizeres, até então interditados em uma determinada FD, são apropriados e incorporados ao seu saber, ocorre um reordenamento/modificação/estranhamento muito intensos nos seus dizeres e seus sentidos. E, quando isto se dá podemos estar presenciando a instauração de uma nova posição-sujeito que vai se relacionar de modo tenso com as diferentes posições-sujeito em que se desdobra a forma-sujeito daquela FD, sobretudo com a posição-sujeito dominante, sem, entretanto, com ela romper (2008, p. 27).

O acontecimento enunciativo é resultado da chamada “contraidentificação”. Nesse caso não há ruptura. As diferentes posições-sujeito permanecem em conflito numa mesma forma-sujeito, dentro de determinado campo de saber. Enquanto o acontecimento discursivo indica a ruptura, “o acontecimento enunciativo implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD” (INDURSKY, 2008, p. 28).

Todo acontecimento da linguagem, seja discursivo, seja enunciativo, parte do acontecimento histórico, geralmente já discursivizado pela mídia. No entanto, conforme Cazarin, nem todo acontecimento histórico dá origem a um acontecimento discursivo, embora “um acontecimento histórico pode reorganizar o ‘dizer’ a ponto de instaurar um acontecimento enunciativo, noção teórica formulada por Indursky” (2004, p. 83).

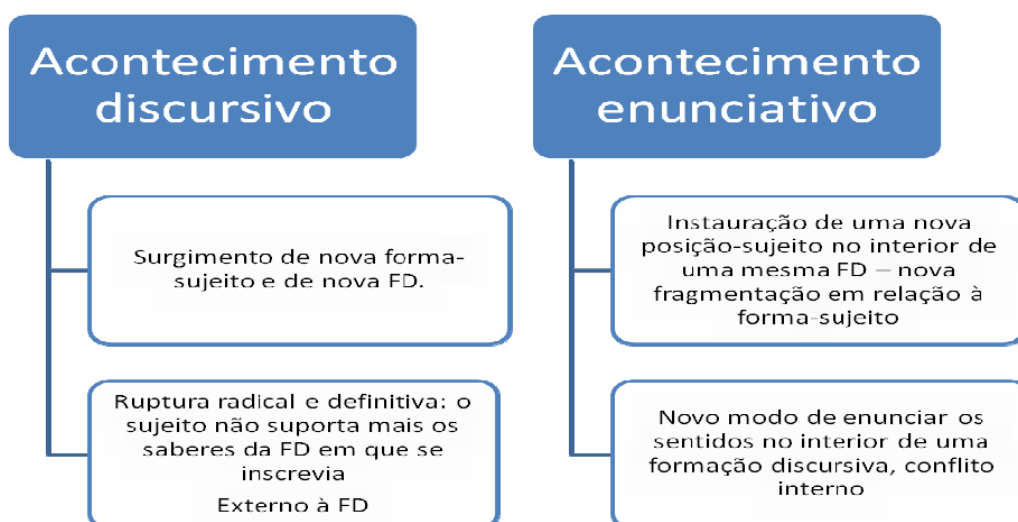
O acontecimento enunciativo remete à fragmentação da forma-sujeito, dá-se no interior de uma mesma FD e representa uma nova forma de enunciar.

Assim Indursky salienta:

O acontecimento discursivo é de natureza diversa do acontecimento enunciativo: enquanto no acontecimento discursivo ocorre uma desidentificação com a forma-sujeito, a qual está na origem da ruptura com a referida forma-sujeito, no acontecimento enunciativo, estamos diante de uma contra-identificação com a posição-sujeito dominante, a qual está na origem do afrontamento com os saberes que emanam desta posição-sujeito dominante no interior de uma formação discursiva. No primeiro caso, ocorre antagonismo e ruptura. No segundo caso, afrontamento com fragmentação da forma-sujeito. No primeiro caso, tais saberes são excludentes. No segundo caso, estes saberes convivem, embora de forma conflitante e tensa (2008, p. 27-28, grifos da autora).

As principais diferenças entre os dois acontecimentos de ordem linguística são representadas na Figura 6.

Figura 6: Diferenças entre os acontecimentos da linguagem: discursivo e enunciativo



Fonte: A autora.

Acontecimento discursivo e acontecimento enunciativo instauram maneiras diferentes de se relacionar com a forma-sujeito e com a ideologia. Cazarin e Rasia sintetizam o processo de instauração do acontecimento enunciativo:

[...] um *acontecimento histórico* gera um *acontecimento enunciativo* quando não provoca uma *ruptura* capaz de instaurar uma nova discursividade, nem faz com que o sujeito migre para outra FD; o *acontecimento enunciativo* reorganiza/reestrutura a discursividade interna da FD (2014, p. 208, grifos das autoras).

Entretanto, a instauração de uma nova posição-sujeito não é suficiente para produzir um acontecimento enunciativo. Essa nova posição-sujeito deve introduzir um saber interdito até então na FD correspondente e permanecer nessa numa relação de conflito direto com a posição-sujeito dominante. “E mais: esta nova posição-sujeito convive com as demais, instituindo muito mais que a diferença. Ela conduz ao estranhamento, à tensão interna às fronteiras da FD em que estava inscrita” (INDURSKY, 2008, p. 27).

Voltando ao nosso *corpus*, o surgimento da FD das *Diretas Já* foi um acontecimento discursivo porque representou a instauração de um novo campo de saber numa formação social, cujos meios de produção dominantes eram os determinados pelo regime militar. Dentro dessa nova FD e da sua forma-sujeito histórica, diferentes posições-sujeito foram se instaurando, como veremos no próximo capítulo.

Se analisarmos o bordão “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”, na primeira vez em que foi enunciado durante a campanha *Diretas Já*, demonstra a indignação da população com a postura da emissora diante da cobertura jornalística do movimento. Contudo, esse bordão retornou às ruas e (re)apareceu em cartazes nas manifestações de junho de 2013, as quais iniciaram como protesto contra o aumento das passagens de ônibus em grandes capitais e ganharam força com o apoio da população contra a corrupção e os investimentos governamentais na realização da Copa do Mundo de futebol no Brasil.

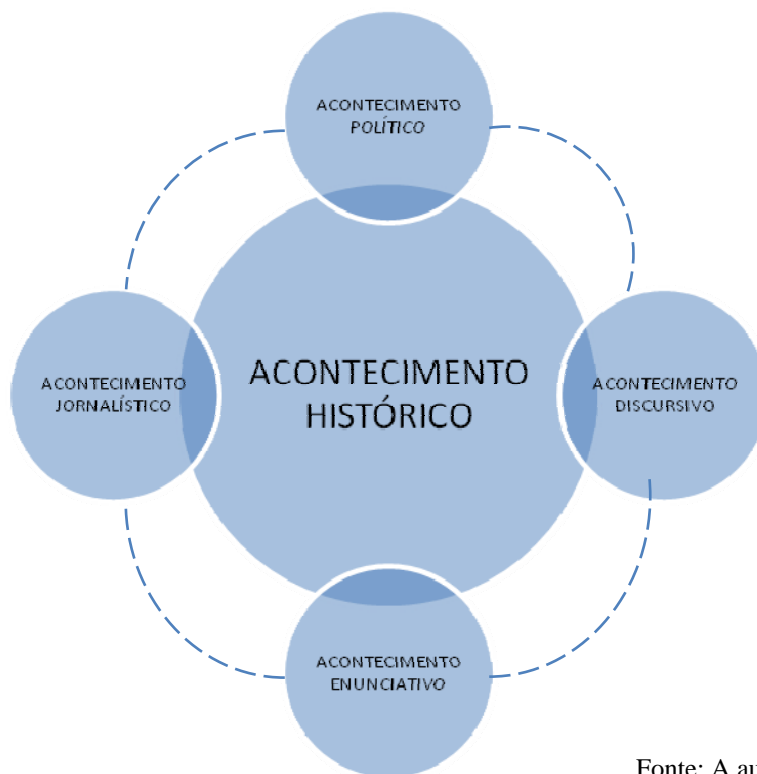
Fica um questionamento: teria a memória discursiva e o interdiscurso levado o enunciado “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” evocar as mesmas significações de 1984 em 2013? Ao ser enunciado novamente, a repetição inscreveu na história novos significados.

A revolta em 2013 não era somente com a Rede Globo, mas com a mídia de uma forma geral, por ignorar a dimensão das primeiras manifestações, denominando os manifestantes como “vândalos” e, claramente, condenando os protestos por julgar o valor de aumento das passagens ínfimo. Entretanto, o que interessa aqui não é julgar a emissora, pois “é preciso, portanto, cessar de diabolizar e de beatificar ao mesmo tempo a televisão, e refletir sobre a produção, a circulação e a apropriação das imagens” (COURTINE, 2003, p. 33).

Esse acontecimento discursivo só emergiu porque houve discursivização do acontecimento histórico pela mídia, pois, segundo Sargentini (2003, p. 132), “a mídia produz o acontecimento, já que a ocorrência de um fato não o torna histórico”. Para que ocorra o acontecimento discursivo é imprescindível a discursivização, sem a qual, o acontecimento só está inscrito na história. Por meio das quebras de rituais, da falha e do equívoco, é que surge o “[...] momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição” (PÊCHEUX, 1990, p. 17, grifo do autor).

O acontecimento histórico possibilita a irrupção dos demais acontecimentos, conforme a Figura 7.

Figura 7: A imbricação dos acontecimentos



Fonte: A autora.

Segundo Pêcheux, é nesse momento de irrupção de um acontecimento histórico que os jornalistas se tornam importantes personagens para a história, por sua função de *porta-vozes* e “o efeito que ele exerce falando ‘em nome de...’ é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto” (PÊCHEUX, 1990, p. 17, grifo do autor).

A contradição instaurada na função do porta-voz é a sua condição de profeta (porque traz informações de um “outro mundo”) e de homem de Estado, já que representa um discurso institucionalizado. De acordo com Rosário, com o porta-voz o povo “[...] não pode mais ocupar o lugar de orador. Com isso, o povo não mais fala, mas é falado, o que se torna uma condição, pois, caso o povo falasse, a função do porta-voz seria anulada” (2008, p. 239). Não falando mais diretamente, o povo é representado por porta-vozes, como os jornalistas, e pode não ter mais voz.

Essa é uma noção muito importante se relacionada com a de estrutura e acontecimento. O porta-voz precisa posicionar-se em nível da estrutura, ao mesmo tempo em que tem nas mãos o poder de provocar um acontecimento discursivo, como

no caso dos jornalistas. Mas, como é tratado um acontecimento político nos telejornais? E quando esse se torna discursivo? São questionamentos que movem a seção seguinte.

2.5 Do acontecimento político ao discursivo na televisão

Antes de falar em acontecimento político, o que a AD concebe como político? Conforme Cazarin e Rasia, “[...] em AD, o político é concebido como relações de força, de poder que se materializam *na e pela* cena discursiva” (2014, p. 204, grifo das autoras).

Buscando tratar o acontecimento em sua vertente política, recorremos a Foucault, quando diz que a história é feita de cortes, de rupturas que dividem o passado e o presente, e estabelecem novas formas de pensar. Foucault explica que a noção de descontinuidade “é, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa, delimita o campo de que é o efeito, permite individualizar os domínios, mas só pode ser estabelecida através da comparação desses domínios” (2002, p. 10).

Schons destaca:

Assim, a noção de descontinuidade é um dos elementos fundamentais da história, que não pode ser vista na sua linearidade, mas como efeito de uma construção que se atualiza à medida que se relaciona a alguma coisa que possa ser posta em jogo [...]; contudo, que define a ruptura não mais como fracasso, como elemento negativo que deveria ser excluído de qualquer unidade de análise (2000, p. 49).

Uma ruptura é um acontecimento político quando instaura novas formas de pensar a organização da sociedade. Segundo Zagato (2007, p. 88), “talvez seja melhor afirmar que um acontecimento abre possibilidades políticas, mas que não existe nenhuma certeza acerca da possibilidade da sua realização”.

Temos, assim, um acontecimento político quando novas verdades passam a funcionar na memória social. O acontecimento político demarca a ruptura com um determinado modo de interpretação do contexto sócio-histórico para que uma nova forma de pensamento passe a fazer sentido dentro de uma formação social.

Em relação ao *corpus* desta pesquisa podemos dizer que a campanha *Diretas Já* se caracteriza também em um acontecimento político, por instaurar um novo saber em

uma formação social dominada por uma ditadura militar. As Diretas marcam a ruptura com aquele sistema governista e a emergência de uma nova forma de pensar associada à liberdade de expressão e à democracia. Esse novo saber que determina a ruptura do sistema ditatorial vem de uma relação de forças entre os saberes dos militares e os saberes do povo. As manifestações nas ruas trouxeram a circulação de novas “verdades” na formação social brasileira da época.

Quando o acontecimento político é tomado pela televisão, assume outras dimensões e características. Segundo Courtine, “a transmissão da informação política, atualmente dominada pelas mídias, se apresenta como um fenômeno total de comunicação, representação extremamente complexa na qual os discursos estão imbricados em práticas não-verbais [...]” (2006, p. 57). Analisar o discurso político pelas telas da TV implica levar em consideração linguagem e imagem simultaneamente.

Para a análise do discurso político é fundamental o conceito de memória. Courtine ressalta: “[...] o estudo da constituição da memória histórica como processos discursivos salienta essa memória que é coletiva e, portanto, memória de todos” (2006, p. 79). O portal de memória da Rede Globo na internet faz parte de uma memória coletiva, mas, acima de tudo, é uma memória institucionalizada de como a emissora quer que historicamente seja lembrada.

O interdiscurso, reconhecido como domínio de memória, permite a repetição, o apagamento e o esquecimento. É o domínio de memória que regula os sentidos e a própria memória coletiva histórica. Nesse sentido, os meios de comunicação de massa são os principais criadores e difusores de domínios de memória. As transformações das formas de enunciar os discursos, especialmente o político, se refletem no próprio discurso. De acordo com Courtine,

a intenção é menos explicar ou convencer, mas seduzir ou conquistar: as formas didáticas da retórica de uma política clássica modelada pela máquina erudita são substituídas por novas formas, assujeitando os conteúdos políticos às exigências de práticas de escrita e leitura adequadas ao aparo áudio-visual de informação (2006, p. 84).

São os meios de comunicação que ditam as regras do jogo político, tornando os discursos fluídos. As coberturas políticas mudaram, tornaram-se espetáculos. Isso pelos motivos que Courtine delinea:

[...] o declínio da imprensa escrita, o aumento do poder da televisão, a competição entre as grandes redes e os canais a cabo exacerbaram a concorrência entre as mídias, privilegiaram os efeitos de anúncios espetaculares, submeteram a informação à lógica exclusiva do proveito e alimentaram o cinismo dos jornalistas (2006, p. 141).

Associado ao que foi referido, está a velocidade da informação que não permite um tempo de reflexão e investigação necessários ao exercício do jornalismo ético e responsável. Os discursos se esfacelam em nome da notícia, que também é entretenimento. Como ressalta Courtine, “[...] o debate se empobrece e os fatos mais anedóticos tendem a ocupar a dianteira da cena, em detrimento dos problemas políticos cruciais do momento” (2006, p. 143). Exatamente como fez a Rede Globo na cobertura da campanha *Diretas Já*. O discurso político é silenciado para que o caráter de entretenimento domine a informação.

Os veículos de comunicação (especialmente a televisão) são os primeiros a estabelecerem uma discursivização dos fatos históricos. Partindo de diferentes olhares, enunciados diversos são lançados pela mídia sobre um mesmo fato. Nesse emaranhado de discursos o que é inerente à estrutura, à repetibilidade, o que determina um acontecimento?

Ao trazer Althusser nos estudos sobre a televisão, Bucci assegura que no veículo “o sentido não apenas ideológico, mas videológico. É a (v)ideologia que ‘interpela os indivíduos em sujeitos’” (2004, p. 37-38). A interpelação “videológica” ocorreria pela sedução das imagens e o efeito de transparência e de verdade que produzem.

Bucci explica:

A transparência encenada pela televisão sobre si mesma pode ser entendida como um movimento da ideologia por si mesma ou, em outros termos, como um movimento do capital feito em ideologia. Atenção: o que hoje se apresenta ao mundo como uma oferta sem precedentes de opções entre centenas de canais, o que se apresenta como um festival de multiculturalismos étnicos, tem em seus bastidores, isto sim, um dos maiores movimentos de concentração de capital – e de poder – de todos os tempos (2004, p. 39).

A concentração do capital é ainda maior em um veículo líder de audiência e abrangência nos lares, como é a Rede Globo. A responsabilidade que recai sobre a programação da emissora é enorme, ao mesmo tempo em que deve estar comprometida com a verdade, corre riscos se essa verdade afrontar o governo ou mesmo políticos

influentes. Não raras vezes a emissora, ou outras televisões, se utiliza do poder de fascínio da imagem para dar à realidade uma “roupagem” diferente.

Maria Rita Kehl pontua que desde Adorno e os estudos sobre indústria cultural à Gui Debord e à sociedade do espetáculo os meios técnicos tem se especializado na representação da realidade. Segundo a autora, “o poder de sedução da imagem espetacular realiza-se nas propriedades do fetiche. O fetiche possibilita a naturalização de uma relação social: é o apagamento da história” (2004, p. 59).

Mas, seria o mesmo acontecimento que trata historiadores e meios de comunicação de massa? Essa confusão se dá porque o acontecimento se aproximou das notícias pequenas. Nora pontua:

Por natureza, o acontecimento pertence a uma categoria bem catalogada da razão histórica: acontecimento político ou social, literário ou científico, local ou nacional, o seu lugar está inscrito nas rubricas dos jornais. Mas no interior de sua bem referenciada categoria, o acontecimento assinala-se pela sua importância, pela novidade da mensagem, tanto menos prolixa quanto menos banal for. A pequena notícia ocupa um lugar simetricamente inverso: apagada na dispersão, sem categoria, votada a não ser classificada ou importante, remete, em contrapartida, de um conteúdo de estranheza para um contexto de convenções sociais, pela lógica de uma causalidade [...] (1974, p. 250).

Mesmo com essa diferenciação, acontecimento e pequena notícia insistem em se confundirem. A espetacularização da informação pelos meios de comunicação de massa é a causa. E, de acordo com Bucci, “onde quer que a notícia esteja a serviço do espetáculo, a busca da verdade é apenas um cadáver” (2004, p. 129).

A realização de uma transmissão ao vivo, diretamente do local onde o acontecimento se desenrola, potencializa o efeito de espetáculo. Nesse sentido, Nora destaca que, “abolindo os tempos de espera, desenrolando sob os nossos olhos a ação incerta, miniaturizando o vivido, o directo acaba por arrancar ao acontecimento o seu carácter histórico para o projectar no vivido das massas” (1974, p. 251).

O acontecimento torna-se entretenimento. A presença do repórter na emergência do acontecimento e seu tom testemunhal, aliados à inebriante produção audiovisual, tornam a informação mais interessante, e até mais verdadeira que a própria realidade. Nora evidencia que “[...] outrora era preciso algo de extraordinário para que houvesse acontecimento e que o acontecimento tem tendências para ser, num presente que nada tem, aliás, de absoluto, o seu próprio sensacional” (1974, p. 254).

Então, há duas maneiras de esconder um acontecimento: através do esvaziamento da informação, de sua banalização em meio a uma avalanche de notícias que os meios de comunicação produzem e atiram à sociedade diariamente, e através da transformação da emergência do acontecimento como principal informação, simplificando e reduzindo-a ao máximo. “Este estado de sobre-informação perpétua e de subinformação crônica caracteriza as nossas sociedades contemporâneas” (NORA, 1974, p. 255).

Em meio a um volume crescente de informações, os meios de comunicação de massa não provocam reflexão, discussão ou questionamentos, simplesmente despejam quantidades assustadoras de notícias vazias de sentido que, de acordo com Nora (1974, p. 253), “[...] espera de nós o seu significado [...]”.

Há várias formas de a mídia discursivizar um acontecimento tomado em perspectiva correspondente ao espaço em que se dá. Um acontecimento jornalístico pode não vir a ser um acontecimento discursivo. Esse pode ser, ou não, um acontecimento histórico que se caracteriza por uma ruptura brusca num determinado modo de pensar. Quando um acontecimento histórico é contado pelos historiadores ou pela própria mídia, é suficientemente significativo para um determinado tempo e espaço.

Feitas as considerações sobre os acontecimentos, que podem dar-se pelos meios de comunicação, é preciso dissecar a forma como ocorrem, debruçando-se sobre o funcionamento do discurso jornalístico. Tal discurso como um lugar de entremeio e de mediação é o assunto da próxima subseção deste trabalho.

2.5.1 O discurso “sobre”

Um discurso de entremeio assim pode ser definido o discurso jornalístico em suas diferentes ocorrências, em seus diferentes tipos de mídia. Ao divulgar uma notícia, o jornalista está interpretando fatos, coloca-se numa posição intermediária entre um acontecimento e a população.

O sucesso dessa discursivização se dá pela existência de uma memória social que a ampara. Conforme Mariani,

na memória social está a garantia de um efeito imaginário de continuidade entre as épocas, ou, em outras palavras, a manutenção de uma narrativa coerente para uma formação social em função da reprodução/projeção dos sentidos “hegemônicos” (1998b, p. 35, grifo da autora).

A memória discursiva resgata os sentidos da memória social, que estão inscritos no interdiscurso. A fixação de uma memória discursiva ou social implica, inevitavelmente, o esquecimento, “[...] pois o retorno de um sentido silenciado, ou a irrupção de um novo sentido, pode representar uma ameaça ao ‘status quo’ vigente” (MARIANI, 1998b, p. 36, grifo da autora).

A estabilização dos sentidos da memória é rompida pelo acontecimento. No entanto, quando esse acontecimento passa a ser discursivizado, suas interpretações fazem emergir novos sentidos. Isso só ocorre porque “[...] para ‘fazer sentido’ é necessária a ocorrência, anterior, de outros sentidos já fixados na memória discursiva e que possam ser filiados para o acontecimento presente” (MARIANI, 1998b, p. 41, grifo da autora).

Arelados aos sentidos já fixados na memória, os novos sentidos decorrentes da discursivização jornalística passam a integrar um sistema de representação e/ou reprodução de “consensos de significação”. Assim, Mariani considera:

Um elemento que está em jogo, portanto, é o tempo: passado e projeções de futuro se entrecruzam no cotidiano jornalístico, que vai montando e reconfigurando leituras da história e da política, na tentativa de explicar/didatizar os acontecimentos, ou seja, construindo um sentido “natural” para a instabilidade do presente (1998b, p. 44-45, grifo da autora).

A naturalização de sentidos esconde seus deslocamentos discursivos entre FDs. O discurso jornalístico através do didatismo torna os sentidos homogêneos na tentativa de explicá-los. No entanto, os sentidos podem se deslocar, pois “[...] as práticas discursivas estão em permanente processo de repetição e/ou ruptura em função da permanência e/ou transformação dos rituais enunciativos que as constituem” (MARIANI, 1998b, p. 50, grifos da autora).

O ato de informar está vinculado às formações discursivas e ideológicas em que se inscrevem os discursos do jornalista e do veículo de comunicação. O jornalismo pode apresentar diferentes direções de sentidos para o fato noticiado ou dar visibilidade ao sentido que escolher.

Por natureza, o discurso jornalístico pauta o inesperado, que ainda não está inscrito na memória, e o corriqueiro, cujas características têm semelhanças com eventos anteriores. Dessa forma, o discurso jornalístico organiza “[...] filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros” (MARIANI, 1998b, p. 60).

Assim, o discurso jornalístico é uma modalidade de “discurso sobre”, ou seja, sob um efeito de distanciamento, o jornalista fala e torna sua fala um objeto. Com a devida distância, ele pode falar de um lugar neutro, de observador, pois não é protagonista do objeto de sua fala, “[...] podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão” (MARIANI, 1998b, p. 60, grifos da autora).

O efeito de linearidade e homogeneidade da memória é característico dos discursos sobre. Mariani expressa:

Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* (“discurso-origem”), situam-se entre estes e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (1998b, p. 60, grifos da autora).

O discurso jornalístico atua na institucionalização social de sentidos, contribuindo para a constituição do imaginário social e a cristalização de sentidos. Mariani (1998b) compara o discurso jornalístico ao pedagógico, pois, da mesma forma que o professor é um mediador de conhecimento para seus alunos, o jornalista atua mediando o acontecimento de fatos relevantes para a sua divulgação ao grande público. Apesar de discursivizar um acontecimento e já interpretá-lo, o “discurso sobre” traz o efeito de como se os fatos falassem por si. Contudo, “[...] ao relatar os acontecimentos os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos” (MARIANI, 1998b, p. 63).

O didatismo é a atitude de explicar o mundo adotado pelo jornalismo, reforçando a ilusão de imparcialidade e da objetividade jornalística. E a própria atividade jornalística já possui uma memória constituída: a população acredita no que lê nos jornais e/ou *sites* de notícia, ouve no rádio ou vê na TV, pois o discurso jornalístico é um discurso de verdade.

Nesse consenso permeia o imaginário social sobre o jornalismo. De acordo com Mariani (1998b, p. 76), “[...] a atividade jornalística foi, ao longo dos séculos, formando uma jurisprudência própria, na qual o poder de poder dizer algo – entendido como comunicar, informar, mas não opinar – ficou inevitavelmente ligado à censura”. Em decorrência disso, foi criada a Lei de Imprensa, determinando o que pode e o que deve ser dito, prevendo sanções em caso de infração às regras.

Entretanto, se o papel do jornalista é didático no sentido de interpretar os fatos para a compreensão da população, é praticamente impossível um discurso sem opinião. Mariani entende dessa forma:

[...] noticiar, no discurso jornalístico, é tornar os acontecimentos visíveis de modo a impedir a circulação de sentidos indesejáveis, ou seja, determinar **um** sentido, cujo modo de produção pode ser variável conforme cada jornal, mas que estará sempre submetido às injunções das relações de poder vigentes e predominantes (1998b, p. 82, grifo da autora).

Mesmo que a prática jornalística não seja homogênea (pelo contrário, é heterogênea), o resultado é uma enunciação homogeneizada, especialmente no que se refere ao direcionamento a certos sentidos. Enquanto uns sentidos são silenciados, outros vêm à tona pelo funcionamento dos mecanismos de poder. Muito mais que dizer o que pode e deve ser dito, o jornalismo está associado ao que não pode e não deve ser dito. De acordo com Mariani (1998b, p. 226), o discurso jornalístico, além de disseminar práticas discursivas de exercício de poder, “[...] também atua na dissimulação dos modos como essas práticas se impõem, além de silenciar práticas divergentes ou antagônicas ao poder político dominante”.

Os dizeres possíveis são institucionalizados no discurso jornalístico pela narratividade, ou seja, pelo fio que amarra as repetições parafrásticas e que impede os deslizamentos de sentidos. Assim, a ilusão de unidade do sentido é própria da mídia. Gregolin afirma:

Como o próprio nome parece indicar, as *mídias* desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta (2003, p. 97, grifos da autora).

Entretanto, essa mediação ocorre sempre de um lugar específico, ou seja, do lugar social que cada veículo da mídia ocupa dentro das formações sociais, do qual as mídias também estão inseridas em lugar próprio dentro do próprio fio do discurso. É desse lugar discursivo que trata nossa próxima seção.

2.5.2 Os lugares discursivos do jornalista e do político

Os sujeitos falam de lugares sociais determinados, empíricos, cujas imagens carregam pesos diferenciados. O jornalista tem, nesse contexto, um lugar muito característico e reconhecido. De certa maneira, é um lugar de prestígio social cuja imagem passa pelo exercício da cidadania, por meio do compromisso de informar à população sobre o que acontece no mundo. Segundo Grigoletto (2008, p. 55), “[...] o sujeito, ao ser interpelado pela ideologia e afetado pelas relações de poder, sobretudo as institucionais, já está inscrito num determinado lugar social/empírico”.

A própria televisão é um lugar social. Conforme Bucci, “[...] a televisão não mostra lugares, não traz lugares de longe para muito perto – *a televisão é um lugar em si*. Do mesmo modo, ela não supera os abismos de tempo entre os continentes com suas transmissões na velocidade da luz: *ela encerra um outro tempo*” (2004, p. 31, grifos do autor).

A TV, assim, é o lugar de integração, de globalização e de massificação. “Assim é o lugar da TV: um lugar ubíquo, que a tudo abrange. Ao mesmo tempo, é um lugar que não está em lugar algum” (BUCCI, 2004, p. 34). No entanto, além desse lugar social, há um lugar que permanece velado e só é percebido pelo fio do discurso: trata-se do lugar discursivo.

Segundo os estudos de Grigoletto (2008, p. 54), o lugar discursivo “não se trata apenas do lugar social, mas de um espaço que se configura no interior do discurso e é da ordem da sua constituição”. Ao perseguir os sentidos intrínsecos ao discurso, também se revelam os lugares discursivos.

O lugar social do sujeito, cuja origem está nas formações sociais e ideológicas, é que determina o lugar discursivo. Essa determinação se dá no movimento da forma-sujeito dentro de sua formação discursiva, ou seja, os lugares social e discursivo se complementam, um necessita do outro para se constituir.

Nesse sentido, Grigoletto afirma:

O lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo. E o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em determinado discurso (2008, p. 56).

A constituição dos lugares discursivos se dá na relação do sujeito com a língua e a história. Contudo, um lugar discursivo só pode ser ocupado dentro de uma determinada formação social. Assim, “o lugar social é efeito da prática discursiva, mas, ao mesmo tempo, o lugar discursivo também é efeito da prática social” (GRIGOLETTO, 2008, p. 56).

Localizado no entremeio do lugar social da forma e da posição-sujeito, conforme Grigoletto (2008, p. 56), o lugar discursivo não pode ser confundido com posição, pois um mesmo lugar discursivo pode abrigar diferentes posições-sujeito. É no lugar discursivo que as imagens dos sujeitos se materializam no discurso.

De acordo com Grigoletto, a determinação desses lugares é sempre ideológica:

Por exemplo, todo indivíduo pode ocupar diferentes lugares sociais (de pai, de jornalista, de educador etc.) no interior de uma formação social, mas, ao se inscrever discursivamente, o seu lugar discursivo, independente de qual seja, estará afetado por um dos lugares sociais, ainda que construindo imagens diferentes das projetadas socialmente (2008, p. 56).

Assim, o lugar discursivo está situado no espaço discursivo que, por sua vez, abriga a formação discursiva. Por isso, um lugar discursivo tem diferentes maneiras de se relacionar com a forma-sujeito de uma FD e com suas diferentes posições-sujeito.

A mídia do seu lugar social atua na construção do imaginário social. Dessa forma, de acordo com Gregolin, “o real é, pois, sobredeterminado pelo imaginário: nele, os sujeitos vivem relações e representações reguladas por sistemas que controlam e vigiam a aparição dos sentidos” (2003, p. 98/99).

Os lugares estão sempre em conflito. As relações de poder que os permeiam travam uma constante disputa territorial de sentidos, que estão no passado, no presente e ao mesmo tempo são do futuro.

Por isso, determinadas figuras cristalizadas na memória coletiva estão constantemente sendo recolocadas em circulação, permitindo os movimentos interpretativos, as retomadas de sentidos e seus deslocamentos. Através desses retornos figurativos, a mídia cria representações que se tornam observáveis e tangíveis (GREGOLIN, 2003, p. 105-106).

A televisão, principalmente a Rede Globo do seu lugar social privilegiado, é responsável diretamente pela constituição dos imaginários sociais. Com a tarefa de informar, a Rede Globo pode levar aos telespectadores outras notícias carregadas de sentidos com intenções preestabelecidas, ou deixar escapar sentidos antes silenciados promovendo significações e ressignificações, como aconteceu na cobertura jornalística da campanha *Diretas Já*.

Reiteramos que a campanha *Diretas Já* e suas significações estão sendo tratadas nesta pesquisa pelo viés dos acontecimentos histórico, político e discursivo. No entanto, para haver um acontecimento é preciso levar em conta os reais da língua e da história. Isso será abordado no próximo capítulo, já adentrando nas análises do *corpus*.

3 ENTRE A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO ERRO E DO EQUÍVOCO

De olho na tela da Globo, altar por excelência da História tecnicamente produzida, a gente olha para o passado e, às vezes, vê apenas o que existiu como espetáculo. Quanto ao que existiu de fato na escuridão da ditadura, a gente olha, olha, olha e a tela da Globo é um muro.

Eugênio Bucci

A retomada do acontecimento histórico *Diretas Já* pela Rede Globo, em seu portal de memórias na internet,¹⁸ é significativa não só pelo fato de lembrar um dos trabalhos que a emissora realizou, mas também por justificar certo tipo de discurso que produziu. Na seção denominada *Erros*, a Rede Globo admite em toda sua trajetória dois erros: a cobertura das *Diretas* e o primeiro debate presidencial na eleição de 1989 entre os candidatos Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva.

Na seção *Quem somos*, no portal *Memória Globo*, consta que o referido *site* foi lançado em junho de 2008, com o propósito de “fornecer a pesquisadores, estudantes, jornalistas e telespectadores em geral conteúdos audiovisuais e textuais sobre os programas, coberturas e profissionais da Globo”. Uma nova versão do *site* foi lançada em agosto de 2013, com o intuito de “aumentar a interatividade e facilitar a localização da informação”.

Sobre a seção destinada a *Erros*, são reconhecidos equívocos em coberturas da Globo. Segundo esta, além de reconhecer que errou, o internauta encontra ainda um espaço destinado a “Acusações Falsas”, no qual as organizações Globo emitem a sua versão sobre os fatos e esclarecem aos brasileiros cada uma das denúncias divulgadas.

Considerada um erro pela própria Rede Globo, a cobertura da campanha *Diretas Já* figura numa seção no portal de memória da emissora na internet. Na maior parte do

¹⁸ Conforme o livro *Jornal nacional: a notícia faz história* (2004, p. 13), o projeto *Memória Globo* foi criado em 1999 pela Central Globo de Comunicações com o objetivo de preservar a história dos veículos integrantes das organizações Globo. Foram cinco anos de pesquisa, de março de 1999 a maio de 2004, “por profissionais com formação em história, antropologia e comunicação” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 14).

texto do *site*, o erro é atribuído à censura do regime militar, que não permitiu abordar a campanha pelas eleições diretas com mais clareza, conforme depoimentos de profissionais, a Globo “não podia fazer aventuras”.

Entretanto, está disponível também no portal *Memória Globo* um documento intitulado “Princípios editoriais das organizações Globo”, assinado pelos acionistas Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho, na data de 6 de agosto de 2011, caracterizando as ações como “um compromisso com o público”, trazendo uma das máximas do jornalismo, um dos seus preceitos fundamentais, a isenção. O documento refere:

Na apuração, edição e publicação de uma reportagem, seja ela factual ou analítica, os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar devem ser abordados. O contraditório deve ser sempre acolhido, o que implica dizer que todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerarem convenientes [...] (MEMÓRIA GLOBO).

Cabe registrar que o documento diz que “as Organizações Globo são independentes de governos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos”. O curioso é que em nenhum momento a Globo explica o porquê de a cobertura das diretas ter sido incluída na seção *Erros*. Entretanto, analisando o documento *Princípios editoriais das organizações Globo*, o erro se caracteriza pelo fato de a emissora não abordar os “diversos ângulos” que cercaram o acontecimento.

Na perspectiva da Análise do Discurso, de acordo com Morales (2008, p. 34), “o *equivoco* é a marca da existência do inconsciente, do real e de um sujeito por eles afetado através da linguagem”. Assim, o “erro” da Rede Globo seria aquilo que escapa ao sujeito jornalista, ou seja, seu assujeitamento inconsciente a uma ideologia.

Por muito tempo buscou-se, e ainda se continua buscando, uma língua com significações fechadas capazes de dizer tudo, o que os sujeitos desejam é de ser interpretada da mesma forma por todos, o que, na concepção de Gadet e Pêcheux, é inatingível. Essa língua inatingível é chamada pelos autores de “alíngua”. Segundo eles, “[...] quanto à posição da língua ideal, ela parece remeter aquilo pelo qual o ‘nem tudo da alíngua’ venha a se projetar em um tudo que pretenda representá-la” (2004, p. 52).

“Alíngua” é um termo empregado por Jean-Claude Milner para definir o que é “[...] impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira” (1987, p. 18).

Para o autor, nunca se diz tudo. Isso é impossível, pois “[...] as palavras sempre faltam, e o não-todo que marca a verdade enquanto que ela deve ser dita, marca também a alíngua, enquanto que todo dizer verdadeiro passa por ela” (p. 19). Decorre disso o fato de que a alíngua atinge o real.

As regras sintáticas são percebidas por um caráter rígido, coercivo e limitador à língua. Conforme Gadet e Pêcheux, “qualquer ataque a essa ordem é, portanto, visto como necessariamente uma quebra das regras, um desvio, um posicionar-se fora da língua” (2011, p. 101). O que está fora dessa ordem lógica também é colocado para fora da língua.

Milner lembra que “sustentar que o real da língua é representável é, de fato, o passo inicial de toda gramática [...]” (1987, p. 20). O autor explica que é o conjunto de regras que torna possível a repetibilidade e a regularidade.

Essas regras, entretanto, possibilitam os jogos ideológicos e, como dizem Gadet e Pêcheux, “contra o narcisismo da comunicação bem-sucedida, tentamos afirmar o valor político e histórico da falha” (2011, p. 105). Não é porque as regras não dão conta do sentido que o construído fora dessas não seja carregado de significação. Pelo contrário, não considerar a falha e o equívoco, ou seja, aquilo que escapa à língua é não considerar a questão da significação.

Dessa maneira, sendo o imaginário um efeito do real, conforme explicam Gadet e Pêcheux (2004, p. 63), a AD considera dois reais: a língua e a história. O real da língua segue uma ordem de funcionamento marcado pela falha. O equívoco é o efeito do real da história, pois leva o sujeito a interpretar e, por conseguinte, tomar uma posição (p. 52).

Assim,

analisando tomadas de posição, é possível conhecer as filiações sócio-históricas com que um determinado discurso está identificado e os deslocamentos causados pela emergência do *real da língua*. O sentido dominante sempre pode ser subvertido pela interpretação, resultando no surgimento do “novo” (MORALES, 2008, p. 44, grifo da autora).

A discursivização se encontra entre esses dois reais, a língua e a história, e, assim, é afetada por falhas e equívocos, os quais não podem, em nossa pesquisa, ser concebidos simplesmente como erros, pois o tratamento dado às *Diretas já* é marcado por posições e assujeitamentos ideológicos.

Vimos no primeiro capítulo deste trabalho que a Análise do Discurso concebe a língua como não transparente, atentando para os seus pontos de falha, de contradição, por isso considera impossível dizer tudo. E se a língua é opaca por causa de seus pontos de falha, de equívoco, perseguir um único “sentido” de um enunciado, de um discurso, é um grande desafio.

Gadet e Pêcheux (2004, p. 64) salientam que “a língua como lugar de um saber em que ficções podem ser regradadas é o ponto logofílico contraditório pelo qual a linguística toca o seu real”. O equívoco torna-se o ponto de encontro entre o impossível, ou seja, o linguístico, e a contradição, a história, “[...] o ponto em que a língua atinge a história” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 64). Os autores se diferenciam de Milner ao trabalhar o real da língua pelo viés do materialismo histórico. Isso porque o “real da língua diz respeito ao impossível que lhe é próprio” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 52). Assim, é possível dizer que o real da língua é sua incompletude e que o real da história é a contradição, o que foge à interpretação.

De acordo com Gadet e Pêcheux (2004, p. 38), a divisão do trabalho, que dá à configuração dual da linguística sua forma contemporânea, tem relação com as questões do direito e da vida:

- do lado do Direito, a ditadura logicista instituindo a circulação oficial das significações garantidas por uma autoridade central (como o Estado detém o monopólio da emissão dos símbolos monetários e garante seu valor);
- do lado da Vida, as múltiplas práticas fragmentárias, indefinidamente reelaboradas e aperfeiçoadas pelas quais a divisão estratégica burguesa encontra o caminho de seu exercício. A abertura social dos usos linguísticos representa as formas evidentes nas quais a burguesia negocia sua instalação e seu sustento, apoiando-se nas classes dominadas para lutar contra elas, e lhes retornar a “causa da liberdade”.

Instauram-se, dessa forma, duas línguas distintas: a língua de ferro, da interdição; a língua da mãe, fluída, ou a língua do povo: “A figura do pai (o Falo, a Ordem, o Direito e a Razão), em conjunção e em desconjunção com a da mãe (a matriz, o fluxo, a Vida) [...]” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 51, grifo dos autores).

A língua de ferro é da estrutura presa às regras sintáticas. A língua fluída é do acontecimento, que deixa soltos os sentidos.

Portanto, não há fronteira ou ponto assinalável de mudança linguística entre o gramatical e o não-gramatical. Há somente trabalho *na* língua, em que o significado é definido em relação ao que não faz sentido, o sem-sentido (GADET; PÊCHEUX, 2011, p. 103, grifo dos autores).

É a perseguição do sentido que torna a língua inatingível, pois “através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata [...]” (PÊCHEUX, 1990, p. 8, grifos do autor).

Por esse motivo, conforme Gadet e Pêcheux (2011), se uma metáfora for interpretada de forma literal, a língua perde seu teor simbólico. “Estabelecida como equivalente, a ordem da língua seria, então, categórica, séria, precisa. O significado existiria em si próprio porque coincidiria com palavras na realidade de uma ideologia” (GADET; PÊCHEUX, 2011, p. 99).

Por conseguinte, as regras sintáticas não podem ser vistas como limitadoras de sentido, pois o sentido escapa a qualquer categorização. “Em vez disso, as regras da língua devem ser vistas como intrinsecamente possibilitadoras dos jogos ideológicos e das latitudes discursivas” (GADET; PÊCHEUX, 2011, p. 102). Afinal, não há apenas uma interpretação possível, não se pode prender a um único sentido, mas explorar todos os gestos de interpretação possíveis.

A título de ilustração de que é impossível dar conta de tudo o que a língua comporta em sua estrutura, trazemos a sequência discursiva extraída da reportagem exibida no *Jornal Nacional* de 10 de abril de 1984, sobre um comício pelas diretas realizado na praça da Candelária no Rio de Janeiro:

SD 2: VT COM NARRAÇÃO DE REPÓRTER: A mobilização para o **comício** começou cedo. A cidade parou. Parecia **clima de final de copa do mundo**. O comércio fechou as portas, empregados e funcionários públicos foram dispensados (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ NO RIO DE JANEIRO EM 10/04/84 - 1min04seg) – SEGUNDA PARTE).

Observamos que ao empregar “mobilização” para referir a movimentação em prol do comício ecoam sentidos do mundo do trabalho, mais especificamente relacionados à greve e à resistência. Por outro lado, quando a parada da cidade é comparada ao “clima de final de copa do mundo”, atribui-se outro efeito de sentido: a disputa, o festivo.

Em enunciados como “a cidade parou”, “o comércio fechou as portas” e “empregados foram dispensados”, ações verbais como “parar” e “fechar”, paradoxalmente, relacionam-se à mobilização e, ao mesmo tempo, à comemoração dentro dos estádios como em “clima de final de copa do mundo”, em que se esquece do trabalho e da política em nome de uma manifestação maior: o patriotismo. Entretanto, o modo como se constituem os sentidos na narração produz esvaziamento do político, uma vez que comício e festa, aqui, se (con)fundem, possuem relação simétrica. Essa relação marca-se tão fortemente ao ponto de esquecer a diferença entre conquista política e felicidade.

O clima de emoção em torno das diretas, entretanto, é devido à esperança de que a campanha e a apresentação da emenda Dante de Oliveira no Congresso culminassem com as eleições diretas para presidente da República. Dizendo de outro modo, a esperança diz respeito à expectativa de um futuro melhor.

Assim, do jogo de palavras, resultou em efeito de silenciamento do discurso político. Tais deslizamentos de sentido serão explorados no decorrer das análises, a partir da relação entre designação-determinação, noções essas que começam a ser abordadas após a próxima seção que se refere ao nosso percurso analítico.

3.1 O percurso de análise

Embora se reconheça que na AD é o próprio analista que constrói seu percurso de análise de acordo com seu *corpus* de pesquisa, não podemos deixar de trazer as contribuições de Courtine, para ele “um *corpus discursivo* é definido como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP (condições de produção) do discurso” (2009, p. 54, grifo do autor).

Conforme Orlandi, metodologicamente o percurso realizado pelo analista até chegar às análises passa por algumas etapas e a AD analisa as marcas linguísticas como se fossem pistas. “As marcas são efeitos de caráter ideológico” (1994, p. 303). O dispositivo de análise da AD compreende três etapas: a superfície linguística, o objeto discursivo e o processo discursivo. A passagem da superfície linguística ao objeto discursivo se dá pelo esquecimento nº 2 (ilusão do controle dos sentidos) no nível da formulação, ou seja, do interdiscurso (ORLANDI, 1994, p. 303).

Do objeto discursivo ao processo discursivo a passagem acontece sob o esquecimento nº 1 (da ilusão de que o sujeito é a origem do dizer). “Estamos nesta etapa no jogo complexo do conjunto das formações discursivas em sua relação com a ideologia. Aí já se desenha a definição ideológica dos discursos e trabalhamos no nível da constituição do discurso (interdiscurso)” (ORLANDI, 1994, p. 303). Essa etapa é a de interpretação do discurso em análise.

Cabe reiterar que na AD cada analista constrói o seu dispositivo de análise não levando só em consideração tão somente o nível linguístico, mas também a exterioridade, as condições sócio-históricas do discurso. Assim, “o que a AD visa é a compreensão de como essas marcas põem em funcionamento certos processos de significação” (ORLANDI, 1994, p. 306). O primeiro gesto do analista é, então, perseguir as regularidades para então depreender seus significados.

Em outro artigo Orlandi explica que as referidas etapas do dispositivo de análise na AD também passam pela segmentação e pelo recorte: “No caso da segmentação, o linguista visa a relação entre unidades dispostas linearmente” (1984, p. 14). Já os recortes não são automáticos, “[...] são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia” (p. 14).

São os recortes que dão origem às sequências discursivas – orais ou escritas –, que, para Courtine (2009, p. 55), vão indicar a própria natureza e a forma dos materiais recolhidos.

Nesta dissertação realizamos um primeiro movimento de análise detendo-nos na superfície linguística, identificando marcas que pudessem fornecer “pistas” do objeto discursivo. As marcas foram, principalmente, determinadas expressões, como “comício”, “festa”, “passeata”, “manifestação”, “manifestantes”, “manifestação popular”, “pressão”, “campanha”, “negociação”. Tais expressões apontaram para o objeto discursivo possibilitando realizar recortes (das transcrições dos vídeos, dos depoimentos e dos textos publicados no *site*) em três níveis: justificativa do erro pela Rede Globo, festivo dos comícios e político da campanha.

Chegou-se ao processo discursivo por meio dos recortes de 105 sequências discursivas, extraídos do texto da seção *Erros* sobre as diretas, da transcrição dos 13 vídeos das reportagens disponibilizadas na seção e da transcrição dos dez vídeos de depoimentos, também na referida seção. O critério de seleção das SDs para os recortes levou em consideração as regularidades observadas nos três tipos de arquivos.

As sequências que compõem o **primeiro recorte** representam os modos de substituições de comício como festa, manifestação e movimento, e a análise se dá por meio dos conceitos de determinação/designação¹⁹.

O **segundo recorte** é constituído por sequências discursivas que permitem identificar deslizamentos de sentido da campanha para festa, entretenimento, que o chamamos de “festivo”.

O **terceiro recorte** contém sequências discursivas em que, para a designação de comício, se emprega manifestação – pública, política, geral –, ou ainda, protesto e baderna.

O **quarto recorte** reúne sequências discursivas que remetem ao político. Este recorte permitiu identificar sete designações diferentes: comício, como evento político; eleições diretas, representando as diretas e o fim da ditadura; diretas, como movimento político; democracia e liberdade, como sentidos de respeito à ditadura; comício, como acontecimento político; período de crise associado à ditadura militar; política como politicagem.

No **quinto recorte** foram depreendidas duas direções das sequências discursivas, que buscaram identificar dois momentos em que a emenda das Diretas foi tratada como fator de negociação para se chegar à ideia do governo sobre isso. Foram identificadas as determinações diretas para designar negociata e diretas para designar um movimento de luta contra a crise.

No **sexto recorte** reunimos sequências discursivas em que a justificativa do erro na cobertura aparece em razão da coação. Neste recorte foram identificadas dez diferentes subseções: coação da ditadura militar; censura como fator de proibição da divulgação dos comícios; a divulgação dos comícios por causa do aumento do apoio e adesão da população à campanha; a cobertura como tímida e a admissão do erro; a emissora entre a pressão dos militares e da população; a Globo como instrumento político; a coação sofrida pela pressão popular; o “calibre da cobertura” da Globo como fator de poder de manipulação; a frustração pela cobertura tímida; o enunciado “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” como um equívoco.

¹⁹ Cabe lembrar que a SD 1 já fora tratada ainda no primeiro capítulo e a SD 2 no início do terceiro capítulo. Por esta razão, no recorte 1, a contagem das SDs inicia a partir da SD 3.

Por fim, no **sétimo recorte** foram extraídas sequências que apontam o momento em que a emissora se considera subversiva. Este recorte tem quatro seções: a que designa a divulgação dos comícios como um alívio; a que associa a divulgação dos comícios diretamente à subversão; a que remete o aumento da adesão e do apoio à campanha ao crescimento da cobertura realizada pela Globo; a que designa que apostar na democracia, para a Globo, teria sido apoiar o regime militar.

Assim, do trabalho do analista obtiveram-se **sete** recortes, conforme sistematizamos no quadro 2.

Quadro-síntese 2: Recortes e respectivas sequências discursivas analisadas neste trabalho

Recorte 1: comício-festa-manifestação-movimento	
SD 3 a SD 8	
Recorte 2: comício-festa	
Recorte 2 subseção A – festa	SD 9 a SD 16
Recorte 2 subseção B - festa e movimento <i>Diretas Já</i>	SD 17 a SD 24
Recorte 3: comício-manifestação	
Recorte 3 subseção A - sentidos de polícia	SD 25 a SD 28
Recorte 3 subseção B - manifestação ou protesto?	SD 29 a SD 32
Recorte 3 subseção C - manifestação como baderna	SD 33 a SD 34
Recorte 4: comício-evento político	
Recorte 4 subseção A - comício e diferentes saberes em diferentes domínios	SD 35 a SD 38
Recorte 4 subseção B - eleições diretas e o fim da ditadura	SD 39 a SD 52
Recorte 4 subseção C - Diretas - movimento político	SD 53

Recorte 4 subseção D - sentidos de liberdade associados ao respeito à ditadura	SD 54 a SD 55
Recorte 4 subseção E - Diretas - acontecimento político	SD 56 a SD 58
Recorte 4 subseção F - período de crise-ditadura militar	SD 59 a SD 60
Recorte 4 subseção G - política – politicagem	SD 61
Recorte 5: Diretas e negociatas	
Recorte 5 subseção A - Diretas - negociata	SD 62 a SD 68
Recorte 5 subseção B - Diretas - contra a crise	SD 69 a SD 70
Recorte 6: coação ou opção	
Recorte 6 subseção A - pressão - militar	SD 71 a SD 73
Recorte 6 subseção B - censura - proibição de divulgação	SD 74 a SD 77
Recorte 6 subseção C - saberes do povo	SD 78 a SD 81
Recorte 6 subseção D - reconhecimento do erro	SD 82 a SD 83
Recorte 6 subseção E - dupla pressão: dos militares e da população	SD 84
Recorte 6 subseção F - Rede Globo - instrumento político	SD 85 a SD 86
Recorte 6 subseção G - pressão - popular	SD 87
Recorte 6 subseção H - poder de manipulação	SD 88
Recorte 6 subseção I - frustração - cobertura tímida	SD 89 a SD 91
Recorte 6 subseção J - o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo	SD 92 a SD 93
Recorte 7: Rede Globo subversiva	

Recorte 7 subseção A - divulgação - cumprimento do dever	SD 94 a SD 96
Recorte 7 subseção B - divulgação – subversão	SD 97 a SD 102
Recorte 7 subseção C - a campanha cresce por causa da Globo?	SD 103 a SD 104
Recorte 7 subseção D - ditadura militar democrática?	SD 105

Fonte: A autora.

Quanto à caracterização, o arquivo que compõe o *corpus* deste trabalho é, inicialmente, documental, pois a pesquisa se baseia em materiais da seção *Erros* do portal de Memória da Rede Globo na internet, um projeto da emissora que culminou com a criação do *site* em 2004.²⁰

Ainda vale registrar que a votação da emenda Dante de Oliveira completou trinta anos em 2014 e a cobertura das Diretas realizada pela Globo marcou a popularização do bordão “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”, que foi repetido no discurso da vitória da presidente Dilma Rousseff (PT) na eleição de 2014.

Todas as análises baseiam-se em materiais dispostos no *site*, como vídeos de reportagens, textos e depoimentos dos profissionais envolvidos na cobertura. Todo esse material foi reunido na ordem em que aparece na seção. Realizadas as transcrições dos 13 vídeos de reportagens e dos dez vídeos de depoimentos, uniram-se ao texto do *site*.

É importante destacar também que, segundo Courtine (2009), existem dois tipos de corporas: de arquivo (constituído de materiais preexistentes) e experimentais; ambos obtidos pela produção de sequências discursivas por locutores em situação experimental definida. Assim, este trabalho é um corpara de arquivo.

Courtine considera um *corpus* discursivo um conjunto fechado de dados, mas “[...] um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada de uma vez por

²⁰ Uma das razões que nos moveu a trabalhar com este arquivo foi que Bucci assegura, na sua obra, que a Rede Globo boicotou as Diretas. Segundo ele, “[...] o boicote foi total no início da campanha, marcada por um comício de 15 mil pessoas no Pacaembu em 27 de novembro de 1983” (2004, p. 193). Também reclama que “não existem arquivos públicos, independentes, com as fitas de tudo o que foi veiculado pela Globo desde o auge da ditadura até a sua derrocada. Os únicos arquivos conhecidos são os da própria Globo” (2004, p. 195).

todas no início do procedimento de análises [...]” (2009, p. 115). Considera ainda que “isso implica que a construção de um corpus discursivo só possa estar perfeitamente acabada ao final do procedimento” (2009, p. 115).

Ao estudar a constituição dos arquivos, Giovani Aiub retoma Courtine e destaca que os corpora experimentais também são materiais de arquivo. “A minha sugestão aqui é chamar esta ‘coleta’ de material para análise de *arquivo construído*” (2012, p. 73). Todos os arquivos que se caracterizam objeto de análise da AD são tidos como “arquivos construídos”, pois o movimento de recorte do analista já é um gesto interpretativo e de construção de um corpora.

O presente trabalho parte de um arquivo documental disponível em um mesmo local no ciberespaço (a seção *Erros* do portal de memória da Rede Globo) e torna-se um arquivo construído após os movimentos de segmentação e recorte das sequências discursivas.

Os gestos de interpretação sobre esse primeiro recorte começam a ser esboçados em nossa próxima seção.

3.2 Designação e determinação

Para proceder às análises das sequências discursivas que fazem parte dos recortes onde se dá a constituição do discurso jornalístico sobre as *Diretas Já*, bem como dos deslizamentos de sentidos de “comício”, “festa”, “manifestação” e “movimento”, dividimos as análises em diferentes recortes, conforme regularidades discursivas que o *corpus* apresentou.

Cada recorte abriga um conjunto de sequências discursivas que apontam para uma determinada regularidade de um modo de funcionamento na estrutura da língua. Assim, antes de particularizar as análises do funcionamento do processo de designação e de determinação discursivo, partiremos do conceito de referenciação, que se caracteriza pela introdução de referentes que constroem o objetivo discursivo. O conceito teve três deslocamentos no discurso da linguística conforme Cardoso (2003, p. 3): o primeiro foi com Saussure e a visão sistêmica da língua com o afastamento do referente; o segundo foi com Benveniste ao integrar a referência na enunciação; o

terceiro veio com as correntes que priorizam o discurso e ligam o referente à exterioridade.

No *Curso de Linguística Geral* (2000), Ferdinand Saussure explica que a relação entre significante e significado é arbitrária, porque o som das palavras não tem ligação com seu significado, ou seja, é imotivado por não ter nenhum laço natural. Além do que, o caráter linear do significante é responsável pela construção de sentido. Ao conceber a língua enquanto sistema, Saussure não considera o que é exterior à língua, por isso não trata da questão referencial. No entanto, Cardoso ressalta que “[...] o referente está presente no signo de uma maneira *indireta*, como algo com o qual o significado não deve ser confundido” (2003, p. 14, grifo da autora).

A questão da referência, no início do século XX, está atrelada aos estudos de Frege. Cardoso observa que “a referência de um nome, segundo Frege, é uma função do sentido do nome, ou ainda, o sentido é uma condição necessária (mas não o suficiente) para a determinação da referência” (2003, p. 42). Contudo, a relação entre referente e sentido era tida como transparente e a lógica da teoria de Frege, baseada no positivismo, não considerando a subjetividade.

Nas décadas de 1950 e 1960, Émile Benveniste inicia o segundo grande deslocamento da linguística. O importante avanço que Benveniste deu aos estudos de Saussure foi analisar a língua como unidade semiótica apontando a interdependência entre as unidades semiótica e semântica. Ao desenvolver a teoria da Enunciação, Benveniste introduz novamente a questão dos referentes aos estudos linguísticos. Conforme Cardoso, para Benveniste “o valor da referência é conferido pela enunciação, ou seja, a língua deve ser considerada na medida em que, através do sujeito falante, no ato da enunciação, ela se refere ao mundo” (2003, p. 77). Ao percurso que os sujeitos fazem para se apropriar da língua e realizar uma enunciação, Benveniste atribuiu a denominação de aparelho formal da enunciação. Ao enunciar, o homem marca sua posição, além de marcar índices de tempo, espaço e das outras pessoas da enunciação. Assim, a questão referencial ganha espaço nessa teoria.

Atualmente, na perspectiva da Linguística Textual, “[...] as formas de referenciação, bem como os processos de remissão textual que se realizam por meio delas, constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer” (KOCH, 2005, p. 35). Na referenciação, o uso de pronomes ou formas com valor similar, como o emprego de formas nominais (que podem ser substantivos, adjetivos, etc.) anafóricas é

recorrente. No caso das nominalizações, seu emprego “[...] implica uma escolha entre uma multiplicidade de formas de caracterizar o referente, escolha esta que será feita, em cada contexto, segundo a proposta de sentido do produtor do texto” (KOCH, 2005, p. 35). A escolha de uma forma nominal constrói uma imagem do referente e revela muito do que pensa o sujeito do discurso. Daí decorre outro fenômeno classificado na linguística textual como encapsulamento, ou “[...] o uso de uma forma nominal para recategorizar segmentos precedentes ou subseqüentes do co-texto, resumizando-os e encapsulando-os sob um determinado rótulo” (KOCH, 2005, p. 38).

Além de rotularem o objeto discursivo, as formas nominais também criam um novo referente textual. Segundo Koch (2005, p. 39), o encapsulamento anafórico pode ser constituído de duas maneiras: a primeira, nominal, além de rotular dá progressão ao texto; a segunda, pressupõe a existência do objeto discursivo como acontecimento na memória discursiva dos interlocutores. Há, ainda, outro tipo de rotulação denominado de “metadiscursivo” onde “[...] é o próprio discurso que é tomado como seu objeto” (KOCH, 2005, p. 42).

Conforme Koch,

[...] a escolha de expressões metalinguísticas e metadiscursivas, dentre as várias opções possíveis, é importante indício de opinião do locutor não só a respeito do discurso que está sendo rotulado, como também a respeito do próprio enunciador desse discurso (2005, p. 44).

Assim, a nominalização é um importante conceito para se chegar aos sentidos de um discurso. Entretanto, a linguística textual não considera as condições sócio-históricas do discurso; por esse motivo optamos abordar a questão da referencialização pela Análise do Discurso de filiação pecheutiana.

De acordo com Cardoso, a referência na AD está ligada à questão do sujeito:

Palavras, expressões, proposições, mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que significa que elas tomam o seu sentido *em referência* a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (CARDOSO, 2003, p. 132, grifo da autora).

Os sujeitos são assujeitados ideologicamente, embora esse assujeitamento não seja consciente. Os processos discursivos são apagados e os sujeitos não se dão conta da inscrição numa formação discursiva. Decorrem disso os dois esquecimentos tratados na

AD: a origem do dizer e a ilusão do controle dos sentidos. Em resumo, a referência em AD se caracteriza em regularidades (ou “pistas”) que levam a uma determinada formação discursiva.

Filiada ao conceito de referenciação está a determinação discursiva, cuja origem, conforme Indursky (1992, p. 241), é filosófica, quando Aristóteles tratava um objeto (um substantivo) ao ser especificado por suas qualidades (adjetivos). Linguisticamente, segundo Indursky, percebe-se que a determinação envolve questões sintáticas e semânticas. Assim,

[...] os determinantes linguísticos saturam o nome, dando-lhe uma referência atual que o qualifica a ocupar uma posição lexicalmente identificada com um lugar referencial e a exercer funções semânticas e sintáticas no enunciado. Esta é a operação de determinação linguística (INDURSKY, 1992, p. 260).

No entanto, essa definição linguística não é suficiente se passamos em nível discursivo de análise. Indursky destaca que “[...] a determinação discursiva de um nome consiste em saturar-lhe o significado para qualificá-lo a integrar sequências discursivas afetadas por determinadas FD” (1992, p. 260), ou seja, na determinação discursiva, além de questões sintáticas e semânticas, também está em jogo a ideologia.

Desse modo, assumimos que o *adjetivo* pode funcionar como um elemento capaz de saturar o substantivo, constituindo-se em um *determinante discursivo*, isto é, em uma das categorias que promovem a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito da sequência discursiva (INDURSKY, 1992, p. 261).

Segundo Indursky (1992), a determinação discursiva se processa também através de três níveis: saturação de um nome na instância do intradiscursivo; formação de famílias parafrásticas que constroem um novo processo discursivo a partir de uma ruptura semântica; evocação de outros determinantes discursivos, aceitáveis, mas rejeitados.

Enquanto que a determinação linguística é situada em nível frasal, ou seja, cumpre o papel de estabelecer relações de referência na frase, a determinação discursiva leva a que uma expressão passe a ocupar um discurso específico através da mobilização desses recursos linguísticos.

Nesse prisma, no estudo da designação e da determinação, não podemos esquecer que os diversos saberes interferem no modo de nomear, designar e determinar

espaços, práticas sociais e discursivas, ou seja, sendo o discurso exposto a diferenças. As “designações pelas quais se nomeiam: os espaços públicos, as diversas modalidades de ocupação e uso desses espaços e os atores sociais que neles desenvolvem sua prática” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 202), também podem influenciar no senso comum.

Entendemos que ao produzir uma notícia, empregando formas linguísticas como mobilização, festa em vez de comício, como ocorre neste estudo, não se trata de uma mera substituição. Para a AD, toda a produção de linguagem deve ser entendida como um “acontecimento do dizer”, porque sempre traz outro sentido, uma nova ressignificação.

Pêcheux e Fuchs atentam para o fato de que “[...] o léxico não pode ser considerado como um ‘estoque de unidades lexicais’, simples lista de morfemas sem conexão com a sintaxe, mas, pelo contrário, como um conjunto estruturado de elementos articulados sobre a sintaxe” (1993b, p. 176, grifo dos autores).

Pêcheux destaca ainda que “‘o mundo físico’, estável e coerente, o ‘mundo mental’ não permite assegurar uma referência, exceto pela força das ilusões que se apoderam de cada sujeito sob a forma do ‘consenso’, do conformismo, etc.” (1995, p. 129, grifo do autor). O autor considera um erro central não perceber as ideologias como forças materiais, pois é a ideologia que evoca significações e referências.

Mariani (1998b) afirma que a referência tem bases linguísticas e históricas. Linguísticas, no sentido de que há diferentes maneiras de produzir sentidos na materialidade linguística; históricas, porque existem determinações do que pode e deve ser dito dentro de uma esfera, mesmo que essas determinações não sejam visíveis.

Considerando o léxico e sua importância na significação, Guimarães (2005) diferencia designar e nomear de designar e referir, assegurando que a nomeação está no nível enunciativo e a referência funciona pela textualidade. “Assim é fundamental observar como o nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência da substituíbilidade” (GUIMARÃES, 2005, p. 27).

Nessa perspectiva, Guimarães (2005, p. 7) afirma que “[...] saber o que significa uma forma é dizer como seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado”, ou seja, é instaurar o discurso entre a estrutura e o acontecimento. Veremos a seguir como funcionam os conceitos de determinação e de designação na análise de sequências discursivas que compõem o primeiro recorte deste trabalho.

RECORTE 1 – Comício-festa-manifestação-movimento

SD 3: Mas a matéria provocou polêmicas. **A Globo sofreu a acusação de mentir** ao telespectador dizendo que o **comício** era apenas uma **feira** em comemoração aos 430 anos da cidade de São Paulo (TEXTO DO SITE).

SD 4: CABEÇA (ÂNCORA-MARCOS HUMMEL): Um dia de **feira** em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. **A maior foi um comício** na Praça da Sé (REPORTAGEM JN 25/01/84 - 2min18seg).

SD 5: GOVERNADOR TANCREDO NEVES DE MINAS GERAIS: Mais de um milhão de pessoas se comprimindo numa praça pública para **clamar** por eleições diretas. Por sorte, **esta é a mais eloquente demonstração que a essa altura colocar-se contra as eleições diretas é pisotear a consciência nacional** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 6: GOVERNADOR DE SÃO PAULO FRANCO MONTORO: **A emenda Dante de Oliveira foi aprovada por um milhão de brasileiros** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 7: **De fato**, havia a relação entre **a manifestação e o aniversário da cidade**. Os organizadores haviam marcado o evento para o dia 25 de janeiro justamente para facilitar a participação popular. E, se a chamada da matéria parecia não levar em consideração **a dimensão política do comício**, em seguida, a reportagem de Ernesto Paglia relatou com todas as letras o seu objetivo: pedir eleições diretas para presidente da República (TEXTO antes da reportagem de 25/01/84).

SD 8: REPORTER (SONORA E IMAGENS DO COMÍCIO): O governador do Espírito Santo, Gerson Camata disse que ele e outros governadores vieram de longe para ver a **feira** mas valeu a pena (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ NO RIO DE JANEIRO EM 10/04/84 - 1min04seg) – SEGUNDA PARTE).

No enunciado “A Globo sofreu a acusação de mentir ao telespectador”, na SD 3, a forma verbal “sofreu” coloca a emissora na condição de vítima, embora não se mencione a autoria da acusação. Nesse caso, dizer que o comício era “apenas uma feira de comemoração aos 430 anos da cidade de São Paulo”, para o jornalista parece evidente que seja “comício” e, portanto, trata-se de uma acusação injusta.

Pela via da Linguística Textual, dir-se-ia que o emprego da expressão nominal anafórica “uma feira” reconstrói o objeto discursivo “comício” no enunciado da SD 3, já que, segundo Koch, essa atividade discursiva “consiste não simplesmente em localizar um segmento linguístico no texto (como um ‘antecedente’) ou um objeto específico no mundo, mas, sim, algum tipo de informação anteriormente alocada na memória discursiva” (2005, p. 35).

De acordo com a autora, a ancoragem desse objeto discursivo é “[...] passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação” (2009, p. 65), ou seja, a

referenciação ancorada pode ocorrer através de anáforas associativas ou de anáforas indiretas. Dessa forma, “comício”, na SD3, estaria ligado ao movimento pelas Diretas, mas não por uma ligação explícita. Por isso, trata-se de um caso de anáfora indireta “[...] que se constrói inferencialmente, a partir do co-texto, com base em nosso conhecimento de mundo” (KOCH, 2009, p. 65).

Entretanto, ocorre que “uma festa” funciona como um referente de uma posição institucional (a da Rede Globo), nesta sequência extraída do texto do *site*, que nega ter associado comício à festa. Trata-se, então, de uma referência não ancorada apenas à materialidade linguística, mas a uma dada posição ideológica do sujeito, como lembra Cardoso (2003), à saturação do significado e à inscrição das sequências em determinada FD, como formula Indursky (1992); remete às bases linguísticas e históricas, conforme Mariani (1998b). Isso explica a não remissão de “comício” ao universo político. Ao dizer sobre a acusação de que “o **comício** era apenas uma **festa**”, não só nega a procedência dessa acusação como também atenua a importância do político no evento.

Dizer, então, que “o comício era uma festa” ou dizer que “o comício era **apenas** uma festa” não significa equivalência de sentidos, pois comício remete à memória discursiva sobre o político enquanto que festa remete a sentidos de entretenimento no interdiscurso. Na medida em que festa é usada para desqualificar comício, a saturação deste evento político pela determinação expõe a inscrição da posição-sujeito, que funciona como apagamento do político, embora esteja inscrita na FD Jornalística, convoca elementos de outra FD, a FD governista-militar.

Se considerarmos apenas a determinação linguística, observaremos que “a Globo” fala de si enquanto veículo de comunicação em terceira pessoa. Esse recurso de impessoalidade não encobre a sua posição a respeito do comício, nem o modo como essa o significa.

Na nossa análise, a determinação discursiva leva-nos a perceber que o desejo da emissora é garantir o efeito de imparcialidade jornalística, mas ao discursivizar sobre o “erro” na cobertura realizada, quando afirma “sofreu a acusação de mentir ao telespectador”, convoca outros elementos na memória discursiva, os quais associam a emissora ao alvo de protestos e de manifestações populares.

O sujeito do discurso da SD 3 está inscrito na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista. Entretanto, o lugar discursivo que esse sujeito ocupa não corresponde ao seu lugar social de jornalista, se considerados os estudos de Grigoletto (2008, p. 160):

“Cada lugar discursivo representa diferentes modos de se relacionar não só com a forma-sujeito, mas também com as diferentes posições-sujeito que ele pode abrigar”. Dessa forma, na SD 3 o sujeito do discurso ocupa um lugar discursivo de jornalista historiador como se considerasse a cobertura realizada pela Globo de um ponto de vista externo e isento de seu posicionamento. A marca dessa posição é a inserção do institucional “a Globo”, ou seja, o tratar de si em terceira pessoa.

Observamos na SD 4, extraída do vídeo da cobertura das diretas sobre o comício da Praça da Sé no dia de aniversário da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1984, que o comício é integrado às festividades de comemoração da cidade, o que torna ainda mais explícito o silenciamento do ato político. Se foi “um dia de festa em São Paulo” e ocorreram “mais de 500 solenidades”, sendo que “a maior foi um comício na Praça da Sé”, o comício enquanto atividade política é ignorado no dizer do sujeito da SD. Pela determinação linguística, identificamos que o adjetivo de grau comparativo “maior” ligada ao artigo “a” também insere as Diretas no nível de solenidade. “A maior”, portanto, anaforicamente retoma “solenidades”, conforme a perspectiva da linguística textual. No entanto, Cardoso lembra que “a anáfora extrapola o nível textual” (2003, p. 143). Assim, “a maior” não só retorna a “solenidades” como também convoca uma memória discursiva, à lembrança do silenciado dentro dessa programação: comício enquanto atividade política.

E mais, apesar de não haver o uso do adversativo “mas” no enunciado, funciona como se houvesse. Comício é determinado ora como festa, ora como comemoração e ora como solenidade, ou seja, ao mesmo tempo em que é nominado como festa, é indeterminado no político. Vale lembrar, nesse sentido, que a chamada da reportagem, espaço em que geralmente se contextualiza o assunto da notícia, já antecipa o sentido que seria atribuído ao comício: entretenimento e não político.

Como vimos, rastros de discursos podem ser seguidos em processos de referenciação, envolvendo “pontos de estabilização de processos”, ou seja, relações parafrásticas.

As denominações vão, assim, organizando regiões discursivas de sentidos que podem se repetir ou se transformar a cada período histórico, em correspondência com as relações sociais de força em jogo. Ou seja, elas estão instaladas no interdiscurso, impedindo outras significações, disfarçando as tensões, mas ao mesmo tempo e, contraditoriamente, tornando evidente a fuga dos sentidos (MARIANI, 1998b, p. 119).

Já na designação a relação que interessa não é a estabelecida com o objeto designado, mas com a exterioridade. Assim, “[...] quando se pensa o problema da designação, o que interessa é a relação dessa expressão com alguma coisa no mundo. A designação não classifica, e sim identifica [...]” (CAZARIN, 2004, p. 227).

Segundo Guimarães (2005, p. 9), “seria [...] uma relação tomada na história”, um “já dito, retomado pela memória discursiva” (p. 28).

Na SD 5 a resposta do então governador de Minas Gerais Tancredo Neves²¹, numa entrevista sobre o comício da Candelária, destina-se aos congressistas que deveriam votar a favor da emenda, do contrário seria “pisotear a consciência nacional”. A forma verbal “pisotear” empregada metaforicamente retorna às ações do campo da violência, sobretudo à violência advinda do lado inimigo. Nesse sentido, o lado inimigo seria o regime militar e de todos aqueles que aderissem à mesma posição desse regime implementado e mantido por ele.

Ainda na SD5, a forma verbal “clamar” empregada nessas condições de produção, relacionada à reunião de um público de mais de um milhão de pessoas numa praça, não só retorna aos efeitos de súplica como também prospecta a possibilidade de emergência de saberes do povo sobre o que significa repressão e cerceamento da liberdade, mas é o povo às ruas “investindo contra o poder” (FOUCAULT, 2012, p. 51).

A linearidade do discurso da emissora é rompida pela fala de políticos, por meio dos quais a campanha passa a ganhar voz na Rede Globo. Apesar de a emissora dar espaço aos políticos defensores das Diretas, essas vozes nunca puderam explicitar os motivos pelos quais as eleições para presidente deveriam acontecer com maior brevidade. Essa voz dos políticos só ganhou força a partir do momento em que o povo foi às ruas.

Quando se diz “esta é a mais eloquente demonstração”, na SD 5 o dêitico “esta”, com função catafórica, remete a um elemento subsequente no discurso do parlamentar: uma instância – a do povo – que vem desarranjar a normalização desse poder. Assim,

²¹ Cabe destacar que Tancredo tinha suas aspirações políticas, tendo sido um dos líderes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na época em que o AI 5 decretou o bipartidarismo entre o MDB e a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Após a volta do pluripartidarismo, fundou o Partido Popular (PP) e, logo após, ingressou no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), sendo eleito governador de Minas em 1983. Em 1984, após a votação da emenda, veio o convite para concorrer nas eleições indiretas realizadas ainda pelo Colégio Eleitoral.

“eloquente demonstração” funciona como determinação do comício da Candelária. Tal determinação discursiva inscreve o sujeito do discurso na formação discursiva das Diretas, cuja posição-sujeito é identificada à luta pela democracia. Inscrito essa corroborada pelas expressões “clamar por eleições diretas” e “a essa altura”, que podem “[...] remeter a um ‘já-dito’ constitutivo do interdiscurso, o qual não aparece explicitamente no texto, por ser pressuposto na interlocução”, conforme Cardoso (2003, p. 143). Assim, “milhões de pessoas às ruas” significa um sintoma de que, naquele momento, não havia lugar para um terceiro elemento e, sim, apenas dois. De um lado, o povo e a esquerda; de outro, os militares e a direita. E a rua passa a ser o lugar onde o povo poderia exprimir suas queixas.

Em relação à SD 6, a expressão nominal “a emenda Dante de Oliveira”, acrescida da predicação “aprovada por um milhão de brasileiros”, faz funcionar saberes inscritos na FD da Primeira Internacional, em que se prega a “união” como símbolo de força para enfrentar qualquer luta: contra a exploração, contra a ditadura, contra abusos de poder e violação de direitos humanos. Tais saberes vêm fortificar o sentido político do movimento e instaurar nova discursividade nas ruas, apesar do silenciamento da mídia. São esses novos saberes que justificam o movimento como acontecimento histórico, político e discursivo.

A relação entre as sequências discursivas 5 e 6 é de paráfrase, em que emergem reformulações de dizeres que têm o mesmo sentido. Para os sujeitos da SD 5 e SD 6, as eleições diretas já teriam se tornado um desejo dos brasileiros, sendo, portanto, fato consumado e sacramentado, pois instaura novos saberes e práticas às ruas.

Já vimos que as modalidades de desdobramento do sujeito no discurso, referidas no item 2.2.4 deste trabalho, dão origem aos processos de determinação discursiva. De acordo com Indursky (1992), o processo de determinação discursiva ocorre em três níveis: intradiscursivo (estabelecimento do limite do dizer); intersequencial (construção do processo discursivo, não se prende a elementos disponíveis no fio do discurso); interdiscursivo (contraponto entre o dito e o não dito). “[...] A determinação discursiva, ao delimitar o que pode ser dito, constrói as fronteiras para recalcar o que *não pode, não deve ser dito, bem como o que pode, mas não convém ser dito*” (INDURSKY, 1992, p. 264, grifo da autora). As fronteiras, no caso das SDs 5 e 6, delimitam saberes da formação discursiva governista-militar, interdita na formação discursiva das Diretas na qual se inscrevem os sujeitos das referidas SDs.

Como contraponto da determinação, a indeterminação discursiva aí está, ou seja, o invisível, aquilo que ficou encoberto pela própria língua.

Por conseguinte, a indeterminação discursiva constrói a opacificação do que não pode/não deve ser dito pelo sujeito, tornando-se a modalidade discursiva que promove a travessia do indizível pelas fronteiras imaginariamente fechadas de seu espaço discursivo, instaurando o heterogêneo em seu interior (INDURSKY, 1992, p. 357).

Embora produzam efeitos opostos, a determinação e a indeterminação são partes da construção discursiva, apontando para processos de inter-relação. Como afirma Indursky (1992, p. 363), “não há, pois, separação entre determinação e indeterminação em um discurso. Uma está na outra. Pode haver a dominância de uma delas, embora isto não seja necessário”.

Exemplo disso, na SD 7, recortada da seção *Erros* que antecede o *link* da reportagem sobre o comício na Praça da Sé em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984, exibida no *Jornal Nacional*, encontramos o relatado que a única relação entre o aniversário da cidade e o comício era a data. Na justificativa da emissora, ao usar “de fato”, o sujeito do discurso confirma haver relação entre **“a manifestação e o aniversário da cidade”**, ou seja, o fato de a “emissora ter reduzido o comício à festa”, conforme analisado na SD1, tem fundamento. Por outro lado, admite-se serem também eventos diferentes: aniversário da cidade e comício, o que reforça a ideia de omissão por parte da emissora na divulgação do evento político. Logo, “a opacificação do que não podia/não devia ser dito pelo sujeito” na ocasião da campanha das diretas era sobre a importância do político. O comício é tratado como manifestação, o que confere uma dimensão muito menor do que o evento realmente significava na política do país. Na pior das hipóteses, a emissora leva o leitor do portal a acreditar que “se a chamada da matéria parecia não levar em consideração a dimensão política do comício”, esta foi dada pelo jornalista.

Contudo, podemos observar ainda que no decorrer da SD as nominalizações “manifestação”, “evento” e “comício” referem-se à eleição direta para a Presidência. São encapsulamentos anafóricos que pela perspectiva discursiva se ligam a elementos do interdiscurso referentes ao político, à luta do povo.

O sentido de festa relacionado a comício está presente também nas formas de discurso relatado utilizadas pela emissora. É o que ocorre na SD 8, pois o determinante

discursivo comício sequer aparece nessa SD. Ainda assim, como o governador do Espírito Santo da época, Gerson Camata, é mencionado, e a reportagem do *Jornal Nacional* trata comício da Candelária no Rio de Janeiro, mesmo que indiretamente, no emprego do discurso indireto, também designado como discurso relatado, o repórter não só se apropria da voz do outro como a transforma.

De acordo com Indursky, o discurso relatado é “[...] entendido como modo de apreensão da fala do outro, é, pois, uma das formas que permitem examinar a heterogeneidade do discurso” (1992, p. 287). A autora retoma as três modalidades de discurso relatado propostas por Bakhtin (discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre) para desenvolver, discursivamente, outras três modalidades: discurso relatado marcado (que explicita a citação do outro na íntegra através de aspas); discurso relatado indireto formal (que corresponde ao discurso indireto, ou seja, à paráfrase); discurso relatado indireto informal, no qual “a palavra do outro é de tal forma modificada, que a versão que dela é apresentada a torna quase irreconhecível” (INDURSKY, 1992, p. 299).

Se o assunto é político, o repórter ao dizer “ele e outros governadores vieram de longe para ver a festa” associa a determinação comício à designação festa, mais uma vez se caracteriza em uma forma de discurso relatado indireto informal. Pelas relações parafrásticas estabelecidas entre festa e comício na FD jornalística, mesmo não estando presente o determinante “comício” no enunciado, sabemos que a designação “festa” se refere a comício.

A determinação semântica de comício pela designação “festa” é recorrente nas reportagens, textos do *site* e depoimentos de profissionais analisados. Identificamos uma referenciação anafórica nominal marcada pelos substantivos “festa” e “comício”, ora comício é nominado como festa, ora retomado como comício, e vice-versa.

Nesse caso, as relações de paráfrase “[...] apagam a orientação interpretativa produzida pelos diversos atos de nomear” (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 205). Dessa maneira, apaga-se o político na cobertura das diretas, pois a designação passa a naturalizar os sentidos festa e entretenimento. Entendemos que ao relacionar comício à festa a Globo não apenas omite os comícios das Diretas, mas revela uma tomada de posição.

No decorrer deste recorte observamos na análise das SDs, que compõem o primeiro recorte, que comício é designado ora por festa, ora por manifestação, ora por evento e ora como parte integrante do movimento das Diretas (Quadro 3).

Quadro-síntese 3: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 1

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
3	Sujeito jornalista	Historiador	Jornalista	Inscrição e identificação com os saberes da FD Jornalística	festa	Comício
4	Sujeito jornalista	Jornalista político	Apagamento do político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar	festa	Comício
5	Sujeito da política	Político	Luta pela democracia	Inscrição e identificação com os saberes da FD das Diretas	consciência nacional	eleições diretas
6	Sujeito da política	Político	Luta pela democracia	Inscrição e identificação com os saberes da FD das Diretas	emenda Dante de Oliveira	eleições diretas
7	Sujeito jornalista	Historiador	Jornalista	Inscrição e identificação com os saberes da FD Jornalística	manifestação, evento, comício	Comício
8	Sujeito jornalista	Jornalista político	Apagamento do político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar	festa	Comício

Fonte: A autora.

Pela a análise do quadro, em relação ao primeiro recorte, percebemos a mobilização de saberes de duas formações discursivas nas quais as SDs se inscrevem: FD jornalística e FD das Diretas. Lembramos que em uma formação discursiva, segundo Pêcheux (1995, p. 160-161), “[...] as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...]”.

A FD das Diretas é o novo campo de saber instaurado nas condições de produção do período ditatorial e representa a esperança e a luta pela redemocratização

do país, a volta das eleições diretas para presidente da República, o fim da ditadura, da censura e o retorno da liberdade de expressão.

A FD jornalística abarca saberes relacionados ao fazer jornalístico, à missão de informar e aos preceitos que regem a atividade jornalística no país naquele período histórico. Entretanto, percebemos que saberes da FD governista-militar, conjunto de saberes que regula o que pode e o que deve ser dito sobre o regime militar ditatorial, atravessam a FD jornalística, e os sujeitos do discurso jornalístico assumem uma posição mais identificada com os saberes da FD governista-militar e menos identificada com a FD jornalística, ou até contraidentificada com esta última. Ao discursivizarem o acontecimento *Diretas Já*, os sujeitos jornalistas da Rede Globo acabaram incorporando saberes da FD governista-militar, a dominante de um complexo de FD. Os jornalistas continuavam inscritos na FD jornalística, mas impregnados por saberes da FD governista-militar.

O atravessamento de saberes da FD governista-militar na FD jornalística foi observado na SD 4 e na SD 8. Nessas SDs há a posição-sujeito de apagamento do político dentro da FD jornalística, pois o político é esquecido, uma vez que a tentativa é neutralizar a movimentação política da campanha, deslizando o sentido para o entretenimento. A posição-sujeito de apagamento do político está identificada com saberes da FD governista-militar, embora não rompa com a FD jornalística. Os sujeitos do discurso das SDs estão no entremeio de saberes das duas FDs. Isso é possível porque, segundo Indursky, “[...] as fronteiras de uma formação discursiva são suficientemente porosas para permitirem que saberes oriundos de outras formações discursivas aí se façam presentes” (2008, p. 17). O que acontece nesse caso é a fragmentação da forma-sujeito da FD jornalística que implica a heterogeneidade dessa FD.

Quanto à posição-sujeito de apagamento do político, apesar de instaurar um novo saber dentro da FD jornalística, não rompe com os saberes dessa FD. Assim, caracteriza um acontecimento enunciativo, pois instauram saberes conflitantes na mesma FD, considerando que o discurso jornalístico tem a prerrogativa de informar, e o regime militar não permitiu isso. De acordo com Indursky, no acontecimento enunciativo “[...] estamos diante de uma contra-identificação com a posição-sujeito dominante, a qual está na origem do afrontamento com os saberes que emanam desta posição-sujeito dominante no interior de uma formação discursiva” (2008, p. 27).

Já na SD 3 o sujeito do discurso se inscreve na posição-sujeito de jornalista. O sujeito jornalista ao justificar que as ações da emissora se devem ao medo de represálias por parte dos militares está lembrando as imposições de saberes da FD governista-militar na FD jornalística. O sujeito do discurso da SD7 também se inscreve na FD denominada “jornalística”, por abarcar os saberes do universo do jornalismo na posição-sujeito de jornalista. O efeito da inscrição nessa posição-sujeito é de defesa da cobertura realizada pela Globo. A posição-sujeito não instaura nenhum tipo de tensionamento dentro da FD e, portanto, não representa um acontecimento enunciativo.

A FD governista-militar e a FD jornalística não caracterizam um acontecimento discursivo. Ambas não trazem novos campos de saber para a formação social do período da ditadura militar. Contudo, as SDs 5 e 6 representam o surgimento de uma nova FD, a FD das Diretas. Esta nova FD rompe com os saberes de outras FDs e instaura uma nova discursivização, ou seja, traz um campo de saber até então não discursivizado, interdito, uma campanha por eleições diretas para presidente da República em meio a um regime ditatorial, de censura e repressão.

Retomando o que diz Pêcheux, dentro de espaços logicamente estabilizados “[...] repousam, em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação [...]” (2012c, p. 31). Assim, o sentido novo desestabiliza tais espaços e provoca o acontecimento, tal como vemos nas SDs 5 e 6.

O discurso jornalístico é heterogêneo e constituído de diferentes saberes, atravessado por diferentes vozes. Tomar o discurso jornalístico sobre o mundo da política significa de forma distinta do “fazer” notícia. Significa assumir o lugar de jornalista político. Grigoletto, ao analisar o discurso de divulgação científica, observa que “há, no mínimo, três distintos lugares discursivos que são da ordem do *já-lá* e, como tal, fazem parte da constituição desse discurso. Quais sejam: o lugar do cientista, o lugar do jornalista e o lugar do leitor” (2008, p. 54, grifo da autora). Trazendo essa análise para o nosso *corpus*, podemos dizer que temos três lugares: o político, o jornalista e o telespectador da Globo. O jornalista se torna um intermediário entre o discurso dos políticos e o telespectador.

Por exemplo, todo indivíduo pode ocupar diferentes lugares sociais (de pai, de jornalista, de educador, etc.) no interior de uma formação social, mas, ao se inscrever discursivamente, o seu lugar discursivo, independente de qual seja, estará afetado por um dos lugares sociais, ainda que constituindo imagens diferentes das projetadas socialmente (GRIGOLETTO, 2008, p. 56).

Do lugar social que ocupa, o sujeito tanto se relaciona com a forma-sujeito histórica de uma formação discursiva quanto com as diferentes posições-sujeito abarcadas por essa. Nessa subseção percebemos que, de fato, “nem sempre o lugar social coincide com o lugar discursivo de forma simétrica” (GRIGOLETTO, 2008, p. 56). Na SD 3, extraída do texto do portal, embora o sujeito enuncie do lugar social de jornalista, inscreve-se discursivamente no lugar de historiador. É o jornalista da Globo relatando a visão da Globo sobre a cobertura realizada, mas apagando sua existência enquanto sujeito do discurso. Desse modo, cria-se a ilusão de distanciamento entre o sujeito e o objeto discursivo. Ao “recontar” a história, o sujeito não apenas ocupa o lugar social de jornalista, mas está inscrito no lugar discursivo de historiador. O mesmo ocorre com a SD 7, também extraída do texto do portal, na qual, igualmente, o sujeito se inscreve no lugar discursivo de historiador.

Nas SDs 5 e 6 percebemos a correspondência da inscrição dos sujeitos ocupantes do lugar social de político no lugar discursivo de político. Já nas SDs 4 e 8 os sujeitos jornalistas incorporam o discurso político ao falarem “sobre” ele, recortam elementos desse discurso “e os organiza em forma de relato para apresentá-los” ao telespectador (GRIGOLETTO, 2008, p. 61). Assim, o lugar é o de jornalista político.

3.3 Festa popular x movimento político

Quando se traz a significação dicionarizada, fica difícil relacionar festa a comício. Festa convoca a memória de comemoração, manifestação do sentimento de alegria e descontração. No Brasil, por exemplo, a maior festa popular é o carnaval. Nesta, ou em qualquer outra festa, o preceito é a diversão. Contudo, para associar festa a um movimento político, é preciso mudar de campo de saber. Por isso, os dois termos isoladamente não têm qualquer relação. Entretanto, algumas construções linguístico-discursivas em condições de produção específicas podem levá-los a uma aproximação.

Nesta seção será estudada a relação de paráfrase entre festa e comício. Serão analisadas as 16 sequências discursivas que compõem o segundo recorte. As sequências foram extraídas de transcrições das reportagens disponibilizadas no portal. Nessas encontraremos o deslizamento de sentido da forma nominal comício para festa. Tal deslizamento não é recorrente nos depoimentos dos profissionais, nem no texto de justificativa disposto no portal.

Cabe registrar que para a análise buscou-se traçar o percurso dos conceitos de determinação e designação desenvolvidos por Guimarães (2005) para se chegar à relação de paráfrase, cuja abordagem é de Pêcheux (1995). Definida a matriz de sentido das SDs, trabalharemos as noções de posição-sujeito, de heterogeneidade da FD e da forma-sujeito (INDURSKY, 2008), a fim de relacioná-las ao conceito de acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2012c) e de acontecimento enunciativo (INDURSKY, 2008).

Por uma questão metodológica, optamos por dividir o **segundo recorte** em duas subseções: a A, que trata da relação parafrástica entre comício e festa, onde prevalecem os sentidos de entretenimento, e a B, que também trata da relação parafrástica entre comício e festa, mas convocando na memória discursiva elementos relacionados ao político, ou seja, ao movimento das *Diretas Já*. Passamos, então, para a subseção A.

RECORTE 2 – Comício-festa

SUBSEÇÃO A - FESTA

Nesta subseção reunimos SDs em que há a repetibilidade do determinante festa para designar comício e buscamos identificar as relações parafrásticas e o deslizamento de sentido entre as duas expressões. Esse deslizamento é a marca de uma matriz de sentido que apaga o caráter político da campanha. Isso ocorre porque “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2013, p. 36). A paráfrase estabiliza determinados sentidos na memória discursiva cujos efeitos ressoam no interdiscurso. Os sentidos estabilizados se manifestam em certas regularidades de uma mesma matriz de sentido. Tais regularidades também apontam para a inscrição de sentidos numa dada formação discursiva que ocorre pela interpelação dos indivíduos em sujeito. Inscrição essa que ocorre através da forma-sujeito da FD, na qual, segundo Pêcheux (1995, p. 266), “[...]”

coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido e realiza o *non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira*". Assim, as SDs desta subseção constituem uma mesma matriz que aponta para a inscrição na posição-sujeito de apagamento do político na formação discursiva jornalística.

SD 9: (VT com narração e repórter e imagens de pessoas caminhando e sentadas na grama). **Nem parecia um comício**, enquanto os discursos não começavam todo mundo aproveitou o calor para passear e tomar banho de sol. Nas barraquinhas montadas pelos partidos: comida, bebida e livros. **A festa** começou com um **show de música**. Os tímidos assistiam, **os mais soltos dançavam** (imagens de pessoas dançando e de uma banda tocando). (REPORTAGEM Fantástico 27/11/83 - 1min16seg).

SD 10: VT (narração de Cid Moreira e imagens da passeata): Milhares de pessoas observadas por 300 soldados da Polícia Militar cantavam o tempo todo ao som de um **trio elétrico**. No asfalto, o **desfile da criatividade** (imagem de pessoa fantasiada de palhaço). O palhaço dançava e dava vivas. O vampiro lembrava o FMI (imagem de pessoa fantasiada de vampiro com faixa "viva o FMI"). (REPORTAGEM JN 21/03/84 - 43 segundos).

SD 11: O pessoal já chegava muito animado. Quem veio de carro enfrentou um grande engarrafamento. Chegava gente de todos os lados, em pequenas passeatas e com muita **criatividade**. (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ NO RIO DE JANEIRO EM 10/04/84 - 1min04seg – SEGUNDA PARTE).

SD 12: NARRAÇÃO DE CID MOREIRA E IMAGENS DO COMÍCIO: Eram quase seis horas, **a multidão formava uma cruz diante da Candelária**. Em frente a toda a extensão da Presidente Vargas, dos lados toda a avenida Rio Branco, uma **grande emoção**. **A voz de Milton Nascimento falando dos bailes da vida**. (Imagens e trecho da música do Milton Nascimento). (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ NO RIO DE JANEIRO EM 10/04/84 - 1min04seg – SEGUNDA PARTE).

SD 13: REPÓRTER SÔNIA POMPEU: Oi Eliakim, **está aqui um clima de muita emoção**, tanto entre os artistas como nós vimos aqui **a Sônia Braga quase chorou e os políticos também estão emocionados**. Neste momento ali **está cantando o Roberto Ribeiro, sambista**. (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ NO RIO DE JANEIRO EM 10/04/84 - 1min04seg – SEGUNDA PARTE).

SD 14: CID MOREIRA (nota coberta): **A festa** começou cedo. Antes das seis da manhã, faixas e bandeiras eram colocadas na praça, antes das sete horas a cidade era acordada por uma alvorada de foguetes (imagens e som de banda marcial desfilando pelas ruas). Meio dia. No centro de Goiânia o clima é de **festa**: chuva de papel picado, trânsito fechado e grande movimento de gente na rua. As passeatas começam a chegar da praça Cívica. A partir das duas horas ônibus de graça para quem vai ao **comício**. Quatro horas da tarde, a Praça Cívica está cheia. (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ EM 12/04/1984 EM GOIÂNIA - 2min5seg).

SD 15: Repórter André Luiz Azevedo: Poucas horas antes de sair a **passeata**, a Sé já era um verdadeiro **carnaval**, prometendo uma **manifestação muito alegre, muito brasileira** (imagens de populares cantando e tocando tambores). (REPORTAGEM JN COMÍCIO VALE DO ANHANGABAÚ EM SP, 16/04/1984 - 9min35seg).

SD 16: Ernesto Paglia: **O Vale do Anhangabaú é uma festa**. A **Orquestra Sinfônica de Campinas** toca Beethoven e o painel luminoso do Vale acompanha com um **show visual**. (imagem do painel "Brasil Unido pela Democracia" ao som da orquestra). (REPORTAGEM JN COMÍCIO VALE DO ANHANGABAÚ EM SP - 16/04/1984 - 9min35seg).

Nas SDs desta subseção identificamos uma regularidade que aponta para a mesma matriz de sentido, o emprego do determinante discursivo festa para designar comício, resultando no apagamento do político da campanha *Diretas Já*.

Para entendermos melhor o cenário político e, assim, analisarmos as SDs, é preciso registrar que a modificação da legislação partidária e o restabelecimento do pluripartidarismo no ano de 1979 transformou a Arena (partido dos governantes do regime militar) no Partido Democrático Social (PDS) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição até então, em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Outras agremiações foram criadas, como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), fazendo também oposição ao regime. Por sua vez, a situação teve o apoio de dois outros partidos novos criados com a dissolução da Arena: o Partido Popular (PP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O pluripartidarismo permitiu uma abertura em direção à redemocratização do país. Cinco anos mais tarde, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou uma proposta de emenda à Constituição, prevendo eleições diretas para a Presidência da República em dezembro de 1984.

Como podemos observar na SD 9, ao enunciar “nem parecia um comício”, o sujeito da reportagem traz à tona efeitos de sentidos diversos, pois move questões do imaginário social do que seria um comício e ao mesmo tempo as rechaça, possibilitando observar que determinadas características comuns de comícios não estavam presentes nesse em específico. Em ato público onde os políticos ou candidatos a um cargo expõem suas ideias, dá-se o nome de “comício”. A esse tipo de manifestação atribuem-se duas características importantes: o sentido social e o sentido político. O sentido social, de união do povo, de encontro e ocupação do espaço público; o sentido político, de organização e luta por direitos e pelos mesmos ideais.

Ao narrar que as pessoas aproveitavam “para tomar banho de sol, assistir a shows de música e dançar”, o conteúdo da reportagem remete ao entretenimento, descaracterizando, com isso, os comícios enquanto atividade política. Qual seria o objetivo de assistir a um comício, ouvir discursos de autoridades políticas, ao mesmo tempo em que se comercializam livros, distribuíam-se bebidas e comidas?

As imagens escolhidas para a reportagem são da espera pelo comício. O fato de não haver na reportagem imagens de políticos falando e de seguir com o tom festivo da divulgação das diretas pode ser interpretado como um reforço de caráter festivo, de entretenimento, buscando enfraquecer a dimensão política na institucionalização da campanha na memória social. Assim, na SD 9 temos a posição-sujeito de apagamento do político dentro da FD jornalística.

Todavia, a festa só está completa, de fato, na SD 10, retirada da reportagem do *Jornal Nacional* de 21 de março de 1983 sobre a mobilização para conquistar eleições diretas para presidente, que dá destaque para as fantasias divertidas e o trio elétrico.

Já de início o VT encaminha para a ideia de uma festa popular, cuja ordem foi assegurada pela presença de trezentos soldados, “milhares de pessoas [...] cantavam o tempo todo ao som de um trio elétrico”. O que chama atenção, entretanto, é o fato de as pessoas estarem sendo observadas pela Polícia Militar, ou seja, a presença da “guarnição” pressupunha a existência de que tanto a insatisfação quanto a reivindicação poderiam ocorrer a qualquer momento, já que não era uma festa de carnaval. “Desfile de criatividade” e presença de palhaço que “dançava e dava vivas” trazem a lembrança de festa popular, assim como vampiro com faixa “viva o FMI”, sigla de Fundo Monetário Internacional. Embora estejamos acostumados a assistir desfiles de carnaval de algumas cidades brasileiras com a presença de trios elétricos e a presença de bonecos gigantes (com personagens do contexto político) satirizando a política brasileira, a presença de um vampiro naquele momento saudando o FMI não só convoca a memória da participação de um personagem da literatura estrangeira, como também representa uma forma bastante séria de dizer que o Brasil estava sendo “sugado”, “devorado”, explorado pelo endividamento com países estrangeiros. Na SD 10, mesmo que se tenha “esquecido” de mencionar o determinante linguístico comício e dado ênfase à designação festa, o que era negado, ou seja, o político torna-se ainda mais evidente pelos elementos que as expressões “300 soldados da Polícia Militar” e “o vampiro lembrava o FMI”, as quais convocam uma memória discursiva sobre o período de repressão e de crise econômica na ditadura militar.

Na SD 11, em “**o pessoal** já chegava muito animado”, “**quem** veio de carro enfrentou um grande engarrafamento”, “chegava **gente** de todos os lados, em pequenas passeatas e com muita **criatividade**”, observamos que novamente a emissora recorre ao qualificativo “criatividade” para referir as fantasias que apareciam nas manifestações. E

novamente são convocados os adereços carnavalescos. “O pessoal”, “quem” e “gente”, empregados geralmente em contextos de indeterminação, neste estudo funcionam como determinativos de um grupo (“gente de todos os lados”), os brasileiros mobilizados a reivindicarem o direito de eleger seu próprio representante: o presidente do Brasil.

Ainda na mesma reportagem a comoção, ou a emoção, era associada a outros símbolos não pertencentes ao universo político, identificados na SD 12. A multidão formando “uma cruz diante da Candelária” remete ao maior símbolo do cristianismo. A presença do religioso em ato político imbricada à música de Milton Nascimento “Nos bailes da vida”, “todo artista tem de ir aonde o povo está”, pode se configurar numa metáfora para justificativa o apoio da Igreja e dos artistas às diretas.

Ainda na reportagem do JN de 10/04/84, conforme a SD 13, tanto artistas quanto políticos estavam emocionados. A animação passa a ser descrita como emoção, com a arte ou com a política. Da forma como a repórter narra o acontecimento, a impressão que se tem é de que todos se emocionaram com o canto do sambista, ficando, desse modo, mais uma vez o comício atrelado à ideia de festa, de manifestação popular.

Na SD 14 mais uma vez o item lexical *festa* relaciona-se a *comício*. O emprego de expressões como “faixas”, “bandeiras” e “praça cívica” lembram atividades ligadas à manifestação de patriotismo, assim como a presença da banda marcial. Neste estudo, o uso dessas possui funcionamento contrário, uma vez que o objetivo é reivindicar as diretas.

Observamos os valores semânticos de festa e comício igualados nas reportagens, pois a Rede Globo não trata os comícios das diretas como eventos políticos. Para a emissora, os comícios são eventos festivos que reúnem milhares de pessoas atraídas pelos shows de música e pela presença de diversos artistas famosos. Com a opção de destacar diferentes pontos a respeito do comício (o conteúdo dos discursos, os gritos de ordem da população), a Rede Globo, mais uma vez, parece optar por não contemplar o caráter político desse evento.

Se o futebol já havia sido associado à campanha, faltava o outro grande estereótipo brasileiro: o carnaval, expressão presente na SD 15. A imagem dessa festa ligada à campanha aponta para a bagunça, folia, falta de seriedade, ou seja, os comícios seriam reuniões populares para diversão. Ao dizer “uma manifestação muito alegre, muito brasileira”, o enunciado na SD 15 convoca o imaginário de Brasil e de brasileiro,

cujo estereótipo é de um povo alegre, despreocupado e, de certa maneira, descomprometido.

Cabe registrar que o último comício antes da votação da emenda Dante de Oliveira aconteceu em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, no dia 16 de abril de 1984. Nesse dia a Rede Globo dedicou 9 minutos e 35 segundos do *Jornal Nacional* ao evento. Entretanto, o tom da reportagem seguiu a linha de “festa popular”.

A reportagem dá detalhes de atrações secundárias somente para puxar o gancho do tom festivo. A SD 16, extraída da referida reportagem, já explicitava o enfoque ao dizer que “o Vale do Anhangabaú é uma festa”. O restante da sequência mostra informações que em nada contribuem para entender o clima político que tomava a multidão, de quase um milhão e meio de pessoas: a expectativa com a proximidade da votação da emenda.

Na subseção A, o sujeito do discurso traz para dentro da FD jornalística saberes da FD governista-militar sem romper com a FD jornalística. Dessa forma, ele se distancia da forma-sujeito histórica da FD jornalística e de sua posição-sujeito dominante para inscrever-se na posição-sujeito de apagamento do político, que se caracteriza num acontecimento enunciativo, pois, apesar de trazer saberes bem diversos a esse campo de saber, não há um rompimento. O sujeito não se desidentifica de forma plena e total, fazendo surgir uma nova FD. Não se trata de um acontecimento discursivo, mas de um acontecimento enunciativo, o qual, segundo Indursky, “não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito” (2008, p. 28).

Realizada a análise da subseção A, antes de analisar as SDs da subseção B, ainda dentro do recorte 2, elaboramos o quadro abaixo no sentido de sistematizar efeitos de sentidos depreendidos a partir do emprego da designação festa.

Quadro-síntese 4: *Relações parafrásticas entre as SDs e posicionamento dos sujeitos no recorte 2 – subseção A*

	SD	Imaginário da Globo	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS
Saber do povo Político-cultural	9	passeios, tomar sol, comida, bebida, leitura, dança	Sujeito jornalista	Jornalista político	Apagamento do político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar
	10	canções, desfile e dança com fantasiada de palhaço e de vampiro com faixa “viva o FMI”.				
	11	realização de passeatas				
	12	a multidão formava uma cruz diante da Candelária, manifestação de emoções, uso de metáforas				
	13	manifestação de sentimentos, música, dança (samba)				
	14	uso de faixa, bandeiras em praças, fogos de artifícios, música, desfile de banda, ir às ruas, fechamento do trânsito, uso de papel picado.				
	15	manifestação de alegria, música, uso de tambores.				
	16	Orquestra Sinfônica, painel luminoso com um show visual				

Fonte: A autora

O que se observa no quadro acima é a Globo entender como festa o saber do povo manifestado nas ruas. Na SD 9, “passear”, “tomar banho de sol”, “comida”, “bebida”, “livros” e “os mais soltos dançavam”, convoca elementos referentes a um passeio no parque. Ao tratar do comício por esse viés, a Globo entendeu que o povo ia às ruas em busca de entretenimento, pois não lhe cabia o pensar e o fazer político. Sabemos que o movimento das Diretas reacendeu a esperança da livre manifestação do

pensamento, do fim da repressão, e o clima de “festa” está também relacionado a esses sentidos e não ao entretenimento.

O mesmo ocorre nas demais SDs. Na SD 10, o que marca o entendimento da manifestação do povo como festa pela Rede Globo é “cantavam”, “trio elétrico”, “desfile da criatividade”, “o palhaço dançava e dava vivas” e “o vampiro lembrava o FMI”. Tais expressões remetem à memória discursiva da maior festa popular do país, o carnaval. O carnaval é o momento em que o povo toma as ruas e se transforma em personagem principal nos enredos. Ao relacionar comício à festa, a emissora só reconhece um meio de a população tomar as ruas, o carnaval, ao mesmo tempo em que rejeita os saberes do povo com o sentido de luta social e de manifestação política. Vê-se a expressão “criatividade” novamente presente na SD 11, que também refere a “pequenas passeatas”, saberes que a Globo não une ao sentido político.

Na SD 12, os saberes do povo são mais uma vez ressignificados na tela da Globo, que agora se utiliza de metáforas que convocam uma memória discursiva de festas religiosas e procissões, cuja designação ocorre pelos determinantes discursivos “a multidão formava uma cruz diante da Candelária” e “grande emoção”. A expressão de sentimentos também aparece na SD 13 em “clima de muita emoção”. Nessa SD ainda há a referência à música e ao carnaval, como também ocorre nas SDs 14 (com o uso das expressões “faixas e bandeiras”, “foguetes”, “chuva de papel picado” e “trânsito fechado”) e 15 (demarcada por expressões “manifestação muito alegre, “muito brasileira”). Já a SD 16 traz um sentido geral de festa marcado pelo uso das expressões “Orquestra Sinfônica”, “painel luminoso” e “show visual”. Ao deslizar os sentidos de comício para festa, a emissora silencia os saberes do povo que estavam se constituindo nas ruas, silenciando, dessa forma, o político do movimento.

A Globo parece não estar entendendo que o movimento *Diretas Já* se tratava de um acontecimento político. O equívoco foi não considerar a expressão cultural como um gesto político, presente no acontecimento político. Cantar, dançar e assistir a shows de música também é uma maneira de estar no comício, é uma forma de tomar as ruas, uma das várias maneiras de protestar (aliás, caminhar em silêncio também pode ser uma forma de protesto). As expressões da cultura popular não significam que o povo não entende o que é um comício. Já é uma característica do brasileiro associar o político às manifestações culturais. Exemplo disso são as brincadeiras com máscaras e bonecos de políticos nas festas de carnaval em diferentes regiões do país.

Todos os sujeitos dos discursos das SDs ocupam o lugar social de jornalista e se inscrevem no lugar discursivo de jornalista político. Ao produzir um discurso “sobre” o discurso político, os jornalistas retomam elementos desse discurso e se inscrevem em um lugar de entremeio entre os dois discursos, de jornalista e político.

A seguir, trataremos das sequências discursivas da subseção B do recorte 2, que marcam o momento em que a Globo passa a considerar a festa como parte integrante do movimento *Diretas Já*.

SUBSEÇÃO B – FESTA E MOVIMENTO *DIRETAS JÁ*

A subseção B integra o recorte 2 e também apresenta deslizamentos de sentidos ao nome atribuído a comício para a forma nominal festa. A razão de analisar as SDs nesta subseção é a oscilação dessas formas verbais relacionadas à mobilização para eleições diretas à Presidência. Vejamos:

SD 17: CID MOREIRA: **Passeata** no Rio pelas eleições diretas.

SONORA (narração de Cid Moreira e imagens da passeata): A comissão dos partidos de oposição promoveu hoje, no centro da cidade, uma **passeata em defesa das eleições diretas**. A passeata com **cuspidor de fogo, vários bonecos** e acompanhada por políticos e associações de classe começou na Candelária no início da tarde. Neste momento os **manifestantes** estão realizando um **comício** na Cinelândia. REPORTAGEM JN 16/02/84 - 24 segundos).

SD 18: VT (com narração de repórter e imagens do comício): **Em meio aos discursos políticos a apresentação de vários artistas** (imagens de Maitê Poença) **que aderiram as diretas**. Entre eles, Dênis Carvalho, Renata Sorrah, Marcos Paulo, Maria Betânia e Chico Buarque de Holanda (imagens de pessoas de costas no palanque). Diante da multidão, eles cantaram juntos a música de Chico “A gente vai levando” (trecho da multidão cantando com imagens de pessoas de costas no palanque). (REPORTAGEM JN 24/02/84 - 1min51seg).

SD 19: A **avenida Presidente Vargas** mudou de nome, passou a ser “**Avenida das Diretas**”. No palanque de cem metros quadrados armado atrás da Igreja da Candelária, os **animadores da festa**: Osmar Santos, Cristiane Torloni, Lucélia Santos. **A multidão delirava**. (Gritos de “queremos eleger o presidente do Brasil”). (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ NO RIO DE JANEIRO EM 10/04/84 - 1min04seg – SEGUNDA PARTE).

SD 20: CID MOREIRA (BANCADA e imagens do comício ao vivo): Vamos agora ao vivo para a Candelária onde o **comício pelas Diretas** completa quase quatro horas e meia. De lá falam os nossos repórteres. Imagens ao vivo da Candelária. Os últimos **artistas** que se apresentaram foram Toni Ramos, Zezé Mota, Martinho da Vila, João Bosco, João Nogueira, Antonio Pitanga, Kleiton e Kleidir, Erasmo Carlos. Está falando agora Sônia Braga. Os últimos discursos apresentados foram de Mário Sérgio Garcia, presidente da OAB e Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI. (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ NO RIO DE JANEIRO EM 10/04/84 - 1min04seg) – SEGUNDA PARTE).

SD 21: NARRAÇÃO DE CID MOREIRA E IMAGENS DO COMÍCIO: **Juruna pediu terra para os índios do Xingu e eleição direta para presidente. A política em ritmo de samba: dona Zica, da Mangueira, pede as Diretas e Beth Carvalho dá seu recado:**

BETH CARVALHO: cantando “vou te contar um segredo, **vamos a luta sem medo, é hora do tudo ou nada**”. (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ NO RIO DE JANEIRO EM 10/04/84 - 1min04seg – SEGUNDA PARTE).

SD 22: Repórter Geraldo Canalli: Vários **artistas** já se apresentaram, entre eles Valmor Chagas, a dupla Kleiton e Kleidir, também representantes **jogadores do Grêmio e Internacional** vieram dar o seu apoio à **campanha pelas eleições Diretas Já**. (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ EM 13/04/1984 EM PORTO ALEGRE - 2min50seg).

SD 23: (VT com narração de repórter). A preparação do **comício** começou de manhã cedo com a preparação dos sistemas de luz e som. Ao meio dia, o largo da prefeitura já estava parcialmente tomado. Para uma demorada espera, a companhia do chimarrão. Os **vendedores de propagandas das diretas nunca faturaram** tanto. (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ EM 13/04/1984 EM PORTO ALEGRE - 2min50seg).

SD 24: **A cor das diretas** acabou criando um **pequeno comércio** por aqui e muitas gravatas cinzas acabaram sendo trocadas por amarelas. **A segurança severa não alterou o ambiente calmo desta manhã nos corredores do congresso**. Enfermeiras e médicos bem aparelhados entraram no plenário para um longo plantão, afinal tudo tem que ser previsto. (REPORTAGEM JN de 25/04/1984 - 11min33seg).

Cedendo às pressões populares, a Rede Globo passou a pautar a campanha especialmente em seu principal telejornal: o *Jornal Nacional*. Contudo, a pauta frequentemente não referia às questões políticas que permeavam as Diretas. Tanto que a SD 17, extraída da reportagem divulgada no dia 16 de fevereiro de 2014 pelo *Jornal Nacional*, aparece a designação passeata acompanhada de determinantes discursivos que encaminham outros efeitos de sentidos, bem diferentes dos analisados na subseção A deste recorte. Mesmo que sejam convocados elementos do contexto da diversão, do festivo, o enfoque é político. No enunciado “a passeata com cuspidor de fogo, vários bonecos e acompanhada por políticos e associações de classe”, podemos entender que se trata de uma estratégia para chamar a atenção do público e somar o maior número de adeptos ao movimento pró-diretas.

Desse modo, o discurso jornalístico sobre as Diretas atua na constituição da formação imaginária de saberes da política, leva-nos à compreensão de processos discursivos jornalísticos em relação aos sujeitos jornalistas envolvidos na produção dos discursos, aos políticos de esquerda e aos sujeitos telespectadores, a quem essa se dirige neste dado momento. Percebe-se, por exemplo, no uso dos enunciados “passeata em defesa das eleições diretas”, “Neste momento os manifestantes estão realizando um comício na Cinelândia” (SD 17), que tanto políticos de oposição quanto associações de classes ocupam o lugar de manifestantes. Neste caso, “festa” passa a funcionar como protesto e não mais como entretenimento, conforme observado no recorte 1.

Como explica Guimarães (2005, p. 27), “os conjuntos de modos de referir organizados em torno de um nome são um modo de determiná-lo, de predicá-lo”. Assim, se a passeata era mais uma mobilização em favor das Diretas, não faz sentido o destaque para “cuspidor de fogo” e “vários bonecos” na reportagem. Essas expressões cabem na mesma análise que Pêcheux faz do enunciado “on a gagné” (ganhamos), cuja materialidade discursiva “é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político” (2012c, p. 21). O uso dessas expressões do entretenimento e do espetáculo para determinar indiretamente o político marca um deslocamento de sentido em que a ludicidade e o entretenimento são colocados à frente do próprio político.

Referir-se aos participantes do comício como “manifestantes”, aponta para o sentimento de reivindicação, afinal, a manifestação pressupõe situação de descontentamento.

Já na reportagem do *Jornal Nacional* de 24 de fevereiro de 1984 sobre a realização de um comício pelas diretas em Belo Horizonte, a emissora opta pelo enfoque do espetáculo, enfatizando a presença de artistas e cantores, como se observa na SD 18. Apesar de a música “Vai levando”, de Chico Buarque, referida na SD 18, ter caráter essencialmente político e crítico, o enfoque da Globo recai para a presença dos artistas, especialmente da própria emissora.

O que pode ser ouvido na reportagem é apenas “a gente vai levando, a gente vai levando, a gente vai levando”. A música, de 1975, e “a gente vai levando essa chama” tanto pode referir a esperança de um Brasil melhor quanto significar a chama da liberdade com as eleições diretas para a Presidência da República. “Mesmo com todo o emblema, todo o problema, todo o sistema, toda Ipanema”, ou seja, “essa chama” é a esperança. Esperança pela democracia e pela liberdade, pelo fim da ditadura e da censura.

Ainda em relação ao enunciado “em meio aos discursos políticos a apresentação de vários artistas **que aderiram as diretas**” (SD18), a TV atua na constituição do imaginário sobre o movimento mobilizando a imagem que essa mesma tinha naquele momento sobre a participação do povo, ou seja, como aquele que não entende de política, e que, por isso, deve ser conduzido, ter um ponto de identificação, como em artistas, por exemplo, já que poderia lhe faltar autonomia em momentos decisão política. É como se estivesse nas ruas sem entender o seu papel dentro do processo.

Na SD 19 observamos, no enunciado “animadores da festa”, que o enfoque do comício continua relacionado à festa. Se “a multidão delirava” com a presença de artistas globais, o que menos importava eram os discursos políticos. Cabe registrar que o caráter político aparece na alusão ao presidente Getúlio Vargas, que deu o nome a uma avenida apelidada de “Avenida das Diretas”, em razão dos comícios nela realizados. Por outro lado, são também mobilizados elementos de constituição e organização das cidades sobre o modo como os moradores ali estão distribuídos, conforme podemos observar nos enunciados: “A **Avenida Presidente Vargas** mudou de nome, passou a ser “**Avenida das Diretas**”, “**A multidão delirava**” (gritos de “queremos eleger o presidente do Brasil)” (SD 19). Além de ser uma grande via urbana, geralmente ladeada de árvores, a avenida pode ser entendida como espaço para fazer política e “o nome conta uma história” (GUIMARÃES, 2001, p. 97). A mudança do nome, então, passa a ser tomada como lugar de latência de futuro e de liberdade. O delírio tanto pode estar relacionado ao que da história ainda ressoa na memória, ao associar a imagem de Getúlio Vargas ao nome da avenida, quanto à nova nomeação “Avenida das Diretas”, ou seja, estamos diante de um acontecimento discursivo a que Pêcheux define como o “[...] ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (2012c, p. 17). A nomeação “Avenida das Diretas” gera novas discursividades e novas significações sobre uma memória da Avenida Getúlio Vargas e marca o surgimento de uma nova FD, a FD das Diretas.

Mesmo quando a designação de comício se apresenta sob o mesmo termo lexical, o determinante discursivo está ligado ao entretenimento. Na SD 20, comício faz referência a artistas e famosos, os quais foram destaque da reportagem. O caráter político passa despercebido. Como afirma Pêcheux, “[...] as *mesmas* palavras, expressões ou proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra [...]” (1995, p. 161, grifo do autor). Entretanto, em “Vamos agora ao vivo para a Candelária onde o **comício pelas Diretas** completa quase quatro horas e meia. De lá falam os nossos repórteres” (SD 20), podemos concluir que o discurso jornalístico é tomado/constituído por saberes de nova conjuntura política e os jornalistas assumem posição identificada à FD das Diretas.

Na SD 21 a política ganha “ritmo de samba”. O “ritmo” até pode ser de samba, mas a grande mobilização política para pressionar a realização de eleições diretas para presidente da República, pelo fim da ditadura, conforme reportagem sobre o comício

realizado no Rio de Janeiro no dia 10 de abril de 1984, constitui-se num chamado para lutar por aquilo que tanto se queria naquele momento: “Vamos à luta sem medo, é hora do tudo ou nada”. Entendemos que o funcionamento do político era tão forte que até outros temas entraram na pauta, como dos indígenas, em que “Juruna pediu terra para os índios do Xingu”. Aqui se trata de uma nova posição-sujeito, a de luta pela demarcação das terras indígenas, dentro da FD das Diretas.

Diríamos que há, de um lado, o memorável e, de outro, o excluído. Ao enunciar: “**Juruna pediu terra para os índios do Xingu e eleição direta para presidente**”, observamos o memorável, uma vez que o movimento das Diretas se torna lugar de exposição e de visibilidade àqueles que se encontram no anonimato. É, pois, o retorno às origens, a um re-des-cobrimto que, ao mesmo tempo em que aponta para a entrada de invasores e suas ameaças (a dos militares), aponta também para a necessidade de sua saída. Trata-se do silenciamento produzido pelo Estado do homem branco não incidindo somente sobre o índio, mas também sobre o homem branco, ou seja, a “domesticação” do regime militar ocorre em todos os níveis. Assim, não se fala mais do mesmo Brasil descoberto pelos portugueses, mas de um Brasil novo, a ser re-des-coberto a partir das *Diretas Já*.

Na SD 22 é associado ao tom festivo o futebol. Artistas e jogadores do Grêmio e do Internacional dão ao evento o caráter de espetáculo. Se, de um lado, temos apoio ao movimento, estendido também nos estádios de futebol, mostrando que todos os setores e classes se unem em prol da mesma causa, de outro, entendemos que a atenção da campanha pelas eleições diretas poderia ter sido atenuada, uma vez que a paixão de muitos brasileiros é o futebol e não a política.

Quando o jornalista refere que “os vendedores de propagandas das diretas nunca faturaram tanto” (na SD 23), ele reproduz os saberes que estão presentes na formação discursiva do mercado. O saber que diz respeito ao lucro emerge como pré-construído. É como se no discurso jornalístico naturalizado (o discurso da formação discursiva dominante) já fosse determinado que a aglomeração de pessoas na rua, na praça, no parque, gera lucro; da mesma forma quando refere que a preparação para os comícios ganha destaque, conforme SD 23. As reportagens trazem informações sobre a construção do palco, a instalação dos sistemas de som e luz, o deslocamento do público, mas não mencionam os motivos que levaram à realização do comício.

Às vésperas de uma decisão que poderia mudar os rumos do país e acabar com o regime ditatorial, que já completava vinte anos, no dia da votação no Congresso, em 25 de abril de 1984, a emissora trata a campanha como um alvo de comércio e consumismo através da venda de gravatas amarelas. A SD 24 traz “segurança severa” em contraponto ao “ambiente calmo nos corredores do congresso”, ou seja, a festa eram os comícios. O dia da votação era apenas um dia “comum” no Congresso, mesmo que a pauta determinasse o futuro do país e fosse objeto de esperança e anseio de milhões de brasileiros. Cabe destacar que a “segurança severa” era garantida pelo regime militar, que seria diretamente afetado pela votação da emenda.

As SDs desta subseção fazem crer que a população não participava dos comícios porque estava engajada com a campanha *Diretas Já*, mas pelo simples fato de haver shows de música, pelo entretenimento, o que leva à espetacularização ou ao chamado “pão e circo” romano.

O determinante *festa* apareceu junto à ampliação da divulgação da campanha pela emissora após milhares de pessoas participarem dos comícios. O que isso significa? Significa que a Rede Globo optou, para falar das Diretas sem entrar num território perigoso, o campo político, por destacar outras peculiaridades dos eventos: o apoio de artistas, as apresentações musicais, as manifestações do público através da criação de personagens, enfim, o caráter de entretenimento.

Desta subseção fica latente a relação parafrástica entre *festa* e *comício*. E essa relação só é possível, conforme Pêcheux (1995, p. 161), porque o sentido das expressões “[...] se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva”. Embora essa relação parafrástica já introduza sentidos do político ao relacionar festa a Diretas, não há informação sobre as reivindicações da população que provocou sua concentração em um ato público em plena ditadura militar, ou seja, resistindo à censura e às repressões, o povo foi às ruas lutar pelas eleições diretas. O saber do povo passa a produzir efeitos no imaginário da emissora, que apesar de incorporá-lo ainda não reconhece esse saber como legítimo.

Enquanto que na seção A o sentido de festa não estava relacionado ao político, na seção B os dois sentidos estão presentes, embora o sentido de festa se sobreponha, resultando no silenciamento do político. Esta subseção demarca o momento em que os

saberes do povo começam a produzir efeitos de sentido nos sujeitos do discurso, jornalistas da Globo.

Quadro-síntese 5: A designação pelo determinante festa e o posicionamento dos sujeitos no recorte 2 subseção B

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação	Representação do político no saber do povo pela Globo
17	Sujeito jornalista	Jornalista político	Apagamento do político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar	passeata, um comício	passeata	cuspidor de fogo e vários bonecos
18			Apagamento do político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar	discursos políticos	comício	apresentação de vários artistas
19			Luta pela democracia	Inscrição e identificação com os saberes da FD das Diretas	-----	comício	animadores da festa
20			Apagamento do político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar	Comício	comício	Artistas
21			Luta pela demarcação das terras indígenas	Inscrição e identificação com os saberes da FD das Diretas	-----	política	em ritmo de samba
22			Apagamento do político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar	-----	comício	vários artistas; jogadores do Grêmio e Internacional

23			Apagamento do político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar	-----	comício	chimarrão; vendedores
24			Apagamento do político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar	-----	votação	pequeno comércio, ambiente calmo

Fonte: A autora.

Embora o discurso jornalístico traga de forma indireta o artístico-cultural sem o emprego de um determinante discursivo, a referência a símbolos que identificam uma região do país, comércio, futebol e carnaval, determina a percepção da emissora quanto aos saberes do povo manifestado nas ruas pelo movimento *Diretas Já*. O destaque para a participação de artistas nos comícios é feito para a emissora legitimar, atestar o político, deixando de lado o saber das ruas, do povo.

Esses elementos de certa maneira estão relacionados ao festivo, que no modo de noticiar o movimento tem legitimado certo tipo de comício. Um comício em que o político vai se esvanecendo por meio de um esquecimento que põe à mostra a posição-sujeito assumida não só pelo jornalista, mas pela própria instituição “Globo”. Posição-sujeito de apagamento do político.

Exceto a SD 19 que caracteriza um acontecimento discursivo por instaurar uma nova FD, a das Diretas, e a SD 21 que marca o surgimento de uma nova posição-sujeito dentro da FD das Diretas, a posição-sujeito de luta pela demarcação das terras indígenas, as demais estão inscritas na posição-sujeito de apagamento do político. Na subseção B, a posição-sujeito de apagamento do político se identifica mais com os saberes da FD jornalística com os saberes do fazer jornalístico, atravessado pela FD governista-militar. A movimentação demarcada dentro da posição de apagamento do político, nas subseções A e B deste recorte, levam a que ora a posição se aproxime de saberes da FD governista-militar, ora se identifique com os saberes da FD jornalística.

Mesmo que o efeito seja de unicidade, sabemos que não existe homogeneidade nessa ou em qualquer outra posição-sujeito. Conforme Cazarin (2004, p. 98), “o que ocorre é que, no interior da posição-sujeito em que esse discurso está inscrito, emergem

ou, no mínimo, são reelaborados/ressignificados saberes até então silenciados que, diante de outras condições histórico-sociais, passam a ser enunciados”. É o acontecimento histórico de apresentação da emenda Dante de Oliveira que marca o surgimento dessa posição-sujeito. E é o acontecimento discursivo *Diretas Já* que, ao instaurar novas discursividades, também instaura o diferente na FD jornalística.

A diferença nesta análise é o modo como o sujeito do discurso, inscrito na posição-sujeito de apagamento do político, se relaciona com as novas discursividades provocadas pelo saber do povo manifestado nas ruas, nos comícios pelas Diretas. Certas vezes, o sujeito-jornalista não reconhece esses saberes; em outras, ele os reconhece, embora não dê legitimidade, como se o povo não pudesse falar sobre política e como se as ruas fossem espaços de festa ou entretenimento apenas.

Enfim, nesta subseção identificamos os sujeitos jornalistas enunciando do lugar discursivo de jornalista e inscrevendo-se no lugar discursivo de jornalista político. Desse lugar, o sujeito jornalista retoma elementos do político no interdiscurso e ao falar “sobre” faz uma colagem desses em seu discurso.

A deriva de sentidos entre a política, baderna e confusão, é assunto para a próxima seção.

3.4 Da política à polícia

Se na análise dos recortes discursivos 1 e 2 a política pelas relações de paráfrase se torna entretenimento, as análises das sequências discursivas do recorte discursivo 3 nos permitem observar que o deslizamento do político na cobertura das *Diretas Já* também pode ocorrer para o sentido de baderna e de confusão, mesmo quando o determinante comício designa evento político, ou seja, a importância da campanha segue noticiada de maneira tímida, como veremos em cada subseção do recorte 3.

Antes, porém, será preciso pontuar o que entendemos por política (ou político) e polícia. Ousamos tomar emprestado o subtítulo “da política à polícia” de Jacques Rancière (1996), da obra *O desentendimento*. Para o autor, política é uma atividade que tem por princípio a igualdade. Contudo, é essa relação de igualdade-desigual entre os sujeitos que leva o autor a teorizar sobre a noção de desentendimento. Segundo ele, desentendimento não é o conflito entre aquele que diz “preto” e o outro que diz

“branco”, mas entre os que dizem “branco” e não entendem a mesma coisa (1996, p. 11). Eis que o desentendimento instaura, assim, um problema de designação e, por conseguinte, da fugacidade do sentido.

A existência da política, conforme Rancière, está condicionada a “um erro de cálculo” da democracia. O autor diz que abstrações como “povo”, “comunidade” são uma massa vazia daqueles que não têm posses ou poder, os “sem-parcela”, mas que a democracia trata como iguais os que, por sua vez, têm esse poder.

Rancière (1996, p. 26) alerta para o fato de que não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos, mas há política “[...] quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela”. Para o autor, só se compreende que há desigualdade ao se tornar um “igual”, ou seja, alguém na contagem de parcelas.

Assim, de acordo com Rancière, o que chamamos de política, na verdade, é polícia. Mesmo que polícia remeta à violência e à repressão, a um aparelho repressor de Estado, o autor destaca que, em suma, a polícia representa a lei, a regulação da sociedade, a organização dos poderes. Desse modo, ele afirma:

Chamamos geralmente pelo nome de política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho dar outro nome a essa distribuição e ao sistema dessas legitimações. Proponho chamá-la de polícia. Sem dúvida, essa designação coloca alguns problemas. A palavra polícia evoca comumente o que chamamos baixa polícia, os golpes de cassetete das forças da ordem e as inquisições das polícias secretas. Mas essa identificação restritiva pode ser considerada contingente (1996, p. 41).

A existência da política está associada à existência de dois processos que Rancière denomina heterogêneos: o policial, de regulação e da lei, e a igualdade. Para haver política, essas duas lógicas devem se entrecruzar. Convém ressaltar que o autor assim define polícia:

[...] uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (1996, p. 42).

O entrecruzamento entre política e polícia, nos termos definidos por Rancière, e a constituição da democracia sob esse paradoxo que a torna um “sistema de consenso”, que aceita a impossibilidade de atingir a igualdade plena e de incluir e representar a todos, será a abordagem de análise do próximo recorte deste trabalho.

3.4.1 Comício-manifestação

Nem só de festa eram designados os comícios das diretas. Os eventos, por muitas vezes, passaram a figurar como “baderna” e os participantes tratados como “desordeiros”. Vale registrar que os deslizamentos não foram tão acentuados quanto os que aconteceram 29 anos mais tarde nas jornadas de junho de 2013. Em 2013, os manifestantes foram, inicialmente, designados de vândalos pelos principais veículos da mídia.

Mesmo assim, nas SDs deste recorte, a luta pela democracia ganhou *status* de manifestação não de cunho pejorativo, mas com o efeito de enfraquecimento do debate sobre as eleições diretas para presidente da República, pois o termo “manifestação” não necessariamente adentra no terreno político.

Para desenvolver a análise do recorte discursivo 3, organizamos as sequências discursivas em três subseções, a saber: a subseção A reúne sequências discursivas em que aparecem as designações “manifestação pública” e “manifestação política”; a subseção B analisa sequências discursivas em que “manifestação” aparece de forma geral ou também para referir protesto; a subseção C trata de “manifestação” como baderna.

Ao todo são dez SDs que compõem o recorte discursivo 3 e foram extraídas do texto do *site Memória Globo* e de transcrições dos vídeos de reportagens e de depoimentos dos profissionais da comunicação que trabalharam na emissora. A abordagem designação se dará pelo viés proposto por Mônica Zoppi-Fontana (1999) e pela noção de silenciamento proposta por Eni Orlandi (2007).

Passaremos, então, para a análise da SD 25 à SD 28, que compõem a subseção A do recorte discursivo 3.

RECORTE 3 – SUBSEÇÃO A: SENTIDOS DE POLÍCIA

Nesta subseção apresentamos quatro SDs consideradas representativas, do que temos chamado de sentidos de “polícia”, de acordo com Rancière (1996), em que aparece na designação “manifestação pública” e “manifestação política” do sujeito inscrito no discurso-outro, no caso, a FD do discurso jornalístico, completamente impregnado de saberes da FD governista-militar. Analisamos o funcionamento desta FD a partir do que consideramos fazer parte de sua constituição. Dessa forma, apresentamos as análises das substituições de designações dos apontamentos do jornalista em três subseções separadas, a partir dos quais podemos melhor compreender a questão dos deslizamentos de sentidos, as relações de paráfrase e o apagamento, uma espécie de despolitização. Passaremos, então, às SDs da subseção A:

SD 25: Nos meses seguintes, **a campanha começou a ganhar fôlego nas ruas**. Em 27 de novembro de 1983, ocorreu a **primeira manifestação pública expressiva a favor das Diretas**. Foi uma **feira-comício** organizada no estádio do Pacaembu, em São Paulo, pelos partidos de oposição. Como era um domingo, o Fantástico cobriu o **evento**. Em matéria de um minuto e 17 segundos, os telespectadores foram informados sobre o **show de música** e sobre discursos de representantes da igreja católica, das entidades estudantis e dos partidos políticos. (TEXTO DO SITE).

SD 26: Em Minas Gerais, a principal **manifestação** ocorreu no dia 24 de fevereiro. No Jornal Nacional, numa matéria de um minuto e meio, foram mostrados os preparativos para o **evento** e imagens do **comício**, que contou com a **participação de diversos artistas** e políticos de oposição. (TEXTO DO SITE).

SD 27: Primeira **manifestação pública expressiva a favor das Diretas**. Foi uma **feira-comício** organizada no estádio do Pacaembu, em São Paulo, pelos **partidos de oposição**. (REPORTAGEM Fantástico 27/11/83 - 1min16seg).

SD 28: VT (REPÓRTER ERNESTO PAGLIA): Mais a tarde, milhares de pessoas vieram ao centro de São Paulo para, na Praça da Sé, se reunir num **comício** que pediu eleições diretas para presidente. **Não foi apenas uma manifestação política**. Na abertura, **música**, com frevo do cantor Moraes Moreira. A Praça da Sé e todas as ruas vizinhas estão lotadas. No palanque, mais de 400 mil pessoas. Deputados, prefeitos e muitos **artistas**: Christiane Torloni, Regina Duarte, Irene Ravache, Chico Buarque, Milton Gonçalves, Esther Góes, Bruna Lombardi, Alceu Valença, Fernanda Montenegro, Gilberto Gil. (REPORTAGEM JN 25/01/84 - 2min18seg).

As sequências discursivas desta subseção do recorte 3 têm uma regularidade, a determinação para a designação de comício como manifestação pública e política. Comício não é só festa, como no recorte 2, subseção A, ou festa política, como no recorte 2, subseção B. Lembrando que política, segundo Rancière (1996, p. 47), “[...] é a prática na qual a lógica do traço igualitário assume a forma do tratamento de um dano,

onde ela se torna o argumento de um dano principal que vem ligar-se a tal litígio determinado na divisão das ocupações, das funções e dos lugares”. Dessa forma, é pelo reconhecimento de que há desigualdades, há os “sem-parcela” e há os possuidores dessa que se faz política, tentando minimizar essas arestas.

Na SD 25, em “a primeira manifestação pública expressiva a favor as Diretas”, encontra-se a justificativa da Rede Globo para a realização da reportagem, ou seja, o crédito à manifestação foi pelo público expressivo, justificando, dessa maneira, a sua divulgação. A campanha havia crescido de tal forma que já não era possível ignorá-la. Era a pressão popular começando a provocar efeitos nos meios de comunicação controlados pelo regime ditatorial.

Percebemos nessa SD que o deslizamento de sentidos continua ocorrendo, como podemos observar no enunciado “foi uma **festa-comício** organizada no estádio do Pacaembu...” e “como era um domingo, o Fantástico cobriu o **evento...**”. Da mesma maneira, “festa-comício” e “evento” vêm relacionados a atividades como shows de música e, em seguida, ao envolvimento dos representantes da Igreja Católica e de entidades estudantis, para, somente no final, mencionar os partidos políticos. Observamos ainda que o tempo curto da reportagem e a colocação dos partidos em último lugar só atenuam a descaracterização da campanha. Entretanto, apoiamo-nos em Rancière, que afirma:

Espetacular ou não, a atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante (1996, p. 43).

A atividade política, de fato, sempre vai ser política. Não importa o local de ocorrência e as circunstâncias, pode ser num bar, numa festa ou show de música. O que a caracteriza é a capacidade de reconfigurar o espaço social e a ordem estabelecida. Rancière a chama de “polícia”, e o movimento das diretas tinha essa característica. Entretanto, as condições de produção do período ditatorial levaram a Rede Globo deslizar o sentido político para o espetáculo do entretenimento.

Cabe destacar que a emenda foi apresentada na Câmara pelo deputado em 2 de março de 1983, e somente em 29 de março desse mesmo ano é que foi assunto de

reportagem no *Jornal Nacional* da Rede Globo, com duração de apenas 2 minutos e 17 segundos, produzida pelo então repórter Antônio Britto. O tempo pode ser considerado ínfimo se relacionado à duração total do telejornal, cerca de 40 minutos. Atentando para o fato de que as eleições diretas poderiam pôr fim a um regime ditatorial que já durava vinte anos no país, dedicar apenas 2 minutos e 17 segundos para o assunto é realmente não dimensioná-lo.

A referida reportagem contextualizava o propósito da campanha e as divergências que haviam surgido dentro do próprio PMDB: enquanto muitos apoiavam a emenda Dante de Oliveira, outros políticos, mais conservadores, preferiam negociar a emenda governamental para eleições diretas somente a partir de 1988.

Na seção *Erros*, esse é o primeiro vídeo que faz referência à emenda e à campanha *Diretas Já*; no entanto, o segundo foi divulgado no portal em 27 de novembro de 1983, quase oito meses depois. Chama a atenção ainda que no texto introdutório do vídeo, de onde foi extraída a SD 25, a expressão *ganhar fôlego* ganha dimensão, levando-nos a pensar em efeitos de subjetividade. O evento passa a ter então não só um lugar no jornalismo, mas também um lugar nas ruas, que num regime ditatorial pode ser lido/entendido como um ato de resistência.

Assim, como explica Zoppi-Fontana (1999, p. 212), “[...] é em relação às outras designações com as quais se encontram em relação parafrástica no arquivo que as designações fixam seu objeto de referência”. De outra forma, a relação parafrástica festa-comício e sua ocorrência predominantemente nas reportagens e em textos do *site* Memória Globo permite traçar o percurso desse deslizamento de sentido. Dividida entre a pressão popular com risco de perda de audiência e a pressão dos militares com risco de censura, cortes em sua verba publicitária e até o fim da concessão pública, a Globo divulga mais os elementos que não davam a dimensão política ao evento e, de certa forma, enfraquecia a campanha. Essa postura só muda quando os saberes do povo manifestados nas ruas eclodem, não sendo mais possível contê-los.

Contudo, nesta subseção o esvaziamento do político não é integral, pois as duas designações apareceram juntas na forma de “festa-comício”, conforme observamos na SD 26. O funcionamento da expressão representa uma mudança de posicionamento da emissora, que de certa forma está menos identificada com o regime militar. Neste trabalho é preciso recrutar a noção de formação discursiva em função das identificações, contraidentificações e desidentificações para entender os modos como os sujeitos se

identificam com os saberes de uma ou outra formação discursiva, tomando uma posição a partir das posições-sujeito.

Sendo assim, ao dizer “festa-comício”, o sujeito-jornalista tanto pode ser interpelado pela FI da FD governista-militar quanto pode ser interpelado por outra FD, uma vez que “festa-comício” pode ser entendida como celebração de um acontecimento histórico dentro da política brasileira por se tratar de um evento que reivindicava justamente a mudança no sistema de governo, ou seja, o fim da ditadura e o retorno dos direitos democráticos da população brasileira. Isso pode ser assim entendido porque as diretas foram um marco histórico no período de redemocratização do país e se constituíram como um acontecimento histórico e político bastante significativo, dadas as suas condições de produção, já exploradas no primeiro capítulo deste trabalho.

A posição-sujeito das SDs 25 e 26 é de apagamento do político, e está dentro da FD jornalística embora traga saberes de outro campo de saber para dentro da FD jornalística. Tais saberes diferentes são de domínio discursivo da FD governista-militar, cuja representação se dá pela designação “festa”. Esse é um caso de movimentação da posição-sujeito de apagamento do político dentro da FD jornalística.

A própria questão da organização dos partidos políticos implica o surgimento dessa posição-sujeito que questiona a política governamental. Quando houve a liberação do pluripartidarismo e a constituição de uma oposição mais declarada ao governo militar, resultando na apresentação da emenda parlamentar que reivindicava a instauração das eleições diretas para presidente, novos saberes passaram a circular e fazerem sentido naquela formação social. Por conseguinte, a interdição desses sentidos que impediam seu registro na memória social também foi se dissolvendo e permitindo sua incorporação.

Observa-se a preferência pelo termo “manifestação pública” na SD 27 em vez de manifestação popular. Algo público é do conhecimento de todos, mas “popular” vem de povo, dá ideia de força coletiva, de união em torno de um desejo. Assim, “manifestação pública” permanece dentro do que pode e deve ser dito na FD do regime militar. Se a emissora optasse por “manifestação popular”, outros sentidos estariam funcionando na expressão. Se a ditadura restringia o processo de participação popular, era porque a união do povo ameaçava a estabilidade do regime.

Trata-se de um silenciamento local, ou seja, de uma interdição. Segundo Orlandi (2007, p. 76), “assim concebida, a censura pode ser compreendida como a interdição da

inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas”. Exatamente o caso desta SD, pois se “popular” remetia à FD da democracia, esta expressão não poderia estar presente nos meios de comunicação. É o caso em que o sujeito “[...] se obriga a dizer ‘x’ para não deixar dizer ‘y’” (2007, p. 81).

De acordo com Orlandi (2007, p. 99), o silenciamento é um poder da chamada “língua-de-espuma”: “[...] uma língua ‘vazia’, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam”. Por isso, essa é a língua falada pelos militares durante a ditadura.

Sem qualquer referência às Diretas, a chamada polêmica matéria referente ao comício realizada na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro, exibida no *Jornal Nacional*, não dá a ideia, nem de longe, do que ocorreu na Praça da Candelária naquele feriado. A referência às diretas só acontece na metade do VT, na SD 12, quando a real motivação do comício é citada: pedir eleições diretas para presidente da República.

O que se observa de comum entre a SD 25 e a SD 28 é que em ambas o sujeito do discurso, embora mencione o comício, mescla as informações ao evento político. O tom festivo, a presença de artistas (da Rede Globo) e os músicos, na SD28, entretanto, justificam a razão do comício: “pedir eleições diretas para presidente”.

Ao enunciar, na SD 28, que “não foi apenas uma manifestação política”, incluem-se outras razões para a reunião de “mais de 400 mil pessoas”, como música, frevo do cantor Moraes Moreira, ou seja, diversão. No entanto, é preciso dizer que uma manifestação política nem sempre remete à política, como explica Rancière:

Uma mesma coisa – uma eleição, uma greve, uma manifestação – pode dar ensejo à política ou não dar nenhum ensejo. Uma greve não é política quando exige reformas em vez de melhorias ou quando ataca as relações de autoridade em vez da insuficiência dos salários. Ela o é quando reconfigura as relações que determinam o local de trabalho em sua relação com a comunidade. O lar pôde se tornar um lugar político, não pelo simples fato de que nele se exercem relações de poder mas porque se viu arguido no interior de um litígio sobre a capacidade das mulheres à comunidade (1996, p. 45).

Lembrando que a política é a atividade que tem por princípio a igualdade enquanto pressuposição, ou seja, a política não é a simples luta pelo poder, mas a divisão mais justa das parcelas entre sem-parcelas e os possuidores dessas. A SD 28 é um caso de manifestação política na essência do termo, pois trata da união dos sem-parcela, daqueles que não tinham voz, reivindicando espaço, provocando mudanças ao externar a voz dos silenciados.

Cabe registrar que após essa reportagem a Globo foi acusada por grande parte do povo que participava dos comícios pelas diretas de ser tendenciosa e se mostrar favorável ao regime. Se antes não havia divulgação da campanha quando as *Diretas Já* passaram a integrar os telejornais da emissora, o seu objetivo/propósito foi distorcido. Nesse período, surgiu o famoso bordão que ainda hoje é utilizado ao se falar da Rede Globo: “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”.

A designação de *comício* também pode ser observada pelo determinante discursivo *manifestação*, como na SD 26. Contudo, mesmo que a designação seja de manifestação que remete à revolta, à insatisfação, ocorre também o deslizamento para o tom festivo. Nessa SD permeia a ideia de que a manifestação era um comício, mas ao destacar primeiramente a presença de diversos artistas há o indício de que o “evento” seria festivo. Assim, a multidão que a campanha mobilizava ganha destaque, mas o sentido novamente não é o político. Resgatamos, então, os deslizamentos de sentidos para a manifestação no quadro a seguir.

Quadro-síntese 6: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 3 subseção A

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
25	Sujeito jornalista	Historiador	Apagamento do político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar. Movimentação em direção à forma-sujeito da FD jornalística.	festa-comício; manifestação pública	comício
26	Sujeito jornalista	Historiador		Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar	manifestação; evento	comício
27	Sujeito jornalista	Jornalista político		Inscrição na FD jornalística com atravessamento de saberes da FD governista-militar	manifestação pública; festa-comício	comício
28	Sujeito jornalista	Jornalista político		Inscrição na FD jornalística com	manifestação política;	comício

				atravessamento de saberes da FD governista-militar. Movimentação em direção à forma-sujeito da FD jornalística.	comício; música; artistas	
--	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------	--

Fonte: A autora.

Os sujeitos do discurso das SDs analisadas nesta seção se inscrevem na posição-sujeito de apagamento do político na FD jornalística. Entretanto, como já referido anteriormente, tal posição-sujeito é marcada por uma movimentação interna que ora a identifica mais com a forma-sujeito da FD jornalística, ora a identifica mais com a forma-sujeito da FD governista-militar. No caso desta seção, o emprego de palavras como “campanha”, “diretas”, “manifestação pública”, “manifestação”, “manifestação política”, “evento”, associadas a “festa-comício”, “música”, “artistas” e “show de música” não marcam um deslizamento completo de sentidos para o entretenimento. Assim, os sujeitos das SDs 25 a 28 ocupam a posição de apagamento do político no movimento de aproximação da forma-sujeito da FD jornalística, uma vez que existe a preocupação dos profissionais em não descaracterizar totalmente a campanha do seu sentido político.

Nas SDs 25 e 26 o sujeito retorna ao ocorrido na cobertura realizada pela Globo agindo *como se* fosse um historiador, pois o uso da terceira pessoa cria a ilusão de apagamento do lugar social empírico do qual este sujeito enuncia. Assim, nas SDs 25 e 26 o sujeito se inscreve no lugar discursivo de historiador. Nas SDs 27 e 28 novamente os sujeitos jornalistas se inscrevem no lugar discursivo de jornalista político.

Já na subseção B, as SDs 29 a SD 32 tratam da determinação manifestação no sentido geral ou de protesto.

RECORTE 3 – SUBSEÇÃO B: MANIFESTAÇÃO OU PROTESTO?

Nesta subseção, a designação de manifestação ganha um sentido geral, desliza para a expressão pública de opiniões coletivas e, por vezes, de protesto, espaço de reclamação. Dessa forma, vão ser empregados na análise os conceitos de paráfrase e de processo discursivo, abordados por Pêcheux (2012a); o conceito de formações

imaginárias (PÊCHEUX, 1993a); os conceitos de não pessoa discursiva e de quarta pessoa discursiva, abordados por Indursky (1992); as definições de polícia e política em Rancière (1996).

SD 29: O Jornal Nacional cobriu os preparativos para as manifestações nas duas cidades e, com entradas ao vivo em seu noticiário, deu as últimas informações sobre os **eventos**. (TEXTO DO SITE antes da reportagem de Goiânia 12/04/84).

SD 30: Deputado Pedro Correia do PDS de Pernambuco: Quando ele (o presidente) me, se mostrou muito tranquilo. Hoje, inclusive, estava de muito bom humor e me disse que respeitaria as **manifestações populares**, apenas ele estava preocupado que dentro **dessas manifestações, manifestações pacíficas** como as que ocorreram ontem à noite aqui em Brasília, que essas **manifestações** pudessem, alguns **grupos mais radicais**, tanto de esquerda como de direita, pudessem se infiltrar entre **esses manifestantes** e promover a **baderna**. (JN de 25/04/1984 - 11min33seg).

SD 31: Então nós fomos lá para cima, que era uma **distância prudente**. (corte de imagem). Havia uma **grande animosidade** né. Os **manifestantes**, é, ficavam **agressivos** mesmo né. É, a Isabela Assunção, colega nossa, esteve até recentemente na empresa, jornalista, repórter, ela estava cobrindo um **comício desses**, se não me engano talvez tenha sido o mesmo **comício**, se não me falha a memória, e **o carro dela quase foi virado, quase foi depredado, o carro da Globo onde ela estava trabalhando** (corte de imagem). (DEPOIMENTO ERNESTO PAGLIA - 3min20seg).

SD 32: Se por um lado segmentos da sociedade pressionavam a Rede Globo para se engajar nas manifestações pelas Diretas, por outro a emissora vinha sendo pressionada pelos militares a não cobrir os eventos. (TEXTO antes da reportagem de 16/02/84).

O texto da seção que antecede os vídeos referentes aos comícios pelas diretas em Goiânia (12/04/84) e em Porto Alegre (13/04/84), cujo recorte é a SD 29, trata os dois eventos como manifestações no sentido geral.

Apesar de serem dois grandes comícios, a emissora insiste na designação “manifestação” na SD 29. Quando não trata os comícios como festa popular, reduz sua dimensão, tratando-os como manifestações. Além disso, a SD 29 demonstra que o *Jornal Nacional* cobriu “os preparativos”, deixando a desejar na cobertura do acontecimento dos próprios comícios.

Uma entrevista com o deputado Pedro Correia do PDS de Pernambuco (partido que estava alinhado com o regime militar) revela que a designação “manifestação” vem do próprio governo da época na SD 30. Nessa SD fica evidente o assujeitamento do deputado à ideologia dominante, do governo militar. A SD 30 é atravessada pelo discurso-outro, que é do presidente da República na época. Isso corrobora a afirmação de Pêcheux: “[...] *o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados” (1995, p. 133, grifo do autor).

A entrevista integrou uma reportagem do *Jornal Nacional* no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril de 1984. Nesse caso, a designação não foi empregada apenas para diminuir o movimento, mas para relacioná-lo à “baderna”. Na entrevista, o deputado contava uma conversa que havia tido com o presidente da República João Figueiredo.

Analisemos o que diz Pêcheux sobre os processos discursivos:

[...] o essencial da discursividade seria compreender na tensão contraditória entre a relação paradigmática de substituição que tende em direção à estabilização da forma lógica e a existência de relações de deriva e de alteração entre sequências que podem, ao mesmo tempo, conectarem-se por sintagmatização ou substituírem-se sob a base das ligações evocadas (2012a, p. 172).

Assim, a estabilização de formas lógicas como “manifestação” podem produzir efeitos de sentido diversos em outras formulações.

“Distância prudente”, “Grande animosidade”, “Manifestantes ficavam agressivos” são expressões da SD 31 que remetem não apenas ao protesto, mas ao vandalismo e à violência. Chama a atenção nessa SD a recorrência do “né”, que mostra a relação do sujeito-jornalista com o outro. O jornalista busca a aprovação do outro, a sua concordância. Esse outro não é simplesmente o operador da câmera que gravava o depoimento, mas a direção da emissora e o próprio público a que a seção *Erros* se destina. Apesar de ser uma marca da oralidade, o “né” funciona convocando a adesão do outro ao discurso proferido. A adesão e a aprovação da fala poderiam, de certa forma, atenuar o sentimento de culpabilidade pelas acusações de negligência e omissão do jornalista na reportagem sobre o comício da Praça da Sé em São Paulo, cujo sentido desliza diretamente para festa.

“Nós”, na mesma SD (31), é um “nós” inclusivo: o repórter não fala somente de sua experiência pessoal enquanto sujeito-jornalista, mas da experiência da emissora na cobertura. Assim, não é apenas o repórter que temia a “animosidade” e que considerava os manifestantes “agressivos”. Esse é o posicionamento institucionalizado da emissora sobre o comício da Praça da Sé. De acordo com Indursky, “[...] *na interlocução discursiva, a não-pessoa discursiva corresponde ao referente lexicalmente não-especificado, ao qual eu associa-se para constituir nós*” (1992, p. 64, grifos da autora). Dessa forma, o emprego da terceira pessoa do plural é indeterminante, pois se associa a

referentes diversos. Na SD 31 pode representar o repórter e os colegas de profissão ou a emissora enquanto instituição.

Associar um “**comício desses**” à depredação do carro de outra jornalista é reiterar que os comícios eram manifestações ou protestos que reuniam desordeiros e que representavam uma ameaça à sociedade pela violência dos “manifestantes”.

No texto que antecede a reportagem do *Jornal Nacional* de 16 de fevereiro de 1984, sobre uma passeata pelas Diretas no Rio de Janeiro, cujo recorte é a SD 32, a Rede Globo tenta se justificar com argumentos de dar espaço à campanha em seus telejornais. No entanto, a referida “reportagem” não passava de uma nota de apenas 24 segundos, lida pelo próprio apresentador do telejornal Cid Moreira enquanto eram mostradas imagens da passeata. Nessa SD, retirada do texto de justificativa, a designação de manifestação volta a ocorrer.

Na SD 32 o “outro” são os segmentos da sociedade, o “eu” e o “nós” aparecem diluídos no institucional no nome da emissora, o que Indursky (1992) chama de quarta pessoa, pelo efeito de impessoalidade que produz, “ou seja, não há inclusão do outro nessa forma de representação. Através dela, o sujeito representa-se como se fosse o outro” (1992, p. 78). Na SD 32 a Globo se refere a si mesma de “a Rede Globo” e “a emissora”. Dessa forma, a aparente ausência de sujeito é uma ilusão. Conforme Indursky, “[...] através da quarta pessoa discursiva é construído o efeito de *palavra única, final e verdadeira* que aparentemente não provém de um EU e, por conseguinte, não pressupõe a interlocução [...]” (1992, p. 81, grifo da autora). A SD 32, extraída do texto do *site*, trabalha a costura da inserção dos vídeos com a justificativa de que o erro na condução da cobertura das diretas não foi intencional e planejado. Por esse motivo, é preciso criar o efeito de verdade e de credibilidade para com os leitores.

A imagem que a emissora faz de si mesma – IA (A) –, na SD 32, é de vítima, pois se coloca como alvo de pressões antagônicas (da sociedade e do governo militar). Ao mesmo tempo que se faz de vítima, a Globo também revela a formação imaginária do telespectador da emissora – IA (B) –, que remete ao exemplo de Pêcheux (1993a, p. 83) na AAD 69: “Quem é ele para que eu lhe fale assim”. Essa imagem do telespectador é de alguém que nas condições de produção da cobertura não soube compreender os conflitos e as pressões ocasionadas pelo regime militar, mas que na atualidade em outras condições de produção pode entender e isentar a emissora da antiga acusação de erro. As condições de produção são determinantes para o estabelecimento das formações

imaginárias, porque, segundo Pêcheux (1993a, p. 86), “[...] em um estado dado das condições de produção de um discurso, os elementos que constituem este estado não são simplesmente justapostos, mas mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo”.

Os comícios organizados politicamente foram rebaixados a manifestações esporádicas da forma como houve a designação na SD 32. Ainda chama a atenção que entre dois lados conflitantes a Globo escolhe o lado que se contrapõe ao povo, ou seja, dos militares em razão da censura.

A SD 33 foi extraída do texto de justificativa da Rede Globo que antecede a inserção do vídeo da reportagem mais polêmica dessa cobertura do dia 25 de janeiro de 1984, que trata das comemorações do aniversário da cidade de São Paulo e inclui um comício das diretas como parte da programação.

Os comícios se transformaram em “manifestações” e era por esse motivo que só figuraram nos telejornais locais, ou seja, a Globo não creditava à informação sua verdadeira dimensão. Noticiar apenas nos telejornais locais é uma forma de abafar o assunto e, ao mesmo tempo, argumentar que teve espaço na programação da emissora. Entretanto, se havia manifestações, havia também política. Conforme Rancière,

existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada (1996, p. 40).

As manifestações, dessa forma, representavam o grito daqueles que “não têm o direito de serem contados”, porque não têm o direito de votar, de escolher seu presidente da República e não são livres para manifestarem seu pensamento. Havia política e justamente por haver política em cada manifestação pelas diretas, num primeiro momento, as manifestações não foram pautadas em rede nacional pela emissora com receio de represálias do regime militar.

No depoimento de Roberto Marinho, presidente das organizações Globo na época, na SD 33 fica evidente que a “paixão popular”, na verdade, era a pressão da população pela divulgação de informações sobre os comícios e sobre a campanha.

O “fator de inquietação nacional” que Roberto Marinho temia só poderia ser o levante dos brasileiros contra a ditadura, o que deixaria a emissora numa situação bastante desconfortável. As concessões de rádio e TV são públicas e dependem do governo no país, além disso havia uma fatia de verba publicitária generosa em jogo. A perda de qualquer um desses fatores poderia impactar fortemente a Globo.

Quadro-síntese 7: Determinação/designação e apagamento de sentidos do político no recorte 3 subseção B

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
29	Sujeito jornalista	Historiador	Jornalista	Inscrição e identificação com os saberes da FD jornalística	manifestação; eventos	Comício
30	Sujeito da política	Político	Defesa do regime	Inscrição e identificação com os saberes da FD governista-militar	manifestações populares; manifestações; baderna	Comício
31	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição e identificação com os saberes da FD jornalística	agressivos; grande animosidade	Manifestantes
32	Sujeito jornalista	Historiador	Jornalista	Inscrição e identificação com os saberes da FD jornalística	eventos	Comício

Fonte: A autora.

Os determinantes discursivos expostos no quadro remetem à recorrência do termo “manifestação”, ora substituído por “comício”, ora por “evento”. Tais expressões, apesar de evidenciarem um deslizamento de sentido na sua designação, são da ordem política. Mesmo que a campanha *Diretas Já* passe por um silenciamento na cobertura televisiva da Rede Globo, o político continua irrompendo e se fazendo presente. Rancière (1996, p. 42) define política como uma atividade “[...] que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir

de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela”. A ruptura dessa configuração é manifestada por diversas ações que reconfiguram o espaço dos sem-parcela e das parcelas. É o que acontece com a campanha *Diretas Já*. Embora a emenda Dante de Oliveira não tenha sido aprovada no Congresso, a movimentação política foi decisiva para a redemocratização do país e a reconfiguração da formação social brasileira. As tentativas de silenciamento do político não calaram as vozes daqueles que insistiam ser ouvidos. O político sempre encontrava uma brecha para se estabelecer.

Os sujeitos do discurso das SDs 29 e 32 se inscrevem na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista e ocupam o lugar social de jornalista, mas através do discurso relatado em terceira pessoa ocorre a simulação de um distanciamento da emissora, *como se* fosse um historiador, contando a história da cobertura e buscando oficializar essa versão. Já na SD 31 o sujeito se inscreve na posição-sujeito de jornalista e no lugar discursivo de fonte jornalística, pois retorna ao acontecimento para dar a sua visão dos fatos *como se* fosse uma fonte, um personagem que ajuda a emissora a contar a sua história da cobertura. As duas SDs têm em comum as condições de produção diferentes daquelas da cobertura das Diretas.

Por sua vez, na SD 30, extraída do depoimento do deputado da base governista Pedro Corrêa, o sujeito inscreve-se na FD governista-militar na posição-sujeito de defesa do regime. O lugar social desse sujeito coincide com a inscrição no lugar discursivo de político.

A seguir, o recorte 3 da seção C refere-se à determinação do manifesto com a designação baderna nas SDs 33 e 34.

RECORTE 3 – SUBSEÇÃO C: MANIFESTAÇÃO COMO BADERNA

Nesta subseção apresentamos duas SDs que marcam o deslizamento de baderna para as designações comício e manifestação.

SD 33: A Globo registrou esses comícios pelas Diretas nos seus telejornais locais. Naquele primeiro momento, as **manifestações não entraram nos noticiários de rede por decisão de Roberto Marinho.** O presidente das Organizações Globo **temia que uma ampla cobertura da televisão pudesse se tornar um fator de inquietação nacional.** “Mas a paixão popular foi tamanha que resolvemos tratar o assunto em rede nacional”, afirmou ele em matéria publicada na revista *Veja* de 5 de setembro de 1984. (TEXTO DO SITE).

SD 34: Lá em cima do prédio, vigésimo e tanto andar, lá e cima, bem distante **daquela turba enfurecida** né e eu dizia algo assim e como no fim da tarde, 1,5 milhão de pessoas se reuniram aqui na Praça da Sé para pedir a volta das Diretas, um **comício** para pedir eleições diretas para presidência. Ponto. (DEPOIMENTO ERNESTO PAGLIA - 3min20seg)

A SD 33, conforme o sujeito do discurso, pressupõe que a decisão de Roberto Marinho em não incluir as manifestações seria um gesto de pacificação, já que “o presidente das Organizações Globo **temia que uma ampla cobertura da televisão pudesse se tornar um fator de inquietação nacional**”. “Inquietação nacional” faz ecoar na memória sentidos de confusão, de bagunça. O funcionamento dessa determinação para “comício” e “manifestação” convoca outros sentidos, como conflito de interesses entre os manifestantes e o regime militar, revolta popular.

Observamos ainda na SD 33 que, ao dizer “**a Globo registrou esses comícios pelas Diretas nos seus telejornais locais**”, a posição que o sujeito-jornalista se inscreve representa distanciamento em relação ao acontecimento *Diretas Já*. “**Esses comícios**”, entretanto, também podem representar o modo como esse sujeito se inscreve na história das Diretas, mais especificamente na instituição em que trabalha, ou seja, a Rede Globo. O lugar discursivo, como afirma Grigoletto (2008, p. 54), tem a ver com a inscrição “[...] no lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder [...]”. Assim, o lugar discursivo do sujeito do discurso na SD 33 está relacionado a condições de produção diferentes da época em que a cobertura das diretas foi realizada, pois o texto para o *site Memória Globo* só foi divulgado com o projeto a partir de 2004. O sujeito do discurso, dessa forma, vive em condições de produção diferentes das da campanha numa formação social democrática e tenta justificar a abordagem da cobertura das Diretas escolhida pela emissora para instaurar uma nova memória, com novos efeitos de sentido. Quando opta por dizer “esses comícios” em vez de “os comícios”, o sujeito-jornalista poderia tratar com certo desdém o movimento, confirmado pela expressão “telejornais locais”, ou seja, as notícias sobre os comícios não tinham relevância o suficiente para serem divulgadas em rede nacional. A imagem que a emissora faz do referente do discurso, IA(R), a campanha pelas Diretas é desqualificativa.

Na SD 34 novamente o sujeito-jornalista faz uso do “né” para buscar no interlocutor a compreensão e o entendimento, visando diminuir o sentimento de culpa pelo erro na cobertura.

Em relação ao funcionamento do determinativo “daquela turba enfurecida” para referir a manifestação do povo na SD 34, observamos que a posição do sujeito-jornalista é de distanciamento ainda maior, pois o que chama atenção é que esse relato, durante a construção do projeto *Memória Globo* a partir de 2004, é justamente do mesmo sujeito jornalista que realizou a cobertura do comício de 25 de janeiro de 1984, ou seja, tudo isso aconteceu antes de a matéria, relacionando o comício à festa de aniversário de São Paulo, ser exibida. Vale registrar que a população que lutava pela democracia já estava decepcionada com a cobertura que a Globo vinha realizando sobre a campanha.

A expressão nominal “turba” é empregada para designar multidão desordenada em busca de justiça pelas próprias mãos. Esse modo de referir a multidão que tomava as ruas pedindo eleições diretas ecoa em forma de discurso-transverso outros efeitos de sentidos, que, geralmente, vêm ligados às manifestações populares de pobres urbanos, de rebeliões, de tumultos. Pelo interdiscurso, outros efeitos de sentidos funcionam nessa materialidade, os quais remetem a pessoas nas ruas fazendo arruaça e saques, promovendo quebra-quebras. O interdiscurso também remete aos grupos chamados de *black blocs*. Esses grupos usam máscaras para esconder o rosto e questionam a ordem vigente. Geralmente manifestam-se contra o capitalismo e a globalização, atacando fachadas de agências bancárias e de empresas multinacionais.

Nesse caso, ao falar sobre o movimento, observa-se que o sujeito-jornalista se mostra mais identificado com a formação discursiva governista militar e menos com a proposta das *Diretas Já*, que não só reivindicava o direito de eleger o presidente da República, como também o direito de expressão e a redemocratização do país.

Sobre democracia, apoiamo-nos em Rancière (1996, p. 103): “A democracia é a instituição de sujeitos que não coincidem com partes do Estado ou da sociedade, sujeitos flutuantes que transtornam toda representação dos lugares e das parcelas”. Assim, os manifestantes lutavam pelo pertencimento para deixarem de ser massa amorfa e vazia.

Se o povo, as massas, ocupava esse não lugar, ou um lugar flutuante, conforme Rancière, é porque o regime militar assim determinou, já que “a polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes” (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

Sobre a SD 34 ainda, a justificativa de o profissional não levar em conta todo o teor da referida reportagem que anunciou em sua chamada, o comício é como parte da programação festiva em alusão ao aniversário de São Paulo.

Nessa seção vê-se que a designação “comício” como “manifestação” deslizou tanto para o enfraquecimento do sentido político de campanha, uma vez que a manifestação tem uma dimensão, paradoxalmente, “não disciplinada”, como é o comício (Quadro 8).

Quadro-síntese 8: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 3 subseção C

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
33	Sujeito jornalista	Historiador	Jornalista	Inscrição e identificação com os saberes da FD jornalística	comícios, manifestações, fator de inquietação nacional	Comícios
34	Sujeito jornalista	Fonte jornalística		Inscrição na FD jornalística com atravessamento e aproximação de saberes da FD governista-militar	turba enfurecida	Manifestantes

Fonte: A autora.

Nas SDs 33 e 34 observamos os sujeitos do discurso inscritos na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista. O jornalista sujeito do discurso na SD 33 utiliza os recursos jornalísticos para relatar o que levou a não cobertura do início da campanha em rede nacional. Todavia, o sujeito da SD 34 movimenta-se dentro da FD jornalística distanciando-se de sua forma-sujeito histórica e aproximando-se de saberes de uma FD antagônica, a governista-militar, tendo em vista que ainda ronda na formação imaginária desse sujeito o perigo do “bando vermelho comunista”, impedindo a tão sonhada “ordem e progresso” no país.

Embora estejam inscritos na mesma posição-sujeito, os sujeitos de ambas as SDs inscrevem-se em lugares discursivos diferentes. O sujeito da SD 33 enuncia do lugar social de jornalista identificado à ideologia da emissora, mas também se inscreve no lugar discursivo de historiador. Isso acontece porque, segundo Grigoletto (2008, p. 56),

“[...] ao passar do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito é afetado pelo inconsciente, tendo a ilusão, muitas vezes, de que é possível produzir um apagamento do seu lugar social”. Assim, o sujeito tem a ilusão de que ao utilizar a terceira pessoa para falar da emissora a que pertence apaga sua inscrição nesse lugar social e age *como se* fosse um historiador, relatando sobre a cobertura das Diretas com o devido distanciamento.

Já na SD 34 o sujeito ao dar seu depoimento para o portal, mais de vinte anos após a cobertura, inscreve-se num lugar discursivo que denominamos de “fonte jornalística”, pois relata a sua participação na cobertura das Diretas. O jornalista dá seu depoimento *como se* fosse um personagem da história relatada pela Globo.

As duas sequências têm em comum o fato de serem originadas em condições de produção diferentes daquelas da cobertura das Diretas. Mudando as condições de produção, mudam também as formas de os sujeitos se relacionarem com a formação discursiva e com as posições-sujeito.

A seguir abordaremos as sequências em que o político não foi totalmente apagado da cobertura.

3.4.2 O jornalismo político e os comícios

As notícias sobre a campanha *Diretas Já* veiculadas pela Rede Globo tiveram um enfoque determinante, já abordado neste trabalho, que caracterizou os comícios como festas populares; no entanto, o político não foi totalmente silenciado. Em alguns momentos, especialmente na fala de entrevistados e em trechos de discursos políticos dos comícios, o sentido político estava marcado linguisticamente. Embora nos momentos em que a política rompia o “logicamente estabilizado” da cobertura, era tratada de forma superficial e descontextualizada.

O jornalismo, mesmo sob a censura, não podia omitir informações essenciais sobre o acontecimento *Diretas Já*. Baseando-se nessas passagens da cobertura, a emissora, anos mais tarde, construiu sua defesa admitindo uma cobertura mais tímida no portal *Memória Globo*.

Nesse recorte foram feitas oito subseções. A subseção A, que vai da SD 35 à SD 38, traz “comício” com designações que recaem em diferentes domínios de saber.

RECORTE 4 – SUBSEÇÃO A: COMÍCIO E DIFERENTES SABERES EM DIFERENTES DOMÍNIOS

Nesta primeira subseção do recorte 4 percebemos que a designação “comício” é feita de forma diferente a partir de saberes e domínios diversos.

SD 35: APRESENTADOR CELSO FREITAS: Hoje o Rio de Janeiro parou. Um comício de mais de 4 horas de duração reuniu uma multidão no centro da cidade. O comício começou as quatro da tarde e continua até agora. **É a maior manifestação popular da história política do Brasil. O comício pede eleições diretas para presidente.** (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ NO RIO DE JANEIRO EM 10/04/84 - 1min04seg – PRIMEIRA PARTE).

SD 36: PRESIDENTE EM EXERCÍCIO AURELIANO CHAVES: Isso é muito importante. **Na medida em que esse comício transcorrer num clima de tranquilidade ele tem uma representatividade grande porque é uma grande concentração popular, extremamente expressiva, do povo que se manifesta de uma maneira clara a respeito de um assunto que está sendo objeto de deliberação do Congresso Nacional.** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 37: GOVERNADOR JOSÉ RICHÁ DO PARANÁ: **Depois de um comício como esse eu acho que alguma coisa tem que acontecer, não é possível toda esta manifestação no Brasil inteiro culminando com um comício de mais de um milhão de pessoas, as coisas continuem como estavam.** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 38: ULYSSES GUIMARÃES: **Esse comício entrou para a história.** Mais do que a minha palavra é o que revelou a televisão, as fotografias. **Amanhã isso vai ser manchete no mundo inteiro, na América Latina, em todo o mundo civilizado. Um comício de um milhão faz história em qualquer parte do mundo, em qualquer época.** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

Percebe-se nas sequências discursivas que comício move saberes em domínios diferentes: a imprensa, o governo militar e as Diretas. A inserção num ou noutro domínio é definida pelo funcionamento da referenciação e afetada pela emergência de saberes do povo.

Na SD 35 o comício ora é indeterminado (um comício), ora vem determinado (o comício), “a maior manifestação popular da história política do Brasil” e novamente “o comício”. Sendo o “comício” o sujeito gramatical, no enunciado “**É a maior manifestação popular da história política do Brasil**” está pressuposto na sua exterioridade, extradiscursivamente, e é referido pela predicação.

De acordo com Indursky, “[...] *os determinantes linguísticos saturam o nome, dando-lhe uma referência atual que o qualifica a ocupar uma posição lexicalmente*

identificada com um lugar referencial e a exercer funções semânticas e sintáticas no enunciado” (1997, p. 177, grifo da autora). No entanto, essa concepção de determinação linguística não é suficiente para a AD. Nessa teoria, conforme já dissemos, trabalhamos com a concepção de determinação discursiva. Assim, para Indursky, “um adjetivo justaposto a um substantivo funciona como *modificador de sua extensão*, contribuindo para ampliar-lhe a *compreensão*, limitando-lhe a *extensão*, já que sua *referência virtual* pode ser por demais genérica” (1997, p. 177, grifos da autora).

Dessa forma, a predicação “a maior manifestação popular da história política do Brasil” remete à determinação discursiva, pois relaciona o dizer à FD em que o sujeito do discurso se inscreve, no caso, à FD jornalística, pois é um enunciado que “vende” a notícia, que justifica a sua relevância para a divulgação.

No texto de justificativa da seção *Erros* (SD 35), antes da exibição do vídeo sobre o comício da Candelária, no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1984, a emissora admite que a abertura ocorreu somente após a campanha “empolgar definitivamente o país”. Cabe salientar que a campanha havia começado ainda em 1983, mas que ganhou destaque apenas a 15 dias da votação da emenda, que ocorreu no dia 25 de abril, e a notícia do comício em questão foi dia 10 de abril. Nessa SD identificamos uma das poucas vezes em que o posicionamento do sujeito jornalista é diferente do posicionamento da emissora.

A reportagem da Candelária traz a posição aparentemente dissidente da do governo militar quanto aos comícios da campanha, como mostra a SD 36. Naquele dia (10 de abril de 1984), na ausência do presidente João Figueiredo, o vice-presidente em exercício, Aureliano Chaves, sujeito do discurso, reconheceu à Rede Globo a dimensão da campanha. Aureliano destacou a representatividade e a “grande concentração popular, extremamente expressiva”, registrando que deveria ser levada em consideração, caso transcorresse sem badernas e “num clima de tranquilidade”. No entanto, ao final da declaração, a identificação com os saberes da FD governista-militar é bastante forte, uma vez que a aprovação da emenda das diretas não dependia das manifestações de apoio da população, mas do voto dos congressistas. Esta SD é um exemplo do funcionamento da política e não do político, uma vez que exclui a participação popular e o exercício da cidadania, e isso não é democracia.

Ainda em relação à SD 36, “Isso”, “esse comício”, “grande concentração popular”, “extremamente expressiva”, “um assunto” são “pistas” linguísticas que

apontam para a dêixis enunciativa, e referem, de acordo com Indursky (1997), à chamada “não pessoa”, ou seja, de quem se fala. Sabemos que o objeto do discurso é o comício por eleições diretas na Praça da Candelária no Rio de Janeiro. “Isso” e “esse comício” revelam um distanciamento do sujeito do objeto do discurso, ao passo que “grande concentração popular” e “extremamente expressiva” são predicções do sujeito gramatical “comício”. A adjetivação se caracteriza novamente como um determinante discursivo, pois “[...] é uma das categorias que promovem a *identificação do dito com a FD que afeta o sujeito da sequência discursiva*” (INDURSKY, 1997, p. 177, grifos da autora).

Assim, a SD 36 marca a inscrição do sujeito da política (presidente em exercício Aureliano Chaves) na posição-sujeito de reconhecimento das manifestações populares na FD governista-militar. Ao se distanciar dos saberes do domínio discursivo das Diretas, especialmente ao utilizar a expressão “um assunto” para referir-se à campanha, o sujeito da política não reconhece o que dá legitimidade àquele saber que está se constituindo nas ruas e emana do povo, ou seja, a luta por eleições diretas, pelo retorno do sistema democrático, mais especificamente, pelo fim da ditadura. “Objeto de deliberação do Congresso Nacional” comprova o não reconhecimento dos saberes do povo e o tratamento das diretas como um assunto legislativo.

Contudo, o universo logicamente estabilizado do governo de continuidade é rompido pelo sujeito da política, como se observa na SD 37. O engajamento desse sujeito (José Richa) na campanha *Diretas Já* é revelado em sua fala, que demonstra a grande expectativa de que os brasileiros criaram pela emenda das diretas.

“Um comício como esse”, “toda essa manifestação no Brasil inteiro”, “um comício de mais de um milhão de pessoas” são determinações discursivas cuja predicção remete ao domínio discursivo das diretas, pois revela a grandeza do movimento. Na SD 37 podemos identificar o funcionamento discursivo da negação no enunciado “não é possível toda esta manifestação no Brasil inteiro culminando com um comício de mais de um milhão de pessoas, as coisas continuem como estavam”. Conforme Indursky (1997, p. 213), “[...] a *negação* é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, podendo indicar a existência de operações diversas no interior do discurso em análise”. Aqui não interessa analisar a negação na língua, mas o seu funcionamento discursivo.

Quando o sujeito ocupa um lugar social em que discursivamente pode e deve dizer o que diz, a predicação é afirmativa. Todavia, na FD das Diretas, a continuidade da ditadura militar estava dentro daquilo que não pode e não deve ser dito, caracterizando uma predicação negativa. Indursky destaca que existem três operações de negação: “[...] a negação **externa**, que incide sobre o que *não pode* ser dito no interior da FD1; a **negação interna**, que incide sobre o que pode, mas não convém ser dito neste domínio de saber e a **negação mista**, que mobiliza as duas modalidades anteriores numa única operação de negação” (1997, p. 215, grifos da autora).

Com base nos estudos de Indursky (1997, p. 216), podemos dizer que a negação presente na SD 37 é externa, pois “[...] estabelece fronteiras entre discursos ideologicamente antagônicos”. A forma “não” rejeita o discurso-outro de uma FD contrária a das diretas, a FD governista-militar. “Não é possível” expressa aversão aos saberes do domínio dos militares. O sujeito do discurso nem concebe a possibilidade desse discurso transversal. Por isso, além de ser uma negação externa, também é uma modalidade de negação do discurso do outro.

O deputado federal do PMDB Ulysses Guimarães foi um dos principais nomes da luta por eleições diretas. No depoimento que constitui a SD 38, o sujeito do político compromete a emissora a dar ampla cobertura ao comício, pois se no “mundo inteiro”, “em todo o mundo civilizado” ele iria ser manchete, qual emissora brasileira de televisão teria a audácia de não divulgá-lo? O sujeito faz referência ao arquivo documentado pela “televisão”, pelas “fotografias”, o que remete à memória institucionalizada, oficial, e que evidencia a função de porta-voz possibilitada pela mídia. Conforme Pêcheux (1990, p. 17), o porta-voz se expõe a uma “dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um ‘nós’ em formação e também em contato imediato com o adversário exterior”. Assim, o sujeito fala em nome de todos os apoiadores do movimento, mas também aponta para a função de porta-voz exercida pela mídia na sociedade, reiterando o papel de tornar pública toda a informação documentada referente ao comício.

“Esse comício”, “isso” e “um comício”, diferentemente das SDs 35 e 36, não são apenas um modo de referir o comício de forma distanciada, mas a referenciação de um acontecimento político importante para a história do país. É a predicação do sujeito gramatical “comício” que possibilita esse gesto de interpretação, pois ao dizer que o

“comício entrou para a história” e “faz história em qualquer parte do mundo e em qualquer época”, o sujeito do discurso altera a designação de comício para um acontecimento histórico. Tal alteração acontece porque há uma mudança de domínio discursivo nas SDs 37 e 38, cuja determinação discursiva passa a inseri-las na FD das Diretas. De acordo com Indursky, através da determinação discursiva “[...] é construído um referente discursivo determinado pela FD que afeta o sujeito da referida construção [...]” (1997, p. 178, grifo da autora). Por isso, a autora propõe pensar a determinação discursiva enquanto efeito da posição-sujeito. A determinação discursiva é evidenciada, como vimos nas SDs, pela materialidade linguística que aponta para a posição que o sujeito ocupa no discurso e para o domínio discursivo a que pertence.

Os sujeitos do discurso das SDs desta subseção já passam a considerar os comícios como eventos políticos, embora de forma distinta, conforme as posições-sujeito e as formações discursivas em que se inscrevem. O posicionamento desses sujeitos é diferente porque os saberes da FD jornalística, da FD das Diretas e da FD governista-militar também são diversos.

Acompanhe no quadro:

Quadro-síntese 9: Posicionamento dos sujeitos do discurso no recorte 4 subseção A

SD	35	36	37	38
Sujeito discursivo	Sujeito jornalista	Sujeito da política	Sujeito da política	Sujeito da política
Lugar discursivo	Jornalista político	Político	Político	Político
PS	Jornalista político	Reconhecimento das manifestações populares	Luta pela democracia	Luta pela democracia

Posicionamento dentro da PS	<p>A predicação de “comício” remete à determinação discursiva e relaciona o dizer à FD jornalística, pois é um enunciado que justifica a sua relevância para a divulgação. A PS, dessa forma, está próxima da forma-sujeito da FD jornalística</p>	<p>Os elementos da dêixis revelam o distanciamento do sujeito ao objeto do discurso, mas a predicação de “comício” demarca uma movimentação da PS em direção aos saberes do povo, à campanha <i>Diretas Já</i></p>	<p>A negação indica que o sujeito do discurso nem concebe a possibilidade do discurso transversal dos saberes da FD governista-militar. A PS está alinhada com a forma-sujeito da FD das Diretas.</p>	<p>A predicação de “comício” altera a designação de comício para um acontecimento histórico e revela que esta PS está bem próxima da forma-sujeito da FD das Diretas</p>
Marcas Linguísticas	<p>“a maior manifestação popular da história política do Brasil”</p>	<p>“Isso”, “esse comício”, “grande concentração popular”, “extremamente expressiva”, “um assunto”</p>	<p>“Não é possível”</p>	<p>“comício entrou para a história”, “faz história em qualquer parte do mundo e em qualquer época”</p>

Fonte: A autora.

As três principais formações discursivas deste trabalho foram identificadas nas SDs analisadas nesta subseção, quais sejam: a FD jornalística, a FD governista-militar e a FD das Diretas. Observamos que o sujeito da SD 35 se inscreve na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista político. A SD 36 marca a fala do presidente em exercício e a inscrição do sujeito na FD governista-militar. Entretanto, a posição-sujeito de reconhecimento das manifestações populares na qual está inscrito não é plenamente identificada com a forma-sujeito da FD governista-militar. Os saberes do povo na FD das Diretas já começam a provocar fragmentação na FD governista-militar e em sua forma-sujeito. Conforme Indursky (2008, p. 27), “quando certos dizeres, até então interditados em uma determinada FD, são apropriados, incorporados ao saber, ocorre

um reordenamento/modificação/estranhamento muito intensos nos seus dizeres e nos seus sentidos”. Por ser conflitante com os saberes da FD governista-militar, essa nova posição-sujeito caracteriza um acontecimento enunciativo.

As entrevistas do governador José Richa e do deputado Ulysses Guimarães, SDs 37 e 38, representam o acontecimento discursivo *Diretas Já*, uma vez que os sujeitos se inscrevem na FD das Diretas na posição-sujeito de luta pela democracia. Os saberes do povo ainda são ignorados, mas as Diretas ganham voz através dos políticos na emissora, que busca neles a legitimidade do movimento. Como já referimos anteriormente, a Globo parecia não entender o significado do povo nas ruas e não reconhecer que a população fosse capaz de se manifestar politicamente.

Quanto aos lugares discursivos dos sujeitos do discurso das SDs analisadas nesta subseção, percebemos a concomitância entre o lugar social e o lugar discursivo de político nas SDs 36, 37 e 38. Na SD 35 o apresentador Celso Freitas enuncia do lugar empírico de jornalista, mas ao incorporar discursos do domínio político se inscreve no lugar discursivo de jornalista político.

O próximo recorte, denominado recorte 4, subseção B, da SD 39 à SD 52, trata das eleições diretas com essa designação e com o sentido de fim da ditadura.

RECORTE 4 – SUBSEÇÃO B: ELEIÇÕES DIRETAS E O FIM DA DITADURA

Mais que apontar para o político, as SDs da seção B trazem determinantes discursivos cuja designação é menos afetada por deslizamentos e traz presente o sentido da campanha *Diretas Já*: o fim da ditadura militar.

SD 39: VT COM NARRAÇÃO DE REPÓRTER: Entrevistado 2 (caracterizado de palhaço): Esse aqui é o personagem, é o artista, **é o artista em prol das Diretas, em prol de qualquer coisa melhor pra vida, pro mundo, nós somos pessoas com vinte e poucos anos, portanto nós somos pessoas que não conhecem o que se chama eleição.** (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ NO RIO DE JANEIRO EM 10/04/84 - 7min31seg – SEGUNDA PARTE).

SD 40: MARCO ANTONIO MACIEL: Não há dúvida que **há um sentimento em todo o país em favor das eleições diretas** e para isso **não precisamos fazer plebiscito, consulta ou pesquisa porque já sabem qual é o pensamento do povo brasileiro** que é no sentido de restabelecer as eleições diretas e com isso nos reconciliarmos com nossa tradição constitucional e republicana. (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 41: REPÓRTER SAMUEL WAINER FILHO (ainda no comício): Você acha que **agora não tem jeito do Congresso rejeitar?**

GOVERNADOR DE SÃO PAULO FRANCO MONTORO: **Só se ele trair o povo.** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 42: TRECHO DO DEPOIMENTO DE JÔ SOARES NO COMÍCIO: **Não é só importante escolher o próximo presidente, mas essas eleições servem também pra desescolher uma porção de coisa que tá aí. Diretas Já** (balançando um lenço amarelo, cor símbolo das Diretas). (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 43: GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO, GÈRSON CAMATA: E nesta noite, nós aqui na praça, o povo brasileiro quer dizer que deseja um presidente coroado com este grande motivo de orgulho, o maior de um chefe de uma nação, **um presidente nascido do coração do seu povo, feito pela vontade da sua gente e nascido nas urnas livres** que nós queremos ver nas praças, nas ruas e nos colégios do Brasil. (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 44: GOVERNADOR DO PARANÁ JOSÉ RICHA: De dizer que o Brasil inteiro está unido, exigindo que, **o povo mostrando que é mais competente que o colégio eleitoral e que passe a tomar as decisões**, por isso Diretas Já meus irmãos, um abraço. (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 45: LULA (TRECHO DO DEPOIMENTO): **A gente pode começar a ter esperança de que as coisas nesse país comecem a mudar.** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 46: FRANCO MONTORO, GOVERNADOR DE SÃO PAULO: **Não haverá a solução para os nossos problemas se o povo brasileiro não escolher o seu presidente da República.** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 47: GOVERNADOR DE MINAS, TANCREDO NEVES: **De um povo pode ser exigir tudo: sofrimento, luta, sacrifício, só não pode se exigir deste povo é que ele renuncie a sua consciência cívica.** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 48: DEPUTADO ULISSES GUIMARÃES, PRESIDENTE DO PMDB: Chegou a hora de nós pronunciarmos uma palavra só, um monossílabo que é o universo de toda a nossa esperança e de todas as nossas reivindicações. **É um monossílabo da força de pai, mãe, fé que é sim, sim às eleições diretas já para presidente da República.** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 49: Repórter André Luiz Azevedo: Quer dizer que tá duro de arrumar um lugar aqui para pôr uma faixa né?

Entrevistado: Tá um pouco difícil. **Democracia é assim né, todo mundo quer dar o seu recado, então a gente precisa disputar o espaço.** (REPORTAGEM JN COMÍCIO VALE DO ANHANGABAÚ EM SP - 16/04/1984 - 9min35seg).

SD 50: Repórter André Luiz Azevedo: Os grupos vão chegando em pequenas passeatas. **Os professores que estão em greve hoje esqueceram suas reivindicações salariais e, cantando, pediam para votar.** – Diretas Já, Diretas Já. (REPORTAGEM JN COMÍCIO VALE DO ANHANGABAÚ EM SP - 16/04/1984 - 9min35seg).

SD 51: Off: Repórter feminina (com blusa amarela, cor das Diretas): Até o final da manhã, as galerias ainda não estavam lotadas e **apesar dos discursos empolgados da sessão de hoje, em nenhum momento o público se manifestou, a não ser quando o deputado Airton Soares do Partido dos Trabalhadores denunciou a presença de policiais federais entre as pessoas sentadas aqui nas galerias.** No mais, **as manifestações vinham sempre daqui de baixo, dos próprios parlamentares.** (REPORTAGEM JN VOTAÇÃO DA EMENDA EM BRASÍLIA - 25/04/1984 - 11min33seg).

SD 52: VT Repórter Sônia Pompeu com os gritos dos manifestantes ao fundo (“**abaixo a emergência, diretas com urgência!**”): **Toda essa gente aqui quer acompanhar a votação, são estudantes universitários e secundaristas, representantes dos sindicatos dos professores e dos médicos.** Eles estão aqui desde às 7h da manhã na tentativa de entrar no salão negro para acompanhar desde já as discussões do plenário pelo menos pelo alto falante. Enquanto esperam a resposta dos líderes da oposição, já gritam palavras de ordem pelas diretas já e contra as medidas de emergência. Manifestantes: “**O povo unido, jamais será vencido**”. (REPORTAGEM JN de 25/04/1984 - 11min33seg).

O debate político era introduzido majoritariamente pelos entrevistados das matérias, como na SD 39. É muito significativo um participante do comício vestido de palhaço conceder entrevista à emissora. Provavelmente, a entrevista buscava pelo enfoque festivo, já analisado nas seções anteriores. Pois, como observa Pêcheux (2012c, p. 19-20), “[...] é o acontecimento jornalístico e da mass-media que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente (o veredito das cifras, a evidência das tabelas) e profundamente opaco”. Entretanto, a fala do entrevistado afeta a ilusão de transparência e aponta para o opaco, ou seja, para o contexto político da época, quando os jovens que nasceram sob a dominação do regime militar não conheciam as eleições, não sabiam o que era a democracia. Além disso, segundo o entrevistado, a fantasia de palhaço representava o apoio dos artistas à campanha *Diretas Já*, ou seja, ao movimento que lutava pelo restabelecimento da democracia no país. Por outro lado, não se pode ignorar as perseguições, os sumiços de pessoas, assim como o papel dos censores em nome da “ordem”, nesse caso, estar fantasiado de palhaço pode ser lido/entendido como proteção da identidade de muitos dos manifestantes.

A SD 40, extraída do depoimento do então senador Marco Antônio Maciel, da reportagem do *Jornal da Globo* de 10 de abril de 1984, parece trazer forte a identificação do sujeito da política com o político. Há, contudo, um distanciamento deste se levado em conta que o político inclui exercício da cidadania, participação popular e liberdade de pensamento, sobretudo quando se busca apagar o dissenso, as contradições. Ao dizer conciliação “com nossa tradição constitucional e republicana” não significa romper com o continuísmo, pelo contrário, pode estar fortificando os saberes da FD governista-militar. De olho nas eleições presidenciais, Marco Maciel fazia parte do grupo político que apoiava o regime – o mesmo partido de Maluf (PDS) – , mas colocava-se como um nome mais próximo dos anseios da população, convergindo para uma relação diplomática entre povo e governo.

Percebe-se que a reportagem inicia com depoimentos de políticos favoráveis ao regime, para só depois introduzir a fala dos apoiadores das eleições diretas. Tal estratégia é a tentativa de criar universos logicamente estáveis. Sobre isso Pêcheux explica (2012c, p. 31): “[...] todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação [...]”. É pelo que se precede que se constrói o efeito de transparência do sentido.

Aquela multidão de um milhão de pessoas que participou do comício da Candelária no Rio em 10 de abril de 1984 seria suficiente, conforme Montoro, para pressionar a aprovação da emenda. O sujeito da política que assume o lugar social de governador de São Paulo segue ainda mais enfático (SD 41). Ele faz uma prospecção do futuro, pois sabe que a repressão era muito forte e nem todo sujeito da política se arriscaria pela mudança. O povo foi, sim, traído. O Congresso não aprovou a emenda que previa eleições diretas. Esse é um dos poucos exemplos de manutenção da pergunta do repórter na divulgação de trechos de entrevistas. Pelo tempo de 13 minutos e 18 segundos, foi possível construir uma reportagem diferenciada, apesar de o horário da divulgação ter uma abrangência de público substancialmente menor que o *Jornal Nacional*.

A pergunta do jornalista Samuel Wainer Filho vai ao encontro do posicionamento da emissora: a campanha das diretas cresceu, empolgou e pressionou a divulgação da Globo, portanto, também haveria de pressionar os congressistas.

A SD 42 traz o depoimento do sujeito da imprensa, na época apresentador e humorista da Rede Globo. Se, conforme Guimarães (2005, p. 76), “as referências vão construindo a designação, que é assim instável”, o termo “desescolher” remete à escolha (forçada) do regime militar a ser desfeita com aprovação das eleições diretas à República, o que pressupõe o retorno da democracia e o fim da ditadura. Dos políticos que falaram até então, um artista é que deu o depoimento mais incisivo contra o regime militar, embora não o fizesse com todas as letras.

A mesma reportagem também incluiu a SD 43, recortada do discurso do governador do Espírito Santo Gérson Camata. “Urnas livres” não remete apenas às diretas, mas aí está funcionando a manifestação do desejo de restauração da democracia com o fim da ditadura militar.

A crítica ao regime está presente também no discurso do governador do Paraná José Richa (SD 44), quando afirma ser “o povo mostrando que é mais competente que o

colégio eleitoral e que passe a tomar as decisões”, porque considera as eleições indiretas feitas no colégio eleitoral sem resultados, bons governantes.

O fim da ditadura está latente no discurso do político e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (SD 45): “Começar a ter esperança de que as coisas nesse país comecem a mudar” indica as eleições diretas como primeiro passo para a mudança de todo o sistema. “As coisas”, nesse caso, seria as consequências por se ter na administração política o que aponta para a existência de sujeitos identificados à formação ideológica da FD governista- militar e para a existência do sujeito da política inscrito em outra FD. Trata-se de uma correlação de força não só em relação entre regimes (totalitário ou democrático), mas também entre os sujeitos da política.

O discurso do governador de São Paulo tem o mesmo caráter, como pode ser observado na SD 46: “A solução para os nossos problemas” é o fim da ditadura e os problemas seriam a desigualdade social, a dívida pública e a crise financeira que assolava o país no período.

Os enfrentamentos e a dura repressão do regime são timidamente evocados por Tancredo Neves em seu discurso na SD 47: “Sofrimento, luta, sacrifício” era o cenário do Brasil no período militar. Tancredo aponta que essas são reações naturais e o que não é natural é a renúncia da “consciência cívica”, que naquelas condições de produção seria o direito ao voto, o direito de escolher seus representantes.

Apesar de o repórter fazer essa introdução à fala de Ulysses, não foi bem do assunto que ele tratou (SD 48). A fala em questão somente reforçou o apoio às diretas. Nessa mesma reportagem, o jornalista André Luiz Azevedo tem uma lição de democracia de um participante do comício (SD 49). A pergunta tentava induzir uma resposta descontextualizada e despolitizante sobre o evento, mas o que o repórter não esperava era que o entrevistado retornasse justamente ao político, dizendo que “democracia é assim, né, todo mundo quer dar o seu recado, então a gente precisa disputar o espaço”. Essa ilusão de controle do sentido da pergunta do repórter é chamada de “fantasma da ciência régia” “[...] que vem, em todos os níveis, negar esse equívoco, dando a ilusão que sempre se pode saber do que se fala [...]” (PÊCHEUX, 2012c, p. 55).

O mesmo repórter aproveitou para tocar em outro assunto: a greve dos professores (SD 50). Será mesmo que os professores esqueceram suas reivindicações salariais? Ou os grevistas estavam no comício para reafirmar suas pautas e apoiar as

eleições diretas? Ouvem-se, no final do trecho, os professores em coro gritando “Diretas Já”, mas o repórter não entrevistou nenhum professor, nem sobre a greve, nem sobre suas reivindicações salariais e muito menos sobre o comício.

Entretanto, a neutralização e o enfraquecimento do caráter político da campanha, como todo real, também tinha seus “furos” e “escapadas”. No dia da votação da emenda das diretas, em 25 de abril de 1984, a Rede Globo acompanhou a movimentação no Congresso. Numa reportagem de 11 minutos e 33 segundos, exibida no *Jornal Nacional*, um dos VTs é conduzido por uma repórter vestida de amarelo, a cor das diretas (SD 51).

Como “[...] não há identificação plenamente bem sucedida [...]” (PÊCHEUX, 2012c, p. 56), a profissional, ao usar a cor amarela, se coloca como apoiadora da campanha. A blusa amarela que vestia representa um ponto de falha, de equívoco, diante do efeito de linearidade construído pela emissora. A narração da repórter aponta para a existência de policiais à paisana acompanhando e vigiando as manifestações durante a votação. Afinal, ainda se vivia sob o controle dos militares, e em uma ditadura tudo precisava ser monitorado.

Os militares apertaram o cerco contra os manifestantes e apoiadores das Diretas. Ao final da campanha e no dia de votação da emenda, o governo decretou medidas de urgência que previam a censura mais severa aos meios de comunicação e repressão mais violenta. A população, que estava empolgada com os comícios e com a campanha, já não tolerava mais cerceamentos da liberdade, como comprova na SD 52, retirada da mesma reportagem. No grito dos universitários, dos estudantes, professores e médicos, estava o grito da maioria dos brasileiros que clamavam pelo retorno pleno da democracia. As medidas de emergência figuraram entre as palavras de ordem: “Abaixo a emergência, Diretas com urgência!”. A urgência só dependia do voto favorável dos políticos ligados ao governo.

Os depoimentos dos políticos de oposição ao regime funcionam como discursos-transversos nessa discursivização. Sobre esse conceito, Pêcheux explica que “[...] *o interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*” (1995, p. 167, grifo do autor). Assim, o discurso instaura o diferente, uma outra voz.

Quadro-síntese 10: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte

4 subseção B

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
39	Sujeito do povo		Luta pela democracia	Identificada à FD das Diretas	“Diretas”; “qualquer coisa melhor pra vida”	eleições diretas
40	Sujeito da política	Político	Aderência ao movimento	Desidentificação com a FD governista-militar e identificação com a FD das Diretas	“eleições diretas”; “tradição constitucional e republicana”	eleições diretas
41	Sujeito jornalista / Sujeito da política	Jornalista político/ Político	Jornalista político/ Luta pela democracia	As duas posições-sujeito estão identificadas com as respectivas FDs em que se inscrevem (FD jornalística e FD das Diretas)	-----	-----
42	Sujeito jornalista	Político	Luta pela democracia	Identificada com a FD das Diretas	“Diretas Já”	eleições diretas
43	Sujeito da política	Político	Luta pela democracia	Identificada com a FD das Diretas	“urnas livres”	democracia
44	Sujeito da política	Político	Luta pela democracia	Identificada com a FD das Diretas	“Diretas Já”	eleições diretas
45	Sujeito da política	Político	Luta pela democracia	Identificada com a FD das Diretas	-----	-----
46	Sujeito da política	Político	Luta pela democracia	Identificada com a FD das Diretas	-----	-----
47	Sujeito da política	Político	Luta pela democracia	Identificada com a FD das Diretas	-----	-----
48	Sujeito da política	Político	Luta pela democracia	Identificada com a FD das Diretas	“eleições diretas”	eleições diretas
49	Sujeito jornalista	Jornalista político/ político/	Jornalista político/ político/	As duas posições-sujeito	-----	-----

	/ Sujeito da política	Fonte jornalística	Luta pela democracia	estão identificadas com as FDs em que se inscrevem (FD jornalística e FD das Diretas)		
50	Sujeito jornalista	Jornalista político	Jornalista político	Identificada com a FD jornalística	-----	-----
51	Sujeito jornalista	Jornalista político	Aderência ao movimento	Desidentificação com a FD jornalística e identificação a FD das Diretas	-----	-----
52	Sujeito jornalista / Sujeito do povo	Jornalista político	Jornalista político/ Luta pela democracia	As duas posições-sujeito estão identificadas com as respectivas FDs em que se inscrevem (FD jornalística e FD das Diretas)	“Diretas Já”, “o povo unido jamais será vencido”	eleições diretas

Fonte: A autora.

Percebe-se que os saberes do povo que se constituíam nas ruas começam a provocar mudanças nos domínios discursivos jornalístico e governista-militar. Enquanto a população foi tomando as ruas e o movimento das Diretas, crescendo, a Globo passou a dar voz não só aos políticos dos palanques, mas ao próprio povo, trazendo entrevistas com os participantes dos comícios. A eclosão dos saberes em comícios de milhões também provocaram duas significativas rupturas e desidentificações.

A SD 40, na fala do então senador da base governista Marco Maciel (PDS), marca uma posição-sujeito dividida. O sujeito da política se identifica com a FD das Diretas, ocupando a posição-sujeito de aderência ao movimento ao romper com a FD governista-militar, e se desidentifica desta e de sua forma-sujeito. Tal ruptura está marcada linguisticamente pela expressão “nos reconciliarmos com nossa tradição constitucional e republicana”. Isso pode ter explicação nas pretensões políticas do senador, cujo nome era um dos indicados para as eleições indiretas à presidente da República. A posição-sujeito de aderência ao movimento é dividida porque não está plenamente identificada com a forma-sujeito da FD das Diretas, ao mesmo tempo em que ainda se aproxima de saberes da FD governista-militar.

O segundo caso de desidentificação é o da SD 51, na fala de uma jornalista da Globo (não identificada no vídeo). As marcas da desidentificação não estão na materialidade linguística. O rompimento com a FD jornalística é identificado pelo corpo, através da roupa de cor amarela que a jornalista veste, cor considerada símbolo da campanha. O sujeito jornalista demarcou uma opinião pessoal, revelando estar inscrito na FD das Diretas e em sua posição-sujeito dominante de luta pela democracia, por estar vestindo uma blusa amarela, a cor que representava o movimento *Diretas Já*, justamente na transmissão de informações sobre a votação da emenda no dia 25 de abril de 1984, quando muitos políticos de oposição usavam gravatas na cor amarela para marcar seu posicionamento favorável à campanha. A desidentificação da FD jornalística acontece porque o sujeito jornalista se identifica com a forma-sujeito da FD das Diretas, também na posição-sujeito de aderência ao movimento.

As duas desidentificações ocorrem pelo viés do acontecimento discursivo, pois “[...] o sujeito do discurso rompe com um domínio de saber já instituído e com o qual estava identificado até então para identificar-se com um novo domínio de saber, que está em processo de constituição” (INDURSKY, 2008, p. 21).

Os sujeitos das demais SDs desta subseção estão inscritos na FD das Diretas na posição-sujeito de luta pela democracia. Cabe destacar que a SD 52 está identificada nessa posição-sujeito pelos gritos de ordem dos manifestantes que atravessam a transmissão ao vivo da votação da emenda na Globo.

Percebemos que nas SDs 40, 43, 44, 45, 46, 47 e 48 os lugares empíricos e discursivos são similares e os sujeitos do discurso, políticos de oposição e da base aliada do governo, se inscrevem no lugar discursivo de político, correspondente ao seu lugar empírico. Nas SDs 41 e 49 tem-se dois lugares discursivos, pois as SDs são constituídas tanto da fala do sujeito jornalista quanto de político e de popular entrevistado. Na SD 41 o repórter Samuel Wainer Filho enuncia do lugar empírico de jornalista, mas se inscreve no lugar discursivo de jornalista político ao incorporar/questionar saberes do domínio do discurso político. Nessa mesma SD, o governador de São Paulo, Franco Montoro, responde ao jornalista enunciando do lugar empírico de político e se inscrevendo no lugar discursivo similar de político.

Já na SD 49, ao entrevistar populares no comício, o sujeito jornalista André Luiz Azevedo se inscreve no lugar social de jornalista e no lugar discursivo de jornalista político. Por sua vez, o lugar social e o lugar discursivo do entrevistado são similares e

correspondem ao de fonte jornalística. O mesmo ocorre na SD 39 recortada de um trecho de uma entrevista com um popular vestido de palhaço que fala do lugar social de fonte jornalística e se inscreve do lugar discursivo homônimo.

O humorista e apresentador Jô Soares, na SD 42, apesar de enunciar do seu lugar social de humorista e apresentador, inscreve-se no lugar discursivo de político, pois enuncia *como se* fosse um político no comício. “O sujeito recorta o discurso-outro e o inscreve no fio do discurso” (GRIGOLETTO, 2008, p. 61). A inscrição é marcada pelas pistas linguísticas “importante escolher o próximo presidente”, “eleições” e “*Diretas Já*”.

Já nas SDs 50, 51 e 52 os sujeitos jornalistas ocupam o lugar social de jornalista, mas ao falarem sobre o discurso político incorporam seus elementos e se inscrevem no lugar discursivo de jornalista político, pois “[...] ao inscrever esses dizeres no interdiscurso, o faz de forma própria” (GRIGOLETTO, 2008, p. 65).

O próximo recorte, chamado recorte 3, seção C, traz apenas a SD 53, cuja designação das diretas é o movimento político.

RECORTE 4 – SUBSEÇÃO C: DIRETAS-MOVIMENTO POLÍTICO

Nesta subseção, o movimento das Diretas é determinado no plano político. Esse deixa de ser um movimento solto, ora determinado como festa, ora como público, ora como evento. Aqui os comícios não são somente eventos políticos, mas integram um movimento político maior em torno de eleições diretas.

SD 53: JURISTA SOBRAL PINTO: Este movimento não é contra ninguém. Este movimento é a favor do povo, é a favor da cidadania brasileira. Nós queremos que se restaure no Brasil o preceito do artigo primeiro, parágrafo primeiro da constituição federal: “todo poder emana do povo e em seu nome deve de ser exercido”. (REPORTAGEM JN COMÍCIO DAS DIRETAS JÁ NO RIO DE JANEIRO EM 10/04/84 - 7min31seg – SEGUNDA PARTE).

Quando se adentra no terreno político, revelam-se o medo e o clima de repressão instaurado pelos militares, como podemos observar na SD 53. A fala do jurista Sobral Pinto é bastante diplomática para conseguir burlar a censura e evitar a ira do regime. Quando ele diz que o movimento das diretas “não é contra ninguém”, é como se dissesse que não é contra os militares, pois em seguida argumenta que é “a favor do povo” e “da cidadania brasileira”. Os apoiadores das Diretas não queriam outros

governantes no poder, queriam que o poder de escolher esses governantes voltasse às suas mãos. Queriam que fossem respeitados os preceitos da Constituição Federal, cujo parágrafo 1º, artigo 1º, foi citado por Sobral em seu discurso.

A SD 53 é um caso de coexistência que Courtine (2009, p. 196) traz na fórmula “não é Y que P” e “fixa os limites da ‘aceitabilidade discursiva’”. Nessa fórmula, Y está marcado por “ninguém”, mas remete aos militares, e P é as Diretas, a redemocratização do país.

Quadro-síntese 11: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 4 subseção C

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinant e discursivo	Designação
SD 53	Sujeito do povo	Político	Luta pela democracia	Inscrição na FD das Diretas. Distanciamento da forma-sujeito.	“movimento”	Diretas Já

Fonte: A autora.

O sujeito da SD 53 está inscrito na FD das Diretas na posição-sujeito de luta pela democracia, embora a fala do jurista revele uma receosa diplomacia em virtude do regime militar. Assim, tem-se mais uma vez uma movimentação dentro de uma posição-sujeito. No caso da SD 53, a posição-sujeito não está plenamente identificada com a forma-sujeito da FD das Diretas, distancia-se levemente por medo de retaliações do regime militar. O lugar empírico do sujeito é o de jurista, embora ele se inscreva, mesmo que ilusoriamente, no lugar discursivo do político. A principal pista linguística que aponta para essa inscrição é a expressão “este movimento é a favor do povo”. Está funcionando aqui o que Grigoletto (2008, p. 60) define como “fenômeno de simulação”. O sujeito incorpora o discurso-outro que vem do domínio político, de tal forma que simula a sua prática discursiva.

O recorte 4, seção D, cujas SDs correspondem a 54 e 55, traz os determinantes democracia e liberdade com designação de respeito à ditadura.

RECORTE 4 – SUBSEÇÃO D: SENTIDOS DE LIBERDADE ASSOCIADOS AO RESPEITO À DITADURA

Um sentido estranho para a democracia é visto nas SDs 54 e 55 da subseção D. Para os políticos da base governista, o agir democrático está galgado no respeito às decisões autoritárias do regime militar.

SD 54: PAULO MALUF: Todos os **comícios**, todas as **manifestações populares** são **coisas da democracia** e eu acho que, **evidentemente**, dentro da democracia nós temos que **preservar a Constituição Brasileira** para que se as **eleições diretas vierem ou venham pelo Congresso em 1990**. (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 55: Deputado Nelson Marchezan: Bom, nós estamos evidentemente em contato para saber do andamento das **coisas aqui do outro lado**, sobretudo para **desfazer boatos** porque há **muitos boatos** circulando e gente interessada nisso. E o nosso interesse é que a **decisão do congresso** se realize num **clima de ampla liberdade**, de **ampla tranquilidade** e **total respeito** à decisão do congresso. Então nós estamos **exorcizando** todos aqueles que querem criar um **clima propício à desordem e aos choques**, que **nós não queremos, não desejamos**. (REPORTAGEM JN de 25/04/1984 - 11min33seg).

A SD 54 demonstra que o sujeito do discurso Paulo Maluf foi ainda mais incisivo: as manifestações populares não teriam inferência na decisão do Congresso, e as eleições diretas para presidente só ocorreriam em 1990, na desculpa de “preservar a Constituição Brasileira”. Ainda na visão de Maluf, as manifestações populares “são coisas da democracia”, o que pode ter um sentido pejorativo e soar como “na ditadura não existe esse tipo de baderna” e, ainda, caracterizar que são direitos do povo, desde que o povo não tenha participação efetiva na decisão dos rumos políticos da nação.

O interesse de Paulo Maluf na continuidade do regime era pessoal e político: o deputado figurava entre os nomes cotados a substituir o presidente João Figueiredo.

No entanto, o depoimento do líder do governo de João Figueiredo na Câmara dos Deputados, o deputado Nelson Marchezan (PDS), à equipe de reportagem do *Jornal Nacional* não sinalizava esse apoio, como demonstra na SD 55. A preocupação com o respeito à decisão do Congresso era porque Marchezan já sabia que a emenda das diretas seria derrotada. Então, era preciso assegurar a liberdade dos deputados de situação e de oposição votarem contra a emenda e não serem alvo da fúria da população que aguardava com ansiedade a votação do lado de fora do plenário. Quando ele diz que “há muitos boatos circulando e gente interessada nisso”, está se referindo à realidade: o governo não queria eleições diretas naquele momento para se articular e lançar

candidatos nas eleições diretas de 1988 (conforme emenda do próprio governo), criando um ambiente favorável para a manutenção do poder nas mãos do grupo que os militares apoiavam.

Ainda, “exorcizar”, no sentido religioso, é expulsar o demônio do corpo de alguém possuído por ele. Utilizando essa metáfora no discurso político, Marchezan era favorável à expulsão dos manifestantes mais rebeldes. Ele disse não desejar os choques, porém não hesitaria em comandar as tropas para um enfrentamento com esses manifestantes. Esse “exorcismo” também está presente no plano das ideias no terreno ideológico: o governo, desde a instauração do regime militar, sempre tentou eliminar pensamentos contrários aos seus interesses, utilizando-se da repressão policial, da censura, da violência, e obrigando muitos brasileiros a fugirem do país e a viverem exilados por anos em outros.

Quadro-síntese 12: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 4 subseção D

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação de democracia
54	Sujeito da política	Político	Defesa do regime	Inscrição e identificação com a FD governista-militar	“comícios”; “manifestações populares”; “coisas da democracia”	campanha Diretas Já
55					“boatos”; “decisão do Congresso”	eleições diretas

Fonte: A autora.

As duas SDs desta subseção, oriundas das falas de deputados da base do governo, estão identificadas com a FD governista-militar na posição-sujeito de defesa do regime. Os saberes do povo não provocam alterações na posição dos políticos que, discursivamente, ocupam o mesmo lugar correspondente ao lugar de social de onde enunciam, ou seja, o lugar de político.

O recorte 4, subseção E, abarca as SDs 56, 57 e 58 e apresenta comício com designação de acontecimento político.

RECORTE 4 – SUBSEÇÃO E: DIRETAS-ACONTECIMENTO POLÍTICO

O movimento *Diretas Já*, enfim, passa a ser considerado um acontecimento político. Entretanto, das três SDs desta subseção, apenas uma foi extraída nas condições de produção da realização da campanha e se refere ao discurso de um dos seus principais apoiadores, o governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola. As outras duas foram enunciadas mais de vinte anos depois, especialmente para a criação da seção Erros do portal de memória da Globo na internet.

SD 56: GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO LEONEL BRIZOLA: Bom, eu considero que foi um **grande acontecimento** que nos **orgulha**, nos enche de **conforto moral**, pela ordem que existiu, por tudo o que ocorreu aqui. A população do Rio de Janeiro realmente correspondeu ao que o Brasil estava esperando dela. (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 57: *Aquela palavra Diretas Já* e a emenda das diretas ela **polarizou**, ela **imantou**, ela **juntou toda aquela energia de mudança** que tava surgindo dentro da sociedade brasileira né. **Aquilo tudo** que tinha sido **abafado, reprimido, trancado** durante tanto tempo **explodiu**. Então a gente se deu conta que a gente não tava com um **acontecimento político importante**, a gente estava com um **acontecimento popular e emocional importante** que aquilo ali ia juntar gente e ia **botar fogo na situação**, não é. (DEPOIMENTO ANTÔNIO BRITTO - 5min52seg).

SD 58: A TV Globo, neste período, é, realizou um trabalho da **maior importância** para a **estabilidade do regime brasileiro**. Eu apenas como **protagonista menor desses acontecimentos** aqui dentro tenho consciência disso, que a TV Globo realizou nesse período um **trabalhão fundamental** para a **preservação** daquilo que nós havíamos **avanzado em termos democráticos**, daquilo que o **presidente João Figueiredo** havia avançado em termos de democracia **naquele conceito do Geisel de “lenta, gradual e segura”**. (DEPOIMENTO PEDRO ROGÉRIO - 3min39seg).

Esta subseção apresenta o entendimento, por parte do sujeito jornalista, de que a manifestação dos saberes do povo nas ruas é um acontecimento político, uma vez que põe em funcionamento “novas verdades” na memória social. O acontecimento político demarca a ruptura com um determinado modo de interpretação do contexto sócio-histórico para que uma nova forma de pensamento passe a fazer sentido dentro de uma formação social. Nas condições de produção da realização da campanha, por exemplo, a percepção da importância do movimento iniciou com os políticos de oposição, mas que só ganhou força quando o brasileiro foi às ruas.

Na SD 56 o sujeito da política que a princípio apoiava a prorrogação do mandato do presidente Figueiredo passa a engajar-se ao projeto político das Diretas. No lugar social de governador fala em “orgulho”, identifica-se com o sucesso do comício no Rio,

estado que ele governava. “Conforto moral” pode ser considerado como um aval da população para a luta pelo restabelecimento da democracia.

Entretanto, e sobretudo, é no depoimento dos profissionais para o portal de memória da Globo na internet, mais de vinte anos após a campanha, que o posicionamento da emissora pode ser mais bem determinado. O repórter na época, Antônio Britto, resume a atuação da Globo nas diretas na SD 57. Então não era um acontecimento político importante? Isso explica porque a Globo abordou a campanha pelo viés da espetacularização e do entretenimento, explorando a emoção do povo e dos artistas nos comícios. No entanto, o sujeito do discurso admite que a expressão *Diretas Já* reunia todo o anseio dos brasileiros por liberdade, por democracia e pelo fim da ditadura. E “se aquilo ali ia juntar gente e ia botar fogo na situação”, a emissora preferiu abafar o movimento e tentar evitar que essa chama se acendesse. Seu papel foi de extintor.

Entendemos que, ao dizer: “Então a gente se deu conta que a gente não tava com um **acontecimento político importante**, a gente estava com um **acontecimento popular e emocional importante**”, o jornalismo tratava diferentemente os saberes do mundo da política e os saberes da população. Nas palavras do sujeito jornalista, o que vinha da política mereceria crédito menor do que emanava das ruas. Se nas condições de produção das *Diretas Já* o sujeito jornalista rechaçava os saberes do povo, nas condições de produção da criação do portal Memória Globo, após acusações de que a Globo teria minimizado a campanha, esses saberes ganham relevância. Essa mudança de posicionamento pode ser representada pela formulação é x, mas é y também, ou seja, é acontecimento na política, mas, sobretudo, é político, porque mudou o pensamento sobre a forma como a sociedade estava organizada, provocando o anseio coletivo pelo retorno do sistema democrático.

O sujeito discursivo da SD 58 é ainda mais enfático em seu depoimento para o portal. Sim, a Rede Globo trabalhou em consonância com o governo para a estabilidade do regime, tentando impedir o retorno da democracia para assegurar a permanência de uma situação confortável e favorável à emissora, que recebia um alto volume de verbas publicitárias do governo e havia conquistado a concessão do seu canal de televisão, mesmo sob as acusações de utilizar capital estrangeiro em sua criação.

O enunciado “A TV Globo, neste período, é, realizou um trabalho da **maior importância** para a **estabilidade do regime brasileiro**” nos reporta à ideia de que a

televisão trabalha para a naturalização dos sentidos, então funciona como mecanismo de poder e controle, visto que, ao produzir o efeito de evidência, atua na constituição da memória social. Assim, as Diretas vêm desarranjar essa ordem que se procurava manter tanto no regime quanto na mídia.

Ao dizer “Eu apenas como **protagonista menor desses acontecimentos** aqui dentro tenho consciência disso”, o sujeito jornalista se isenta de qualquer responsabilidade dentro desse processo. A imagem que este sujeito faz de si mesmo é de um profissional que apenas cumpria ordens. É uma imagem que diminui a si mesmo, de desempoderamento. Em contrapartida, a imagem que o sujeito jornalista faz da emissora é de um veículo poderoso e influente, comprometido com os interesses do governo. Imagem identificada no enunciado “a TV Globo realizou nesse período um trabalho fundamental para a preservação daquilo que nós havíamos avançado em termos democráticos”. A sequência dessa passagem “daquilo que o **presidente João Figueiredo** havia avançado em termos de democracia **naquele conceito do Geisel de ‘lenta, gradual e segura’**” aponta para a imagem que o sujeito jornalista fazia do governo, que é de um governo democrático.

O uso de “desses acontecimentos”, “daquilo”, “daquele” indeterminam o movimento *Diretas Já*. Esses elementos de referência da dêixis enunciativa marcam o distanciamento do sujeito do discurso com o referente, ou seja, com as Diretas. O sujeito jornalista não reconhece o saber do povo, o saber do domínio das Diretas como legítimo.

Quadro-síntese 13: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 4 subseção E

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
56	Sujeito da política	Político	Luta pela Democracia	Inscrição e identificação com a FD das Diretas	“grande acontecimento”	comício

57	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição e identificação com a FD Jornalística. Atravessamento e aproximação dos saberes da FD das Diretas	“acontecimento político importante”, “acontecimento popular e emocional importante”	campanha Diretas Já
58	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição e identificação com a FD Jornalística. Atravessamento e aproximação dos saberes da FD governista-militar	“acontecimentos”	campanha Diretas Já

Fonte: A autora.

Observa-se que nesta subseção o acontecimento político é empregado para designar a campanha. Contudo, os sentidos dessa determinação se movimentam nas SDs analisadas. Na SD 56 o sujeito do discurso se inscreve na FD das Diretas na posição-sujeito de luta pela democracia. O sujeito da política produz um gesto de interpretação de que o acontecimento é necessário para o país. Há um desejo, uma torcida por sua ocorrência. Os lugares social e discursivo desse sujeito do discurso são coincidentes e correspondem ao lugar de político.

Já nas SDs 57 e 58 os sujeitos jornalistas inscrevem-se na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista. Entretanto, essa posição se movimenta substancialmente. Na SD 57 está mais identificada com saberes oriundos da FD das Diretas e na SD 58 está mais identificada com os saberes da FD governista-militar. Em ambos os casos o sujeito se contraidentifica, mas não rompe com sua FD de origem. Apesar de falarem sobre a cobertura vinte anos mais tarde, os sujeitos jornalistas enunciam do lugar social de jornalista. Entretanto, o lugar discursivo não corresponde ao social, pois os sujeitos enunciam como fontes jornalísticas da emissora e, portanto, se inscrevem no lugar discursivo de fonte jornalística.

Na sequência, o recorte 4, subseção F, cujas SDs correspondentes são 59 e 60, traz elementos que se referem ao período de crise como designação da ditadura militar.

RECORTE 4 – SUBSEÇÃO F: PERÍODO DE CRISE-DITADURA MILITAR

Foram raras as vezes que o noticiário sobre o regime militar, ou mesmo sobre a campanha das Diretas, abordou as dificuldades financeiras do país, a desigualdade social ou a crise política. A associação da ditadura militar à crise econômica e política é percebida em dois momentos na cobertura das diretas realizada pela Globo nas SDs 59 e 60.

SD 59: REPORTER (SONORA E IMAGENS DO COMÍCIO): **O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, criticou a inflação, o desemprego e a dívida externa.** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 60: GOVERNADOR DO RIO LEONEL BRIZOLA: **A democracia que queremos é aquela que vem a ser e representar uma convivência pluralista e generosa do povo brasileiro onde não haja nem banquetes, nem migalhas, onde não haja privilégios para uma minoria e a opressão e a miséria para a grande maioria do nosso povo.** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

A SD 59 insere a crise econômica na pauta das Diretas. O desemprego, a inflação e a dívida externa são, pela primeira vez, abordados em uma reportagem sobre a campanha. Mesmo introduzindo a crítica sob a responsabilidade do deputado Ulysses Guimarães, a repórter coloca em cena as grandes marcas do período ditatorial. Do jeito que a Rede Globo conduziu a cobertura, fazia crer que a campanha era estritamente pelas eleições diretas. Entretanto, muitas outras questões estavam interligadas, especialmente o fim da ditadura e a busca por melhores condições de vida. As marcas que referem a crise financeira são as formas nominais “a inflação”, “o desemprego” e “a dívida externa” e a forma verbal “criticou”. Essa SD também tem outra peculiaridade, representa uma das poucas situações em que o sujeito jornalista assume o dizer na cobertura das Diretas realizada pela Globo. Trata-se de um caso de discurso indireto livre, ou do chamado “discurso relatado indireto”. Indursky (1992, p. 291) explica que o discurso relatado indireto não tem compromisso: “Daí lhe advém não só a possibilidade de relatar parcialmente o discurso do outro, como também ele introduzir, em sua versão desse discurso, aspectos não-linguísticos”. O discurso relatado indireto pode ser formal e não-formal, com a diferença de que o formal se caracteriza por conter verbos introdutórios da fala do outro, como “criticou”, na SD 59.

“Convivência pluralista e generosa”, na SD 60, não é algo possível numa ditadura. Em primeiro lugar, o discurso do sujeito da política pede o fim do regime

militar e a volta da democracia. As denúncias de desigualdade ficam explícitas “onde não haja banquetes, nem migalhas, onde não haja privilégios para uma minoria e a opressão e a miséria para a grande maioria do nosso povo”. A minoria é o governo, os militares e seus apoiadores; a maioria sofre as mazelas da desigualdade e da má distribuição de renda, é a população brasileira trabalhadora, que não tinha a possibilidade de escolher seus representantes.

Ao contrário do que ocorrera na SD 59, na SD 60 a responsabilidade do dizer é do político e não mais do jornalista com a utilização do discurso direto (depoimento em vídeo). A Globo dá voz ao sujeito político. Nessa SD não identificamos referências apenas à crise econômica, mas a outras crises também, como a política e a social. “Democracia” e “convivência pluralista” são termos que remetem à crise política, pois não havia democracia. Esta precisava ser construída e constituída enquanto sistema no país. “Convivência pluralista” aponta para a convivência entre diferentes partidos políticos e para a própria alternância no poder. A crise também era política porque, apesar de haver um programa político de governo, na organização e na estrutura administrativa não havia a política no sentido original do termo, de governo do espaço público, ou seja, não havia política voltada para o povo.

A crise econômica é referida pelas expressões “banquetes”, “privilégios” e “minorias”, indicando as disparidades da sociedade brasileira na época. No entanto, muito além das crises econômica e política, o país vivia uma grave crise social, referida pelo sujeito do discurso na SD pelas expressões “migalhas”, “opressão”, “miséria”, “grande maioria”. Tais expressões revelam o abismo da desigualdade social do período ditatorial.

Chamam a atenção nessa subseção a desfocalização do tema Diretas e a abertura da discussão a respeito de outros assuntos intrínsecos ao regime militar e ao seu governo. Embora o país vivesse um período de forte crise, foram raros os momentos que esse assunto foi abordado nas reportagens.

Após a divulgação de notícias sobre o comício da Candelária, a Rede Globo disse ter sofrido ameaças dos militares, e nas duas reportagens sobre os dois comícios subsequentes, em Porto Alegre e em Goiânia, não explorou qualquer caráter político, sequer exibiu trechos dos discursos de políticos nos comícios.

Quadro-síntese 14: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte

4 subseção F

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
59	Sujeito jornalista	Jornalista político	Jornalista político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento e aproximação dos saberes da FD das Diretas	“a inflação”, “o desemprego”, “dívida externa”	crise econômica
60	Sujeito da política	Político	Luta pela democracia	Inscrição e identificação com a FD das Diretas	falta de “convivência pluralista e generosa”	crise política
					“banquetes”, “privilégios”, “minorias”	crise econômica
					“migalhas”, “opressão”, “miséria”, “grande maioria”	crise social

Fonte: A autora.

Pela primeira vez a crise econômica que assombrava o país foi associada ao período ditatorial numa matéria da cobertura realizada pela Globo. Observamos também o atravessamento dos saberes da FD das Diretas na FD jornalística. O sujeito da SD 59 inscreve-se na posição-sujeito de jornalista político na FD jornalística, embora tenha se aproximado da forma-sujeito da FD das Diretas. Ele enuncia do lugar social de jornalista e se inscreve no lugar discursivo de jornalista político.

Na SD 60 o sujeito da política se inscreve na FD das Diretas na posição-sujeito de luta pela democracia e no lugar discursivo de político correspondente ao seu próprio lugar social. Portanto, seu discurso é condizente com a FD em que se inscrevia.

O recorte 4, subseção G, trata da política com sentido de politicagem.

RECORTE 4 – SUBSEÇÃO G: POLÍTICA-POLITICAGEM

Nesta subseção, a SD 61 representa o deslizamento de política para um sentido pejorativo, politicagem.

SD 61: VT com Repórter Carlos Tramontina: Os governadores chegaram às 10h da manhã e foram recebidos pelo presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, por vários senadores e

também por um grupo de deputados. O grupo é formado pelos governadores de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Pará, Espírito Santo e Amazonas. **No meio de abraços, tapinhas nas costas e muito empurra-empurra eles foram para o gabinete do líder do PMDB no senado, senador Humberto Lucena.** (REPORTAGEM JN de 25/04/1984 - 11min33seg).

Em consonância com os interesses do governo, a Rede Globo aproveitou para mostrar que o clima era de articulação política na votação da emenda (SD 61). O encontro entre os governadores que apoiavam as diretas foi narrado com certa ironia sobre o funcionamento da política: “tapinha nas costas” é a expressão que encarna a ironia. Esse é um termo bastante utilizado quando se quer comentar a imagem de que o político é falacioso, traiçoeiro. Enquanto dá tapinha nas costas dos colegas, articula-se contra eles. Mas não é essa a designação de política feita por Rancière. Segundo o autor

no conflito primário que põe em litígio a dedução entre a capacidade do ser falante qualquer e a comunidade do justo e do injusto, deve-se então reconhecer duas lógicas do estar-junto humano que geralmente se confundem sob o nome de política, quando a atividade política nada mais é que a atividade que as divide (1996, p. 41).

Política não é a igualdade, o clima de camaradagem apresentado na reportagem. Política, conforme Rancière, é a luta pela igualdade, luta que, nesse *corpus*, está direcionada à redemocratização do país.

Quadro-síntese 15: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 4 subseção G

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação de política
61	Sujeito jornalista	Jornalista político	Jornalista político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento e aproximação de saberes da FD governista-militar	“abraços”, “tapinhas nas costas”	politicagem

Fonte: A autora.

O sujeito da SD 61 se inscreve na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista político, e enuncia do lugar social de jornalista e se inscreve no lugar discursivo de jornalista político. A posição de jornalista político se movimenta ao se identificar mais

com saberes da FD governista-militar que não via com bons olhos a movimentação política e partidária por medo de perder o controle do país.

Desse recorte fica a análise de a emissora adentrar poucas vezes no terreno político, mais precisamente em três oportunidades durante a campanha *Diretas Já*, quais sejam, nas reportagens do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Globo* sobre o comício da Candelária no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1984; na reportagem do *Jornal Nacional* sobre o comício do Vale do Anhangabaú em São Paulo em 16 de abril de 1984; na reportagem do *Jornal Nacional* sobre o dia de votação da emenda em Brasília em 25 de abril de 1984.

A maioria das sequências discursivas do recorte 4, e que apontam para o político, foi extraída do *Jornal da Globo*. Contudo, o horário de exibição do *Jornal da Globo* não favorece a divulgação da campanha. O jornal vai ao ar após as novelas, filmes e programas de entretenimento da emissora, geralmente próximo à meia-noite, horário em que a classe trabalhadora já está dormindo para garantir a produtividade do trabalho no dia seguinte. O expediente começa cedo, e nas cidades grandes os trabalhadores são obrigados a estar muito antes em pé, pois dependem da precariedade do transporte coletivo público para se deslocar até a empresa.

Poucos são os privilegiados que conseguiram acompanhar a reportagem completa do *Jornal da Globo* que mais tocou no conteúdo político da campanha e a única que não é do *Jornal Nacional* a figurar entre os vídeos selecionados para a exibição no portal de Memórias da Globo na internet.

Com a criação do projeto *Memória Globo* e a implantação do *site*, os depoimentos dos repórteres Antônio Britto e Pedro Rogério da emissora trazem novamente em cena o caráter político para situar o posicionamento da Globo durante a campanha: a emissora assumiu, na maioria das vezes, uma posição-sujeito de apagamento do político dentro da FD governista-militar.

A FD das Diretas e a posição-sujeito de luta pela democracia ficam mais evidentes em sequências recortadas da fala de entrevistados nas reportagens. A maioria dessas SDs é oriunda da fala de políticos de oposição ou de populares entrevistados no comício.

As próximas seções deste trabalho têm a missão de desvelar outras posições-sujeito e suas FDs. Vamos ver quais se destacam no bloco de análises cujo recorte partiu de enunciados que caracterizavam as diretas como negociata.

3.5 Diretas e negociatas

Por muitas vezes a emenda Dante de Oliveira, de autoria do deputado homônimo, serviu de especulação. O governo logo tentou iniciar uma negociação propondo outra emenda que previa eleições diretas somente em 1988, prorrogando o mandato de João Figueiredo e possibilitando sua candidatura à reeleição em 1988.

A Rede Globo percebeu a intenção, passou então a reproduzi-la em suas reportagens sobre a campanha exibidas nos seus principais telejornais. Era um contraponto, de um lado, a emissora divulgava informações sobre a emenda Dante de Oliveira; de outro, trazia também dados referentes à emenda governamental.

Neste bloco temos os recortes 5, subseção A, que traz as Diretas com a designação de negociata, e o 5, subseção B, que compreende as SDs em que a campanha das Diretas é referida também como campanha contra a crise.

RECORTE 5 – SUBSEÇÃO A: DIRETAS-NEGOCIATA

Esta subseção aborda as sequências cuja designação para as Diretas deslizou para a negociação e “negociata”. É efeito do funcionamento do político, embora seja o político inscrito na FD governista-militar, visando à sua manutenção.

SD 62: VT com repórter André Luiz Azevedo: **Se a emenda Figueiredo derrotar no Congresso a emenda Dante de Oliveira, como espera o Palácio do Planalto, o Brasil vai ter eleições presidenciais diretas em 88. O sucessor do presidente Figueiredo terá, portanto, um mandato de apenas 4 anos mas terá direito à reeleição, assim como acontece nos Estados Unidos.** A emenda Figueiredo marca para 86 a eleição dos prefeitos das capitais junto com a eleição dos governadores do estado. (REPORTAGEM JN COMÍCIO VALE DO ANHANGABAÚ EM SP – 16/04/1984 - 9min35seg).

SD 63: OFF REPÓRTER ANTÔNIO BRITTO: Só que a **ideia não entusiasma os setores moderados do PMDB**, eles entendem que **o partido faria melhor se começasse a pensar numa forma de negociar um candidato de consenso em eleições indiretas.** (REPORTAGEM JN 29/03/1983 - 2min17seg).

SD 64: REPÓRTER ANTÔNIO BRITTO: Duas outras informações políticas: **o relator da emenda Benevides** (para restabelecer a eleição direta para prefeito e vice-prefeito nas capitais dos estados), senador Aderbal Jurema, **já conseguiu a simpatia do Ministro Leitão de Abreu para a ideia de que as eleições diretas para as prefeituras das capitais sejam restabelecidas a partir de 1988.** (REPORTAGEM JN 29/03/1983 - 2min17seg).

SD 65: APRESENTADOR CELSO FREITAS: Falaram os representantes da Igreja, dos sindicatos, dos estudantes e de três partidos: PDT, PMDB e PT. **Nos discursos um ponto comum: a necessidade de conquistar votos dentro do PDS para aprovação da emenda que restabelece a eleição direta para presidente da República.** (REPORTAGEM Fantástico 27/11/83 - 1min16seg).

SD 66: REPÓRTER POLÍTICO ÁLVARO PEREIRA (em estúdio): Estava claro hoje **entre as principais lideranças da oposição, inclusive de setores moderados que não há clima, pelo menos por enquanto, para qualquer negociação em torno das diretas.** (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 67: LULA (ÁUDIO AO FUNDO DO COMÍCIO): [...] **O povo está tentando conquistar, aparece alguém para fazer negociata, prejudicando o povo** e nós não vamos... (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 68: Deputado Nelson Marchezan: **Eu acho que nós todos estamos preparados para negociar na emenda do governo. Acho que a emenda do presidente Figueiredo se constitui um bom caminho para nós introduzirmos as eleições diretas e outras modificações na Constituição Federal.** (REPORTAGEM JN de 25/04/1984 - 11min33seg).

No último grande comício em favor das Diretas, realizado em São Paulo no Vale do Anhangabaú em 16 de abril de 1984, a política aparece sob outro viés na SD 62. O destaque “negociação” para a aprovação da emenda do governo, que previa eleições diretas em 1988 com possibilidade de reeleição, representa uma forma de continuar exercendo o controle do país. O esperado era que o palácio e o regime se mantivessem. O uso do “se” funciona como condição ou uma possibilidade. Dessa forma, pela construção da reportagem, percebe-se que se considerava a vitória da emenda do governo.

Essa é uma formulação de Courtine (2009, p. 203) que, embora não esteja marcada linguisticamente, o está semanticamente. Pode ser assim representada: “é X que P {e/mas} é Y que P”. Tal formulação de refutação, nesta subseção, funciona da seguinte maneira: “é das Diretas que trata a reportagem, mas é das emendas do governo que interessa falar”.

No governo Figueiredo, perante toda a manifestação popular em torno das Diretas, já não se podia mais ignorar o desejo do povo. A maneira mais segura para o regime era apresentar uma contraproposta através de outra emenda. Assim, se a emenda Dante de Oliveira previa eleições Diretas ainda em 84, a emenda do governo, proposta por Leitão de Abreu poucos dias antes da votação das Diretas, propunha a eleição direta para presidente somente em 1988 e a eleição dos prefeitos das capitais e dos governadores em 1986. Assim, o regime ganharia quatro anos de preparação e teria nas mãos a possibilidade de eleger aliados nos estados para consolidar o apoio ao candidato do governo à Presidência da República. Nenhuma das duas emendas foi aprovada. Já em 1984 uma eleição indireta começou a tomar forma. Em 15 de janeiro de 1985 Tancredo Neves (PMDB) é eleito pelo Colégio Eleitoral, vencendo o candidato do

governo Paulo Maluf (PDS). As eleições diretas, diferentemente do que previam as duas emendas, ocorreram em 1989.

A relação do regime militar brasileiro com os Estados Unidos foi controversa e misteriosa. Há acusações que dão conta de que os Estados Unidos apoiaram (financeiramente) o golpe militar no Brasil. Ao comparar a emenda Figueiredo com o sistema de eleição nos Estados Unidos, na SD 62 o jornalista, sujeito do discurso, confere autoridade de modelo, de superioridade. Cabe destacar que a eleição nos Estados Unidos não é direta, ocorre pela escolha do Colégio Eleitoral, formado por delegados escolhidos pela população. O jornalista coloca que, se nos Estados Unidos as eleições são pelo Colégio Eleitoral, então significa que é o modelo ideal.

O primeiro registro da determinação/designação diretas/negociatas apareceu logo que foi lançada a emenda das diretas, como consta na SD 63, extraída da transcrição do vídeo da reportagem do *Jornal Nacional* de 29 de março de 1983. A SD marca outras condições de produção de anterioridade à campanha das Diretas. O repórter traz o discurso do PMDB na ordem do discurso indireto livre, ou do discurso relatado indireto informal, o qual “[...] não tem compromisso com a materialidade do texto-origem, podendo relatar parcialmente o discurso do outro, traduzindo e traindo as ideias nele veiculadas” (INDURSKY, 1992, p. 294). O sujeito do discurso traz a informação sem conferir o crédito a uma fonte. Ele fala como se participasse das discussões, como porta-voz do que pensa o partido. Se pensarmos a SD pelo conceito de lugar discursivo, percebemos que, além do lugar social de jornalista e da inscrição na posição-sujeito de jornalista político na FD jornalística, o sujeito ocupa o lugar discursivo de político, pois não apenas informa sobre, mas se coloca discursivamente no entremeio do lugar social e da posição-sujeito. Sabemos que os laços do repórter com o PMDB eram estreitos, pois menos de um ano depois da campanha das Diretas ele já ocupava o cargo de assessor do presidente eleito do PMDB, Tancredo Neves. Anos mais tarde, foi eleito governador do Rio Grande do Sul pelo mesmo partido.

Ainda na SD 63, ao citar uma expressão do universo corporativo como “setores”, que designa a divisão física de repartições administrativas, o sujeito jornalista também refere a organização interna do partido. “Setores moderados”, em realidade, designa no enunciado os próprios políticos. “Moderados” pode levar a pensar em políticos conservadores; no entanto, a expressão “negociar um candidato de consenso” determina que “moderados” são aqueles interessados em acordos para que o partido

esteja no poder. O dêitico “eles” funciona como um referente não só linguístico, mas discursivo, pois afasta o sujeito do discurso dos “políticos moderados”.

A expressão “só que”, logo no início da SD, já indica contrariedade. Mas se a emenda pelas Diretas é de um deputado do PMDB, seria, no mínimo, incoerente o próprio PMDB pensar “numa forma de negociar um candidato de consenso em eleições diretas”. Qualquer telespectador mais atento poderia chegar a essa conclusão na época, o que de início já tende a enfraquecer o movimento pelas *Diretas Já*.

Entretanto, todas as divisões do partido se reuniam diante de um ponto: a redemocratização, que só ocorreria com a instauração de eleições diretas. A emenda do governo na voz do sujeito jornalista torna a aparecer em seu contexto, conforme a SD 64, em torno da apresentação de uma emenda para eleições diretas a presidente, onde o sujeito jornalista insiste na proposta do governo. A emenda do governo, intitulada emenda Benevides, previa o restabelecimento da eleição direta para prefeito e vice-prefeito das capitais dos estados. Se essa eleição direta somente seria em 1988, estava conjugada a proposta do governo: qualquer tipo de eleição direta somente após 1988. A emenda Benevides representou a primeira tentativa de negociação em torno das eleições Diretas. Um ano mais tarde, em 1984, houve a última tentativa com emenda Figueiredo que, como vimos anteriormente, antecipava as eleições para prefeito nas capitais para o ano de 1986.

“Já”, na SD 64, é um advérbio de tempo que indica antecipação, e no enunciado confere o gesto interpretativo de que tal emenda representaria avanço político. No entanto, numa matéria sobre a proposição de uma emenda para eleições diretas, o assunto que mais ficou em pauta foi justamente as eleições indiretas. O deslizamento de sentido da emenda Benevides para o esquecimento das diretas é possível porque, segundo Pêcheux, “[...] expressões *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formulação discursiva dada, ‘ter o mesmo sentido’” (1995, p. 161, grifo do autor).

Além disso, “simpatia” qualifica a emenda Benevides e, portanto, é um determinativo de aceitação, que designa o acolhimento da proposta pelos políticos com aprovação prévia.

As negociações em torno da emenda Dante de Oliveira voltaram a ocupar a programação da emissora, oito meses depois da reportagem de Antônio Britto realizada em 29 de março de 1983. A segunda reportagem divulgada pela emissora foi no Fantástico no dia 27 de novembro de 1983 sobre um comício em favor das diretas no

estádio do Pacaembu, em São Paulo (SD 65). Nesse caso, a negociação não era mais como a Rede Globo apontou inicialmente entre a emenda Dante de Oliveira e a emenda governamental, mas entre deputados aliados ao governo para a aprovação das eleições diretas. O sujeito jornalista na condição de articulista retoma o discurso-outra como se fosse o seu: “os representantes da igreja, dos sindicatos, dos estudantes e de três partidos: PDT, PMDB e PT”. Todas as instituições e os partidos citados eram considerados de esquerda, o que o coloca na posição-sujeito de jornalista político, embora o aproxime de saberes da FD governista-militar que concebe os favoráveis às Diretas como “de esquerda” e contrários ao governo militar. Sobre o “ponto comum” entre eles, o sujeito do discurso sugere uma possível aliança partidária. “Conquistar votos dentro do PDS” remete à negociação, ao convencimento e à estratégia política, o que também pode apontar para a troca de favores e promessas de cargos públicos entre oposição e governo a fim de se chegar às eleições diretas.

Cabe lembrar que durante os meses seguintes o cunho da negociação ficou fora do foco da emissora. Só voltou a aparecer na reportagem do *Jornal da Globo* de 10 de abril de 1984, sobre o comício da Praça da Candelária, no Rio de Janeiro (SD 66). Na avaliação do jornalista político, a negociação não poderia mais ocorrer, se é que um dia foi, de fato, cogitado entre os partidos de oposição. Nessa SD identificamos o deslizamento de sentido da expressão “setores moderados”, também presentes na SD 63. Enquanto na SD 63 referia os políticos do PMDB favoráveis à negociação com o governo, na SD 66 refere os políticos conservadores de todos os partidos de oposição, que também se colocavam contra qualquer negociação em torno da emenda Dante de Oliveira, apoiando as Diretas Já. Faltando poucos dias para a votação da emenda, após o forte engajamento da população na campanha, o povo não toleraria qualquer tipo de negociação. Assim, o deslizamento de sentido ocorreu na medida em que mudaram as condições de produção.

Na mesma reportagem sobre o comício da Candelária em 10 de abril de 1984, em imagens do comício vaza o áudio de Luiz Inácio Lula da Silva denunciando uma “negociata” (SD 67). Este aparecimento do sindicalista na emissora confirma o silenciamento do político. Ao contrário do que fez com outros políticos, que também eram de oposição, a imagem de Lula leva a crer que alguém estaria tentando fazer negociatas dentro do grupo que apoiava as Diretas, traindo o movimento. “Negociata” que a Globo já teria tratado desde o início da campanha com a designação de

negociação, ou seja, como uma relação política comum e absolutamente normal. Se assim fosse, a fala de Lula não seria abruptamente cortada e substituída por outra imagem. Há um silenciamento da denúncia sobre a “negociata”. Com eles também foi silenciada a tentativa de alguns políticos de usarem o anseio por democracia, o desejo pela liberdade e a esperança pela resolução da crise como estratégia de manobra para se chegar ao poder.

Na própria votação da emenda das diretas, o líder do governo na Câmara, deputado do PDS Nelson Marchezan, tentava, em depoimento à Rede Globo, colocar a emenda do governo em pauta e tirar o foco da emenda Dante de Oliveira (SD 68). A votação era motivo de grande ansiedade e esperança para os brasileiros e a Globo não respeitou.

A seguir dispomos um quadro que sintetiza o funcionamento da designação/determinação de negociação e negociata nesta subseção e a inserção do discurso-outro no dizer do jornalista político e do sujeito da política.

Quadro-síntese 16: Determinação/designação de negociação e negociata e a inserção do discurso-outro no recorte 5 subseção A

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação	Inserção do discurso-outro no dizer do jornalista político e do sujeito da política
62	Sujeito jornalista	Jornalista político	Jornalista político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento e aproximação dos saberes da FD governista-militar	emenda Figueiredo; eleições presidenciais diretas em 88	Negociação	... como espera o Palácio do Planalto, assim como acontece nos Estados Unidos.
63	Sujeito jornalista	Político	Jornalista político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento e aproximação dos saberes da FD governista-militar	negociar; candidato de consenso, eleições indiretas	Negociação	... o partido faria melhor se começasse a pensar numa forma de negociar um candidato de consenso em eleições indiretas.
64	Sujeito jornalista	Político	Jornalista político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento e aproximação dos saberes da FD governista-militar	emenda Benevides; eleição direta	Negociação	... as eleições diretas para as prefeituras das capitais sejam restabelecidas a partir de 1988.

65	Sujeito jornalista	Jornalista político	Jornalista político	Inscrição e identificação com a FD jornalística	eleição direta	Negociação	... a necessidade de conquistar votos dentro do PDS para aprovação da emenda que restabelece a eleição direta para presidente da República.
66	Sujeito jornalista	Jornalista político	Jornalista político	Inscrição e identificação com a FD jornalística	negociação	Negociação	... não há clima, pelo menos por enquanto, para qualquer negociação em torno das diretas.
67	Sujeito da política	Político	Luta pela democracia	Inscrição e identificação com a FD das Diretas	negociata	Negociata	... aparece alguém para fazer negociata, prejudicando o povo e nós não vamos...
68	Sujeito da política	Político	Defesa do regime	Inscrição e identificação com a FD governista-militar	emenda do governo; emenda do presidente Figueiredo; eleições diretas	Negociação	se constitui um bom caminho para nós introduzirmos as eleições diretas e outras modificações na Constituição Federal.

Fonte: A autora.

Nesta subseção foram identificadas SDs inscritas na FD das Diretas, na FD jornalística e na FD governista-militar.

Nas SDs 62 a 66 quem fala é o sujeito jornalista. Esse sujeito jornalista se inscreve na posição-sujeito de jornalista político, ou seja, ele fala sobre o político incorporando tal discurso. Isso acontece porque se inscreve no lugar discursivo de jornalista político. O sujeito também se inscreve na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista político. Entretanto, nas SDs 62, 63 e 64 a posição-sujeito de jornalista político se move mais em direção à FD governista-militar por incorporar os saberes dessa FD, ou seja, por incorporar o discurso-outro vindo dos militares que considera as propostas do governo a melhor solução diante da emenda Dante de Oliveira. As expressões “emenda Figueiredo” (SD 62), “negociar um candidato de consenso em eleições indiretas” (SD 63) e “emenda Benevides” (SD 64) comprovam essa movimentação da posição-sujeito, pois ao serem empregadas em uma cobertura sobre a movimentação política em torno do reestabelecimento de eleições diretas, tiram o foco da campanha.

Nas SDs 65 e 66 não identificamos a mesma movimentação. O sujeito jornalista permanece na posição-sujeito de jornalista político na FD jornalística, mais identificado com sua forma-sujeito, embora se aproxime de saberes da FD das Diretas. Nessas SDs o sujeito incorpora o discurso-outro dos políticos de oposição.

Já nas SDs 67 e 68 quem fala é o sujeito da política, embora em posições diferentes. O sujeito da SD 67 inscreve-se na FD das Diretas na posição-sujeito de luta pela democracia; o sujeito da SD 68 inscreve-se na FD governista-militar na posição-sujeito de defesa do regime; por sua vez, o sujeito deputado da base governista Nelson Marchezan, na SD 68, inscreve-se na FD governista-militar na posição-sujeito de defesa do regime.

Quanto ao conceito de lugar discursivo, os sujeitos das SDs 62, 65 e 66 enunciam do lugar social de jornalista e se inscrevem no lugar discursivo de jornalista político. Nas SDs 67 e 68 os lugares social e discursivo dos sujeitos coincidem e correspondem ao lugar de político.

Cabe destacar que o sujeito jornalista nas SDs 63 e 64 se inscreve num lugar discursivo que difere do seu lugar social de jornalista. Ao fazer uso do discurso relatado indireto informal, ele enuncia reconstruindo livremente e com intimidade a fala dos políticos do PMDB, *como se* tivesse acesso a informações internas e fosse do partido também. Assim, inscreve-se no lugar discursivo de político que viria, tempos depois da campanha *Diretas Já*, coincidir com seu lugar social: Antônio Britto foi assessor do presidente Tancredo Neves do PMDB e foi eleito, pelo mesmo partido, deputado federal em 1986 e em 1990, e governador do Rio Grande do Sul em 1994. A inscrição de sujeitos numa mesma posição-sujeito, mas em lugares discursivos diferentes, é possível porque, segundo Grigoletto (2008, p. 57), nesses lugares “[...] podem operar diferentes posições-sujeito, mas sob o efeito do mesmo lugar social”. Nas demais SDs os sujeitos se inscrevem em lugares discursivos correspondentes aos lugares sociais que ocupam, sejam de jornalistas, sejam de políticos.

Eleição direta, termo recorrente nas SDs 64, 65 e 68, não significa a mesma coisa para os sujeitos. Embora usem a determinação eleição direta, há mudanças de sentido, e o que acontece é que na SD 64 eleição direta é usada para referir a eleição nas capitais dos estados, e não tem a mesma significação que o reestabelecimento do sistema democrático. Lembramos que nessa SD o sujeito do discurso se aproxima de saberes da FD governista-militar.

Na SD 65, quando o sujeito do discurso se inscreve na FD jornalística, mas se aproxima de saberes da FD das Diretas, “eleição direta” carrega a significância do termo construída nas ruas pelos saberes do povo, ou seja, o retorno da democracia.

Entretanto, na SD 68 “eleições diretas” significa eleições conforme a vontade dos militares. O sujeito da SD se inscreve na FD governista-militar e nesta a emenda Dante de Oliveira está dentro daquilo que não pode e não deve ser dito. Assim, o entendimento é de que as eleições diretas só poderiam ocorrer nos termos e da forma que os militares quissem.

A Presidência da República no regime militar constitui um espaço de produção de saberes e práticas sobre o que significa ser representado por um civil e por um militar, mas também faz emergir sentidos diversos para a eleição direta (via voto do povo, ou simplesmente via voto do Congresso). De outra forma, há também remissão a um antes a ditadura e uma prospecção com o fim dessa, como podemos identificar nas SDs 64 e 65. A repetição da forma verbal “restabelecer” traz o velho, mas com roupagem de novo, na SD 64, na fala do sujeito jornalista, que apesar de estar na FD jornalística incorpora saberes da FD governista-militar. Dessa forma, “restabelecidas” refere eleições diretas para prefeito nas capitais, o que não é um avanço se considerada a proposta de emenda Dante de Oliveira, que prevê eleições diretas para presidente, com isso o fim da ditadura e a volta do sistema democrático.

Na SD 65 “restabelece” funciona como uma prospecção de uma memória futura (ou de uma nova memória). Pode representar a saída para uma ordem não mais no sentido de ordem e progresso, no sentido positivista, submisso, mas de resistência, de transformação. Podemos verificar isso no próximo recorte, que traz a campanha das diretas empregada como campanha contra a crise do país.

RECORTE 5 – SUBSEÇÃO B: DIRETAS-CONTRA A CRISE

A campanha *Diretas Já* tinha um objetivo claro: a reivindicação do reestabelecimento das eleições diretas para presidente da República. No entanto, em algumas situações na cobertura realizada pela Globo foi sinônimo de um levante contra a crise econômica do país. Houve uma desfocalização do tema, e a campanha foi referida como um movimento contra a crise financeira do país, sem considerar a amplitude do seu caráter.

SD 69: APRESENTADOR SÉRGIO CHAPELIN: **O PMDB vai lançar campanha pelas eleições diretas para presidente da República.** Na mesma campanha, **o partido vai condenar a alta do custo de vida.** (REPORTAGEM JN 29/03/1983 - 2min17seg)

SD 70: TRECHO DE DEPOIMENTO DADO EM ENTREVISTA DO DEPUTADO FREITAS NOBRE: **Dentro desta campanha, no entanto, se encaixa a campanha contra a política salarial, contra a alteração da política salarial, portanto o decreto 2012, a campanha em favor, contra o voto distrital da forma como está colocado.** (REPORTAGEM JN 29/03/1983 - 2min17seg).

Antes do VT o sujeito jornalista faz a chamada, que compõe a SD 69, que destaca uma campanha por eleições diretas, porém não aponta as ações concretas para isso, ou seja, a criação da emenda parlamentar. As expressões “vai lançar” e “vai condenar” na SD 69 relacionam à campanha pelas Diretas a oportunidade de condenação da alta do custo de vida. A campanha, nesse caso, significa espaço para dizer o que não se pode dizer sob a administração de militares, mas soa como promessa em época de campanha eleitoral.

Na SD 70, recortada do depoimento do líder do PMDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, é possível constatar que a campanha era vista pelo PMDB como uma ampla movimentação pela redemocratização do país e uma luta por melhores condições de vida. “No entanto”, na SD 70, funciona como um “mas também”, ou seja, como espaço de inclusão, como na SD 69 através da expressão “Na mesma campanha”.

Courtine (2009, p. 228) designa esse acréscimo de tema a um discurso como enumeração: “Tais enumerações têm um sentido, uma direção: efetuam um percurso por elementos ocupando posições determinadas. A interpretação da conexão entre os elementos depende do sentido do percurso”. A inclusão pode ser representada pela forma “é x, mas também y” e significa que as eleições diretas não eram a única reivindicação. A campanha é pelas Diretas, mas também para defender a política salarial. Isso mostra que, além da defesa do direito de voto, das eleições diretas (de civis) para a representação do povo no poder, está também a defesa dos direitos do povo (alteração da lei salarial). A questão política era o foco, embora não deixasse de explorar também as questões sociais. Era o político, “mas, também” o social.

Desse recorte, o quadro de designação/determinação fica assim constituído:

*Quadro-síntese 17: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte
5 subseção B*

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
69	Sujeito jornalista	Jornalista político	Jornalista político	Inscrição e identificação com a FD jornalística	campanha contra a crise	Eleições diretas
70	Sujeito da política	Político	Luta pela democracia	Inscrição e identificação com a FD das Diretas	campanha contra a política salarial	A campanha

Fonte: A autora.

O sujeito jornalista (SD 69) inscreve-se na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista político e no lugar discursivo também de jornalista político, ao passo que o sujeito da política (SD 70) inscreve-se na FD das Diretas na posição-sujeito de luta pela democracia e no lugar discursivo de político correspondente ao seu lugar social. Na SD 70 o sujeito do discurso também se inscreve no lugar discursivo de político, que coincide com o lugar social que ocupa.

A campanha recebe outras designações, como “na mesma campanha” e “dentro desta campanha”, com o sentido não só de “a luta por eleições diretas”, “mas também pela crise”.

Entretanto, os posicionamentos assumidos ao longo da campanha teriam sido por coação do regime ou por opção da emissora? Buscaremos responder ao questionamento na próxima seção.

3.6 Representações políticas do sujeito imprensa

As imagens das Diretas, do regime militar, dos telespectadores e de si mesma, no jogo imaginário da mídia (ou TV), conforme o proposto por Pêcheux, serão levadas em conta nesta seção, as quais possibilitam o entendimento sobre o possível “erro” na cobertura jornalística das Diretas.

3.6.1 Coação ou opção?

Neste recorte será analisado o discurso de justificativa e de explicação da Globo sobre o erro na cobertura das Diretas. Por esse motivo, é composto de sequências extraídas do texto do portal *Memória Globo* e dos depoimentos dos profissionais para o portal.

Essas sequências têm em comum as condições de produção diferentes da campanha *Diretas Já*. São discursos produzidos mais de vinte anos depois da cobertura. Por esse motivo revelam as formações imaginárias que os sujeitos jornalistas fazem da emissora e da própria campanha. Na seção *Erros*, um discurso ganha destaque: o de vítima. A Rede Globo se coloca como vítima do regime ditatorial, ao mesmo tempo diz ter sofrido acusações e pressões de populares.

Deste recorte foram extraídas dez subseções. Na subseção A, a justificativa do erro na cobertura realizada pela Globo remete às pressões que a emissora recebia do governo militar.

RECORTE 6 – SUBSEÇÃO A: PRESSÃO-MILITAR

Na subseção A, composta de sequências discursivas extraídas do texto do *site* e dos depoimentos de profissionais envolvidos na cobertura, cujas condições de produção são completamente diferentes da época da cobertura das Diretas. Para tanto trazemos os momentos em que a justificativa da inclusão da cobertura das diretas na seção *Erros* remete às pressões do regime militar exercidas sobre a emissora.

SD 71: Naquele momento, a **pressão dos militares** sobre a Rede Globo atingiu o seu **ápice**. Naquele dia, chegou mesmo a adquirir a forma de **intimidação pessoal**. Antes de o Jornal Nacional ir ao ar, um helicóptero do Exército sobrevoou **de maneira ameaçadora** a sede da emissora, no Rio de Janeiro, postando-se na altura da janela da sala do então vice-presidente executivo, Roberto Irineu Marinho. (TEXTO DO SITE).

SD 72: Neste momento a **pressão** foi intensa em cima do doutor Roberto e foi uma frustração para mim e para toda a equipe de jornalismo. Uma tristeza para o Armando, para a Alice, não poder ter feito a cobertura de uma maneira adequada. **Nós ficamos limitados** enquanto as outras emissoras cobriam isso. Nós ficamos limitados pelo **poder de audiência que a TV Globo tinha** a cobrir aquilo como se fosse um show de cantores. Isso foi uma **tristeza muito grande**, mas eu entendo que naquele momento **o doutor Roberto não pôde resistir a isso**. (DEPOIMENTO BONI - 33 SEGUNDOS).

SD 73: É um episódio realmente muito interessante, que ele se encaixa muito **nessa coisa da submissão que é a televisão**, que ela é exposta como **alvo de pressões do poder dominante**. Claro que não

convinha a palácio do Planalto que os órgãos de comunicação, particularmente a Globo, por mais isenta que fosse, desse exposição a um movimento que pretendia exatamente contra os interesses do poder dominante na época. (DEPOIMENTO ARMANDO NOGUEIRA - 4min59seg).

Na seção *Erros* a emissora relata que foi ameaçada pelos militares (SD 71). Se um helicóptero do Exército sobrevoou a sede da emissora antes de o *Jornal Nacional* ir ao ar, não foi a repercussão da cobertura que motivou a “ameaça”. A atitude foi uma espécie de aviso para que a emissora abrandasse as informações sobre o comício

Conforme observado na SD 71, as expressões linguísticas “a pressão dos militares”, “forma de intimidação pessoal”, “um helicóptero do Exército sobrevoou de maneira ameaçadora a sede da emissora” produzem sentidos de evidência em torno do imaginário de vítima. Em outras palavras, temendo represálias no corte de verbas publicitárias, ou até mesmo no cancelamento da concessão do canal de TV, a opção foi divulgar minimamente informações sobre a campanha. O sujeito jornalista, mais de vinte anos depois da cobertura, continua inscrevendo-se na posição-sujeito de jornalista político, ou seja, permanece com o mesmo posicionamento de conformidade, de aceitabilidade de que a emissora não poderia ter agido de outra forma diante da pressão dos militares.

De acordo com Smith, havia duas orientações para a imprensa brasileira na época: o apoio ao regime que supunha a aceitação até da repressão e o medo paralisante do regime que impedia resistências. Entretanto, a autora defende que a inércia dos jornalistas diante do regime tem origem no modo como a censura era praticada. “Sem agentes responsáveis aparentes, parecia funcionar automaticamente” (SMITH, 2000, p. 12).

As SDs 72 e 73 são extraídas do mesmo depoimento de profissionais que atuavam na Globo na cobertura do movimento *Diretas Já*. Percebe-se que a construção da imagem de “vítima” aconteceu somente anos após a cobertura (na criação do projeto *Memória Globo*) para justificar o “erro” da emissora. Erro que não foi explicitado, a não ser de forma muito discreta, como no depoimento do sujeito jornalista na SD 72.

Apesar de ter um referente enunciativo temporal “neste momento”, está colocado de uma forma generalizada e não indica qual o momento exato da cobertura jornalística em que Roberto Marinho sofreu pressão intensa. O depoimento é curto e está explicitado na confissão de que a Globo minimizou a dimensão política da campanha, tratando-a como entretenimento. No trecho “[...] a cobrir aquilo como se

fosse um show de cantores”, o sujeito jornalista admite que o deslizamento de sentido do termo “comício” para a designação “festa” não foi mero acaso. Ainda, ao designar o movimento das *Diretas Já* como “aquilo”, demonstra que ainda hoje é difícil tratar tal assunto de forma franca. “Aquilo” também indica desprezo pelo próprio movimento ao deixar ausente sua significação real.

No depoimento, a menção de que as outras emissoras cobriam a campanha e a justificativa de que a Globo não pôde fazer o mesmo por causa do seu “poder de audiência” apontam para a questão da concorrência, da reserva de mercado.

Chama a atenção ainda a forma de tratamento destinada ao diretor e proprietário da emissora Roberto Marinho. Nas duas vezes em que é citado pelo sujeito jornalista, é chamado de “doutor”. Ele não era médico e muito menos ter participado de um programa de pós-graduação *strictu sensu*. Segundo Guimarães (2008, p. 37), “[...] a construção do nome opera enunciativamente no processo de identificação social do indivíduo”. Nesse caso, “Doutor” só reforça o coronelismo e o autoritarismo que existiam na emissora, cuja “autoridade máxima” era o Roberto Marinho. Esse tratamento se repete frequentemente em todos os depoimentos. Repete-se também na SD 73 a justificativa de “não cobrir as diretas da forma como gostariam” em razão do regime militar.

Na SD 73 o sujeito jornalista reforça a ideia de “poder de audiência” e que, por isso, a emissora seria mais perseguida pelos militares que as demais. Sendo eles, nesse depoimento designados como “poder dominante”. O jornalista confessa que a televisão é submissa ao poder dominante, mas nada tem a ver com a censura. Em primeiro lugar porque as emissoras de televisão são distribuídas por meio de concessão pública do Ministério das Comunicações; em segundo porque sobrevivem de anúncios publicitários, cuja fatia maior é do próprio governo. Ao mesmo tempo em que confessa isso, Armando faz uma ressalva à Rede Globo: “por mais isenta que fosse”, ou seja, a isenção era proporcional à submissão ao poder dominante, que, na época, era o capitalismo revestido da ditadura militar.

*Quadro-síntese 18: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte
6 subseção A*

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
71	Sujeito jornalista	Historiador	Jornalista	Inscrição e identificação com a FD jornalística	pressão dos militares; intimidação pessoal; de maneira ameaçadora	pressão do regime militar
72		Fonte jornalística		Inscrição e identificação com a FD jornalística	a pressão intensa; limitados pelo poder de audiência	pressão do regime militar
73		Fonte jornalística		Inscrição e identificação com a FD jornalística	submissão; “alvo de pressões do poder dominante”	pressão do regime militar

Fonte: A autora.

Nas três SDs retiradas dos depoimentos, os sujeitos profissionais da Globo inscrevem-se na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista e enunciam do lugar social de jornalista, mas se inscrevem em lugares discursivos diferentes. Na SD 71 o sujeito se inscreve no lugar de historiador, pois simula o resgate de uma história pelo distanciamento do historiador. Já nas SDs 72 e 73 os sujeitos se inscrevem no lugar discursivo de fonte jornalística ao fazerem o relato pessoal de participação na cobertura. Esse lugar marca os sujeitos dos depoimentos feitos ao portal que têm; portanto, origem vinte anos depois da campanha e não necessariamente remetem aos lugares discursivos dos profissionais na época da campanha. A decisão de incluir a cobertura em uma seção intitulada Erros, por si só revela o reconhecimento tardio de o movimento das Diretas ser importante para a redemocratização do país, mas não recebeu o devido tratamento.

A próxima subseção deste recorte traz SDs que remetem à censura como causa da não divulgação dos comícios.

RECORTE 6 – SUBSEÇÃO B: CENSURA-PROIBIÇÃO DE DIVULGAÇÃO

Nesta subseção, também composta de sequências discursivas extraídas do texto do *site* e dos depoimentos de profissionais envolvidos na cobertura, a justificativa para a inclusão da cobertura das diretas na seção *Erros* do portal *Memória da Globo* é mais específica e perpassa os sentidos de censura e de proibição.

SD 74: Dois dias depois, em 18 de abril, o presidente João Figueiredo **decretou** a adoção, pelo prazo de 60 dias, de **medidas de emergência** no **Distrito Federal e em dez municípios de Goiás**. As medidas tinham como **executor** o general Newton Cruz e incluíam a possibilidade de **detenção** de cidadãos em edifícios comuns, **suspensão da liberdade de reunião e associação**, além de **intervenção** em sindicatos e outras entidades de classe. Foi determinada a **censura prévia** às emissoras de rádio e de televisão, sendo **proibida** a transmissão ao vivo de qualquer informação sobre a votação da emenda à Constituição. (TEXTO DO SITE APÓS A REPORTAGEM DE 16-04-84 SOBRE O COMÍCIO DO VALE DO ANHANGABAÚ EM SP).

SD 75: Então **a gente que já tinha caminhado na direção da liberdade, a gente que tava começando a experimentar aquela liberdade de repente: cobertura das Diretas só com autorização do DENTEL**. Então foram dois dias, dois dias e pouco assim inacreditáveis onde a gente não podia divulgar aquilo que o país inteiro tava acompanhando. (DEPOIMENTO ANTÔNIO BRITTO - 5min52seg).

SD 76: Dois, acho que quem responde sim para a primeira pergunta tem que ter o dever de se fazer a segunda pergunta: **poderia** ser a cobertura da televisão tão **quente** ou **mais quente** que a dos jornais e a das revistas? E aí a minha resposta é não. Por quê? Porque a forma como o **regime moribundo vigiava, controlava e pressionava** um veículo de 40 milhões, de 50 milhões, era sim diferente da forma como controlava outros veículos. (DEPOIMENTO ANTÔNIO BRITTO - 5min52seg).

SD 77: Estive em quase todos os principais comícios das Diretas no Brasil e... mas me lembro que foi **muito**, foi **muito traumático** para a gente, como jornalista, ter vivido esse período. Porque o governo usou ainda ali a **última força** que tinha para impedir que se fizesse uma cobertura como deveria ter sido feita. (DEPOIMENTO ÁLVARO PEREIRA - 2min57seg).

As SDs apresentadas remetem ao ritual de uma prática social jornalística e é através dessa que o sujeito jornalista se reconhece, ao mesmo tempo se submete a essa. Constatamos que práticas como as descritas nas SDs 76 e 77 contribuem para a construção da identidade do sujeito. O sujeito jornalista descreve o destaque dado pela Globo à cobertura do comício ocorrido em São Paulo no Vale do Anhangabaú. Se analisarmos a descrição desse ritual conforme a SD 74, recortada do vídeo que remete à referida reportagem do dia 16 de abril, podemos entender as medidas de emergência e a censura prévia decretada pelo governo federal como justificavas para a condição de vítima da situação e do próprio poder de audiência que detinha.

Nesse cenário, o sujeito jornalista interpelado por saberes da FD governista-militar valoriza as práticas nas quais se reconhece como sujeito cumpridor de seu dever. Contudo, considerando as condições sócio-históricas, o acontecimento político remete a expressões “decretou”, “medidas de emergência”, “executor”, “detenção”, “suspensão da liberdade” e “censura prévia”, a escolha pelo modo de noticiar as Diretas já remete ao aparelho repressor do Estado que, segundo Althusser (1999, p. 70), “o aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia”. Assim, não havia apenas a censura aos moldes do regime militar, mas a repressão pela violência, o que explicaria a inércia e o

medo dos jornalistas, especialmente dos veículos mais abrangentes, como a televisão. Sabemos que até a sua dissolução o regime buscou respaldo da repressão, das prisões, das torturas, das ameaças e também através do sistema jurídico, emitindo atos institucionais e decretos que davam legitimidade a essa repressão. Conforme Schons (2006, p. 160), “a forte repressão policial comprova que é possível controlar só o arquivo estatal, o documento, mas não o arquivo enquanto monumento (no sentido Foucault) e enquanto efeito interdiscursivo (no sentido de Pêcheux)”. De fato, mesmo com a imprensa sob o seu controle, o governo não conseguiu impedir que a constituição de saberes do povo sobre liberdade e democracia viesse à tona, pressionando a instauração das eleições diretas.

O decreto nº 89.566 de 18 de abril de 1984, do qual a SD 74 se refere, dispõe sobre medidas de emergência na área do Distrito Federal e em dez municípios de Goiás, “considerando a necessidade de preservar a ordem pública”. O parágrafo 3º determinava que “as gravações em ‘video-tape’ realizadas na área e nos municípios a que se refere este artigo deverão ser, antes de transmitidas, examinadas previamente pelo órgão competente do Departamento de Polícia Federal”. O poder de audiência da televisão era considerado perigoso pelos governantes, pois o decreto incide quase que totalmente sobre o veículo. De certa maneira, isso corrobora a justificativa da emissora quanto aos impedimentos impostos à divulgação de informações sobre a votação da emenda Dante de Oliveira, embora não justifique completamente a divulgação comedida desde o início da campanha.

Mais uma vez identificamos o uso da terceira pessoa pela emissora no texto do *site* em condições de produção bem diferentes da época da campanha *Diretas Já*. Esse é um caso em que o lugar discursivo do jornalista não coincide com seu lugar social. O jornalista ao narrar o episódio age como se tivesse um distanciamento do fato. De acordo com Grigoletto, “é a modalidade do *como se*, que produz o fenômeno da simulação, o efeito de apropriação” (2008, p. 63, grifo da autora). Assim, o lugar discursivo que o sujeito desse discurso se inscreve é de historiador.

Assim, o fato de a cobertura ter sido alvo de pressões populares, mais uma vez é atribuída à censura, agora no depoimento do sujeito jornalista na SD 75. Ter “caminhado na direção de liberdade” refere-se à democratização do país e o enfraquecimento das forças do regime e dos seus instrumentos, especialmente da

censura²². O sujeito jornalista da SD simula uma entrevista com pergunta e resposta em que ele mesmo responde. A reflexividade é efeito da gravação do depoimento no momento de criação da seção Erros para o portal de Memória da Globo. Embora não tenha se explicitado, o sujeito teve o tema da entrevista estimulado por um jornalista que conduziu a gravação. A marca disso é o uso do “então” logo no início da SD. A expressão “a gente” funciona como um “nós” restritivo, que se refere apenas aos jornalistas da equipe de telejornalismo da Globo na época da cobertura das Diretas. “Só com autorização do DENTEL” aponta para a condição das ações da Globo e para a submissão ao regime e à falta de autonomia na gestão de conteúdos da imprensa na época da ditadura militar.

Nessa SD o sujeito do discurso se inscreve em um lugar discursivo denominado lugar de fonte jornalística. Embora esse sujeito ainda esteja inscrito na posição de jornalista, ele não fala mais do lugar social de jornalista da emissora, mas relata um episódio do qual participou há mais de vinte anos em outras condições de produção.

Na SD 76 o sujeito segue simulando uma entrevista consigo mesmo. Concorde que a emissora, de certa forma, maquiou as informações sobre a campanha, extinguindo o debate político e enfraquecendo o movimento. E acrescenta, conforme se observa ainda na SD 76: “a culpa foi da ditadura militar”. Ao utilizar o verbo “poderia” no futuro do pretérito, deixa implícito que a emissora não podia e não devia dar destaque à cobertura por conta do regime militar.

Ao declarar que a televisão era um veículo mais controlado que os meios de comunicação impressos, o sujeito desse discurso refere o poder de abrangência e a velocidade da televisão, fatores que preocupavam os militares e incitavam o controle de conteúdo mais rigoroso. No depoimento percebe-se o medo que rondava os jornalistas na época, assombrados pelo que ocorreu em 17 de julho de 1980 com a TV Tupi. Pouco antes de completar trinta anos no ar, a TV Tupi teve sua concessão cassada pelo

²² Vale lembrar que o Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel) somente instaurou a censura prévia às emissoras de rádio e televisão (sendo proibida qualquer transmissão ao vivo sobre a votação da emenda Dante de Oliveira) e medidas de emergência no Distrito Federal e em dez cidades de Goiás às vésperas da votação da emenda, em 18 de abril de 1984. Tais medidas, certamente, prejudicaram a cobertura jornalística da votação, mas não têm efeitos anteriores na divulgação da própria campanha.

governo federal. A emissora saía do ar exatamente 29 anos e dez meses depois de sua inauguração²³.

Quando o sujeito do discurso chama o regime de “moribundo”, significa que os reflexos nas suas formas de controle e repressão eram menores, tanto que o repórter argumentou não ser possível controlar a população. Era o saber do povo rompendo o saber do governo e a imprensa. A insurgência do povo em comícios e manifestações também se manifestava em novas práticas. No enunciado “vigiava, controlava e pressionava”, utilizado pelo sujeito da SD 76, remete a uma situação de traição, de tocaia, ou seja, os censores permaneciam à espreita, a postos, esperando o momento certo de atacar.

O controle dos veículos de comunicação não era somente pela censura, a repressão, mas pelo corte de verbas e a ameaça do corte da própria concessão do canal televisivo, conforme vimos anteriormente. De acordo com Smith (2000, p. 78), “[...] havia amplas oportunidades para a interferência do Estado nas finanças da imprensa: suspender a publicidade, negar empréstimos pelos bancos oficiais, recusar licenças de importação de equipamento ou papel de imprensa ou confisco de tiragens”. Essa não era a única pressão exercida sobre os veículos de comunicação, tanto as empresas quanto os jornalistas corriam riscos de uma repressão mais dura e violenta dos militares.

E o que seria uma “cobertura de televisão tão quente ou mais quente que a dos jornais e a das revistas?” Bem, uma “cobertura quente” seria, no caso, aquela que desse a real dimensão da campanha.

Se o teor da cobertura pela repressão do regime militar (SD 77), o repórter e comentarista político fazem, há, por outro lado, o reconhecimento de que a cobertura não fora realizada como deveria por causa do regime militar. A “última força” aponta para a conquista do poder e manutenção nele pelo aparelho repressor de Estado, o que viria justificar a falta de reconhecimento desse poder pela população e de sua legitimidade. Por isso a necessidade do alto número de decretos e atos institucionais promulgados no período.

Veja o quadro-síntese da determinação/designação desta subseção:

²³ De acordo com um levantamento histórico feito pela Rede Bandeirantes em seu portal (<http://sonoticiaboa.band.uol.com.br/noticia.php?i=986>), a rede dos Diários Associados de Assis Chateaubriand acumulava dívidas e vinha de uma crise que se arrastava desde o final da década de 1960. O governo militar preferiu a cassação a entregar o canal a uma cooperativa de funcionários. Sob a sombra dessa cassação, a Globo não estava a fim de arriscar.

Quadro-síntese 19: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção B

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
74	Sujeito jornalista	Historiador	Jornalista	Inscrição e identificação com a FD jornalística	“medidas de emergência”; “possibilidade de detenção”; “suspensão da liberdade de reunião”; “intervenção em sindicatos”; “censura prévia”	censura
75		Fonte jornalística			“só com autorização do DENTEL”	censura
76		Fonte jornalística			“a forma como o regime moribundo vigiava, controlava e pressionava”	censura
77		Fonte jornalística			“última força”	censura

Fonte: A autora.

A posição-sujeito de jornalista na FD jornalística domina as SDs desta subseção. Ao referir mais especificamente sobre as ações de censura sofridas, os profissionais da emissora, tanto nas SDs extraídas dos depoimentos quanto no texto do *site*, justificam a impossibilidade de divulgação pela interdição do regime militar. O sujeito da SD 74 enuncia do lugar social de jornalista e se inscreve no lugar discursivo de historiador, pois age como se fosse recontar a história da emissora, reservando o distanciamento dessa. Já os sujeitos das SDs 75, 76 e 77 também enunciam do lugar social de jornalista, mas se inscrevem no lugar discursivo de fonte jornalística, ou seja, agem *como se* auxiliassem a emissora a contar uma história, no caso a história da cobertura *Diretas Já*. Esse lugar discursivo é a marca da mudança das condições de produção do discurso,

pois os sujeitos só podem se inscrever nesse após a cobertura, na criação do portal de memórias da Globo.

A próxima subseção deste recorte trata do efeito de sentido que a divulgação dos comícios pela Globo aconteceu em razão do aumento da adesão da população à campanha.

RECORTE 6 – SUBSEÇÃO C: SABERES DO POVO

Como já abordamos nas análises das SDs, o funcionamento da determinação está vinculado a saberes e práticas dos sujeitos. A fim de refletirmos sobre a inclusão da cobertura das diretas em uma seção denominada *Erros*, no *site* da Globo, anos mais tarde reflete o modo como os jornalistas se percebem na instituição e percebem os outros (os líderes da campanha, o povo e sua adesão aos comícios). É pertinente fazermos uma reflexão nesse viés para entendermos a irrupção dos saberes do povo.

SD 78: Porque que é a Rede Globo **minimizou** o comício de São Paulo, da Praça da Sé, e porque que a Rede Globo só na **última hora** acabou cobrindo o comício da Candelária? É que, na medida em que você põe nos **pratos da balança**: de um lado você põe a sociedade, de outro lado você põe o Estado representado pelo governo militar. Na medida em que esse poder aqui (da sociedade) se fortalece ele ganha **peso atômico**, ele ganha **consistência**, esse aqui (do Estado) se **enfraquece**. E a televisão por ser um veículo que está, que é um paraquedas, um pára-raios, que está recolhendo energia de um lado e do outro, ela **tem que se posicionar de acordo com as inclinações desse prato da balança**. Então foi a sociedade, a **manifestação ruidosa da sociedade** que criou para a Rede Globo condições de dizer para este lado de cá do prato (do Estado) que **não dá mais para segurar**, vocês estão mais enfraquecidos do que pensam. (DEPOIMENTO ARMANDO NOGUEIRA - 4min59seg).

SD 79: Então a Rede Globo **resolve solidarizar-se com a opinião pública** mostrando que ela é um **veículo extremamente sensível** quando você tem uma nação se manifestando, porque ali foi, **não foi um movimento partidário**, foi um movimento de **caráter nacional** em todas as categorias (corte de imagem). (DEPOIMENTO ARMANDO NOGUEIRA - 4min59seg).

SD 80: Em abril, a campanha **empolgou definitivamente o país**. No dia 10, cerca de **um milhão de pessoas** se reuniram na Candelária, no Rio de Janeiro. A Globo cobriu, **então**, com **grande destaque** o **evento**, dedicando-lhe quase **uma hora** da sua **programação**. (TEXTO DO SITE ANTES DA REPORTAGEM DO COMÍCIO DO RJ E 10/04/84).

SD 81: Aí, no dia 25 de janeiro, houve um **mega comício na praça da Sé** em São Paulo, **coisa de 1,5 milhões de pessoas, aí não dava para ignorar**. (corte de imagem). (DEPOIMENTO ERNESTO PAGLIA - 3min20seg).

Conforme podemos observar pelo relatado na SD 78, a condução da cobertura jornalística assume na construção imaginária social uma posição positiva a partir dos saberes do povo nas ruas no momento final da campanha ao mesmo tempo em que não

se podia mais conter as pressões populares. A Rede Globo percebeu que teve de mudar os rumos da cobertura, ampliando o tempo de reportagem sobre os comícios. “Manifestação ruidosa” é a expressão que configura a causa que levou a emissora a dar voz aos saberes do povo. Esse fato é importante porque os saberes da FD jornalística entram em contato com os saberes da FD das Diretas, que os interpela e com os quais o sujeito jornalista passa a se identificar.

Observamos ainda que ao confrontar o poder da sociedade *versus* o poder do Estado o sujeito do discurso, metaforicamente, está indo de encontro à tão propagada imparcialidade jornalística, pois não estaria medindo a importância dos fatos, mas o que as autoridades pensam sobre esses. Ao afirmar que a televisão “tem que se posicionar de acordo com as inclinações desse prato da balança”, o jornalista desconstrói o imaginário de isenção.

Na SD 78 a designação de televisão é determinada discursivamente por “paraquedas” e “para-raios”. Tais expressões referem o ato de absorver o impacto, e na SD apontam para aquilo que recai sobre a televisão, a disputa de poderes. Portanto, no regime militar, as emissoras de televisão estariam mais diretamente ameaçadas.

O comício da Praça da Sé em São Paulo mencionado na SD 78 foi tratado como festa de aniversário da cidade e a reportagem abordou diversas outras programações, totalizando 2 minutos e 18 segundos. As reportagens seguintes foram exclusivas sobre os comícios. A referência ao comício da Candelária teve 1 minuto e 4 segundos de chamada, mais 7 minutos e 31 segundos de exibição no *Jornal Nacional* e 13 minutos e 18 segundos no *Jornal da Globo*. Todavia, não é apenas o tempo de exibição que confere o tom das reportagens, que lhe assegura consonância com a realidade dos acontecimentos.

Na SD 79 o sujeito do discurso afirma que a Globo precisou “solidarizar-se com a opinião pública” para realizar a divulgação. Esse “solidarizar-se” já foi designado anteriormente sob o determinante “pressões populares”. Sem pressão não haveria divulgação, e havendo divulgação, a dimensão política da campanha foi ignorada, como o próprio jornalista destaca em seu depoimento, afirmando que a campanha “não foi um movimento partidário”. Por mais que tenha reunido todos os partidos de oposição, as *Diretas Já* era um movimento partidário sim, pois tinha cunho político. Lutava pela redemocratização do país e a possibilidade de os partidos disputarem a preferência dos brasileiros.

O uso da expressão “extremamente sensível” remete à SD 78 e ao determinante discursivo “para-raios”. A emissora assim designada absorveu o clima que antecedeu a campanha e esperou “o prato da balança” pender para um dos lados antes de iniciar a cobertura do movimento.

Na SD 80, extraída do texto do *site* do portal de memória, comício já não é mais designado como festa ou, mesmo, como comício. Passados mais de vinte anos da cobertura, comício passa ser determinado discursivamente como evento, que no enunciado aponta para o sentido de acontecimento jornalístico, histórico, político e discursivo. Comício só ganha essa designação quando, enfim, a emissora reconhece os saberes do povo nas ruas e lhe confere legitimidade. E por reconhecer esse saber tardiamente, insere a cobertura das Diretas na seção Erros do seu portal de memória.

Sobre o vídeo mais polêmico da campanha referente ao comício da Praça da Sé em São Paulo, em 25 de janeiro de 1984, o sujeito jornalista dá outra significação à divulgação do evento como parte da programação alusiva ao aniversário de São Paulo em seu depoimento para o portal (SD 81). A divulgação de notícias do comício, mesmo revestidas da significação de festa, com seu sentido político diminuído, por si só, teria sido um ato de subversão. A formação imaginária é de que, mesmo sob a censura, “não dava para ignorar”. Entretanto, a repressão não necessariamente advinha somente do regime, já que as pressões também eram internas, de convencimento dos diretores a divulgarem informações sobre a campanha. Nessa SD a expressão “mega-comício” remete a uma memória sobre grandes mobilizações. O jornalista, sujeito desse discurso, corrobora que os saberes do povo pressionaram a divulgação.

Veja como ficou o quadro da determinação/designação desta seção.

*Quadro-síntese 20: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte
6 subseção C*

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
78	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição na FD jornalística com atravessamento e aproximação de saberes da FD das Diretas	“peso atômico”; “manifestação ruidosa da sociedade”	campanha <i>Diretas Já</i>
79		Fonte jornalística			“solidarizar-se com a opinião pública”; “veículo extremamente sensível”	TV Globo
80		Historiador			“empolgou definitivamente”	campanha <i>Diretas Já</i>
81		Fonte jornalística			“mega comício”; “coisa de 1,5 milhões de pessoas”; “aí não dava para ignorar”	campanha <i>Diretas Já</i>

Fonte: A autora.

Os sujeitos das SDs desta subseção inscrevem-se na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista. Mais uma vez essa posição-sujeito se movimenta dentro da FD em direção à forma-sujeito da FD das Diretas. Os saberes que circulavam sobre a campanha passam a atravessar a FD jornalística e provocam tal movimentação. Expressões como “manifestação ruidosa da sociedade” (SD 78), “solidarizar-se com a opinião pública” (SD 79), “a campanha empolgou definitivamente o país” (SD 80) e “aí não dava para ignorar” (81) marcam linguisticamente a movimentação. Por conta dessas expressões, a Globo passa a divulgar os comícios e atividades da campanha.

As SDs 78, 79 e 81 trazem sujeitos discursivos que, embora enunciem do lugar social de jornalista e estejam inscritos na posição-sujeito de jornalista, se inscrevem ainda num lugar discursivo que nomeamos de lugar discursivo de fonte jornalística. Esse lugar discursivo é consequência da mudança nas condições de produção do discurso: os jornalistas retornam mais de vinte anos após a cobertura para falarem sobre essa. Já o sujeito da SD 80, extraída do texto do portal, também enuncia do lugar social de jornalista, embora se inscreva no lugar discursivo de historiador, pois ao retornar à

cobertura o faz sob a terceira pessoa no *site* que, sabemos, é uma iniciativa da própria emissora.

A subseção seguinte traz SDs que referem a confissão do erro e a admissão de que a cobertura da Globo foi “tímida”.

RECORTE 6 – SUBSEÇÃO D: RECONHECIMENTO DO ERRO

Na subseção D, além de justificar, a Globo reconhece o erro na cobertura jornalística ao classificá-la como tímida:

SD 82: Questão número 1: **é verdade que a cobertura das televisões e da Rede Globo sobre a campanha das diretas foi mais tímida do que a cobertura das revistas e dos jornais? Sim, é verdade.** (DEPOIMENTO ANTÔNIO BRITTO - 5min52seg).

SD 83: A cobertura das televisões e da Globo foi mais tímida do que o episódio era. E a forma de eu comprovar o que estou dizendo é a seguinte: **se as Diretas fossem hoje**, claro que não seria incoe... mas é **óbvio que teria 45 minutos de Jornal Nacional. A pergunta é: lá, naquela circunstância, isso poderia ser feito? Que consequência teria?** (DEPOIMENTO ANTÔNIO BRITTO - 5min52seg).

Na SD 82 o sujeito jornalista admite uma cobertura jornalística “tímida” da Rede Globo. Essa SD é parte do mesmo conjunto das SDs 75 e 76 do depoimento do jornalista Antônio Britto, embora não integrem o mesmo recorte por conta das regularidades mapeadas em cada uma dessas.

Novamente na SD 83 o sujeito reitera que a cobertura da Rede Globo foi “tímida” ao comparar a discursivização do acontecimento naquela época e na atualidade. Hoje, este sujeito acredita que o assunto ganharia 45 minutos do *Jornal Nacional*. Todavia, o que está em questão não é apenas o tempo dedicado à notícia, mas o que se produz sobre esta. Está em questão como uma campanha, um comício, se transforma em festa na discursivização de uma emissora de TV. Se a cobertura tivesse tido outro viés, “que consequência teria?” não se pode precisar, mas talvez a maior consequência incidisse diretamente nos lucros da empresa. O quadro-síntese a seguir resume os deslizamentos de sentido de diferentes determinantes discursivos para a designação da cobertura das Diretas.

Quadro-síntese 21: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção D

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
82	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição e identificação com a FD jornalística	“mais tímida”	cobertura minimizada
83					“mais tímida”	cobertura minimizada

Fonte: A autora.

O sujeito das duas SDs (82 e 83) desta subseção se inscreve na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista. Ele ocupa o lugar social de jornalista, pois fala da sua atuação enquanto jornalista da emissora, mas também se inscreve no lugar discursivo de fonte jornalística. O sujeito jornalista ao dizer que a cobertura foi “mais tímida”, também admite que a emissora “errou”.

Na subseção seguinte está a SD que remete às pressões populares e dos militares que a Globo sofria.

RECORTE 6 – SUBSEÇÃO E: DUPLA PRESSÃO: DOS MILITARES E DA POPULAÇÃO

Na subseção E a justificativa do erro não envolve apenas a emissora e a censura, mas mostra-se pressionada pela população também.

SD 84: Então vocês podem imaginar quantas **pressões** devem ter recebido a alta direção da empresa e, por consequência, **nós**, não é, **a corporação**, tendo, tendo... porque nós, como nós não, qual é um vínculo de um jornalista como **eu** que trabalha numa empresa como a Rede Globo que está **pressionada** de um lado pela **opinião pública mais respeitável** e de outro de um poder, de um **poder incontestável do Estado? Você** vai a um restaurante, **você é cobrado** pelos amigos. (corte de imagem). (DEPOIMENTO ARMANDO NOGUEIRA - 4min59seg).

No enunciado “vocês podem imaginar quantas pressões devem ter recebido a alta direção da empresa e, por consequência, nós, não é, a corporação” percebe-se que o profissional revela um imaginário dele sobre o imaginário que a população pudesse ter sobre a emissora. Sobre o funcionamento das formações imaginárias referentes aos objetos dos discursos, Pêcheux (1993, p. 84) destaca que “[...] todo processo discursivo supunha, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, sobre a

qual se funda a estratégia do discurso”. O objeto do discurso era o noticiado pela Rede Globo. Assim, a antecipação que o jornalista (A) fez a respeito do que a população (B) pensava sobre a Globo (R) era de que havia a compreensão de a cobertura não ser mais incisiva em razão das repressões do regime militar.

Por outro lado, “Opinião pública mais respeitável” é o determinante discursivo usado para designar os artistas que haviam se engajado na campanha, além, claro, dos políticos. O “nós” é parcialmente inclusivo, pois se refere apenas à equipe de telejornalismo da Globo. Entendemos que nessa SD o seu funcionamento é restritivo, já que trata de “todos” restrito à equipe. Ainda, a presença da terceira pessoa do singular “você” não refere sobre “de quem se fala”. Discursivamente “você” funciona como “eu” e dá a ideia de aproximação entre o sujeito do discurso e o telespectador do vídeo, ou seja, busca colocar o outro no mesmo lugar.

O jornalista deixa escapar sua frustração pessoal na SD 84: “Você vai a um restaurante, você é cobrado pelos amigos”. Indica certa frustração pela conduta da cobertura jornalística, motivo de vergonha entre amigos.

Quadro-síntese 22: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção E

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
84	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição e identificação com saberes da FD jornalística	“pressões”; “opinião pública mais respeitável”; “poder incontestável do Estado”	pressão do regime militar e da sociedade

Fonte: A autora.

Na SD 84 o sujeito jornalista ocupa o lugar social de jornalista, inscreve-se na posição-sujeito de jornalista e no lugar discursivo de fonte jornalística.

A próxima seção trata da designação da Rede Globo como instrumento político no período da campanha *Diretas Já*.

RECORTE 6 – SUBSEÇÃO F: REDE GLOBO-INSTRUMENTO POLÍTICO

Nas SDs desta subseção a designação “da Globo” funciona como instrumento político na época da campanha.

SD 85: Eu acho que **esta coisa** não está bem esclarecida. Eu fui conversar com o **doutor Roberto** e explicar para ele o que era a campanha das Diretas que a Globo **precisava** de entrar **nisso**, quando foi minha surpresa, o doutor Roberto vira assim para mim e fala assim: “olha, jovem eu nunca determinei que a Globo não cobrisse eleições”. Eu falei: “como **doutor Roberto?**”. Ele falou: “não, o que eu disse ao Boni foi o seguinte, pode cobrir, com responsabilidade sem que a Rede Globo se torne **instrumento de A, B ou C**. (corte de imagem). (DEPOIMENTO ALBERICO DE SOUZA CRUZ - 2min33seg).

SD 86: A Globo foi o principal **instrumento político** daquela época. E fazendo, evidente que a **ordem** do **doutor Roberto** era cobrir com **cuidado**, isso não significava nenhuma ordem de conteúdo. Ele não queria que a Globo fosse **instrumento** de **meia dúzia de pessoas**. (DEPOIMENTO ALBERICO DE SOUZA CRUZ - 2min33seg).

O jornalista e um dos diretores de jornalismo da Rede Globo, na época Alberico de Souza Cruz, fazem relatos contrários aos de seus colegas (SD 85). Novamente observa-se a direção ser designada de “doutor”, como autoridade máxima e suprema de poderio. O determinante “doutor” funciona como se fizesse parte do nome original de Roberto Marinho. Assim, conforme Guimarães (2005, p. 41), “o sentido constitui o mundo em que povoamos. E o constitui enquanto produz identificações sociais que são o fundamento do funcionamento do indivíduo enquanto sujeito”. Ao receber a designação de “doutor”, Roberto Marinho é identificado socialmente como homem influente, poderoso e a quem se deve respeitar.

Nessa SD, a metáfora dos pratos na balança é contestada, pois, segundo o sujeito jornalista Roberto Marinho, nunca impediu a realização da cobertura, embora temesse que “a Rede Globo se torne instrumento de A, B ou C”.

Se “a Globo foi o principal instrumento político daquela época” (SD 86), por quem teria sido utilizado esse instrumento a não ser pelos militares? Por essa fala compreende-se que ser “instrumento de meia dúzia de pessoas” seria retratar de forma inconsequente, por exemplo, a campanha *Diretas Já*.

Quadro-síntese 23: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção F

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
85	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição e identificação com a FD jornalística	“instrumento de A, B ou C”	Rede Globo
86					“instrumento político”, “instrumento de meia dúzia de pessoas”	Rede Globo

Fonte: A autora.

O sujeito jornalista nas SDs 85 e 86 se inscreve na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista. No depoimento dado ao portal, ao assumir a defesa do trabalho realizado por precaução para que a Globo não “fosse instrumento de meia dúzia de pessoas”, o jornalista também se inscreve no lugar discursivo de fonte jornalística que vem corroborar a posição da emissora em seu portal de memória. Na sequência a SD que remete à pressão popular exercida sobre a emissora.

RECORTE 6 – SUBSEÇÃO G: PRESSÃO POPULAR

Na SD 87 desta subseção a Globo é colocada numa posição de vítima diante da cobertura realizada. No entanto, o motivo não é mais o regime militar, mas a pressão da sociedade, ou seja, a eclosão dos saberes do povo nas ruas.

SD 87: A pressão foi muito grande, **a pressão popular acho que foi a maior pressão que a Rede Globo sofreu**, não é, nesse movimento das Diretas e o que fez com que a Rede Globo, eu acompanho um pouco a luta intestina aqui grande dos profissionais, é, tentando se solidarizar, eu diria, com o **doutor Roberto** que recebia pressões, talvez as maiores que eu, das quais eu fui testemunha. (DEPOIMENTO WOILE GUIMARÃES - 35seg).

“Doutor Roberto” se repete na SD 87. O tratamento ao presidente das organizações Globo parece ser institucionalizado entre os funcionários da emissora, e a cada repetição reforça a ideia de “ser supremo” ao qual todos devem lealdade e fidelidade.

Na SD 87 o sujeito jornalista fala da pressão que a Rede Globo e seu presidente Roberto Marinho sofreram na época da campanha; contudo, o destaque é para a

expressão “pressão popular”. Sim, a maior pressão foi a popular, já que a condução da cobertura da campanha só atendeu às expectativas do governo militar.

Quadro-síntese 24: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção G

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
87	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição e identificação com a FD jornalística	“pressão popular”; “a maior pressão”; “pressões”	pressão popular

Fonte: A autora.

O sujeito jornalista inscreve-se na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista, cujo efeito é o de vítima. A SD 87 mostra uma movimentação da referida posição. Enquanto em momentos anteriores se aproxima do campo de saber da FD governista-militar, desta vez se aproxima mais da FD das Diretas para justificar que a sociedade pressionava a emissora para realizar a cobertura das atividades da campanha. O sujeito também se inscreve no lugar discursivo de fonte jornalística.

Ao falar desse lugar sobre a cobertura, o sujeito jornalista enfatiza o poder de audiência da Rede Globo, conforme podemos observar na próxima subseção.

RECORTE 6 – SUBSEÇÃO H: PODER DE MANIPULAÇÃO

A SD 88 retrata o reconhecimento do poder de influência da emissora sobre a sociedade, segundo o sujeito jornalista.

SD 88: Havia um **cuidado muito grande**. A emissora parecia ter uma **dificuldade editorial** com o assunto (corte de imagem). Possivelmente, uma preocupação é com o **calibre da nossa cobertura** né, que às vezes além de constatar o que acontece pode alterar a realidade dependendo do jeito que faz isso você não apenas retrata, mas **interfere na realidade**. Mas certamente na época a **preocupação** era tamanha que não, ninguém queria nem **arriscar**. (DEPOIMENTO ERNESTO PAGLIA - 3min20seg).

Conforme podemos observar pelo relato do depoente, “Ninguém queria arriscar”. Quando ele afirma ter participado desse episódio marcante, notamos que está referindo o fato de “a emissora parecia ter uma dificuldade editorial com o assunto” por

reconhecer que a cobertura poderia ter sido diferente. Desse modo, temos presente a ideologia dominante que estabelece relações de poder em torno do que podia e/ou não devia ser noticiado.

Como nos mostra o entrevistado ao dizer o “calibre” da cobertura da Rede Globo, leva-nos a refletir não apenas sobre abrangência e audiência, mas também sobre o poder de manipulação. Constatamos isso quando ele diz “às vezes além de constatar o que acontece pode alterar a realidade dependendo do jeito que faz isso”. Assim, temos a evidência do imaginário construído pelo jornalismo ao discursivizar os acontecimentos, em que alguns podem ser transformados, silenciados e/ou ressignificados.

Quadro-síntese 25: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção H

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
88	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição na FD jornalística com distanciamento de sua forma-sujeito e atravessamento de saberes da FD governista-militar	“cuidado muito grande”; “dificuldade editorial”, “preocupação”; “calibre da nossa cobertura”; “ninguém queria nem arriscar”	poder de manipulação

Fonte: A autora.

Observamos na materialidade linguística (e histórica) que os processos de significações nos quais os sujeitos estão inscritos mostram que o sujeito se inscreve na PS de jornalista na FD jornalística e, como tal, reproduz o discurso da cautela, da consequência, reproduzindo o imaginário ou, pelo menos, a impressão de controle. A posição-sujeito de jornalista se afasta da forma-sujeito da FD de origem por admitir que o jornalismo pode ser manipulador. Como a SD foi extraída do depoimento do jornalista para o portal mais de vinte anos depois da cobertura realizada, o sujeito se inscreve no lugar discursivo de fonte jornalística cujo efeito é de submissão ao institucional, representando, com isso, a imagem do bom sujeito (tratada por Pêcheux, 1995), ou seja, identificado à FD governista-militar.

O discurso dessa posição-sujeito se organiza numa “rede de reformulações” que se antagoniza com os saberes da FD das Diretas, ou seja, por mais que se busque explicações, são produzidos saberes excludentes, já que não são partilhados. O lugar discursivo é o de fonte jornalística porque o depoimento é utilizado para construir a justificativa do erro em seu portal de memória.

Na próxima subseção, o efeito de sentido de frustração dos profissionais pela “cobertura tímida” realizada pela Globo fazem ressoar marcas da interdição, do silêncio local.

RECORTE 6 – SUBSEÇÃO I: FRUSTRAÇÃO-COBERTURA TÍMIDA

Os sujeitos jornalistas das três SDs que compõem esta subseção (SDs 89, 90 e 91), além de justificarem o erro, também falam em frustração pela forma como a cobertura foi realizada, indicando que essa forma foi uma recomendação de orientação vertical.

SD 89: E nós ficávamos muito **frustrados** porque era um **episódio marcante da história do país**. Era um **momento muito importante**, um momento que a gente sentia que tinha **grande importância jornalística, histórica** e queríamos como profissionais da área cobrir o assunto (corte de imagem). (DEPOIMENTO ERNESTO PAGLIA - 3min20seg).

SD 90: Então a Globo estava muito **determinada** a dar um **prestígio grande** a essa cobertura, mas foi uma **frustração** porque nós nos preparamos e quando chegou no dia, é, houve **alguma ordem** que **impediu** que essa cobertura fosse ao ar, essa cobertura ao vivo. Então foi **muito frustrante** porque, de qualquer forma, a **recomendação** que recebemos foi de ir para lá e fazer a cobertura como se ela estivesse indo ao ar ao vivo pela Rede Globo, mas no fundo estávamos fazendo uma cobertura, é, dirigida, basicamente, à direção do jornalismo da Globo no Rio (corte de imagem). E como eu suponho que a Direção de Jornalismo na época alimentou **até a última hora a perspectiva** de que pudesse haver a **liberação**, a gente não desativou todo o processo que havia sido montado. E até por isso a gente transmitiu **como se fosse ao vivo**. (DEPOIMENTO ÁLVARO PEREIRA - 2min57seg).

SD 91: Mas é **muito frustrante** você se prepara para fazer uma **cobertura ao vivo** que o **momento máximo** ali da cobertura de um **processo político** que você está acompanhando tão de perto e depois você acabar fazer uma **transmissão** para um **circuito interno**. (DEPOIMENTO ÁLVARO PEREIRA - 2min57seg).

Pelo funcionamento discursivo para além do “erro” reconhecido por profissionais da Rede Globo, entendemos o entrelaçamento de saberes das diferentes FDs. Pela recorrência ao sentimento de frustração, entendemos certo movimento do sujeito jornalista contraidentificado à FD governista-militar. A remissão a outros discursos permite compreender uma possível interferência no trabalho do jornalista na

SD 89. No enunciado “Os profissionais ficavam frustrados por não poderem realizar seu trabalho” percebe-se que não havia lugar para o que não podia e não devia ser dito resalta o proibido na TV brasileira.

Apenas fala-se em censura no dia de votação da emenda, como se observa na SD 90. Com a adoção de medidas de emergência pelo prazo de sessenta dias, a partir de 18 de abril, e a determinação de censura prévia às emissoras de rádio e de televisão, não foi possível fazer qualquer tipo de chamada ao vivo no dia da votação da emenda Dante de Oliveira. Assim, a cobertura não foi transmitida em razão da censura. Entretanto, nada comenta sobre o período anterior de um ano da campanha pelas *Diretas Já*, quando não estavam decretadas medidas de emergência, nem censura prévia.

Na SD 91 a frustração parece ser somente pelo trabalho realizado e não transmitido. Esta seção revela o imaginário que os profissionais faziam do seu próprio trabalho na época, representada pela formulação de Pêcheux (1993, p. 84): IA(R), sendo A os profissionais e R a atividade jornalística.

Quadro-síntese 26: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte 6 subseção I

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
89	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição e identificação com a FD jornalística	“frustrados”; “um episódio marcante da história do país”; “grande importância jornalística, histórica”	frustração pela não cobertura
90					“uma frustração”; “foi muito frustrante”	frustração pela não cobertura
91					“é muito frustrante”	frustração pela não cobertura

Fonte: A autora.

Nas SDs 89, 90 e 91, extraídas dos depoimentos dos profissionais, os sujeitos do discurso se inscrevem na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista e também no lugar discursivo de fonte jornalística. A mudança da posição-sujeito de jornalista político para jornalista marca a mudança das condições de produção. Com a criação do

portal, a emissora busca produzir uma nova memória sobre a cobertura das Diretas, mas retorna ao apagamento do político. O arrependimento, na verdade, justifica, reforça a posição da época, fortemente vinculada à FD governista-militar. Há um conflito de saberes entre a FD governista-militar e a FD das Diretas funcionando sobre os saberes da FD jornalística e nas suas posições.

Quando o sujeito jornalista, na SD 90, fala em “ordem”, temos o exemplo da censura local, do silenciamento produzido por causa da interdição. Conforme Orlandi,

Essa impossibilidade, posta pela censura e pela força, se naturaliza e funciona como um pré-construído restritivo a certos sentidos de liberdade, de tal maneira, que eles parecem *impossíveis*. Foram assim desmoralizados, amolecidos, inviabilizados, de-significados, postos fora do discurso (2010, p. 63).

Os sentidos vindos dos saberes do povo são, assim, “de-significados” na cobertura e permanecem na criação do portal de Memória da Globo. Não mais interditados, mas esquecidos, no sentido de “esquecer apagando os novos sentidos que já foram possíveis, mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador” (ORLANDI, 2010, p. 62).

Na última subseção deste recorte, tratamos das SDs que se referem ao enunciado “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” como um equívoco da população.

RECORTE 6 – SUBSEÇÃO J: O POVO NÃO É BOBO, ABAIXO A REDE GLOBO

Na subseção J analisaremos, nas duas SDs, a repetição do enunciado “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” ecoado em inúmeras manifestações por todo o país e que, desde a campanha *Diretas Já*, relaciona-se à busca do povo por uma maior diversidade na mídia brasileira; menos censura na imprensa e mais voz às camadas populares é essencial para a democracia.

SD 92: O momento importante, para o Brasil, importante para a TV Globo, **muito mal, muito mal analisado, muito mal analisado** pelos que **se aventuram** a comentar este pedaço da história do Brasil e a relação da TV Globo com esses acontecimentos. As pessoas se referem, algumas pessoas se referem a esse período como o período em que a TV Globo era **estigmatizada**, não é, havia aquela frase famosa né que até hoje de vez em quando alguém usa “**o povo não é bobo, abaixo a TV Globo**”. Quem, quem analisa, é, quem analisa esta, este, **essa quadra** da realidade brasileira **por esse prisma** está **completamente equivocado**. (DEPOIMENTO PEDRO ROGÉRIO - 3min39seg).

SD 93: De modo que quem, o crítico que vê o negócio “o povo não é bobo, abaixo a TV Globo”, que a TV Globo **escondeu** as Diretas, **isso tudo é mesquinha completa, isso tudo não tem a menor importância** diante da **grandeza maior** que foi a **sabedoria do doutor Roberto**, assessorado pelo Armando Nogueira, pelo Toninho Drummond, que tem uma participação importante nisso, né, pelo Carlos Henrique, de terem essa visão de que “olha, vamos ajudar essas pessoas que querem, que querem ver o Brasil democratizado. **Nós não podemos, é, é fazer aventuras**”. **O Jornal Nacional não podia fazer aventuras.** (DEPOIMENTO PEDRO ROGÉRIO - 3min39seg).

O depoente é enfático ao dizer que defende a cobertura da campanha feita pela emissora (SD 92) e o posicionamento da Globo que sofreu pressão da população, a qual analisa “muito mal” o acontecimento. O sujeito jornalista cita o bordão que se popularizou naquela época “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” assegurando que quem faz essa interpretação “está completamente equivocado”.

Podemos pensar que os saberes do povo são antagônicos aos saberes empresariais, que os saberes da FD jornalística orientavam as práticas dos sujeitos jornalistas. Possivelmente, o fascínio pelo poder e/ou a compreensão de que o empreendimento midiático deveria funcionar como empresa capitalista nas suas relações com o telespectador, nas relações de mercado, tenha ludibriado esses sujeitos.

As *Diretas Já* tiveram como motim a eleição direta para a Presidência da República. Entretanto, algumas questões acerca da postura da Rede Globo incomodavam os brasileiros, como (a) teria sido a censura dos militares responsável na divulgação da campanha pelas Diretas, contribuído na sua submissão?; (b) os sujeitos jornalistas tornaram-se insurgentes após algum tempo do movimento?; (c) acusados por manifestantes e espectadores de sonegar informação e não divulgar a campanha, a Rede Globo teria apoiado o de 1964 e, no decorrer da história, os sujeitos jornalistas passaram, por exemplo, a perceber que o povo queria mudança não só a política brasileira, mas também maior abertura nas programações, maior liberdade de expressão?

No período estavam em operação quatro grandes redes de televisão abertas de escala nacional: TV Manchete, SBT, TV Bandeirantes e Rede Globo. O sujeito jornalista da SD 92 ao retomar o discurso-outro para justificar a não cobertura das *Diretas Já*, pelo interdiscurso e memória, busca ressignificar o apoio ao golpe de 64, que na ocasião foi alvo de questionamentos da população. Nesse contexto, a Globo era campeã de audiência, pois já perseguia o seu padrão de qualidade e focava no

entretenimento, principalmente nas telenovelas. Assim, uma informação chegava antes e para muito mais pessoas quando divulgada pela Globo.

Por outro lado, a repetição da expressão nominal “muito mal, muito mal analisado, muito mal analisado pelos que se aventuram a comentar este pedaço da história do Brasil e a relação da TV Globo com esses acontecimentos” reforça o entendimento do movimento das *Diretas Já* como “aventura”. Uma aventura que está diretamente proporcional à ideia de “inconsequência”. Seria inconsequente, dessa forma, divulgar uma campanha que tinha o descrédito do governo militar e dos diretores da própria emissora?

Ainda na SD 92, o uso do pronome demonstrativo “esses” em “esses acontecimentos”, “esse período” leva a um distanciamento do jornalista aos comícios, à campanha daquela época. Em “havia aquela famosa frase”, o demonstrativo “aquela” indica, de certa maneira, uma aversão ao bordão. “Aquela” impõe um distanciamento ainda maior entre o sujeito jornalista e a campanha, o que, no nosso entendimento, aponta para o reconhecimento e para o arrependimento, apontando para o “erro”. O abuso de demonstrativos para referir às diretas traz um recalque velado pela polêmica provocada, pela cobertura jornalística realizada pela Rede Globo. A prova disso é o final da SD “Quem, quem analisa, é, quem analisa esta, este, essa quadra da realidade brasileira por esse prisma está completamente equivocado”. O jornalista ficou tentando encontrar termos para se referir à campanha porque não podia dizer o que realmente pensava sobre essa.

Considerando que o interdiscurso põe em circulação dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma dada discursividade e que o discurso da SD 92 marca mudança das condições de produção, a retomada do conjunto de formulações feitas e já esquecidas determina o dizer do sujeito jornalista que, na ocasião das Diretas, ocupou o lugar de jornalista político e hoje ocupa apenas o lugar de jornalista. Logo, a hesitação na fala e o uso em demasiado de pronomes apontam para a subjetivação desse sujeito no discurso e revelam que sua posição-sujeito estava alinhada à da emissora, ou seja, à do regime na mesma FD governista-militar. Ao defender a Globo, o jornalista assume a mesma posição-sujeito de apagamento do político.

Este apagamento, na verdade, vem reforçado pelo portal de Memória da Globo, criado a partir de 2004, através do qual não se busca apenas reconhecimento do “erro”,

mas o esvaziamento de alguns sentidos de sua atuação no período da ditadura (no passado) e no período da democracia (no presente), ambos marcados, legitimados.

Na SD 93 o “negócio”, no caso, não é apenas marca de oralidade, mas a redução da importância, o esvaziamento do sentido do político do enunciado “o povo não é bobo, abaixo a TV Globo”. Por outro lado, “negócio” marca linguística advinda do campo econômico, não tem filiação aos sentidos de exploração econômica, mas pode ser pensada/entendida como negação ao sentido de manipulação por parte da imprensa, ou seja, do tráfico de influências, da concentração de poder. Ao dizer “isso tudo é mesquinhez completa”, “isso tudo não tem a menor importância diante da grandeza maior que foi a sabedoria do doutor Roberto”, essa visão de que “olha, vamos ajudar essas pessoas que querem, que querem ver o Brasil democratizado”, a repetição de expressões como “isso tudo” reforça a ideia de que a emissora não só sabia o que estava fazendo, como também escolheu ficar no lado dos militares. Tanto é que os enunciados “nós não podemos, é, é fazer aventuras” e “o Jornal Nacional não podia fazer aventuras” apontam tanto para os sentidos de descrédito ao movimento quanto para os sentidos de não riscos. Logo, erro não caberia aqui, mas, sim, o equívoco. Segundo Gadet e Pêcheux (2004, p. 64), “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história”. Assim, o fato de a emissora criar uma seção dedicada ao erro na cobertura das Diretas em seu portal de memórias não apaga os sentidos daquela época, mesmo buscando uma nova significação e mostrando arrependimento. Quando a língua toca a história, o que se observa é o apagamento do político na campanha. Portanto, não há erro, pois não foi um engano. É o que nos mostra a relação entre a língua e a história.

Os deslizos nas designações desta subseção de análise podem ser visualizados no quadro a seguir.

*Quadro-síntese 27: Determinação/designação e posicionamento dos sujeitos no recorte
6 subseção J*

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
92	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição e identificação com a FD das Diretas	“muito mal”; “muito mal analisado”;	cobertura das Diretas
93					“mesquinaria completa”; “não tem a menor importância”; “nós não podemos, é, é fazer aventuras”; “o Jornal Nacional não podia fazer aventuras”	cobertura das Diretas

Fonte: A autora.

O sujeito do discurso das SDs desta subseção se inscreve na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista, a qual está identificada com a forma-sujeito da FD jornalística. Se quem analisa o enunciado “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” “por esse prisma está completamente equivocado” (SD 92) e, se o “Jornal Nacional não podia fazer aventuras” (SD 93), a postura da emissora diante da campanha foi sábia segundo o profissional. Embora tenham o atravessamento de saberes da FD governista-militar e a posição-sujeito se movimente em sua direção, não há rompimento ou desidentificação. O sujeito das duas SDs também se inscreve no lugar discursivo de fonte jornalística, pois retorna à cobertura para ajudar a construir a imagem da emissora e a dar o seu ponto de vista sobre sua conduta na cobertura.

Todas as sequências discursivas desse recorte foram extraídas ou da transcrição do texto do *site Memória Globo*, ou dos depoimentos dos profissionais envolvidos com a cobertura. Assim, este recorte marca o posicionamento da Rede Globo quanto à justificativa para o erro na cobertura, ora por se considerar vítima do regime militar ou da pressão da população que não compreendia a censura, ora por considerar conveniente calar-se, e ora por não querer desagradar o regime, realizando o apagamento do político.

A Globo tanto se colocava como vítima do regime militar, da censura e da repressão (embora não cite nenhuma ameaça específica sofrida) quanto da própria

população por causa das acusações de dissimulação sofridas na época da campanha *Diretas Já*. Os próprios profissionais se colocam, por vezes, em posição de vítimas nos seus depoimentos. Vítimas das próprias condições de produção que levaram a emissora a não retratar a dimensão política do movimento, quando, na verdade, essa dimensão só foi levada em conta após os saberes do povo serem manifestados veementemente nas ruas.

3.6.2 Rede Globo e a subversão

Nesta seção abordaremos questões pertinentes à produção do novo em relação às manifestações que ocuparam as ruas em 1984, reascendendo as discussões sobre a adesão das organizações Globo nos comícios em prol da campanha das *Diretas Já*, apoiando a Emenda Constitucional que pretendia introduzir as eleições diretas.

Como vimos nas análises dos recortes precedentes, mais que postura equivocada a opção de relacionar o evento à festa e entretenimento é um posicionamento político. O modo como os sujeitos jornalistas se percebem e percebem o grupo Globo constrói um discurso respaldado na ideia de liberdade, no compromisso de ter de conter a “guerrilha urbana”, na ameaça à desordem, no perigo de um novo “golpe” da esquerda. Por isso, era preciso evitar riscos.

Do analisado até aqui, o título deve ter soado com estranheza. Como a Rede Globo poderia ter sido subversiva se permaneceu afinada com os militares durante todo o período da ditadura? Na visão da emissora, de alguns profissionais, a Rede Globo afrontou o regime e foi, sim, subversiva, embora o conceito de subversão neste caso seja questionável. Este recorte tem quatro seções: o efeito de sentido de “cumprimento do dever” a partir da divulgação dos comícios da campanha pela emissora; a divulgação das atividades da campanha *Diretas Já* ganhou a designação de subversão; a imagem que a Globo faz após a sua mudança de posicionamento diante dos saberes do povo, creditando a si mesma a responsabilidade pelo aumento do apoio à campanha; a expressão “apostar na democracia” como justificativa para a emissora agir com cautela, não confrontando o regime militar.

RECORTE 7 – SUBSEÇÃO A: DIVULGAÇÃO-CUMPRIMENTO DO DEVER

A sensação de dever cumprido ao realizar a cobertura de um comício e dar voz aos saberes constituídos pelo povo nas ruas produz o efeito de novidade a partir do já existente, mobilizando dizeres de desarranjar e rearranjar diante da memória produzida a partir das manifestações que ocuparam as ruas.

SD 94: APRESENTADOR ELIAKIM ARAUJO (BANCADA): Um **sono tranquilo** e **feliz** para todos. Boa noite. (REPORTAGEM JORNAL DA GLOBO COMÍCIO DAS DIRETAS NO RIO em 10/04/84 - 13min18seg).

SD 95: Como foi **bonito**, como foi **legal** eu pegar o carro de noite para casa naquele dia que nós tivemos **total liberdade** de mostrar o comício da Candelária no Rio de Janeiro. Foi **fantástico**. Foi **fantástico** porque a gente sabia a **importância daquilo** que a gente tava botando no ar. (corte de imagem). (DEPOIMENTO WIANEY PINHEIRO - 1min29seg).

SD 96: E de repente eu vejo alguns **vultos** passando por trás da minha cabeça e era João Roberto Marinho, Boni, a direção inteira indo no *switcher* porque, ou seja, **aquela alegria** que eu tenho certeza que esses **grandes comandantes** dessa empresa, a própria **família Marinho** sentiu naquele momento, e **alegria** não só porque estava **se quebrando ali** uma **grande amarra** que **prejudicou a empresa**, eu diria, tava se quebrando ali também um **trauma** deles mesmo, eles estavam **muito felizes com aquilo**. (corte de imagem). (DEPOIMENTO WIANEY PINHEIRO - 1min29seg).

Se antes dos vinte anos após o golpe de 1964 a Rede Globo ainda sofria críticas por ter apoiado a ditadura, é chegada a hora de rebater essas críticas e mostrar que as acusações eram infundadas e falsas.

A consciência de que a cobertura jornalística não estava em consonância com o que realmente acontecia no país durante a campanha *Diretas Já* eclode em pequenas “derrapagens”, “furos” na divulgação das informações. Um exemplo é o fechamento da reportagem do *Jornal da Globo* sobre o comício da Candelária, no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1984 (SD 94). O sujeito jornalista encerra o telejornal desejando “um sono tranquilo e feliz para todos”. Foi uma demonstração de alívio advinda da sensação de dever cumprido pela ampla reportagem sobre o comício da Candelária.

Por outro lado, desejar “Um **sono tranquilo** e **feliz** para todos” não necessariamente vem significar adesão à campanha e mudança de postura, podendo muito bem representar uma ironia, já que nada mais se podia fazer diante do clamor por reformas políticas e sociais.

Cabe lembrar que antes da publicação desse comício a Rede Globo havia incluído apenas seis reportagens sobre a campanha *Diretas Já* na seção *Erros* do seu

portal de Memória na internet. As reportagens tinham, em média, 1 minuto e 30 segundos. Considerando que o movimento *Diretas Já* nasceu da apresentação da emenda Dante de Oliveira em 2 de março de 1983 no Congresso Nacional e que a campanha iniciou oficialmente em abril, foram seis reportagens num ano. Um número ínfimo, dada importância da campanha no período que representava a possibilidade de encerramento de um período ditatorial que já completava vinte anos.

Não era de se surpreender com a pressão popular que a emissora sofria. Por isso, o alívio demonstrado pelo apresentador após a cobertura do comício da Candelária, divulgada tanto pelo *Jornal Nacional* quanto pelo *Jornal da Globo*, sendo esta última de 13 minutos e 18 segundos. “Sono tranquilo e feliz” teriam os profissionais e dirigentes da emissora após as reportagens dos dois jornais, com a sensação de dever cumprido, de ter correspondido às expectativas da população.

Os momentos de subversão, ou seja, de divulgação que os profissionais destacam com mais emoção, não necessariamente têm a ver com a censura do regime, como na SD 95. Nesta SD a reportagem sobre o comício da Candelária no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1984 não apresenta mudança alguma na postura do regime. A repressão e a censura veladas continuavam rondando os meios de comunicação. Ao contrário da “total liberdade” para cobrir ou não o comício, na verdade, está apontando para a autorização da direção do jornalismo e da presidência das organizações Globo, uma vez que a marca temporal “naquele dia” funciona como um retorno àquilo que não podia e não devia ser dito no momento ao retorno a dizeres vinculados ao discurso da Globo com sua postura de arrependimento, o que, a nosso ver, tem relação com opção política da emissora.

O mesmo sentimento, segundo o repórter, era partilhado por Boni e por João Roberto Marinho, filho do presidente Roberto Marinho (na SD 96). Seria um trauma em virtude dos ataques da população à emissora, inclusive nos próprios comícios das diretas? Pressionada entre o povo e o regime, a Globo precisava do apoio dos dois e sentiu que não poderia mais ignorar a campanha sob pena de boicote de audiência? Ampliar o tempo de divulgação de notícias sobre os comícios e tentar conter o discurso político contra o regime nas matérias representava a “alegria” por conseguir chegar a um meio-termo: não desagradar à população e nem ao regime. E “quebrar uma amarra que prejudicou a empresa”, não se tratava de subversão.

Acompanhe o quadro-síntese das formações imaginárias da emissora sobre a cobertura dos comícios.

Quadro-síntese 28: As formações imaginárias sobre os acontecimentos político e jornalístico e os posicionamentos dos sujeitos no recorte 7 subseção A

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Imaginário da emissora sobre o papel do jornalismo	Imaginário do acontecimento político para o acontecimento jornalístico
94	Sujeito jornalista	Jornalista	Jornalista	Inscrição na FD jornalística e atravessamento e aproximação com os saberes da FD das Diretas	Servilismo, obediência	tranquilidade, felicidade
95		Fonte jornalística			Servilismo, obediência	beleza, legal, ruptura, liberdade, fantasia
96		Fonte jornalística			Servilismo, obediência	alegria, ruptura, desprendimento, felicidade, liberação

Fonte: A autora.

O acontecimento político levou as Organizações Globo a produzirem um imaginário sobre si, sobre o trabalho do jornalista e sobre o acontecimento jornalístico. Por outro lado, os elementos que orientam essas produções imaginárias estão ainda arraigados aos saberes e às práticas da FD governista-militar (manifestadas pela ideia da neutralidade, do servilismo, da obediência). Ao mesmo tempo, tivemos a forte atuação da chamada imprensa alternativa, como, por exemplo, o *Pasquim* para driblar a censura, divulgar, denunciar, etc.

As designações sobre os efeitos produzidos a partir da divulgação do acontecimento político retornam ao festivo, ao entretenimento e, ao falar de liberação de “amarras”, de “traumas”, há o retorno ao efeito produzido pela ditadura, ou seja, ao silenciamento do político. O que significa que a subversão faz parte dessa produção imaginária, mas que, na realidade, permanece o vínculo com a FD governista-militar. É uma espécie de rememoração e comemoração da entrada dos militares no poder, um retorno aos saberes implementados ainda na época do golpe.

Na SD 96 o sujeito jornalista retoma o discurso-outro das Organizações Globo. Ao falar do outro, de “João Roberto Marinho, do Boni e da direção inteira”, o sujeito

fala de si também, da alegria e do sentimento de quebra de amarras que ele mesmo sentiu.

Os sujeitos das SDs 94, 95 e 96 inscrevem-se na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista. Entretanto, aqui vimos novamente uma movimentação dessa posição dentro da FD em direção aos saberes da FD das Diretas. Os jornalistas reconheciam a importância da campanha e, portanto, ficaram aliviados quando puderam divulgá-la. O sujeito das SDs 95 e 96 também se inscreve no lugar discursivo de fonte jornalística ao retornar vinte anos após a cobertura para dar o seu depoimento sobre essa e ajudar a Globo a contar essa história. Na SD 94 o sujeito ocupa o lugar social de jornalista que corresponde ao lugar discursivo também de jornalista.

Na subseção seguinte as SDs remetem a divulgação da campanha como fator de subversão.

RECORTE 7 - SUBSEÇÃO B: DIVULGAÇÃO-SUBVERSÃO

Das SDs 97 a 102, desta subseção, a divulgação das atividades da campanha *Diretas Já* ganhou a designação de subversão. Isso porque os sujeitos do discurso destacam que às vezes as notícias da campanha foram divulgadas mesmo nas condições de produção do regime ditatorial.

SD 97: Aí o “pinheirinho”, Wianey Pinheiro, que era o chefe do centro de produção falou assim: - Olha Sônia a gente **não pode**. A gente **só pode** transmitir **ao vivo** a votação **lá dentro do plenário, aqui fora nós não podemos** transmitir ao vivo **com essa manifestação popular. É recomendação lá do Palácio do Planalto**, coisa e tal, a gente pode dar uns takes assim ao vivo mas não uma grande cobertura ao vivo. Aí eu falei: - Ah, tudo bem. Agora o “pinheirinho” também era **ousado pra caramba**. Aí ele falou assim: - Agora, de qualquer maneira, se acontecer **alguma coisa séria é evidente** que nós **vamos botar ao vivo, depois a gente resolve** como que vai ficar, mas nós vamos botar, então você fica preparada. (DEPOIMENTO SÔNIA POMPEU - 2min38seg).

SD 98: E entra **aquele general louco, chicoteando os carros, todo fardado, um cavalo branco**, e assim, **pela esplanada dos Ministérios**. Aí ele falou: - Vamos botar ao vivo isso! Eu falei: - Cara, vamo nessa. E entrou ao vivo, **mostramos aquilo**, mas foi **rápido**, a gente teve que dar rápido né, **mas pelo menos mostrou** ele, o general lá e coisa e tal. Eu entrei falando coisa e tal e cá fora. **Evidentemente** deu a **maior confusão**, deu um **problema sério aqui pra cima**, coisa e tal. (DEPOIMENTO SÔNIA POMPEU - 2min38seg).

SD 99: A gente não se preparou para poder trabalhar **conforme o DENTEL e o governo queriam**. A gente seguiu produzindo **como se tivesse na França**, né. Foi uma decisão que se tomou, Brasília, Rio. E aí isso enlouqueceu o pessoal do DENTEL (corte de imagem). (DEPOIMENTO ANTÔNIO BRITTO - 5min52seg).

SD 100: **Aquele** foi um dos **episódios mais bonitos**, sabe, que eu acho que a nossa geração teve, porque a gente **cobria pro nada**, não é, e **cobria com um tesão** de, sabe, se tivesse ao vivo para todo o planeta né. E acho que **aquilo ali** mostrou que realmente tinha acabado **aquela história** sabe. Aquilo ali foi **a última e desastrada tentativa dessa gente de segurar o que não dava mais pra segurar**. (corte de imagem). (DEPOIMENTO ANTÔNIO BRITTO - 5min52seg).

SD 101: **Apesar** de estar **impedida** de transmitir ao vivo, **a Globo conseguiu burlar a proibição**, como relata a repórter Sônia Pompeu. (TEXTO DO SITE).

SD 102: No dia 25, antes da votação da emenda Dante de Oliveira ser iniciada, o Jornal Nacional foi ao ar e **exibiu imagens** sobre o **clima** no Congresso. O apresentador Cid Moreira informou que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert, havia divulgado **uma nota de protesto contra a censura de noticiário jornalístico vindo de Brasília**. (TEXTO DO SITE ANTES DA REPORTAGEM SOBRE A VOTAÇÃO DAS DIRETAS E 25/04/84).

No início da SD 97, podemos perceber que se estabelece uma ideia de contravenção, de desobediência, ou seja, de subversão. O sujeito dessa SD retoma o discurso-outro: “- Olha Sônia a gente **não pode**. A gente **só pode** transmitir **ao vivo** a votação **lá dentro do plenário, aqui fora nós não podemos** transmitir ao vivo **com essa manifestação popular**”, e nos mostra como os discursos da Globo evitavam riscos e eram adeptos da ditadura militar, assumindo postura servil e obediente: “É recomendação do Planalto”. Contudo, conforme a própria SD 97, mesmo proibido, se quisessem, poderiam falar: “Aí eu falei: - Ah, tudo bem. Agora o “pinheirinho” também era **ousado pra caramba**”, “se acontecer **alguma coisa séria é evidente** que nós **vamos botar ao vivo, depois a gente resolve**”. Considerando que por meio de processos discursivos que acontece a interpelação do indivíduo em sujeito ideológico do discurso, conforme Pêcheux (1995), somos sujeitos da língua nas práticas sociais e é no interior de uma FD que constituímos nossas subjetividades.

A ousadia, relatada na SD 98, está em mostrar general fardado, no cavalo branco, chicoteando os carros era Newton Cruz, chefe do Serviço Nacional de Informação, órgão máximo de controle e censura do regime, mas não as manifestações que ocuparam as ruas. A cena foi inusitada e o maior exemplo de contravenção da Rede Globo, reaparece na seção *Erros* do seu portal de memória na internet, que, curiosamente, o vídeo dessa entrada ao vivo não foi disponibilizado. De acordo com Sônia Pompeu, o censor teria desaparecido com a fita.

Entretanto, a chamada ao vivo não cotinha nenhuma declaração impactante de algum político, nenhuma denúncia contra a ditadura, nenhum apoio à redemocratização do país. É preciso também ressaltar que havia somente a imagem de um general transtornado que traduzia o clima do regime na época. Logo, a “subversão” se

caracteriza pela impossibilidade de divulgar notícias ao vivo por conta das medidas de emergência decretadas pelo governo.

Continuando as sequências discursivas constitutivas desse recorte, observamos que o relato do sujeito da SD 99 mantém-se na mesma linha do sujeito da SD 98. O fato de os jornalistas seguirem trabalhando na cobertura como se tivesse sendo realizada ao vivo já teria sido “subversivo”. Deve-se salientar que ainda hoje há uma parcela da população que caracteriza o golpe de 64 como revolução e, para estes, ordem e progresso são descritos como restabelecimento da democracia. No caso da SD 99, “**A gente não se preparou para poder trabalhar conforme o DENTEL e o governo queriam**” as ações dos jornalistas parecem mais despojadas, e com maior liberdade.

A referência à França traz à cena o conceito de liberdade que gozava aquele país em comparação à falta de liberdade de expressão no Brasil, da censura imposta pelo regime militar, a qual havia retornado com a instauração das medidas de emergência. Logo, cobrir como se fosse ao vivo, mas não exibir nenhuma informação produzida coloca a subversão numa espécie de limbo, uma vez que procura mostrar que dentro da emissora houve aqueles que desafiaram o poder.

Entretanto, não se pode ignorar que o depoente, além do lugar social de jornalista, ocupou também o lugar social de assessor e, anos mais tarde, de político do PMDB, que, na época estava à frente do movimento em prol das *Diretas Já*. É entendível que no processo de reformulação se busque a produção de uma nova memória.

Em relação à SD 100, pelo relato do sujeito, a afirmação “a gente **cobria pro nada**, não é, e **cobria com um tesão** de, sabe, se tivesse ao vivo para todo o planeta né”, aponta para duas questões. Primeiramente, cobrir “pro nada” era uma forma de simular para o povo nas ruas que a cobertura estava sendo realizada e que a Globo estava presente naquele acontecimento, o que pode ser entendido como uma camuflagem, uma falsa adesão ao movimento. A outra questão se refere à Globo estar enganando a si mesma, uma vez que havia resistência em tratar dos saberes do povo, embora este seria um caminho sem volta. Então, a saída, anos depois, seria o reconhecimento do erro, na tentativa de construção de uma nova memória social.

A “subversão” que a emissora fez nada tem a ver com confronto ou enfrentamento como podemos observar na SD 101, que foi retirada do texto do *site* que antecede o depoimento da jornalista Sônia Pompeu e o vídeo referente à reportagem

exibida no *Jornal Nacional* no dia de votação no Congresso. Como já foi anteriormente referido, no dia 18 de abril, o presidente João Figueiredo decretou a adoção de medidas emergenciais pelo prazo de sessenta dias e a censura prévia, o que impediu a cobertura ao vivo da votação. Mesmo assim, a emissora entrou com uma chamada ao vivo em meio à sua programação, como relata a repórter Sônia Pompeu na SD 99.

No texto do *site* anterior ao vídeo da reportagem sobre a votação da emenda que foi ao ar no *Jornal Nacional* de 25 de abril de 1984, na SD 102, a emissora destaca um “feito” contra o regime.

O *Jornal Nacional* somente informou sobre a divulgação da nota em protesto contra as medidas de emergência. Não houve nem a leitura da nota. Claro que a impossibilidade de divulgação ao vivo da votação prejudicou os meios de comunicação, especialmente a Globo. A cobertura da votação era objeto de grande interesse dos telespectadores e não demandava análises enquanto o acontecimento se desenvolvia.

Esta subseção revela uma nova imagem que a emissora fazia dela mesmo – IA(A), ou segundo Pêcheux, “a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A” (1993, p. 83) – a de subversiva. Veja o quadro-síntese da designação de subversão:

Quadro-síntese 29: Formações imaginárias da Globo e os posicionamentos dos sujeitos no recorte 7 subseção B

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Imagem da emissora sobre o povo nas ruas	Imagem que a emissora faz da imagem que o governo faria se divulgasse o acontecimento <i>Diretas Já</i>
97	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista político	Inscrição na FD jornalística com atravessamento e aproximação de saberes da FD das Diretas	conflito, manifestação	ousadia
98		Fonte jornalística			-----	subversão
99		Fonte jornalística			-----	subversão
100		Fonte jornalística			conflito, manifestação, fora de controle	subversão
101		Historiador			-----	subversão
102		Historiador			conflito, manifestação	subversão

Fonte: A autora.

O povo, nas ruas, era visto como uma cena de conflito e de manifestação pela emissora. Como algo “que não dava mais pra segurar”. Os saberes do povo já não podiam ser controlados, embora esse reconhecimento só tenha vindo vinte anos mais tarde, com a criação do portal de Memória da Globo. Por outro lado, a emissora preocupava-se com a imagem que o governo poderia fazer dela caso o acontecimento *Diretas Já* fosse divulgado, a qual Pêcheux representa na AAD 69 pelo esquema IB(A). Essa projeção imaginária refletia-se na ideia de subversão, de contravenção.

Os sujeitos de todas as SDs desta subseção inscrevem-se na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista político, embora essa posição-sujeito se movimente nestas SDs em direção à FD das Diretas. As marcas linguísticas apontam para o dever cumprido e a imagem que a emissora faz de si mesma, a qual Pêcheux representa na AAD 69 pelo esquema IA(A), é a de subversiva.

Todos os sujeitos das SDs enunciam do lugar social de jornalista. Nas SDs 97 a 100, os sujeitos se inscrevem- no lugar discursivo de fonte jornalística, pois as SDs foram extraídas de depoimentos para o portal onde os jornalistas relatam sua participação na cobertura. Já nas SDs 101 e 102, o lugar discursivo no qual se inscrevem os sujeitos é o lugar de historiador. Como referimos anteriormente, nesse lugar os jornalistas da emissora retomam a cobertura *como se* fossem historiadores, distantes da emissora.

Na subseção seguinte, as SDs apontam para o aumento do apoio e da adesão à campanha, após a divulgação dos comícios pela Rede Globo.

RECORTE 7 – SUBSEÇÃO C: A CAMPANHA CRESCE POR CAUSA DA GLOBO?

As SDs da subseção C tratam da imagem que a Globo faz após a sua mudança de posicionamento diante dos saberes do povo. A imagem que a emissora faz de si mesma é a de responsável pelo aumento do apoio à campanha.

SD 103: As **passeatas**, as **manifestações**, **aquilo** acabou se transformando numa **avalanche** e a Rede Globo com o **instinto de sobrevivência** que sempre teve seu patrono, Roberto Marinho, ela não poderia ficar **insensível a isso**, embora tivesse **duramente pressionada** pelo palácio do Planalto a não prestigiar o que se supunha lá no palácio do Planalto **apenas uns arroubos patrióticos** quando na realidade era

uma **manifestação irresistível da consciência nacional**, não é. Era a **personificação do hino nacional**, da bandeira nacional na cara dos jovens, na ansiedade dos políticos de oposição, de todas as comunidades não é (corte de imagem). E que ganhou, na verdade, uma **grande dimensão** quando as câmeras da Rede Globo mostraram o comício da Candelária. Não foi uma **vitória da Rede Globo**, mas foi uma **vitória da consciência nacional**. (DEPOIMENTO ARMANDO NOGUEIRA - 4min59seg).

SD 104: Eu acho que a cobertura das **eleições diretas, aquela coisa**, só foi **vitoriosa**, porque ela **perdeu** a eleição, a **votação**, mas **a campanha foi vitoriosa** na Brasil inteiro. O **doutor Ulysses Guimarães** me dizia isso com **felicidade**, que a Globo tinha dado uma repercussão na campanha das Diretas que ele jamais podia imaginar que tivesse, porque **o negócio** dele era andar pelo Brasil, percorrer o país, e de repente a Globo transformou aquilo num **negócio espetacular** no Brasil inteiro. Isso as pessoas **não creditam** à TV Globo. (corte de imagem). (DEPOIMENTO ALBERICO DE SOUZA CRUZ - 2min33seg).

Além de subversiva, a Rede Globo seria uma das responsáveis pelo sucesso da campanha, como aponta o sujeito jornalista na SD 103. A campanha pelas *Diretas Já* ganhou “[...] grande dimensão quando as câmeras da Rede Globo mostraram o comício da Candelária [...]”. Assim, a emissora teria sido uma grande aliada dos apoiadores das diretas. Entretanto, logo no início da SD, o sujeito jornalista fala em “instinto de sobrevivência”, ou seja, só houve cobertura por causa das crescentes pressões populares que se transformaram em uma “avalanche”.

Como Roberto Marinho acreditava que a emissora “não poderia ficar insensível a isso”, tratou de convencer os militares que o movimento não era apenas um arroubo patriótico. Assim, as divulgações de informações aumentaram, embora não explorassem a significação real da campanha. Era uma estratégia da emissora continuar alinhada com o regime e ao mesmo tempo evitar ataques da população e perda de audiência. Dessa forma, divulgar um comício não seria apenas uma vitória da emissora, mas da “consciência nacional”, como o sujeito jornalista também cita na SD 104.

Foi a Rede Globo que teria garantido o sucesso da campanha por causa da repercussão de suas notícias. Na realidade, os comícios sempre arrastaram multidões, independentemente da cobertura jornalística da emissora. E para fazer essa afirmação, o sujeito jornalista cita um dos políticos símbolo da luta pelas diretas, Ulysses Guimarães. A retomada do discurso-outro, mais uma vez busca corroborar a visão do sujeito do discurso. O sujeito ainda reclama os créditos do sucesso da campanha à Rede Globo, sendo que, em um ano de campanha, foram 11 vídeos de reportagens sobre o assunto expostos no portal de Memória da Globo na internet.

Uma nova imagem que a emissora fazia dela mesma – IA(A) é revelada nesta subseção: de heroica, de responsável pelo sucesso da campanha.

Quadro-síntese 30: Formações imaginárias da Globo sobre a campanha e sua divulgação no recorte 7 subseção C

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Imagem da Globo sobre a campanha	Imagem da Globo sobre si mesma na divulgação da campanha
103	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição na FD jornalística com atravessamento e aproximação dos saberes da FD das Diretas	“arroubos patrióticos” que só empolgaram após serem notícia na Globo	Redentora, salvadora e heroína
104					“negócio espetacular no Brasil inteiro” após a divulgação da Globo	Redentora, salvadora e heroína

Fonte: A autora.

Os sujeitos das SDs 103 e 104 desta subseção que se inscrevem na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista ocupam o lugar social de jornalista e se inscrevem no lugar discursivo de fonte jornalística. Alertamos que, mais uma vez, percebemos o atravessamento de saberes da FD das Diretas na FD jornalística, embora a posição-sujeito permaneça contraidentificada com a FD governista-militar. Essa movimentação remete à construção do imaginário que a emissora faz de si mesma IA(A), de heroína, tendo em vista que destaca a divulgação da campanha em seus telejornais sendo decisiva para o crescimento do movimento. Isso está marcado linguisticamente pelas expressões “ganhou, na verdade, uma grande dimensão quando as câmeras da Rede Globo mostraram o comício da Candelária” (SD 103) e “a Globo transformou aquilo num negócio espetacular no Brasil inteiro” (SD 104). Entretanto, já identificamos em análises precedentes que foi justamente o contrário: a Globo só divulgou a campanha quando não conseguiu mais conter a irrupção dos saberes vindos do povo.

Na última subseção deste recorte está a SD que desliza o sentido de “apostar na democracia” para a manutenção do regime militar.

RECORTE 7 – SUBSEÇÃO D: DITADURA MILITAR DEMOCRÁTICA?

A justificativa de que a Globo apostava na redemocratização do país e, por isso, agia com cautela, não confrontando o regime militar, é o sentido da designação “apostar na democracia” da última SD deste *corpus* (SD 105).

SD 105: O comportamento do Jornal Nacional nos anos, nesses últimos anos de governo militar foram de mestre. O comportamento foi exemplar. Foi um comportamento de sabedoria política, ao contrário do que muita gente pode pensar, a TV Globo estava apostando na democracia, por isso, por isso as cautelas necessárias. (DEPOIMENTO PEDRO ROGÉRIO - 3min39seg).

Na SD 105 o sujeito jornalista insiste que a Globo e o *Jornal Nacional* foram importantes para aquele período político em que o país vivia. Mesmo sob as pressões, a “TV Globo estava apostando na democracia”. Pedro Rogério defende que o posicionamento cauteloso foi importante para conquistar a redemocratização do país. Sendo cautelosa a emissora, estaria, assim, se subvertendo.

Quando diz que “o comportamento foi exemplar”, o sujeito do discurso revela a imagem que ele fazia da Globo, IA(B). Era uma imagem de veículo sério e cauteloso, portanto, sábio. Veja a relação de paráfrase pelo movimento de determinação/designação que pode ser depreendida dessa subseção.

Quadro-síntese 31: Determinação/designação e posicionamento do sujeito no recorte 7 subseção D

SD	Sujeito discursivo	Lugar discursivo	PS	Posicionamento dentro da PS	Determinante discursivo	Designação
105	Sujeito jornalista	Fonte jornalística	Jornalista	Inscrição e identificação com a FD jornalística	“cautelas necessárias”, “sabedoria política”	apoiar o regime militar

Fonte: A autora.

O sujeito jornalista se inscreve na FD jornalística na posição-sujeito de jornalista e no lugar discursivo de fonte jornalística. A posição de jornalista está impregnada de saberes da FD governista-militar. O sujeito se mantém na FD jornalística, embora esteja contraidentificado com a FD governista-militar.

Cabe ressaltar que as SDs de todo o recorte 7 vieram muito depois da cobertura, pois foram extraídas do texto e dos depoimentos dos profissionais ao *site Memória Globo*. A posição-sujeito e os lugares discursivos representam a forma como a emissora lidou com aquilo que chamou de “erro” na cobertura jornalística das diretas e estão em outras condições de produção, encarnando a justificativa para a minimização da campanha nos noticiários jornalísticos da emissora e atribuem a postura da Globo à dureza do regime militar.

3.7 Costurando os recortes

Pelas análises, foi possível identificar os dois tipos de acontecimentos linguísticos: o enunciativo e o discursivo, sendo aquele mais recorrente. O acontecimento discursivo de maior relevância é a própria campanha *Diretas Já* que rompe a linearidade do universo logicamente estabilizado e favorável ao regime no discurso proferido pela Rede Globo. Ao considerar os saberes do povo que estavam se constituindo nas ruas e, então, divulgar as Diretas e trazer depoimentos de políticos e de entrevistados, a emissora não rompe com a FD jornalística, mas cria as condições propícias ao surgimento da FD das Diretas. Tanto o texto do *site* quanto as transcrições dos vídeos de reportagens e dos depoimentos dos profissionais envolvidos na cobertura das Diretas são permeados por três formações discursivas: FD das Diretas, FD jornalística e FD governista-militar.

Quanto à FD jornalística, foram identificadas três posições-sujeito diferentes: de jornalista, de jornalista político e de apagamento do político. A FD não se caracteriza por um acontecimento discursivo, pois as condições de produção da cobertura e seu campo de ocorrência a pressupõe de antemão.

Na FD governista-militar foram identificadas duas posições-sujeito: de defesa do regime militar e de reconhecimento das manifestações populares. Por sua vez, na FD das Diretas foram identificadas a posição-sujeito de luta pela democracia, a qual é a dominante dessa FD, e a posição de adesão ao movimento. A FD caracteriza o acontecimento discursivo, já que traz saberes antes interditados pela FD governista-militar e instaura novas discursividades naquelas condições de produção do período de

ditadura militar. Veja a disposição das inscrições dos sujeitos do discurso deste *corpus* nas posições-sujeito e FDs identificadas no trabalho.

Quadro síntese 32: resumo das FDs e das PSs identificadas no corpus:

FD JORNALÍSTICA	PS DE JORNALISTA POLÍTICO	PS DE APAGAMENTO DO POLÍTICO	PS DE JORNALISTA	
	SDs: 1, 2, 9 a 16, 19, 35, 41, 49, 50, 52, 59, 61 a 66, 69	SDs: 4, 8, 17, 18, 20, 22 a 28	SDs: 3, 7, 29, 31 a 34, 57, 58, 71 a 105	
FD GOVERNISTA-MILITAR	PS DE DEFESA DO REGIME		PS DE RECONHECIMENTO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES	
	SDs: 30, 54, 55, 68		SD 36	
FD DAS DIRETAS	PS DE LUTA PELA DEMOCRACIA		PS DE ADERÊNCIA AO MOVIMENTO	PS DE LUTA PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS
	SDs: 1, 5, 6, 37 a 39, 41 a 49, 52, 53, 56, 60, 67, 70		SDs: 40 e 51	21

Fonte: a autora.

Cabe ressaltar que nesse quadro algumas SDs ocupam duas posições-sujeito diferentes, no caso as SDs 1, 41, 49 e 52, que têm em comum a enunciação de dois sujeitos diferentes: a introdução do jornalista, seguida da resposta ou do depoimento do entrevistado, seja político, seja representante da população.

Vimos, ainda, que nem sempre os lugares social e discursivo dos sujeitos jornalistas coincidem. Como vimos nas análises, o lugar discursivo pode abrigar diferentes posições. É o lugar social que determina o modo de se relacionar com a forma-sujeito e com as diferentes posições-sujeito numa FD, e esse relacionamento implica a inscrição em um determinado lugar discursivo. Identificamos cinco diferentes lugares discursivos: de fonte jornalística, de historiador, de político e de jornalista político.

Quadro-síntese 33: Lugares discursivos

Lugares discursivos	SDs
Fonte jornalística	1, 31, 34, 49, 72, 73, 75 a 79, 81 a 93, 95 a 100, 103 a 105
Jornalista	94
Historiador	3, 7, 25, 26, 29, 32, 33, 71, 74, 80, 101, 102
Político	5, 6, 30, 36 a 48, 53 a 56, 67, 68, 70
Jornalista político	1, 2, 4, 8 a 24, 27, 28, 35, 41, 49 a 52, 59, 61 a 66, 69

Fonte: A autora

Por conta de haverem dois sujeitos enunciando na mesma SD, neste quadro observamos também SDs com sujeitos inscritos em dois lugares discursivos diferentes (SDs 1, 41, 49, 52). Os entrevistados nas reportagens da cobertura da Globo enunciam do lugar social de fontes jornalísticas correspondente ao lugar discursivo homônimo. A inscrição no lugar discursivo de historiador foi identificada nos sujeitos das SDs extraídas do texto da seção Erros sobre as Diretas, disposto no portal de memória da Globo na internet. Esse lugar foi marcado pelas passagens em que a emissora refere a si em terceira pessoa *como se* estivesse contando a história oficial da cobertura.

A fala dos políticos nas reportagens revelou a concomitância do lugar social ocupado com a inscrição no lugar discursivo de político. Quando os sujeitos jornalistas retornam vinte anos após a cobertura para deixarem o seu depoimento sobre essa não deixam de ocupar o lugar social de jornalista, embora se inscrevam no lugar discursivo de fonte jornalística, simulando a atuação em um júri para defesa da Globo da acusação de erro. Na maioria das vezes os jornalistas ao se apropriarem do discurso político incorporaram elementos desse discurso, inscrevendo-se em um lugar de entremeio, denominado “lugar discursivo de jornalista político”.

A inserção dos depoimentos nas reportagens se dá sob uma aparente fórmula logicamente estabilizada, mas é através da inserção que ocorre a desestruturação da materialidade discursiva e o surgimento do novo. A identificação com a FD das Diretas se dá predominantemente nas falas dos sujeitos da política. Principalmente o uso do discurso relatado cria as condições para o seu surgimento.

Quando o sujeito se movimenta, inscrevendo-se em uma posição-sujeito que instaura saberes conflitantes com a forma-sujeito da FD em que se inscreve, pode ser o caso de um acontecimento enunciativo no discurso. E quando essa desidentificação é

diretamente com o campo de saber que regula a entrada dos sentidos na FD, ocorrendo a identificação com uma nova FD, trata-se de um acontecimento discursivo. Acompanhe o quadro-síntese que define em quais SDs ocorrem acontecimentos discursivos e/ou enunciativos.

Quadro-síntese 34: Acontecimentos discursivos e enunciativos

Acontecimento discursivo	Acontecimento enunciativo
FD das Diretas: SDs: 1, 5, 6, 37 a 40, 42 a 49, 51 a 53, 56, 60, 67 e 70	FD governista-militar
	Posição-sujeito de reconhecimento das manifestações populares: SD 36
	FD jornalística
	Posição-sujeito de apagamento do político: SDs 4, 8, 17, 18, 20, 22 a 28

Fonte: A autora.

O acontecimento discursivo identificado neste trabalho foi o surgimento da FD das Diretas. Outros dois acontecimentos enunciativos foram percebidos no surgimento das posições-sujeito de reconhecimento das manifestações populares (FD governista-militar) e de apagamento do político (FD jornalística), os quais podem ser visualizados no quadro acima. As análises também registraram a irrupção do acontecimento discursivo pelo viés da desidentificação dos sujeitos, como podemos observar no quadro.

Quadro-síntese 35: Rupturas e desidentificações pelo viés do acontecimento discursivo

Rupturas e desidentificações pelo viés do acontecimento discursivo	
SD 40: ruptura com desidentificação da FD governista-militar e identificação com a FD das Diretas	SD 51: ruptura com desidentificação da FD jornalística e identificação com a FD das Diretas

Fonte: A autora.

Conforme Pêcheux (1995, p. 217), a desidentificação é a terceira modalidade de tomada de posição, denominada de “mau sujeito”. Indursky, em seus estudos, propõe que a desidentificação ocorra de duas maneiras: pela identificação com outra forma-sujeito já existente e por uma nova forma-sujeito. Esta última, Indursky (2008, p. 20-21) a denomina de “acontecimento discursivo”. Em nosso *corpus* encontramos duas desidentificações que ocorrem pelo viés do acontecimento discursivo, ou seja, ocorrem pela identificação com uma nova FD recém-surgida.

Movimentações internas marcaram a FD jornalística e suas posições-sujeito. Essa movimentação tem explicação na noção de fragmentação da forma-sujeito. Se a forma é fragmentada, “o sujeito do discurso não pode mais identificar-se com a totalidade dos saberes da FD que o afeta. Esta identificação continua ocorrendo, mas apenas com uma parcela dos saberes desta FD” (INDURSKY, 2008, p. 20). Assim, não existe apenas um “mau sujeito”, mas vários, dependendo da diversidade de posições-sujeito de uma FD.

As condições de produção são determinantes para a movimentação das posições-sujeito nas FDs. Enquanto os vídeos de reportagens foram produzidos durante o período final da ditadura militar, o texto do *site* e os vídeos de depoimentos foram produzidos entre seis e dez anos atrás em plena democracia, após um partido de esquerda ter assumido o governo do país.

Na costura de todas as análises percebemos que o movimento das *Diretas Já* se constitui como o mais relevante acontecimento discursivo neste trabalho, pois, além de se dar na e pela língua, também é um importante acontecimento histórico, jornalístico e político. Entretanto, as *Diretas* aparecem na Globo apenas como fato noticioso, porque na maioria das SDs o sujeito jornalista deste *corpus* assume uma posição mais identificada com os saberes da FD governista-militar.

Ao reconhecer o erro cometido na condução da cobertura jornalística, a Rede Globo se coloca como vítima da censura instaurada pela ditadura militar e, em algumas vezes, constrói o imaginário de subversiva para alegar que, mesmo sob pressões dos militares, furo a censura para divulgar notícias sobre a campanha.

O movimento das *Diretas Já* foi determinante para a redemocratização do país, mesmo que a emenda Dante de Oliveira não tenha sido aprovada pelo Congresso. A população unida nas ruas pedindo eleições diretas e a volta da democracia exerceu grande pressão sobre o governo, que deu continuidade à “abertura lenta, gradual e

segura”, culminando na eleição indireta em 1985 e vitória no Colégio Eleitoral do candidato do PMDB, Tancredo Neves, na promulgação da nova Constituição da República em 1988 e nas eleições diretas em 1989.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os meios de comunicação muitas vezes difundem e irradiam discursos de poder, especialmente quando defendem seus interesses, econômicos ou ideológicos. A Rede Globo, por representar o real de forma mais fascinante que a própria realidade, contribuiu para naturalizar sentidos que atendiam a interesses diversos. Na campanha *Diretas Já* a Globo era o principal veículo de comunicação, possuía capacidade de alcance ampliada e deu voz à ideologia dominante em detrimento do movimento do povo que clamava por liberdade.

A possibilidade de “produzir verdades” e cristalizá-las na memória social é parte essencial dos saberes jornalísticos. O discurso jornalístico é heterogêneo e permeado de vários discursos-outros. Os jornalistas, por sua vez, atuam como filtros, deixando passar determinadas informações e silenciando outras. Por esse motivo, nem sempre o efeito de imparcialidade foi o que prevaleceu, ao contrário, acusações contra a mídia são frequentes. Um exemplo é a acusação de que a revista *Veja* teria sido tendenciosa nas eleições presidenciais de 2014. Ao divulgar informações não comprovadas sobre o escândalo de corrupção na Petrobrás, às vésperas do pleito, a revista não apresentou provas e não recorreu ao princípio básico do jornalismo, de dar voz aos dois lados de uma mesma história.

Esse é um acontecimento recente do país, mas há pouco mais de trinta anos a atuação dos veículos de informação já era alvo de polêmicas, como foi a campanha *Diretas Já*. Os dois acontecimentos, apesar das décadas de distância, estão muito próximos. Tão próximos que foram marcados pela irrupção do mesmo bordão popular: “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”. Nos anos de 1983 e 1984, os manifestantes que reivindicavam as eleições diretas para presidente repetiam o bordão a cada manifestação, a cada comício, demonstrando a insatisfação com a cobertura tímida realizada pela Rede Globo sobre a campanha. Em 2014, na democracia já consolidada, o bordão foi novamente repetido durante o discurso da vitória da presidente reeleita. Os militantes que acompanhavam ao vivo a sua fala entoaram o bordão popularizado durante as Diretas, exatamente quando iniciava a transmissão ao vivo do pronunciamento pela Rede Globo.

Resquícios daquela cobertura considerada um “erro” pela própria emissora ainda estão funcionando na memória social do país. Todavia, a admissão de que havia sido erro ocorreu somente com o lançamento do projeto *Memória Globo* e a criação de um portal na internet com uma seção específica para tratar de episódios polêmicos, a qual recebeu a denominação de “Erros”. Somente dois episódios são abordados nessa seção, as diretas e a exibição dos melhores momentos do debate presidencial entre Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições presidenciais de 1989.

Observamos que intermitentemente a cobertura dos acontecimentos políticos realizada pela Globo foi polêmica em 1984, e continua sendo em anos posteriores, em 1989 e 2014. Todas as polêmicas recaem sobre o conceito de imparcialidade jornalística. À luz da Análise do Discurso de linha francesa, chega-se ao gesto de interpretação que não considera possível a existência da imparcialidade, pois o sujeito não se dá conta de que é interpelado ideologicamente e de que, quando fala ou escreve, revela pistas das formações discursivas e ideológicas nas quais se inscreve.

Depreendemos, após a análise do tema proposto, que o discurso jornalístico da Globo sobre o acontecimento histórico, jornalístico, político e discursivo na campanha *Diretas Já* funcionou como uma espécie de película que escondeu, camuflou o acontecimento, tentando fazer ecoar sentidos sobre o movimento que variavam de simples festa e entretenimento à confusão e baderna. A aceitabilidade do discurso de manifestação pacífica do povo e de seus saberes foi silenciada. A campanha, em si, foi acusada de promover bagunça, desordem, baderna, firmando, assim, a ideologia dos militares.

Diante desse quadro, os governantes entendiam que o estabelecimento da ordem deveria se dar pela repressão e pela violência. A ordem era manter a ditadura, tendo em vista que a campanha das Diretas veio implantar a desordem.

Sabe-se que a campanha *Diretas Já* instaurou novas discursividades interdidas naquela formação social, rompeu com o universo logicamente estabilizado, provocou a descontinuidade da história e reverberações no sistema político. A partir desse acontecimento, novos modos de pensar a organização política da sociedade brasileira vieram à tona com a presença dos saberes do povo nas ruas.

As análises das sequências discursivas a partir dos recortes feitos no texto do portal e da transcrição dos vídeos de reportagem e de depoimentos de profissionais

envolvidos na cobertura permitiram contemplar o objetivo deste trabalho, revelando que o acontecimento histórico foi tratado como fato jornalístico na mídia televisiva, especificamente, na TV Globo. O discurso jornalístico sobre o político, apesar de recoberto pelo imaginário de imparcialidade, naturalizou sentidos de repressão e de violência da ditadura militar, além de naturalizar a ideia de que o povo não tinha autoridade para falar de política ou tornar o movimento nas ruas, como o das *Diretas Já*, um movimento político. As Diretas apareceram apenas como fato noticioso, pois o sujeito jornalista neste *corpus* assumiu uma posição mais identificada com a forma-sujeito da FD governista-militar.

Quando a discursivização da campanha ocorreu na Rede Globo, além desse acontecimento discursivo, emergiram acontecimentos enunciativos, principalmente dentro da FD jornalística. Ocorreu o apagamento do político pela espetacularização dos comícios em favor das eleições diretas, que frequentemente receberam a designação de festas populares e os apoiadores da campanha e participantes dos comícios designados de baderneiros.

Constatamos também que os raros momentos em que o discurso político irrompeu a espetacularização constavam em duas reportagens específicas referentes aos comícios da Candelária no Rio de Janeiro e do Vale do Anhangabaú em São Paulo. Ainda assim não foram construídos pela emissora, mas constam nos discursos dos políticos entrevistados. Por outro lado, o discurso dos militares governantes referendou a emenda sobre as eleições diretas como fator de negociação para a continuidade de uma “abertura lenta, gradual e segura”.

As condições de produção da realização dessa cobertura permitiram esboçar que a emissora tinha interesses convergentes com os saberes do regime militar e, portanto, enquanto aparelho ideológico de Estado, agia reproduzindo os meios de produção e reprodução daquela formação social ditatorial.

A Globo constituiu-se como uma importante aliada, atuando na naturalização da ditadura como algo necessário e importante para o país. A constituição dessa memória social ocorreu não só pela divulgação de informações favoráveis ao regime, mas também pelo silenciamento de informações que poderiam prejudicá-lo. A emissora não reconheceu como legítimos os saberes do povo que estavam se constituindo nas ruas, nos comícios e nas passeatas pelas Diretas. Foi como se não considerasse o povo apto para adentrar no discurso político.

A criação da seção *Erros* no portal de memória da Globo na internet ocorreu diante da impossibilidade de sustentação do discurso de imparcialidade jornalística. A “verdade” produzida pela cobertura das Diretas realizada pela emissora foi duramente questionada. Não sendo mais possível silenciar o acontecimento e os saberes do povo, a Globo o retoma na seção *Erros* imaginariamente “apagando” os efeitos de “camuflagem”.

Mesmo reconhecendo o erro na condução da cobertura, a Rede Globo não se desculpou e colocou-se como vítima da censura instaurada pela ditadura militar. Algumas vezes até construiu o imaginário de subversiva para alegar que, mesmo sob as pressões dos militares, furou a censura para divulgar notícias sobre a campanha. A parcialidade não foi apenas uma questão de assujeitamento ideológico, mas uma questão de sobrevivência durante o regime militar, de servir a formação ideológica dominante, do capital. A emissora buscou produzir uma nova memória, mas fez ressoar novamente os efeitos de sentido de apagamento do político e reforçou a posição da época fortemente vinculada à FD governista-militar.

Assim, cabe lembrarmos à epígrafe deste trabalho, “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado”, extraída da obra *1984* de George Orwell. Não é por acaso a escolha desta epígrafe. Tal como o partido totalitário na obra, a Globo tentou manter o controle do tempo e dos acontecimentos. A criação da seção *Erros* foi uma busca por reescrever o passado. Um efeito de “duplipensar”, palavra da “Novilíngua” da obra de Orwell que define duplipensar como “saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas” (2005, p. 26). A Globo criou a seção *Erros* na tentativa de apagar o passado, produzir novas memórias sobre a cobertura jornalística, mas não pelo fato de reconhecer o erro.

No espaço entre o saber do povo e o erro da Globo há o gesto interpretativo de que o erro não foi um simples engano. O erro foi não considerar o saber do povo como legítimo. A grande contradição desvelada foi que a Globo não reconheceu o verdadeiro erro, tampouco desconstruiu o imaginário social sobre si mesma; ao contrário, reforçou um estigma.

Analisar os pontos de falha, os equívocos, é ir na contramão ao analisar o universo logicamente estabilizado. Após a análise do *corpus*, o equívoco foi percebido

no jogo metafórico entre as palavras “festa-comício-manifestação” e nos deslizamentos de sentido que provocou. A abordagem pela via da contradição foi justamente buscar os espaços de heterogeneidades.

Quando as relações parafrásticas transformam um comício ou uma atividade política em festa e tornam esse deslizamento uma regularidade, fica evidente a equivocidade das formulações. O jogo metafórico entre política e espetáculo representou uma quebra na homogeneidade lógica e convocou o funcionamento da linguagem, da história e do inconsciente para novos gestos de interpretação.

Convém reiterar que a AD é uma disciplina criada para possibilitar um novo jeito de ler a realidade, e esse é apenas um gesto de interpretação obtido pelo percurso analítico adotado neste trabalho. Não se pretendeu, de forma alguma, tornar as interpretações sobre esse assunto conclusivas, eliminando outras leituras. Afinal, já se sabe que “o povo não é bobo”!

REFERÊNCIAS

AIUB, Giovani Forgiarini. Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista. *Revista Leitura*, Maceió: UFAL, v. 2, n. 50, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1149/784>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Sobre a reprodução*. Trad. de TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995. p. 284-293.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita (Org.). *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas: Autores Associados, 2003.

CAZARIN, Ercília Ana. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978-1998)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5521/000427421.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

_____; RASIA, Gesualda dos Santos. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan./jun. 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. Trad. de MILANEZ, Nilton; FILHO, Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2009.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Trad. de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 149-172.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do dentro/fora da língua. *Linguagem & Ensino*, v. 2, n. 1, p. 123-137, 1999.

_____. Linguagem, ideologia e psicanálise. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, n. 1, p. 69-75, jun. 2005.

_____. Pondo desordem na ordem... um paradoxo? In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina (Org.). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 57-66.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. Sobre a justiça popular. In: _____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível*. Trad. de Bethania Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Melo. Campinas: Pontes, 2004.

_____. A língua inatingível. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso: Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: _____. (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

GRIGOLETTO, Evandra. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/ppglettras/defesas/2005/EvandraGrigoletto.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

_____. Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

GUILHAMOU, J.; MALDIDIER, D. Os efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Trad. MARIANI, Bethania [et. al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 163-183.

GUIMARÃES, Eduardo. Um mapa e suas ruas. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 95-100.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê!, 1983.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da Terceira República brasileira (1964-1984)*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 1992. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000055530&fd=y>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon*, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 17, n. 35, 2003.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

KEHL, Maria Rita. O espetáculo como meio de subjetivação. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita (Org.). *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A história nova*. Trad. de BRANDÃO, Eduardo. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 215-240.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. de LEITÃO, Bernardo. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v10n2/v10n2a08.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

MARIANI, Bethania. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. *Gragoatá*, Niterói, Rio de Janeiro, n. 5, p. 87-95, 1998a.

_____. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp 1998b.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Coord. e ver. Paul Singer. Trad. de Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MAZIÉRE, Francine. *Análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. *Erros. Diretas Já*. jun. 2008. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja.htm>>. Acesso em: 9 maio 2013.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Trad. de JESUINO, Ângela Cristina. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____; MITTMANN, Solange. A contradição e a (re)produção/transformação na e pela ideologia. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 295-304.

MORALES, Blanca de Souza Viera. Sujeito: imaginário, simbólico e real. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Org.). *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

NOAL, Laura Cristina. *Que país é esse? Um estudo sobre o imaginário de Brasil e brasileiro em letras de música do rock nacional (1979 a 1989)*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2013.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

NORA, Pierre. O regresso do acontecimento. In: LE GOFF, Jacques. *Fazer história 1: novos problemas*. São Paulo: Bertrand, 1974. p. 243-262.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Série Estudos*. Uberaba: FIUBE, 1984. n. 10.

_____. O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise do Discurso. *Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 10, n. 2, p. 295-307, 1994.

_____. Exterioridade e ideologia. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, p. 27-33, jan./jun. 1996.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Trad. de J. H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-71.

_____. A língua brasileira. In: _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Análise de discurso. In: _____. *Discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

ORWELL, George. 1984. 29ª ed. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. de José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, jul./dez. 1990.

_____. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. Trad. de MARIANI, Betânia [et al.]. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993ª. p. 61-87.

_____; FUCHS, C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de MARIANI, Betânia [et al.]. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993b. p. 163-252.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni et al. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Carlos: Pedro & João, 2011. p. 177-192.

_____; LEÓN, Jacqueline. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: PFFEIFER, Cláudia (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Trad. de ORLANDI, Eni P. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012^a. p. 163-173.

_____. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Trad. de ORLANDI, Eni P. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012b. p. 151-162.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012c.

PIOVEZANI FILHO, Carlos Félix. Política midiaticizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

ROSÁRIO, Helena Monteiro. O sujeito do discurso e a noção de porta-voz na mídia. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A teatralidade na geração de empregos: mídia na campanha eleitoral. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

SAUSSURE, F. de. *Imutabilidade e mutabilidade do signo*. ed. 28. São Paulo: Cultrix, 2000. p. 85-93. (Curso de Linguística geral).

SCHONS, Carme Regina. *Saberes anarquistas: reiteraões, heterogeneidades e rupturas*. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. *Adoráveis revolucionários: produção e circulação de práticas político-discursivas no Brasil da Primeira República*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8571/000581055.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

_____. O imaginário sobre o trabalhador em saberes educacionais no governo Vargas. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Trad. de Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Trad. de BALTAR, Alda; KNEIPP, Maria Auxiliadora. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

ZAGATO, Alessandro. O acontecimento como fronteira de uma situação histórico-social. In: *Arquivos da Memória*, n. 2, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2007. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2391763.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2015.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 202-215.

_____. O acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO – SEAD, IV. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2009a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/MonicaGracielaZoppiFontana.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. O acontecimento do discurso na contingência da história. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: 2009b. p. 133-146.